



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

MARCELO DA SILVA LINS

**OS VERMELHOS NAS TERRAS DO CACAU: a presença
comunista no sul da Bahia (1935-1936)**

SALVADOR-BAHIA

2007

Marcelo da Silva Lins

OS VERMELHOS NAS TERRAS DO CACAU: a presença comunista no sul da Bahia (1935-1936)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História Social.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Muniz Gonçalves Ferreira

SALVADOR-BAHIA

2007

As minhas mães, exemplos de vida e dignidade: Alzenira Lins, Nídia Lins Tourinho Costa, Marilene Madalena da Silva Lins. Sem elas eu não chegaria a lugar algum.

Aos meus filhos Victor Sena Barra Lins e Thales Paixão Lins que representam a minha esperança no futuro.

A Neli Ramos Paixão, companheirismo e incentivo constante para a vida.

A todos que acreditam na possibilidade de construção de um mundo mais junto. E acima de tudo, aos que lutam por isso.

AGRADECIMENTOS

Nos momentos conclusivos da elaboração dessa dissertação refletimos sobre as dificuldades que atravessamos no decorrer do curso e da pesquisa e como diversas pessoas foram fundamentais para sua conclusão e quero aqui registrar minha sincera gratidão.

Agradeço aos professores do Programa de Pós Graduação da UFBA pelas contribuições nas discussões ocorridas em sala de aula: Prof. Dr. Antônio Fernando Guerreiro de Freitas, Prof. Dr. Valdemir Zamparoni, Prof. Dra. Maria Hilda Baqueiro Paraíso. Sou grato a profa. Dra. Lina Maria Brandão de Aras pela atenciosa disposição em contribuir. E a coordenação e equipe de funcionários da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas pela disponibilidade e competência em servir, especialmente às queridas Marina e Soraia Ariane.

Obrigado a Profa. Dra. Maria Cecília Velasco e Cruz e Prof. Dr. Eurelino Coelho pelas preciosas sugestões oferecidas durante a Banca de Qualificação, que contribuíram para a execução desse trabalho. Também as colaborações de Carlos Zacarias de Sena Júnior, André Rosa Ribeiro, Prof. Antonio Pereira, Aldrin Castelucci.

Sou grato também a competente e precisa orientação do Prof. Dr. Muniz Gonçalves Ferreira que soube de forma brilhante dosar indicações, sugestões, diálogo, e correções, de maneira a me sentir muito tranquilo e concentrado na construção desse trabalho.

Nos diversos lugares por que passei na trajetória do curso e da pesquisa – Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro - contei com a ótima acolhida dos amigos inesquecíveis: Edvaldo Pitanga e Vanusa Lopes Pitanga; Neleu e Lúcia, um belo casal de comunistas que me ajudou nas andanças pela “selva de pedra.”

Agradeço ao atendimento impecável dos funcionários dos arquivos e instituições em que pesquisei em especial à Kátia Borges do Arquivo

Nacional, Luiz Zimbarb do CEDEM- UNESP, e João Cordeiro do CEDOC-UESC.

Não poderia esquecer dos incentivos e contribuições, cada um a sua maneira, dos amigos: Ilton Cândido, Indaiara Célia, Indinéia Paixão, Ivaneide Almeida, Terezinha Marcis, meus queridos irmãos Aquilino Júnior e Alene Lins. Também aos comunistas Elvio Magalhães e Edson Pimenta pelo apoio. E a todos os colegas do Mestrado, companheiros de angústias, anseios e realizações.

LISTA TABELAS

I	Exportação de cacau do município de S. Jorge dos Ilhéus (Século XIX)	p.33
II	Crescimento demográfico do sudeste da Bahia nos anos 1872 e 1907	p.36
III	Exportação de cacau e impostos cobrados na Bahia (1865-1930)	p.40
IV	População de alguns municípios da região cacauceira da Bahia	p.59
V	Filiados ao PCB em 1925	p.118
VI	Relação de comunistas identificados na Inspetoria de Ordem Pública e Social	p.186
VII	Indiciados pelo TSN	p.230
VIII	Relação de suspeitos da Inspetoria de Ordem Pública e Social	p.253

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

I	Mapa da região cacauera da Bahia em 1940	p.56
II	Mapa da região cacauera da Bahia em 1980	p.57
III	Foto Samuel Genez	p.132
IV	Artigo de Adonias Aguiar Filho no Jornal Diário da Tarde	p.147
V	Foto caboclo Marcellino	p.171
VI	A Prisão de Caboclo Marcellino	p.211

LISTA DE ABREVIATURAS UTILIZADAS

AEL/UNICAMP	Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas
ANL	Aliança Nacional Libertadora
AN	Arquivo Nacional
APEB	Arquivo Público do Estado da Bahia
APERJ	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
BOC	Bloco Operário e Camponês
BP	<i>Bureau</i> Político
BPN	<i>Bureau</i> Político Nacional
BSA	<i>Bureau</i> Sul Americano
CC	Comitê Central
CEDEM/UNESP	Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista
CL do LS	Comitê Local do Litoral Sul
CPDOC/FGV	Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas
CR	Comitê Regional
FUP	Frente Única Proletária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Internacional Comunista
ISV	Internacional Sindical Vermelha
LASP	Liga de Ação Social e Política
LSN	Lei de Segurança Nacional
PCB	Partido Comunista do Brasil
POSDR	Partido Operário Social Democrata Russo
PSD	Partido Social Democrático
SB da IC	Seção Brasileira da Internacional Comunista
SPI	Serviço de Proteção ao Índio
SEA	Sindicato dos Empregados Agrícolas
SN	Secretariado Nacional
TSN	Tribunal de Segurança Nacional

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	6
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	7
LISTA DE ABREVIATURAS UTILIZADAS	8
RESUMO	11
ABSTRACT	12
INTRODUÇÃO	13

CAPÍTULO I

1. A REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA: PALCO DOS ACONTECIMENTOS	30
1.1. O papel do cacau na transformação do espaço e das relações sócio-econômicas	30
1.2. Alguns aspectos do poder local	47
1.3. A Sociedade cacauera	52
1.4. Os trabalhadores do cacau	59
1.5. Ilhéus e Itabuna após 1930	64

CAPÍTULO II

2. O CARÁTER DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA E O PAPEL DOS CAMPONESES	75
2.1. Os camponeses e a revolução na tradição marxista	75
2.2. O Partido Comunista do Brasil. PCB (SB da IC)	93
2.3. O anti-integralismo, o surgimento da ANL e os levantes de 1935	101
2.4. O PCB, os camponeses e os assalariados agrícolas	109

CAPÍTULO III

3. AS ATIVIDADES DOS COMUNISTAS NO SUL DA BAHIA	117
3.1. O PCB na Bahia, origens e desenvolvimento	117
3.2. A ANL e a construção da frente na Bahia	125
3.3. Os vermelhos nas terras do cacau: O PCB na região cacauera	129
3.4. Comunistas no campo: O Sindicato dos Empregados Agrícolas de Ilhéus/ Pirangy	134

3.5. Integralismo e anti-integralismo no sul da Bahia	145
3.5.1. Atentado à bomba e atividades de agitação e propaganda	161
3.5.2. Os sindicatos e a luta anti-integralista	165
3.6. Os comunistas vão à tribo: O PCB entre os indígenas de Olivença	168
3.6.1. Os índios na Revolução brasileira	171
3.6.2. O PCB em busca do Caboclo Marcellino	174
3.7. O setor Antimil no Batalhão da Polícia Militar de Ilhéus e os levantes de novembro de 1935	178

CAPÍTULO IV

4.APÓS NOVEMBRO: A REVOLUÇÃO COMUNISTA DO POSTO INDÍGENA PARAGUAÇU	191
4.1. A trajetória do Posto Indígena e os conflitos pelas terras	191
4.2. Os comunistas no Posto Indígena Paraguaçu	199
4.3. A prisão do Caboclo Marcellino e a invasão das terras indígenas	208
4.4. Epílogo	227
CONSIDERAÇÕES FINAIS	235
FONTES	240
BIBLIOGRAFIA	247
ANEXOS	252

RESUMO

O presente trabalho objetiva discutir a trajetória do Partido Comunista do Brasil (PCB) no eixo Ilhéus – Itabuna, sul da Bahia, entre 1935-1936. Compreendemos esse trabalho como parte da história nacional do PCB que precisa buscar as experiências ocorridas fora do sudeste do país para ser construída. Essa pesquisa utilizou-se de fontes da repressão, notadamente os inquéritos policiais que deram origem aos processos do Tribunal de Segurança Nacional depositados no Arquivo Nacional- RJ, assim como fontes do PCB consultadas através dos microfilmes da Internacional Comunista disponíveis para pesquisa no Centro de Documentação e Memória (CEDEM-UNESP). Além dessas fontes, utilizamos jornais do PCB – *A Classe Operária* – e jornais da grande imprensa. A discussão proposta compreende que a História de um partido é também a História da sociedade em que ele está inserido, portanto tentamos estabelecer relações entre as elaborações ideológicas do PCB, suas ações em âmbito nacional, o contexto socioeconômico regional e as atividades dos comunistas no eixo Ilhéus - Itabuna.

Palavras - chaves: Comunistas; Ilhéus – Itabuna; PCB; Indígenas; Camponeses; sul da Bahia; anti-integralismo.

ABSTRACT

This work intends to discuss the trajectory of Brazil Communist Party (PCB) in the axis Ilhéus – Itabuna, Bahia South, between 1935 – 1936. We understand it like part of the national history of the PCB that needs to find the experiences happened out of the country southeastern to be made. This research used repression sources, especially the police inquiries that gave rise to the National Security Court cases, deposited in the Nacional File – Rio de Janeiro, like PCB sources looked in the Communist International microfilms, available to research at the Memory and Documentation Center (CEDEM – UNESP). Besides, we used PCB newspapers – *A Classe Operária* – and newspapers of the large press. The discussion proposed understands that the history of a Party is the history of the society in that it is inserted, too. Therefore, we tried to note relationships between the PCB ideological elaborations, their actions in Brazil, the regional social and economic context and the communists' activities in axis Ilhéus – Itabuna.

KEYWORDS: communists, Ilhéus – Itabuna, PCB, indigenous, peasants, South Bahia, anti-integralismo.

INTRODUÇÃO

Fundado em 1922, o Partido Comunista do Brasil – Seção Brasileira da Internacional Comunista (PCB),¹ atravessou o século XX participando ativamente da política nacional, apesar de na grande maioria desse período situar-se na clandestinidade. Pela sua longevidade muito já se escreveu a seu respeito sob diversos prismas.

Seguindo o rastro da caminhada traçada por Cláudio Batalha no seu artigo “A Historiografia da Classe Operária no Brasil: Trajetória e Tendências”,² podemos dizer que durante longo tempo a história dos partidos, organizações de esquerda e do movimento operário no Brasil foi escrita por seus militantes ou ex-militantes nos espaços de produção e divulgação partidário, ou seja, longe do interesse da academia.

É a chamada produção militante que, assim como em outros países, marcou a origem dos estudos sobre classe operária no Brasil, e que em muitos aspectos pode ser estendida à trajetória da historiografia dos Partidos Comunistas. É possível dizer que tal modelo não ficou circunscrito ao passado, e que até os dias atuais são escritos trabalhos que utilizam tal modelo.

Especificamente no caso brasileiro existe extensa produção desse teor, notadamente grande número de “memórias,” escritas em diferentes momentos, onde seus autores, Everardo Dias, Heitor Ferreira Lima, Leôncio Basbaum, Octávio Brandão e vários outros, entremeiam histórias de vida e do Partido.³ Essa produção tem o mérito de preservar informações preciosas que se perderiam caso não tivessem sido registradas em tais relatos.

¹ Usaremos a sigla adotada na época para denominar o Partido Comunista do Brasil.

² BATALHA, Cláudio H. M. A Historiografia da Classe Operária no Brasil: Trajetória e Tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org) **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2005. 6ª Edição.

³ LIMA, Heitor Ferreira. **Caminhos Percorridos: memórias de militância**. São Paulo, Brasiliense, 1982., BRANDÃO, Octávio. **Combates e batalhas. Memórias**. vol.1. São Paulo, Alfa-Ômega, 1978., BASBAUM, Leôncio. **Uma vida em seis tempos: memórias**. São Paulo, Alfa-Ômega, 1976., DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. 2ª Edição. São Paulo, Alfa-Ômega, 1977.

Claro que essas obras possuem características que não podem ser esquecidas: “tem a função legitimadora, da classe, da política sindical, da corrente ideológica ou partido, ou ainda, do individuo militante.”⁴ A mesma característica pode ser atribuída a alguns trabalhos que não se encaixam na categoria de “memórias,” mas que seguem o mesmo padrão, e estabelecem os marcos cronológicos a partir da versão da história assumida pelo Partido. No caso do PCB, trabalhos como os de Astrojildo Pereira, Moisés Vinhas, Jover Telles:⁵ “dividem a história da classe em dois momentos: uma pré-história inconsciente; e uma verdadeira história que só tem início com a fundação do Partido Comunista em 1922 (...)”.⁶ E descartaram toda a experiência ligada ao movimento anarquista, do qual a maioria dos fundadores do PCB foram oriundos.

Todo o movimento revolucionário no Brasil tem sofrido só a influência quase exclusiva dos anarquistas. Assim, entre nós, a crise tem sido e é uma crise de anarquismo. Esta crise, latente desde o advento do bolchevismo, chega a um desfecho lógico, com a constituição do partido comunista composto, em sua quase totalidade, de elementos de formação anarquista.⁷

A partir dos anos 1960 ocorreu uma produção relativa ao movimento operário elaborada na academia feita por sociólogos preocupados em formular grandes sínteses, que estabeleciam teorias explicativas do movimento operário e de suas opções ideológicas.

Só a partir do final dos anos 1970 e início dos anos 80, a historiografia acadêmica assumiu o espaço até então ocupado pela sociologia ou pela ciência política, com contribuição decisiva dos brasilianistas, os norte-americanos Ronald Chilcote e John Foster Dulles,⁸ - que utilizaram de quantidade excepcional de fontes que até então não estavam disponíveis aos pesquisadores brasileiros - e dos programas de pós-graduação, por uma série

⁴ BATALHA, Cláudio. Op. cit. p.147.

⁵ TELLES, Jover. **O Movimento Sindical no Brasil**. Rio de Janeiro, Vitória, 1962., PEREIRA, Astrojildo. **A Formação do PCB**. Rio de Janeiro, Editorial Vitória, 1962., VINHAS, Moisés. **O Partidão: A luta por um partido de massas**. São Paulo, Hucitec. 1982.

⁶ BATALHA, Cláudio. Op. cit. p.147.

⁷ PEREIRA, Astrojildo. Não nos assustemos com o debate. Movimento Comunista I (3): 69-70, março/ 1922. Posteriormente reunidos na coletânea de textos: PEREIRA, Astrojildo.(Org. Michel Zaidan) **Construindo o PCB (1922-1924)**, São Paulo: Hucitec. 1980. p. 22.

⁸ DULLES, J. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973., DULLES, J. F. **O Comunismo no Brasil (1935-1945)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985., CHILCOTE, Ronald. **Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-1972)**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

de motivos que vão desde a diminuição da repressão que marcou aquele período da ditadura implantada em 1964, até o próprio crescimento do movimento operário com as grandes greves do ABC paulista.

Também é a partir desse período que foi facilitado o acesso a diversos acervos documentais e fontes judiciais e policiais com a organização e disponibilização de arquivos, como o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) vinculado a UNICAMP e o Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro (ASMOB) criado em Milão na Itália em 1977 por diversos militantes e dirigentes do PCB que se encontravam exilados em razão da ditadura militar brasileira, cujo acervo originalmente correspondia aos documentos do Comitê Central do PCB, e hoje se encontra disponível no Centro de Documentação e Memória (CEDEM) vinculado a Universidade Estadual Paulista (UNESP). Além desses acervos, tornaram-se disponíveis também os documentos produzidos pelos órgãos da repressão, especialmente nos arquivos públicos estaduais do Rio de Janeiro e de São Paulo ou no Arquivo Nacional.

Podemos então afirmar que atualmente existe um número considerável de produções a respeito da história do PCB, sob diversas abordagens. Análise do processo de construção da memória e identidade do PCB, como foi o caso de Dulci Pandolfi;⁹ as mudanças na posição tática do partido, no trabalho de Anita Prestes;¹⁰ a ênfase nos momentos iniciais da vida do PCB (1922-1929) e suas relações com a Internacional Comunista, preocupações demonstradas por Michel Zaidan;¹¹ a relação do PCB com o movimento sindical.¹² Registra-se ainda alguns trabalhos escritos sob a influência da história cultural, ou com base na análise do discurso; alguns estudos sobre imaginário, seja através da imprensa, como no trabalho de Bethânia Mariani ou do imaginário anticomunista, na pesquisa de Carla Rodeghero.¹³

⁹ PANDOLFI, Dulce Chaves. **Camaradas e companheiros: memória e história do PCB**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

¹⁰ PRESTES. Anita Leocádia. **Da insurreição armada (1935) à “União Nacional” (1938-1945): a virada tática na política do PCB**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

¹¹ ZAIDAN FILHO, Michel. **PCB (1922- 1929): na busca das origens de um marxismo nacional**. São Paulo: Global, 1985., e ZAIDAN FILHO, Michel. **O PCB e a Internacional Comunista: 1922-1929**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

¹² SANTANA, Marco Aurélio. **Homens Partidos: comunistas e sindicatos no Brasil**. Boitempo. 2001.

¹³ MARIANI, Bethânia. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP. UNICAMP, 1998., RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho:**

Não se trata de um levantamento bibliográfico ou de um balanço na historiografia existente sobre o PCB, afinal pelo seu volume, seria impossível realizá-lo nesse limitado espaço. Mas é uma tentativa de demonstrar que muito já se escreveu sobre esse partido, através de teses, dissertações, artigos, livros, que, conforme demonstrado, trataram do PCB sob diferentes enfoques, em períodos e espaços determinados e sob diversas abordagens teórico-metodológicas.

Com relação à atuação do PCB no Estado da Bahia não constatamos o mesmo volume de produção que existe em relação ao sudeste do país. Os trabalhos existentes foram frutos do desenvolvimento dos cursos de pós-graduação, especialmente o Mestrado em Ciências Sociais da UFBA que posteriormente se subdividiu com a criação do Mestrado em História. Petilda Serva Vazquez¹⁴ tratou do sindicalismo no período (1942-1947) entre a crise do Estado Novo e os dois anos de legalidade do PCB, enfocando os embates travados pelos comunistas no período; Sonia Serra¹⁵ escreveu sobre a trajetória do jornal *O Momento*, órgão oficial do PCB na Bahia entre 1945-1957; Maria Victória Espiñeira¹⁶ se pautou na atuação de duas agremiações comunistas junto às associações de moradores de Salvador nos contextos dos anos 1940 (o PCB) e 1980 (PC do B); o objeto de estudo de Andréa Cristiana Santos foi a construção do PC do B na Bahia.¹⁷

Todas essas dissertações de mestrado citadas tiveram o mérito de tratar, direta ou indiretamente, dos comunistas. Devemos ainda acrescentar nesse rol algumas pesquisas que não tinham os comunistas como centro das suas investigações, mas que de certa maneira fornecem alguns indicativos da sua história no Estado, e de forma mais específica, nas suas relações com algumas categorias de trabalhadores. Franklin Oliveira Júnior¹⁸ estudou o

imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). 2ª Ed. Passo Fundo: UFP, 2003.

¹⁴ VAZQUEZ, Petilda Serva. **Intervalo Democrático e sindicalismo- Bahia – 1942/1947**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), UFBA, Salvador, 1986.

¹⁵ SERRA, Sonia . **O Momento: História de um jornal militante**. Dissertação de Mestrado. UFBA, 1987.

¹⁶ ESPINEIRA, Maria Victória. **O partido, a Igreja, e o Estado nas Associações de bairro**. Salvador: Edufba; Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 1997.

¹⁷ SANTOS, Andréa Cristiana. **Ação entre amigos – história da militância do PC do B em Salvador (1965-1973)**. 2004. Dissertação (Mestrado em História) UFBA, Salvador, 2004.

¹⁸ OLIVEIRA Jr., Franklin. **A Usina dos sonhos: sindicalismo petroleiro na Bahia: 1954-1964**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1996.

sindicalismo petroleiro entre 1954-1964; Joaci Cunha¹⁹ analisou o movimento sindical dos trabalhadores da cana de açúcar e a atuação do PCB; e por último aquele que na academia foi pioneiro em estudar o movimento operário baiano, José Raimundo Fontes²⁰ que escreveu sua dissertação de mestrado sobre os movimentos grevistas entre 1888-1930 e que, como um prolongamento desse seu trabalho inicial, na sua tese de Doutorado pela USP ampliou seu enfoque e elaborou um estudo desde a gênese da classe trabalhadora e do movimento operário na Bahia até o seu relacionamento com outros setores da política, com o Estado, e o conjunto das suas ações reivindicatórias entre 1930-1947.

Além dessas produções acadêmicas não poderíamos deixar de registrar os trabalhos do ex-militante e dirigente João Falcão que relatou suas memórias a respeito do período em que foi atuante no PCB (1938-1957) e escreveu a biografia de Giocondo Dias, baiano que teve participação ativa na sublevação de Natal em 1935 e desempenhou papel de destaque nas direções do PCB até chegar ao cargo de secretário-geral em 1980;²¹ a biografia do líder comunista Fernando Santana, escrita por Antonio Risério;²² e o livro organizado por Maria Schaun, reunindo material escrito por Nelson Schaun, um dos principais dirigentes do PCB de Ilhéus, e alguns depoimentos de pessoas que o conheceram.²³

Apesar de reconhecer que muito já se escreveu sobre o PCB, cremos que ainda há muito que se escrever. A produção sobre os comunistas baianos nos permite afirmar que em muitos aspectos essa ainda é uma história a ser escrita. Com relação à produção dita nacional, acreditamos que se trata de equívoco considera-la de tal forma, quando de fato trata-se da história das ações desenvolvidas no eixo Rio de Janeiro e São Paulo.

¹⁹ CUNHA, Joaci de Souza. Amargo açúcar: **Aspectos da história do trabalho e do capital no Recôncavo açucareiro da Bahia (1945-1964)**. Dissertação de Mestrado em História. Salvador, UFBA, 1995.

²⁰ FONTES, José Raimundo. **Manifestações Operárias na Bahia: O movimento grevista (1888-1930)**. Dissertação de Mestrado. Salvador, UFBA, 1982.

_____, **A Bahia de todos os trabalhadores: classe operária, sindicato e política (1930-1947)**. Tese de Doutorado. USP, 1997.

²¹ FALCÃO, João da Costa. **O Partido Comunista que eu conheci: 20 anos e clandestinidade**. 2ª ed., Salvador, Contexto & arte, 2000.

_____, **Giocondo Dias, a vida de um revolucionário: meio século de história política do Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Agir, 1993.

²² RISÉRIO, Antonio. **Adorável Comunista: história política, charme e confidências de Fernando Santana**. Rio de Janeiro, Versal, 2002.

²³ SCHAUN, Maria. (org.) **Nelson Schaun, merece um livro...** Ilhéus: Editus, 2001.

Para referendar nossas afirmações poderíamos lançar alguns questionamentos: o que se sabe sobre a atuação dos comunistas em Pernambuco, local onde, depois do Rio de Janeiro e São Paulo, havia maior número de filiados? O que se sabe sobre os comunistas na Bahia na década de 1930, Estado que forneceu grande número de quadros que atuaram no processo de reorganização partidária no período do declínio da ditadura do Estado Novo, entre 1943-1945? O que já se produziu sobre esses e outros baianos que, mais tarde, ocuparam espaços importantes na direção nacional ou na vida do partido, a exemplo de Armênio Guedes, Mario Alves, Milton Cayres de Brito, Aydano do Couto Ferraz, Oswaldo Peralva, Jacob Gorender, Aristeu Nogueira, Jorge Amado, Giocondo Dias, Carlos Marighela, e vários outros?

Algumas “verdades” estabelecidas sobre a história dos comunistas, como por exemplo, a de que até a década de 1920 houve um predomínio dos anarquistas no movimento operário e que parte desses migrou para o movimento comunista, certamente não ocorreu da mesma forma em todas as partes do país. O que provocaria outros questionamentos: na Bahia a origem dos comunistas foi o movimento anarquista? Quando começou a atuação dos comunistas no Estado?

Por isso a decisão de estudar as ações do PCB no sul do Estado da Bahia, e para ser mais exato, no eixo Ilhéus-Itabuna, acreditando que nessa área do Estado, as atividades dos comunistas possuíam densidade e significado muito singular se comparadas com o resto do Estado. Nossa pesquisa não pretende responder todas essas questões lançadas anteriormente, aliás, a nenhuma delas, mas se debruçar sobre algumas e lançar outras mais diretamente ligadas ao espaço escolhido como o lócus privilegiado para a atenção.

Ao nos debruçarmos diante dos processos da repressão provenientes do Tribunal de Segurança Nacional referentes ao período posterior às sublevações ocorridas em novembro de 1935, que ficaram conhecidas como “Intentona Comunista”, constatamos que, entre os que tratavam da atuação de baianos, existiam um total de onze. Destes, sete referiam-se às atividades comunistas nas cidades de Ilhéus e Itabuna, um referia-se a Maragogipe, e apenas três tratavam de acontecimentos da capital do Estado. Isso nos levou

a levantar a hipótese que nessas cidades a dinâmica das atividades dos comunistas tinham características que as distinguiram do restante do Estado.²⁴

O enfoque regional nos possibilita um “resgate da dinâmica da prática social dos homens, a partir de análises das condições históricas objetivas num espaço determinado.”²⁵ Ela nos oferece algumas possibilidades, como uma nova ótica sobre estudos de cunho pretensamente nacional, ao lidar com as diferenças, multiplicidade e apresentar o concreto e o efetivamente vivenciado. Também oferece elementos para a história comparada, podendo construir ou revisar interpretações e teorias, apontando para a complexidade de focos. Compreende-se região aqui, não como algo fixo, estático, mas como algo historicamente vivo e em constante transformação.²⁶ Portanto, apesar de priorizar os municípios de Ilhéus e Itabuna, até pela forma que assumia a política na região, a presente pesquisa remeter-se-á a outras localidades próximas que no período estudado existiam enquanto distritos dessas duas cidades e que posteriormente se emanciparam, constituindo-se em novos municípios.

Quanto aos estudos que tratam da região cacauzeira da Bahia, acreditamos que excetuando a Capital do Estado e seu entorno - o Recôncavo Baiano - trata-se da área do Estado que possui um maior volume de produção, seja em abordagens históricas, sociológicas ou de outras áreas de conhecimento. Contudo, acreditamos que os trabalhos existentes até então não refletem os conflitos políticos e ideológicos ocorridos no período. Portanto, compreendemos que existem lacunas tanto no que se refere à história do PCB como na história da região, e que o presente estudo pretende contribuir para melhor compreensão a respeito.

Apesar de se concentrar em um espaço delimitado, acreditamos que nossa pesquisa não pode ser vista apenas como história regional, mas como parte da história nacional do PCB que precisa buscar as experiências ocorridas fora do sudeste do país, em outros cenários e com outros atores para ser construída.

²⁴ Esses processos encontram-se disponíveis para pesquisa no Arquivo Nacional – RJ.

²⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. “História Regional e Transformação Social”. In: SILVA, Marcos A. da (org) **República em Migalhas: História Regional e Local**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

²⁶ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. “Região e História: Questão de método”. In SILVA, Marcos A. da (org) **República em Migalhas: História regional e local**. São Paulo: Marco Zero/MCT/CNPq, 1990.

Foi grande a tentação de escrever contemplando um período maior, mas pelas limitações que uma dissertação requer, nesse trabalho estabelecemos o ano de 1935 como o período inicial, porque foi o período em que notadamente o PCB conseguiu ganhar visibilidade na sociedade cacauera, seja por causa da luta anti-integralista, em alguns momentos através da Aliança Nacional Libertadora, seja pelas lutas das diversas categorias de trabalhadores, especialmente os trabalhadores rurais, aspectos que trataremos como elementos centrais da prática dos comunistas por acreditar que eram os pontos priorizados nas suas ações. O período estudado se estendeu até o final de 1936 quando alguns comunistas estavam imbuídos da tentativa de organizar os posseiros que se concentravam na área da reserva Indígena Paraguaçu e acabaram envolvidos no episódio que ficou conhecido através da imprensa como “A Revolução Comunista do Posto dos Índios”.

Esse é o período que delimita o foco das nossas atenções, mas que em alguns momentos fugimos dele, por exemplo, para tentar explicar a origem das atividades comunistas na Bahia, assim como para acompanhar o desenrolar dos processos judiciais que tinham como acusados os militantes envolvidos nos episódios estudados.

Desde a sua fundação em 1922 até o período que pretendemos estudar, o PCB atravessou apenas alguns meses de atividade na legalidade, o que levava os militantes a atuarem na clandestinidade, em alguns casos usando de artifícios como codinomes, apelidos, documentos falsos, ou ainda, não assumindo sua posição ideológica ou a sua vinculação partidária. Por isso a impossibilidade de dispor de arquivos institucionais, no entanto, as fontes da repressão trazem rico acervo, justamente porque necessitava dispor da maior quantidade possível de dados com o intuito de incriminar os envolvidos.

Utilizamos parte do acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, onde se encontra depositada a documentação da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, criada no início de 1936, assim como os documentos da Polícia do Rio de Janeiro, que na época era sede do governo Federal. Tal documentação demonstra que a polícia carioca estabeleceu ligação com as polícias estaduais e montou um banco de informações que consta de listagens de membros, suspeitos e fichados, células, diretórios,

dossiês sobre atividades dos partidos, organizações de esquerda e movimento sindical de vários Estados, inclusive da Bahia.

Conforme já citado, utilizamos documentos do Tribunal de Segurança Nacional depositados no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro e nos concentramos em sete processos que se referem às atividades do eixo Ilhéus-Itabuna. Os processos iniciaram-se a partir de inquéritos policiais levados a cabo pela polícia militar do Estado. Um material que reúne cerca de 3.000 páginas de depoimentos de suspeitos e acusados de desenvolverem atividades no PCB ou na ANL, testemunhos, relatórios policiais, circulares e panfletos do partido, de alguns sindicatos e de organizações anti-integralistas, exemplares do jornal *A Classe Operária* apreendidos, correspondências.

Fomos levados a algumas reflexões sobre o modo que deveríamos escrever a história do PCB a partir de algumas notas levantadas por Eric Hobsbawm ao realizar um balanço dos trabalhos existentes:

O estudo acadêmico do movimento comunista (...) é geralmente realizado por membros de duas escolas: a dos sectários e a dos caçadores de bruxas. (...) Os caçadores de bruxas eruditos, cuja ortodoxia só foi plenamente formulada no período da guerra fria, consideravam os partidos comunistas como organizações sinistras, coercitivas, potencialmente onipresentes, metade religião e metade conspiração, as quais não poderiam ser racionalmente explicadas já que não existia qualquer razão sensata para se desejar destruir a sociedade pluralista liberal. Consequentemente, estas organizações deviam ser analisadas sob a luz da psicologia social de indivíduos desajustados e de uma teoria conspiratória da história. (...) esclarecendo muito mais sobre quem a defende do que sobre o comunismo em si.²⁷

Acreditamos que esse tipo história para a qual Hobsbawm aponta, referenda a versão apresentada pelos órgãos de repressão e devem ser vistos apenas como uma versão dos fatos.

É uma preocupação pertinente principalmente quando estudamos um período como 1935, e o momento imediatamente posterior, quando foi comum um acirramento dos debates ideológicos e a exploração do discurso anticomunista para justificar a repressão e as medidas autoritárias adotadas pelo governo de Getúlio Vargas para permanecer e se fortalecer no poder.

²⁷ HOBBSAWM, Eric J. **Revolucionários**. Tradução de João Carlos Victor Garcia e Adelângela Saggiore Garcia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. p.23.

Escrever a respeito do PCB, e especialmente no período 1935 significa ter que tomar posição política diante de alguns fatos. Algumas questões marcaram as produções que trataram das sublevações ocorridas em 1935 que dariam uma extensa discussão, vamos nos limitar a apenas dois aspectos. Em primeiro lugar a compreensão do caráter dos acontecimentos, que a própria nomenclatura escolhida: “Intentona Comunista”, “sublevações”, “Revoltas ou revolução”; já fornece pistas sobre as possíveis interpretações. No nosso caso, por entender que os acontecimentos de novembro se inserem no quadro das manifestações tenentistas, que no transcorrer de 1935 se fundiram as propostas e ações do PCB, prefiro a designação de “sublevações” ou “insurreições”, até porque o alcance que teve ficou restrito aos quartéis, assim como a decisão da sua deflagração de certa forma fugiu inclusive do alcance da direção partidária.

Outro aspecto refere-se à concepção que privilegia os fatores externos como determinantes dos acontecimentos. Nesse caso, os adeptos dessa vertente compreendem que a decisão para a eclosão dos movimentos foi da Internacional Comunista (IC), e a linha política adotada pelo partido foi uma mera transposição das resoluções da IC.²⁸ Concordamos com as opiniões de Marly Gomes de Oliveira Viana, que acredita que a IC teve papel coadjuvante com relação as insurreições “que não planejou nem sugeriu.” Afinal de contas: “Na segunda metade de 1935 houve uma total dissonância entre as posições políticas do PCB (com constantes chamamentos à luta armada) e a política preconizada pela IC a partir de seu VII Congresso (de amplas frentes populares).²⁹

Com isso não queremos levantar a idéia que a IC não teve influência na trajetória política do PCB. Acreditamos que no referente às elaborações que classificavam os países da América Latina e da Ásia como colônias e semi-colônias, e que nesses casos deveriam adotar o modelo de revolução democrático-burguesa, implementadas principalmente a partir do VI Congresso da IC (1928), essas teses tiveram influência direta na forma como

²⁸ DULLES, J. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973., CHILCOTE, Ronald. **Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-1972)**. Rio de Janeiro: Graal, 1982., SILVA, Hélio. **1935: a revolta vermelha**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.

²⁹ VIANNA, Marly de Almeida Gomes, **Revolucionários de 35: sonho e realidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p.18,19.

o PCB compreendia a realidade brasileira e conseqüentemente, como elaborou seu projeto de revolução. No restante compreendemos como preponderantes as questões nacionais. A esse respeito seguimos os conselhos de Eric Hobsbawm: “Os historiadores, todavia, devem também distinguir entre os elementos nacionais dos partidos comunistas e os internacionais, inclusive aquelas correntes dos movimentos nacionais que puseram em prática a linha internacional, não porque tivessem que fazê-lo, mas porque estavam realmente de acordo com ela.”³⁰

A partir dessas observações a respeito do período, ao nos depararmos com as fontes documentais encontradas nos arquivos dos órgãos de repressão, alguns cuidados se fizeram necessários. A vasta quantidade de informações que dispomos foi analisada a partir de duas perspectivas. Primeiro, enquanto um conjunto de materiais que nos fornece indícios para tentar desvendar os acontecimentos, as ações dos militantes comunistas e compreender o papel que desempenharam na sociedade local. A segunda perspectiva foi observar que nos inquéritos policiais encontram-se documentos produzidos pelo partido e pela repressão. E nesse sentido são carregados de parcialidade. Não que acreditemos que possa existir alguma documentação que não seja, mas nesse caso, até os depoimentos prestados pelos comunistas precisam ser analisados com ressalvas, pois desconfiamos sob que condições foram extraídos.

Isso nos levou a tentar, na medida do possível, cruzar as informações dos processos judiciais com as existentes em outras fontes, e para esse fim priorizamos os documentos partidários que de alguma forma nos forneceram pistas do pensamento e das ações do PCB, com destaque para os arquivos da Internacional Comunista que durante sua existência recebeu grande quantidade de material produzido pelo PCB, informes, relatórios, teses e resoluções dos congressos, correspondências, atas de reuniões, e muitos outros. Graças a isso essa documentação foi conservada e após o fim da União Soviética esse material foi microfilmado e atualmente existem cópias disponíveis para pesquisa no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da UNICAMP

³⁰ HOBBSAWM, Eric J. Op. cit. p. 18.

e no Centro de Documentação e Memória (CEDEM) da Universidade de São Paulo (UNESP), onde pesquisamos.

Consultamos vários exemplares do jornal *A Classe Operária*, órgão oficial do PCB, e alguns jornais locais, *O Intransigente*, de Itabuna, que era propriedade de Henrique Alves, um líder político local que fazia oposição a Juracy Magalhães e Getúlio Vargas e durante 1935 abriu espaços para os integralistas, e os jornais situacionistas ligados ao Partido Social Democrático, *A Época*, de Itabuna, ligado a Gileno Amado, e *Diário da Tarde* de Ilhéus, ligado ao prefeito Eusínio Lavigne. Da capital do Estado consultamos os jornais *O Estado da Bahia*, ligado ao PSD estadual, e *O Momento*, órgão oficial do PCB, que começou a circular em 1945, período diferente dos nossos marcos, mas que contém informações importantes.

Também pesquisei no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, que contém documentos importantes do governador da Bahia na época, Juracy Magalhães, inclusive documentos referentes a Ilhéus e correspondências com o prefeito de Ilhéus, Eusínio Lavigne.

Pensar na elaboração de uma história do PCB é pensar na história da sociedade na qual ele se insere. Nesse sentido foi de extrema valia algumas considerações elaboradas por Antônio Gramsci a respeito da história de um partido:

a história de um partido não poderá deixar de ser, a história de um determinado grupo social. Mas, este grupo não é isolado; tem amigos afins, adversários, inimigos. Só do quadro complexo de todo o conjunto social e estatal (e freqüentemente, com interferências internacionais) resultará a história de um determinado partido. Assim, pode-se dizer que escrever a história de um partido significa exatamente escrever a história geral de um país, de um ponto de vista monográfico, destacando seu aspecto característico.³¹

Não pretendemos escrever a História do Partido Comunista que acompanhasse apenas as retóricas da sua história oficial. Antes de qualquer coisa, buscamos elaborar uma narrativa que refletisse, pelo menos em parte, a sua dinâmica e a sua relação com o contexto socioeconômico da região. Tentamos seguir também alguns conselhos deixados por Eric Hobsbawm a

³¹ GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976. p.24.

esse respeito. Tratando do que considerou como comum nas histórias dos partidos comunistas afirmou:

Trata-se da história da política do partido e de suas atividades políticas de seus debates ideológicos, de suas lideranças e peripécias, de suas relações com o Comitern (Internacional Comunista), e de toda sorte de assuntos importantes e interessantes. Mas sua visão é panorâmica: só ocasionalmente vislumbramos o que pensavam as bases militantes ou os simpatizantes, ou como ambos concebiam o movimento. Pouco nos é dito sobre quem eram esses membros e simpatizantes, quais eram suas relações com os militantes não comunistas ou com os não militantes, ou sobre o papel e a função do movimento e do partido em cidades e regiões determinadas.³²

A partir dessas perspectivas apontadas por Gramsci e Hobsbawm, buscamos construir uma história do PCB que tomasse por base não apenas seus litígios ideológicos, nem com grupos rivais que disputaram a hegemonia nos movimentos sindical e de esquerda, tampouco entre seus membros em momentos que levaram às disputas internas que, em alguns casos, consumaram cismas. Tampouco buscamos escrever a história do PCB apenas a partir das alterações na sua linha política, através das resoluções dos seus congressos, ou documentos oficiais, apesar de considerar que são importantes referenciais para decifrar parte da elaboração teórica ou da forma como interpretavam a realidade e formulavam seu projeto de sociedade; contudo, não são suficientes para retratar as suas ações, para perceber como, na prática de seus militantes ou de seus atores sociais, tais elaborações foram implementadas.

Portanto, na tentativa de estabelecer as relações entre o que foi pensado, elaborado e como isso se refletiu ou não na intervenção social e política do PCB em âmbito regional, levamos em conta a trajetória que o partido percorreu no que se refere às suas concepções: a relação com o movimento comunista internacional, a interpretação da realidade brasileira, o projeto de revolução, o papel das classes sociais nesse projeto – especialmente os camponeses e assalariados rurais, devido a estrutura da região cacauêira da Bahia ser essencialmente agrícola e utilizar principalmente mão de obra assalariada. Para pensarmos a inserção dos

³² HOBBSAWM, Eric. História operária e ideologia. In: **Mundos do trabalho**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1987. p.21-22.

comunistas nesse contexto se faz necessário entender suas concepções a esse respeito. Também é fundamental refletir sobre essa região, que não é apenas um espaço geograficamente definido do ponto de vista de seus aspectos físicos, mas, sobretudo possuidora de uma dinâmica que foi resultado de um processo histórico que esteve e continua em constante transformação pela ação das relações sociais estabelecidas.

Da junção desses elementos expostos resultou a atividade dos integrantes do Partido Comunista do Brasil (PCB) nas cidades de Ilhéus e Itabuna. A priori, não buscamos estabelecer determinantes para suas ações, o que não significa um abandono a qualquer teoria da história, mas tentamos evitar a relação base-superestrutura enquanto uma fórmula. No prefácio de “Para a Crítica da Economia Política,” Marx escreveu que:

na produção social da sua vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência.³³

Marx apontou para uma relação de totalidade e dialética para a compreensão da história. Mas a análise da história sem levar em conta a dialética acabou por consolidar um modelo de interpretação estático.

O materialismo histórico foi habitualmente definido – às vezes até por marxistas – como ‘determinismo econômico’ (...) a influência marxista entre os historiadores foi identificada com umas poucas idéias relativamente simples, ainda que vigorosas, que, de um modo ou de outro, foram associadas a Marx (...) mas que não são necessariamente marxistas, ou que, na forma em que foram mais influentes, não são necessariamente representantes do pensamento maduro de Marx.³⁴

Esse economicismo a que Eric Hobsbawm se referiu foi fruto de uma apropriação mecanicista da relação base-superestrutura, que entendia que

³³ MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores). p.129-130.

³⁴ HOBBSAWM, Eric J. O que os historiadores devem a Marx. In: **Sobre a História**. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.158,159.

praticamente todos os fenômenos decorrentes da existência humana seriam explicados e determinados pelo aspecto econômico. Engels chegou a refutar tal idéia e argumentou como exemplo que, apesar da exploração a que os homens são submetidos, isso não acarreta obrigatoriamente a formação da consciência de classe. E no mesmo escrito, de maneira ainda mais direta:

O fator que, em última instância, determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx nem eu afirmamos, uma vez sequer, algo mais do que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fator econômico é o único fator determinante converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levanta sobre ela as, as formas políticas da luta de classe e seus resultados, as constituições que, uma vez vencida uma batalha, a classe triunfante redige etc, as formas jurídicas, filosóficas, as idéias religiosas e o desenvolvimento ulterior que as leva a converter-se num sistema de dogma, também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos determinam sua forma como fator determinante.³⁵

Acreditamos que se faz necessário pensarmos a história a partir das contradições existentes, sem determinismos ou esquematismos, levando em consideração as forças produtivas, as relações de produção, os processos sociais vividos, sem nos afastarmos das pessoas reais, e da complexidade das relações sociais, com o cuidado para que a ação humana não pareça simples voluntarismo, como nos preveniu Marx: “Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.”³⁶

O objetivo principal foi pesquisar as atividades dos comunistas no sul do Estado entre 1935 e 1936, sua relação com a sociedade regional, compreendendo que tais atividades estiveram relacionadas principalmente aos seguintes setores de atuação:

1- A organização dos trabalhadores do campo - Tarefa que envolveu ações junto a diversas categorias, com destaque para o movimento sindical dos assalariados rurais e ao movimento camponês, inclusive com a tentativa

³⁵ Carta de Engels a Bloch. In: MARX, Karl e ENGELS, Friederich. **Obras escolhidas**. V.3. São Paulo: Alfa-Ômega. (s.d.). p.284.

³⁶ MARX, Karl. O dezoito Brumário de Luís Bonaparte. In: **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores). p.329.

de organização dos indígenas de Olivença e o episódio que ficou conhecido como “Revolta Comunista no Posto dos Índios,” que na verdade se tratou de um conflito entre posseiros e os fazendeiros ricos da região pela posse de terras.

2- **Combate aos integralistas** - Atividade que permitiu maior envolvimento dos comunistas com a sociedade local. Propiciou maior intervenção e aglutinação junto ao movimento sindical de diversas categorias de trabalhadores. E transformou algumas bandeiras de luta dos comunistas em temas comuns no debate regional, permitindo maior visibilidade das suas ações.

Para cumprir esses objetivos a dissertação foi organizada com os seguintes capítulos:

Capítulo I: “A Região Cacaueira da Bahia: O palco dos acontecimentos”

Aqui tratei de descrever a região cacaueira como o cenário dos acontecimentos. O processo histórico que levou à ocupação e o papel do cacau na estruturação da sociedade regional, se constituindo na principal atividade econômica da região. Assim como tentar estabelecer uma relação entre produção de bens materiais e a estrutura social, desvendando as relações de produção, a organização da sociedade cacaueira, a luta de classes, a política local e sua relação com a política estadual. Nesse capítulo buscamos perceber as especificidades regionais que propiciaram o desenvolvimento das atividades dos comunistas nessa área do Estado mais que em qualquer outra.

Capítulo II: “O Caráter da Revolução brasileira e o papel dos camponeses”.

Nesse capítulo busquei discutir como o PCB interpretava a sociedade brasileira e como construiu seu projeto de transformação, ou seja, o caráter da revolução brasileira, bem como o papel a ser desempenhado pelos camponeses e assalariados rurais, categorias fundamentais para entender algumas ações do partido no sul da Bahia.

Capítulo III: “As atividades dos comunistas no sul da Bahia”

Tentei desvendar as origens do partido na Bahia e no sul do Estado estabelecendo uma relação com as primeiras manifestações de organização dos trabalhadores, e nos concentramos nas atividades desenvolvidas pelo partido na região. Buscamos reconstituir a trajetória de seus membros, dos setores que organizou, e que priorizou as suas atividades: **os trabalhadores do campo**, sejam assalariados, pequenos produtores e indígenas, com constantes chamamentos à luta armada; e **a luta anti-integralista**, através da qual o partido conseguiu se inserir em diversos setores: no movimento sindical, na criação de núcleos de organizações anti-integralistas nos distritos e vilas da região, na Aliança Nacional Libertadora (ANL), na célula criada na polícia militar, nos embates com os integralistas tendo ocorrido inclusive um atentado a bomba na sede da Ação Integralista Brasileira (AIB), tendo desenvolvido diversas atividades de agitação e propaganda, pichações, panfletos, bandeiras. Além disso, buscamos compreender a relação com a direção estadual e nacional.

Capítulo IV: “Após novembro: A Revolução comunista do Posto Indígena Paraguaçu”

Nesse capítulo tratamos das atividades desenvolvidas durante 1936, quando persistiu no partido a esperança na eclosão de movimentos revolucionários, e apostava no surgimento de guerrilhas camponesas no nordeste. Nesse sentido o PCB do sul da Bahia investiu na organização dos posseiros nas áreas da reserva indígena Paraguaçu onde eram constantes os conflitos com os fazendeiros da região que tentavam invadir as terras. E finalmente, tratamos dos impactos das atividades dos comunistas, as prisões, os processos as sentenças.

CAPÍTULO I

1. A REGIÃO CACAUEIRA DA BAHIA: O PALCO DOS ACONTECIMENTOS.

1.1. O papel do cacau na transformação do espaço e das relações sócio-econômicas

Quando foi criado o sistema de Capitânicas Hereditárias pelo governo português em 1534, o Brasil foi dividido em 12 partes, visando à povoação e colonização das terras. A capitania de Ilhéus foi concedida por D. João III a Jorge de Figueiredo Correia, escrivão da Fazenda Real, que enviou como seu preposto Francisco Romero que inicialmente instalou a sede da capitania na ilha de Tinharé, onde fica o Morro de São Paulo, parte do atual município de Cairú, logo transferida para onde até hoje existe a cidade de Ilhéus.

Engenhos foram construídos para a inserção da capitania na economia colonial. A lavoura açucareira foi introduzida na área com base no trabalho escravo dos índios “*Tupinikin*, definidos como mansos e cooperativos, como afirmava o padre Manoel da Nóbrega.”³⁷ Porém as relações entre colonos e índios foram profundamente abaladas em razão das constantes violações dos territórios indígenas, da escravização e das variadas formas de violação da sua cultura, o que provocou inúmeras revoltas, fugas e ataques dos Tupinikin.

Os índios da região tiveram boa parte da sua população dizimada pelos conflitos e por epidemias. Parte dos sobreviventes foram aldeados pelos jesuítas e utilizados para implantação de lavouras na região da Vila de Ilhéus e em outras áreas do sul do Estado onde atuavam. Apesar da utilização da sua mão de obra no início da colonização, em razão dos conflitos, os índios foram

³⁷ NÓBREGA, P. Manoel da. Carta ao Padre Simão Rodrigues de Azevedo, Porto Seguro, 06/01/1550 In: NÓBREGA, Manoel da. Cartas do Brasil (1549-15600; Belo Horizonte, Itatiaia, São Paulo, Edusp, 1988. p.106. Apud: GUERREIRO DE FREITAS, Antonio Fernando., PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. **Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul – Ilhéus, 1534-1940**. Ilhéus: Editus, 2001.p.14.

constantemente indicados como os responsáveis pelo baixo rendimento do empreendimento colonial que levaram a capitania de Ilhéus à falência.

Consideramos que outros fatores devem ser incluídos: a debilidade em instalar uma agricultura para exportação, a debilidade financeira dos donatários, e ainda: “a densidade e dimensão dilatada da floresta e as características do seu litoral (...), a inexistência de portos naturais com condições de segurança de atracação para embarcações de maior porte.”³⁸ Sendo assim, apesar de alguns plantios de cana de açúcar e da existência de alguns engenhos com número razoável de escravos negros, com a falência da Capitania parte dos colonos e moradores migraram para outras áreas despovoando parcialmente a região.

Até o início do século XIX as atividades econômicas na região não obtiveram maiores avanços e concentraram-se na pesca, no corte de madeira, na agricultura de subsistência e um “insipiente comércio de farinha, arroz, café, aguardente, madeira e algum cacau.”³⁹ Nos registros deixados por cronistas, notícias dos viajantes que visitaram a região, ou estudiosos, ficaram registrados o atraso e a pobreza das populações que viviam na área.⁴⁰

O cacau teve papel destacado no desenvolvimento regional. Para alguns estudiosos o cacauzeiro, espécie nativa da América entre o Peru e o México, chegou ao Brasil através da floresta amazônica onde encontrou ambiente favorável ao seu desenvolvimento. Para outros, a origem do cacau está vinculada a Bacia Amazônica. Como em ambas as áreas se encontra o cacau nativo fica a polêmica sem solução.⁴¹

Pelo seu alto teor energético, era utilizado pelos maias e astecas em uma versão de chocolate bastante rudimentar, como alimento e em rituais sagrados. Foi batizado com o nome científico de *theobroma cacao*, ou seja, manjar dos deuses.

³⁸ GUERREIRO DE FREITAS, Antonio Fernando., PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. Op.cit. p. 20-21.

³⁹ AIRES DE CASAL (1976. p.226) Apud. GUERREIRO DE FREITAS, Antonio Fernando., PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. Op.cit. p. 54.

⁴⁰ VILHENA, Luís dos S. **A Bahia no século XVIII**. Salvador. Itapuã.1969. , MARTIUS, Von & Spix, Von. **Através da Bahia**. Salvador, Imprensa Oficial do Estado, 1916., MAXIMILIANO, Príncipe de Wied Neuwied, **Viagem ao Brasil**. São Paulo, Ed. Nacional, 1940. CASAL, Aires de. **Corografia Brasileira**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1947., CAMPOS, João da Silva. **Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus**. 3ª ed. Ilhéus, Ba: Editus, 2006.

⁴¹ AGUIAR, Manuel Pinto de. (Coord.) **A Zona Cacaueira**. Salvador, Instituto de Economia e Finanças da Bahia, 1960. p.145

No Brasil, inicialmente o cacau era mais um dos produtos cuja exploração se dava através de puro e simples extrativismo vegetal, juntamente com outras denominadas “drogas do sertão.” A partir de 1740 teve início o plantio, no Pará, e logo em 1760 foram exportadas cerca de 64.000 arrobas, ou seja, 960.000 quilos.⁴²

Faz muito tempo que existe a controvérsia a respeito da introdução do cacau no sul da Bahia, e não pretendemos eliminá-la, mas apenas relatar aqui algumas versões. Certamente a mais difundida é baseada nas informações do Pe. Joaquim da Silva Tavares segundo o qual o colono francês Louis Frederic Warneaux teria trazido algumas sementes do Pará e dado de presente a Antônio Dias Ribeiro que as plantou nas margens do rio Pardo, no atual município de Canavieiras em 1746, e essas plantações teriam chegado até Ilhéus em 1752.⁴³

Uma outra versão é baseada em relatório apresentado por Matheus da Cunha durante a Exposição Nacional de 1861, onde afirmou que em 1780, quando o governador da Bahia era o Marquês de Valença, por iniciativa deste e por intermédio de Ferreira da Câmara, se introduziu a cultura do cacau em Ilhéus.⁴⁴

Em uma versão que tende a suscitar ainda mais polêmica, a brasilianista Mary Ann Mahony aponta que a chegada do cacau à Bahia se deu através dos escravos negros trazidos da África, apesar de reconhecer a inexistência de evidências documentais e que tal afirmação se sustenta na tradição oral.⁴⁵

Nenhuma dessas versões apresentadas defende a tese que o cacau teria se desenvolvido em bases comerciais já no século XVIII. A implantação da lavoura cacauera transformou a face da região, mas esse processo ocorreu de maneira lenta, gradual, e demorou bastante até se consolidar enquanto principal produto agrícola dessa área da Bahia. Até meados do século XIX o cacau conviveu junto a outros produtos constitutivos de uma policultura baiana.

⁴² Idem p.147

⁴³ Idem ibdem

⁴⁴ AGUIAR, Manuel Pinto de. (Coord.) op.cit. p.147, e GARCEZ, Angelina Nobre Rolim e GUERREIRO DE FREITAS, Antonio Fernando. **História Econômica e Social da Região Cacaueira**. Rio de Janeiro: Cartográfica Cruzeiro do Sul, 1975 (Coleção Diagnóstico Sócio Econômico da Região Cacaueira, vol. 8.). p. 15.

⁴⁵ MAHONY, Mary Ann. **Instrumentos Necessários: Escravidão e posse de escravos no sul da Bahia no século XIX, 1822-1889**. Afro-Ásia, nº 25-26, Salvador: Centro de Estudos Afro-Asiáticos. p.95-139. 2001. p.95

Outra polêmica sustentada por Mahony é a importância dada pela autora ao papel da mão de obra escrava para o estabelecimento da economia cacauera da Bahia e para a sociedade que se desenvolveu a partir dela. Segundo a autora, os jesuítas foram os primeiros a introduzir, sistematicamente, o cacau na região, em suas propriedades em Camamu e Ilhéus, durante o século XVIII.⁴⁶

Alguns fazendeiros começaram a plantar cacau no início do século XIX, especialmente imigrantes alemães e suíços, assim como membros das primeiras colônias estrangeiras instaladas na região. Em Ilhéus a primeira foi criada por Pierre Weyll, em 1822, formada por alemães de diversas profissões e localizada no antigo aldeamento dos índios *Grên*, na antiga Sesmaria do Almada. A falta de estrutura e investimentos levou tal iniciativa ao fracasso: “Entre outras coisas a falta de alimentos e de material para trabalho, fez com que estes tivessem que se deslocar para Ilhéus, onde a Comarca local os abrigou.”⁴⁷ O Estado concedeu auxílio financeiro e estes colonos foram instalados no distrito do Banco da Vitória, às margens do rio Cachoeira, onde transformaram-se em pequenos proprietários, plantando cacau e culturas de subsistência.

Os números abaixo servem para acompanhar o crescimento da exportação de cacau no período.

Tabela 1: Exportação de cacau do município de S. J. dos Ilhéus (Século XIX)

ANO	TONELADAS	INCREMENTO %
1830	26	-----
1840	103	296
1850	299	190
1860	570	91
1870	1.196	110
1880	1510	26
1890	3.503	131

FONTE: Mahony , M. A. *The world cacao made; society, politics and history in southern Bahia, Brazil (1822-1919)*. Tese de doutorado apresentada a Universidade de Yale – EUA, 1996. p.190. Apud. RIBEIRO, André Luis Rosa. *Família, poder e mito: o município de São Jorge de Ilhéus (1880- 1912)*. Ilhéus: Editus, 2001. p.153

Os dados acima confirmam a expansão da lavoura cacauera, e já na década de 1830, o sul da Bahia exportava 26 toneladas anualmente, passando

⁴⁶ Idem. p. 106

⁴⁷ AGUIAR, Manuel Pinto de. *Op.cit.* p.149.

para 13.000 toneladas em 1900 quando se tornou um dos principais produtores mundiais, o que demonstra o crescimento contínuo durante todo o século XIX e de maneira mais acelerada a partir das últimas décadas.

Além dos colonos europeus, foram responsáveis por esse crescimento, migrantes de outras áreas do nordeste brasileiro, fazendeiros descendentes dos colonizadores de Ilhéus, índios pacificados, escravos africanos e negros libertos, e aristocráticos plantadores de açúcar do Recôncavo Baiano, que a partir da crise dessa cultura passaram a investir em cacau no sul do Estado.⁴⁸ Entre esses, apenas alguns colonos europeus, e mais os plantadores de açúcar do Recôncavo e alguns poucos fazendeiros possuíam capital para maiores investimentos e para possuírem escravos para trabalhar na lavoura cacauera.

A posse desses escravos serviu também como garantia para obterem crédito agrícola e negociarem com comerciantes da capital do estado, prática comum em áreas remotas como o sul da Bahia.⁴⁹ Por isso, esses proprietários de escravos tornaram-se os fazendeiros e comerciantes mais bem sucedidos da região, pois monopolizavam o comércio com Salvador, tornaram-se os principais compradores e vendedores de cacau, e tinham acesso e concediam parte do crédito agrícola para outros fazendeiros. Entre esses proprietários de escravos estavam os membros de famílias que marcaram a história e a vida política da região: os Sá, os Homem del Rei, os Adami de Sá, os Lavigne de Lemos, os Cerqueira Lima, os Amaral.⁵⁰

Em 1850 foi criada a Lei de Terras, como ficou conhecida a lei nº. 601 de 18 de setembro de 1850. Anteriormente as terras eram doadas através das sesmarias, mecanismo que acabou com a independência em 1822. Com a nova lei criaram-se os mecanismos para a regularização fundiária das posses doadas desde o período colonial e legalizar as terras ocupadas sem autorização, ao mesmo tempo reconheceu as terras devolutas pertencentes ao Estado, e estabeleceu mecanismos de acesso à propriedade da terra. Tal acontecimento teve relação com o fim do tráfico de escravos africanos e o incentivo à imigração estrangeira, visando o estabelecimento de colonos, e abriu a perspectiva de tornarem-se proprietários. Dessa forma o estado

⁴⁸ MAHONY, Mary Ann. Instrumentos necessários... Op.cit. p. 107

⁴⁹ Idem. p. 116.

⁵⁰ Idem. p. 117.

imperial brasileiro tentava intervir de forma a propiciar as condições para um modelo de desenvolvimento que precisava sanar uma de suas principais debilidades que era a falta de mão de obra e, ao mesmo tempo, o governo estabelecia os parâmetros para a utilização do principal meio de gerar riqueza na época, a terra.

Estabeleceu a proibição de aquisição das terras devolutas que não fosse através de compra. A simples posse tornou-se ilegal, ou seja, só poderiam ter acesso a terra aqueles que tivessem condições de pagar por elas. Essa lei atendia muito bem aos interesses dos grandes proprietários que procuraram dificultar o acesso à terra para as pessoas de poucos recursos. Preocupados com o fim do tráfico negreiro e prevendo que o fim da escravidão estava próximo, se a terra fosse facilmente adquirida, os fazendeiros ficariam sem mão-de-obra, pois, dificilmente encontrariam quem se dispusesse a trabalhar para eles.

A Igreja teve papel de destaque na divulgação e aplicação das novas medidas pelas suas relações com o Estado imperial e como uma das poucas instituições que exercia ação por todo o país. Os Vigários foram encarregados de receber as declarações para o registro das terras e os incumbidos de proceder a esse registro dentro de suas Freguesias.

A partir da década de 1860 observa-se uma aceleração no crescimento da lavoura cacauífera, a população regional crescia vertiginosamente e, com o aumento no consumo, o cacau era exportado para fábricas de chocolate na Europa, o que garantia um mercado consumidor para a produção baiana. Também a partir de 1860 houve a introdução de novos tipos de cacauífera, o cacau “Pará” e “Maranhão”, originário da Amazônia, considerados mais rústicos e menos exigentes quanto a condições climáticas e umidade do solo, o que possibilitou a sua expansão por toda a região. Foi levado do litoral para o interior, permitindo o plantio não apenas nas margens dos rios e riachos como acontecia anteriormente.

Em meados da década de 1870 o governo autorizou a alienação das terras dos aldeamentos indígenas extintos “e sua venda pelo preço de mercado aos foreiros ou a outros, como fosse mais vantajoso para a Fazenda

Nacional.”⁵¹ Com isso abriu-se a possibilidade de ocupação de áreas até então reservadas, constituindo-se em novos espaços para o crescimento da lavoura cacauera em espaços que já contavam com certas benfeitorias. É nesse contexto que “os índios foram sendo descartados como trabalhadores inadequados às novas perspectivas, pela preferência dada à grande leva de imigrantes (...).”⁵²

Tabela 2: Crescimento demográfico do sudeste da Bahia nos anos 1872 e 1907.

Municípios	1872			População Total 1907
	População livre	População escrava	TOTAL	
Alcobaça	2.916	543	3.459	7.462
Areia	-----	-----	-----	26.486
Barcelos	1.556	460	2.016	4.391
Barra do Rio de Contas	3.102	510	3.612	13.515
Belmonte	3.861	462	4.323	24.759
Camamú	8.065	964	9.029	18.871
Canavieiras	2.933	189	3.122	20.450
Caravelas	3.826	205	4.031	6.719
Ilhéus	4.631	1.051	5.682	36.563
Maraú	2.399	362	2.761	13.900
Nova Boipeba	-----	-----	-----	14.416
Porto Seguro	3.004	124	3.168	3.761
Prado	2.008	218	2.226	6.664
Una	-----	-----	-----	7.005
Valença	14.625	1.521	16.146	11.056
TOTAL	52.966	6.609	59.575	216.018

FONTE: Fundação de Pesquisa – CPE. Cacau. In: A inserção da Bahia na evolução nacional: 1ª etapa: 1850-1889, Salvador, 1978. p.175. Apud. VIANNA. Ialmar Leocádia. A Estrada de Ferro Ilhéus-Conquista e a lavoura do cacau na Bahia. Dissertação de Mestrado. UFPE. Recife. 1986. p. 56.

Apesar de em 1872 Ilhéus dispor de percentual tão alto de escravos entre a sua população, alguns estudiosos da região do cacau preferiram ignorar ou desconsiderar tal dado e construíram narrativas que afirmam que desde o seu início a lavoura cacauera utilizou-se somente do trabalho livre. Em um desses casos, acreditou-se que na fase inicial de ocupação pioneira da região tal tarefa foi desempenhada por um “quase-campesinato,” que “se configuraria pela detenção da posse, mas não da propriedade da terra e, em geral, por uma vinculação instável com ela.”⁵³ Em outro caso temos uma

⁵¹ GUERREIRO DE FREITAS, Antonio Fernando., PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. Op.cit.p.97.

⁵² Idem p.89.

⁵³ FALCÓN, Gustavo. **Os coronéis do cacau**. Salvador: Ianamá/Centro Editorial e Didático da UFBA, 1995. p.26-27.

versão que acredita que desde o início da lavoura do cacau em meados do século XVIII contou com mão de obra assalariada onde: “Recebendo adiantamento do capital comercial, o desbravador contratava força de trabalho não escrava para suas expedições, construção de infra-estrutura e plantio do cacau.”⁵⁴

Entre o final do século XIX e início do XX gradativamente houve a diminuição da produção familiar em virtude do fortalecimento da produção comercial. Consolidou-se a monocultura e o estabelecimento da relação de trabalho predominantemente assalariada. Não que isso tenha representado a clássica transição, com a penetração do capitalismo no campo, que teria levado ao fim da pequena propriedade baseada na produção familiar. Ela subsistiu concomitantemente à produção capitalista e a ela subordinada, apesar de ter diminuído substancialmente em razão do processo de acumulação das terras.

Foi nesse contexto de crescimento econômico e populacional, e graças a ele, que a Vila de Ilhéus foi elevada à categoria de cidade em 1881. A expansão esteve diretamente relacionada ao aumento do mercado internacional, ao alto preço do produto no exterior e à disponibilidade de terras devolutas ocupadas com a chegada de grandes contingentes que se transformaram em produtores.

Desde o final do século XIX que o Governo e as elites econômicas intensificaram o estímulo à migração para a região com promessas de progresso para quem se dispusesse a trabalhar na imensidão de terras disponíveis. Contudo essa possibilidade de enriquecimento rápido e fácil e o acesso ilimitado às terras eram muito mais uma manipulação das informações visando atrair um grande contingente populacional e atender aos interesses dos grandes proprietários rurais já existentes, que tinham dificuldades com a falta de braços para trabalhar na expansão da lavoura.

A maioria desses imigrantes era oriunda do norte da Bahia e dos Estados de Sergipe e Alagoas. Destes, parte considerável se instalou em terras devolutas situadas na fronteira oeste da região e, geralmente, não tinham a situação fundiária regularizada.

⁵⁴ BAIARDI, Amílcar. **Subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacauífera da Bahia**. São Paulo: Hucitec, 1982. p.53.

Com a proclamação da República a responsabilidade pela regulamentação fundiária passou a ser atribuição dos Estados. Na Bahia em 1897 foi criada a Lei 198 que estabelecia a forma como isso ocorreria, criaram-se as Delegacias de Terras, e foi permitida a legitimação das posses ocorridas até dois de julho de 1891 e estabeleceu os prazos para a entrada dos pedidos de regularização, contudo, tais prazos foram prorrogados várias vezes até 1921,⁵⁵ e ainda em 1928 a Associação Comercial de Itabuna encaminhou ao governador do Estado nova solicitação para prorrogação desse prazo.⁵⁶ Entre a implantação da Lei estadual de regularização das terras em 1898 e 1930 o sul do Estado concentrou “mais de 68% dos processos referentes a compras de glebas do Estado – cerca de 10.355.”⁵⁷

Os migrantes que chegaram à região nesse período se estabeleceram como pequenos produtores, geralmente utilizavam mão de obra familiar, não tinham acesso ao crédito agrícola e não controlavam os mecanismos de comercialização do produto, por ser voltado à exportação. E como do plantio ao início da efetiva produção do cacau leva em média entre quatro e seis anos, acabavam por endividar-se junto aos comerciantes exportadores, ou junto aos grandes fazendeiros, que atuavam como financiadores. Em alguns casos, o endividamento ocorria desde o ato de adquirir e se instalar na terra e, na maioria das vezes, no investimento da produção. Assim, esses pequenos produtores viam parte da renda gerada ser destinada a pagar as altas taxas de juros cobradas pelo capital usurário. Em muitos casos viram-se forçados a trabalhar como assalariados dos grandes fazendeiros como forma de incrementar a renda familiar, ou então, na pior das hipóteses, foram obrigados a desfazer-se das terras perdendo-as justamente para os agentes que serviram como seus financiadores. Sendo assim percebe-se como as dificuldades do acesso ao crédito teve papel importante na formação e concentração da propriedade fundiária na região.

⁵⁵ Bahia. Lei de Terra do Estado da Bahia. SEPLANTEC./ CAR-INTERBA. Mestrado em Direito Econômico da UFBA. Salvador. 1985. p.30-37 e 60-62. apud. OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Recôncavo sul: terra, homens, economia e poder no século XIX**. Salvador: UNEB, 2002. p.33.

⁵⁶ GARCEZ, Angelina Nobre Rolim, e GUERREIRO DE FREITAS, Antonio Fernando. **Bahia Cacaueira: um estudo de história recente**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1979. p.32.

⁵⁷ Seplantec-CPE, A inserção da Bahia na evolução nacional; 2ª etapa:1889-1930, p.81. Apud. FALCÓN, Gustavo. Op.cit. p.42

Se no início do século XIX o papel de concentrar as atividades mercantis de comercialização e ao mesmo tempo atuar como agente financiador estava nas mãos dos antigos proprietários de escravos, com o rápido crescimento da lavoura cacauera, no final do século e início do século XX, estes já não tinham condição de suprir toda a demanda existente. Inúmeras casas exportadoras passaram a atuar na zona cacauera e a exercer esse papel de maneira bastante eficiente para os seus propósitos. Com o tempo passaram a atuar em diversos setores: representantes de Bancos e companhias nacionais e estrangeiras, companhias de navegação, empresas de transportes, seguradoras e atuando como agente financeiro. Atuavam também como fornecedores de produtos alimentícios necessários para o abastecimento local que praticamente só produzia cacau e por isso essa demanda só tendia a aumentar.

A Companhia Baiana de Navegação atuava na região desde 1870 através de uma linha mensal, que não atendia a demanda. Só a partir da década de 1890 passou a atuar regularmente na área com embarcações de pequeno porte que serviam aos comerciantes vinculados às casas exportadoras que utilizavam o meio de transporte para levar mercadorias necessárias à subsistência dos produtores e buscar o cacau.

Nesse período ficou bastante evidenciado o papel desempenhado pelo capital comercial no financiamento da lavoura e como ele foi fundamental para o processo de formação e concentração da propriedade da terra na região. Parte desses comerciantes eram oriundos da capital do Estado; outros, os maiores, subordinados ou representantes de empresas estrangeiras, inicialmente européias e posteriormente norte-americanas, interessadas na dupla possibilidade de ganho, no financiamento da produção e no comércio, assegurado através do controle da produção exercido pela dependência financeira a que estava submetido o produtor, transformando, dessa forma, a renda camponesa em lucro mercantil.⁵⁸

Em 1904 o cacau ultrapassou o valor das exportações de fumo e tornou-se o principal produto na pauta de exportações do Estado da Bahia, desempenhando importante papel na arrecadação de tributos e geração de

⁵⁸ Gustavo Falcón. op. cit. p.55

divisas. Nesse período, foram constantes os anúncios na imprensa colocados pelo governo baiano no sentido de atrair interessados em se lançar na aventura do cacau, onde se oferecia, além das promessas de acesso a terra, transporte gratuito através da Companhia de Navegação Baiana, o que atraiu grandes levas de sergipanos e alagoanos.⁵⁹ A economia baiana de fins do século XIX e início do XX continuava estruturada tendo por base a agricultura voltada para exportação, extremamente dependente de fatores externos que interferiam nas cotações. Por isso atravessava a crise na lavoura açucareira e do algodão e, na medida em que crescia a lavoura cacauera, o Estado passou a depender cada vez mais da exportação desse produto, o que aumentou o papel do cacau no percentual de exportação do Estado e também na arrecadação do Estado através de impostos e taxas, conforme indicado na tabela abaixo.

Tabela 3: EXPORTAÇÃO DE CACAU E IMPOSTOS COBRADOS NA BAHIA (1865-1930)

ANOS	Quantidade em Kilos	CONTOS DE RÉIS			Porcentagem Fornecida pelo Cacau
		Valor Oficial	Impostos Cobrados	Renda Estadual Total	
1865	811.995	173	10	-----	-----
1875	931.628	248	15	2.308	0,65
1885	-----	1.563	93	2.566	3,65
1895	6.732.469	4.388	658	8.769	7,50
1905	17.152.476	8.885	1.599	8.218	19,45
1915	37.124.603	37.144	6.388	22.363	28,56
1920	51.576.653	47.964	8.468	30.182	28,03
1925	62.643.000	67.800	10.640	54.289	19,46
1926	52.598.000	45.147	6.250	50.257	12,50
1927	73.762.000	84.019	11.636	68.853	18,50
1928	70.941.000	113.951	16.034	75.373	21,07
1929	63.183.000	81.908	12.769	67.572	18,89
1930	37.556.000	61.664	10.251	57.938	17,67

FONTE: BAHIA. Diário Oficial. Mensagem do Governador, 1931. Mensagem. 1905-17.152.476. In: As exportações da Bahia durante a República Velha. In: VIANNA, Ialmar Leocádia. Op. cit. Anexo 1.

Cabe salientar que houve considerável aumento da área plantada, único meio vislumbrado pelos produtores para aumentar a produtividade, o que foi favorecido com a melhoria do sistema de transporte visando o escoamento da produção, inclusive com a criação da estrada de ferro Ilhéus – Conquista em

⁵⁹ GONÇALVES, Oscar Ribeiro. O Jequitibá da Taboca. Salvador: Oficinas Gráficas da imprensa Oficial da Bahia, 1960, pp.23, 32, e 122). Apud. GUERREIRO DE FREITAS, Antonio Fernando., PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. Op. cit. p. 112.

1913. Tal obra foi um empreendimento do capital inglês através da concessão obtida pela The State of Bahia South Western Railway Company Limited, e tinha relação direta com a divisão internacional do trabalho na medida em que facilitava o acesso à matéria prima para os países industrializados.

Como a produção era quase que exclusivamente destinada ao mercado externo, era bastante vulnerável às oscilações desse mercado consumidor e das variações na produção da concorrência internacional dos países africanos, notadamente a partir da década de 1910, pois em 1913 Gana assumiu a liderança da produção mundial, lugar até então ocupado pelo Brasil. Nos anos 1920 a região atravessou uma de suas maiores crises, pois enquanto em 1919 a tonelada de cacau valia 90 libras, em 1921 caiu para 39 libras.⁶⁰ Nessa ocasião a crise foi causada pela baixa do preço no mercado externo e por enchentes nos rios Pardo e Jequitinhonha que destruiu parte das plantações existentes nas áreas ribeirinhas.

A alta especulação levou ao estabelecimento de tensas relações entre produtores e comerciantes exportadores de cacau que trocavam acusações pela responsabilidade da crise. Nesse momento houve um aumento da procura pelas terras férteis e da violência dos fazendeiros e comerciantes que se aproveitaram do momento de crise e conseqüente impossibilidade dos pequenos produtores, que utilizavam o crédito concedido pelos comerciantes ou pelos grandes proprietários, de saldarem suas dívidas para, das mais variadas formas, expropriarem suas terras.

A partir da década de 1920 ocorre o que Antonio Fernando Guerreiro de Freitas chamou de “formação da burguesia cacaueira,” quando ocorreu a aproximação dos interesses de uma elite de fazendeiros muito ricos que passou a comprar e vender cacau, e comerciantes exportadores que transformaram-se em proprietários e conseqüentemente produtores, estabelecendo certa unidade nos interesses do que antes constituíam-se em classes distintas e até antagônicas e que passaram a formar um grupo misto “tendendo a se constituir como uma só classe.”⁶¹

Concordamos que tal processo aconteceu, contudo é importante salientar que isso não eliminou algumas contradições internas inerentes a essa

⁶⁰ GUERREIRO DE FREITAS, Antonio Fernando., PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. Op.cit. p.110.

⁶¹ Idem p.p. 111; 118.

“burguesia cacaeira”. Uma delas advém do fato de que parte considerável desses comerciantes exportadores que se tornaram produtores eram investidores estrangeiros e, por isso, tinham interesses específicos. Além disso, alguns outros eram comerciantes advindos de antigas culturas tradicionais da Bahia como o fumo ou o açúcar e que, por isso, estabeleciam relações privilegiadas com os detentores do poder do Estado. E, por último, deve ficar claro que nem todo produtor de cacau ou grande proprietário tornou-se comerciante ou financiador e por isso continuavam a existir frações com interesses distintos entre os fazendeiros e comerciantes.

Como exemplo desse conflito de interesses, podemos apontar a reivindicação de parte dos produtores em aparelhar o porto de Ilhéus, que não tinha boas condições portuárias e constantemente ocasionava atrasos nos embarques para Salvador, única via para a exportação de cacau para o exterior. A intenção era capacitar o porto para que os navios estrangeiros pudessem atracar na cidade e com isso exportar diretamente sem precisar da intermediação da capital. Manifestaram-se a favor dessa iniciativa o Sindicato dos Agricultores de Cacau e a Associação Comercial da Bahia, ambos com sede em Salvador, enquanto as casas exportadoras tencionavam ao contrário para não perderem o controle do comércio. A alternativa encontrada foi buscar o apoio do Governo Federal, obtido através do Ministério da Viação, com o início da obra em 1923 e sua conclusão em 1926.⁶² Após as melhorias no porto de Ilhéus, as casas exportadoras, preocupadas com a possibilidade de perder essa fatia no comércio, passaram a atuar de maneira mais direta na região, eliminaram alguns intermediários e estabeleceram filiais espalhadas nas várias localidades e, ao mesmo tempo, ofereceram melhores preços aos produtores e trataram de aumentar a dependência através do financiamento, difundindo a prática da compra antecipada das safras.⁶³

Com relação à burguesia cacaeira, os elementos que possibilitaram a formação e fortalecimento desse grupo foram justamente as dificuldades encontradas no desenvolvimento da economia cacaeira, a precária infraestrutura de transporte e comunicações, a distância do mercado consumidor do

⁶² DINIZ, José Alexandre Felizola e Duarte, Aluizio Capdeville. **A Região Cacaeira da Bahia** – Série Estudos Regionais. Recife, SUDENE, 1983. p.54.

⁶³ Idem p.149.

cacau, a dependência do produtor diante do comerciante exportador, a dependência do mercado externo, a falta de armazéns, e ainda as cheias, pragas e principalmente a falta de crédito. Tudo isso levou os setores que compuseram a burguesia cacauzeira a se aproveitar dessas dificuldades para atuar como financiadora da produção e intermediária do comércio. Quanto maior as dificuldades, mais obtinham vantagens nas suas relações com os pequenos e médios produtores.

Com relação ao crédito, apenas em 1905 foi instalado em Ilhéus o Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola, com atuação limitada e em 1917 foi criada a primeira agência do Banco do Brasil de Ilhéus e, em 1924, a de Itabuna.⁶⁴ Em 1925, o Banco Econômico passou a atuar na região. Apesar disso as complexas exigências, principalmente a referente à documentação de posse da terra, dificilmente apresentada, não alteraram muito a situação no que tange à dificuldade dos pequenos produtores na obtenção de crédito. Estes continuaram a utilizar o crédito especulativo, que cobrava taxas de juros exorbitantes que em muitos casos não conseguia ser saldado, conferindo ao crédito importante papel na concentração da propriedade. Para esclarecer essa discrepância, enquanto os juros cobrados pelos Bancos giravam em torno de 8%, o crédito usurário chegava a 48% ao ano.⁶⁵

Alguns grandes proprietários, por disporem das condições necessárias para obterem crédito formal, adquirido nos poucos bancos existentes, se aproveitaram dessa condição para conseguir crédito a melhores juros e prazos e emprestavam aos pequenos produtores a juros exorbitantes. Um exemplo marcante dessa prática foi o detentor de uma das maiores fortunas da região, Manuel Misael Tavares da Silva, que era o maior tomador de empréstimos do Banco de Crédito Hipotecário, e ao mesmo tempo era o maior prestador da cidade.⁶⁶ Se em 1914 possuía cerca de dezoito fazendas e empregava cerca de quatrocentos trabalhadores, em 1930 “possuía, além de um banco, milhares de ações, inúmeros imóveis urbanos e nada menos que setenta e sete fazendas,

⁶⁴ GUERREIRO DE FREITAS, Antonio Fernando., PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. Op. cit p. 120.

⁶⁵ GARCEZ, Angelina Nobre Rolim, e GUERREIRO DE FREITAS, Antonio Fernando. Bahia Cacauzeira...Op. cit. p.25,26.

⁶⁶ FALCÓN, Gustavo. Op. cit. p.59

com um total aproximado de um milhão e trezentos mil cacauzeiros, produzindo quase sessenta e cinco mil arrobas.”⁶⁷

Sendo assim, percebe-se que o mesmo capital passou a atuar nas diversas áreas, desde a produção, comercialização e financiamento, ou seja, houve uma metamorfose no capital empregado na região. Fazendeiros tornaram-se comerciantes e financiadores, e comerciantes financiadores transformaram-se em fazendeiros, e ambos, ao mesmo tempo passaram a obter lucro e renda. Nos respectivos casos o processo de expropriação dos pequenos produtores foi o elemento essencial.

Cabe destacar que alguns dos maiores empreendimentos que atuavam dessa forma era formado a partir de capital estrangeiro, a exemplo da Steveson & Cia e a Wildberger & Cia, que acabavam por remeter parte significativa do capital excedente para seus países de origem. Para se ter uma idéia do processo de acumulação dessas empresas:

quando se organizou a firma Sociedade Anônima Companhia Agrícola Cacaueira da Bahia, cujos sócios eram as empresas comerciais Wildberger e Cia. e Rapold, Manz & Cia., tendo como objetivo a compra de propriedades agrícolas, os dois principais acionistas já apresentavam, entre seus bens imóveis, 118 fazendas, todas situadas na região cacaueira, sendo 9 em Ilhéus, 78 em Belmonte, 28 em Canavieiras, 2 em Una e uma em Itabuna. Elas totalizavam uma superfície de aproximadamente 14.643 ha., com 2.774.876 pés de cacau plantados.⁶⁸

Outro fator importante a ser levado em conta ao analisarmos o processo de acumulação de terras na região era a dificuldade de regularização fundiária e ainda o desrespeito aos posseiros e mesmo àqueles que detinham títulos das terras ocupadas. Muitos desses foram expulsos das terras por não terem condições de regularizar a posse, ou por não conseguir defender seus direitos legalmente junto aos órgãos judiciais existentes que eram controlados pelos grandes fazendeiros e comerciantes que tinham ligações políticas com escalões superiores e que nomeavam os ocupantes dos cargos públicos na região.

⁶⁷ GARCEZ. Angelina Nobre Rolim. **Mecanismos de Formação da Propriedade Cacaueira no Eixo Itabuna/Ilhéus – 1890-1930.** (Dissertação de Mestrado) UFBA. Salvador. 1977. pp.132-161. Apud. FALCÓN, Gustavo. Op. cit. p.66.

⁶⁸ GUERREIRO DE FREITAS, Antonio Fernando., PARAISO, Maria Hilda Baqueiro.op.cit. p. 122.

Tal processo foi incrementado pelo que na região era chamado de “caxixes,” termo usado na época para referir-se ao que atualmente é chamado de “grilagem”, procedimento de indivíduos que procuram apossar-se de terras alheias mediante falsas escrituras de propriedade. O termo “grilagem” nasceu a partir da prática de colocar os documentos falsificados em uma caixa com alguns grilos, para que após algumas semanas passasse a ter aparência envelhecida em função dos excrementos do inseto. No caso do sul da Bahia não havia essa preocupação em maquiagem os documentos com insetos, e assim o termo foi cunhado: “O caxixe é um macaquinho que rói o cacau por dentro, você passa na roça o cacau está bom, você derrubou, não tem nada, então o caxixe é um negócio que tem todo aspecto legal, mas não é (...).”⁶⁹

Alguns fazendeiros, com a conivência de agentes públicos que atuavam nos cartórios, se aproveitavam do fato de a grande maioria dos pequenos posseiros não possuírem a documentação de suas terras, para forjarem documentos que possibilitavam a expulsão de antigos ocupantes das terras. Geralmente esse procedimento era acompanhado de formas de pressão mais violentas.

(...) forjavam-se documentos para apossamento ou venda das terras a terceiros, incluindo nisso a freqüente queima de Cartórios de registros de propriedade da região (naturalmente com relação às terras tituladas ou registradas); realizava-se a invasão de terras e o roubo de safras como meio de pressão para expulsar o roceiro de suas plantações; as tocaias criminosas, as guerras entre famílias ou entre vizinhos, tudo isso foi posto a serviço de fazer crescer a propriedade, de ‘emendar’ as plantações ou as fazendas, de construir os ‘conjuntos.’⁷⁰

Processo parecido ocorria também com a participação dos responsáveis pelas Delegacias de Terras. Editais eram publicados dando aos pequenos proprietários alguns dias para pagarem impostos supostamente necessários à legalização de suas terras. Tais editais eram publicados em locais que pouca gente via, ou em jornais que a maioria da população e conseqüentemente os interessados não tinham acesso, e mesmo quando tomavam conhecimento nem sempre dispunham de dinheiro para pagar tais obrigações, e conseqüentemente, suas terras eram confiscadas, após o vencimento do prazo

⁶⁹ GUERREIRO DE FREITAS, Antonio Fernando. (Org.) **Sá Barreto**, Ilhéus: Editus, 2001. p. 52,53.

⁷⁰ GARCEZ. Angelina Nobre Rolim. Op.cit. p. 135.

determinado. “Em geral, e de acordo com a estratégia engendrada, essas eram, logo a seguir, adquiridas pelo grande fazendeiro.”⁷¹

No exemplo acima observamos que o processo de expulsão dos pequenos proprietários e posseiros pelos grandes fazendeiros tinha a conivência e colaboração de agentes públicos, inspetores de terras, responsáveis por legalizar a ocupação e a propriedade das terras públicas. Essas táticas mostraram-se bastante eficientes até porque eram travestidas de processos supostamente legais e executadas por elementos que exerciam cargos ou funções públicas importantes. Por vezes esse processo de expropriação não teve tanta preocupação de travestir-se de legalidade, sendo muito comum na região a ação dos jagunços e pistoleiros na eliminação física de ocupantes de terras para posteriormente serem legalizadas pelos grandes fazendeiros, no chamado “caxixe”. Sem dúvida, um aspecto da história regional imortalizado pela literatura através das obras de Jorge Amado.⁷²

Importante salientar a importância do controle dos órgãos estatais para a concretização dessas práticas excludentes, e como esse controle se efetivava a partir das relações políticas nitidamente coronelistas. É também significativo destacar que, diferente da idéia tradicional de latifúndio, quando se trata da concentração fundiária na região cacaueteira, formaram-se alguns grandes proprietários de inúmeras pequenas propriedades que juntas formavam grandes extensões de terra, constituindo o que Angelina Garcez chamou de conjunto.⁷³

Ao descrever esse processo de expropriação e concentração fundiária, devemos deixar claro que, apesar da consolidação das relações de trabalho assalariadas, não houve uma total extinção da pequena propriedade baseada na produção familiar. E, ainda, que apesar da sua sobrevivência, não significa que estava fora do modo de produção capitalista, pois este comportou formas patronais e familiares de produção. Como afirma Amílcar Baiardi:

⁷¹ Alcino Dórea a Juracy Magalhães, Ilhéus, 25 de julho 1934, SA/ AEBa, Doc. 1108. Apud. SAMPAIO, Consuelo Novais. **Poder e representação: o legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937**. Salvador: Assembléia Legislativa, 1992. p. 53.

⁷² Terras do Sem Fim, São Jorge dos Ilhéus, Tocaia Grande, são exemplos de romances escritos por Jorge Amado que descrevem o uso da violência pelos Coronéis do cacau.

⁷³ GARCEZ. Angelina Nobre Rolim. Op. cit. p.135.

Em face de o capitalismo ser o processo hegemônico na região e de a produção familiar reproduzir-se sob a égide do capital e de acordo com a sua lógica expansiva, torna-se questão menor procurar as diferenças entre fazer parte (subsumir) e sujeitar (subordinar), quando se trata de processos produtivos, envolvendo o trabalho e o capital. O que interessa antes de tudo captar é que o trabalho está valorizando o capital sem estar imiscuído no processo produtivo capitalista. Este é o conceito de subsunção formal, independente da maior ou menor autonomia operativa do pequeno produtor.⁷⁴

Esse mesmo autor acredita na coexistência espacial entre a propriedade capitalista e familiar, isso porque não houve essa diferenciação durante o processo de ocupação da região e que estabeleceu relações marcadas pela integração e subordinação. Concordamos com essa argumentação até porque, além das relações de financiamento e da absorção da força de trabalho familiar nas grandes propriedades capitalistas, já descritas, devemos considerar também a venda de produtos destinados à alimentação humana e animal, produzidos nas pequenas propriedades. E ainda que devido ao longo e caro processo de beneficiamento e transporte do cacau, em muitos casos os produtores familiares após concluir o ciclo de produção vendiam o cacau ao produtor capitalista, que no beneficiamento e transporte adicionava mais uma forma de ganho.

Acreditamos que desde os momentos iniciais da ocupação da região se formaram também grandes propriedades, ou por apropriação de terras devolutas através dos processos de compra ou simples ocupação, ou através das terras adquiridas através de compra ou invasão violenta ou ainda terras remanescentes das antigas sesmarias que durante o século XIX produziam com base no trabalho escravo, ainda que não constituíssem a maioria das propriedades.

1.2. Alguns aspectos do poder local

Com a proclamação da República se instituiu o voto, em uma versão que deixava de fora as mulheres, os analfabetos, assim como alguns religiosos e militares dos baixos escalões. Em virtude deste caráter excludente, na Bahia apenas uma pequena parcela da população podia votar, pois, “em 1890, apenas

⁷⁴ BAIARDI, Amílcar. Op. cit. p. 31. nota 8.

cerca de 8% da população sabiam ler e escrever, tendo esse percentual decrescido para 5%, trinta anos depois.”⁷⁵ Era o controle sob os votos em suas regiões de atuação que conferia o poder dos coronéis durante os pleitos eleitorais e que lhes garantia a indicação para nomeação dos principais cargos públicos que eram também fundamentais para a ampliação do seu poder.

Apesar do caráter limitado do voto, o controle da máquina eleitoral era fundamental para a preservação ou tomada do poder, e os líderes políticos locais eram fundamentais para esse sistema, se constituindo em “uma forma peculiar de manifestação do poder privado coexistente num regime político que requer base representativa.”⁷⁶

Desde a criação da Guarda Nacional, durante o império, que patentes eram vendidas aos grandes proprietários de terras. Na Bahia houve um aumento considerável do número de coronéis quando o governo estadual, chefiado pelo governador J.J. Seabra (1912-1916) obteve o direito de explorar a venda de tais patentes. “Justamente naquela ocasião, foi a vaidade dos moradores do sul do Estado da Bahia, seriamente explorada pela venda de patentes, havendo até agentes vendedores das mesmas em todas as cidades.”⁷⁷ A posse da patente dava o direito de possuir guarda armada particular, na verdade jagunços, essenciais para os coronéis tirarem proveito nos conflitos pela terra.

Uma das características específicas do coronelismo local, segundo Gustavo Falcón, é que não tinha apenas um mandatário que concentrava todo poder, e por isso a região era palco de acirrados embates político-eleitorais,⁷⁸ e essa proliferação de coronéis teria acontecido em razão da especificidade de seu processo de formação histórica com a consolidação de uma classe dominante, forjada com base na violência e na instrumentalização do poder político para a defesa de seus interesses.⁷⁹

⁷⁵ SAMPAIO, Consuelo Novaes. Op. cit. p.22. apud. FALCÓN, Gustavo. p.31

⁷⁶ FALCÓN, Gustavo. p.35

⁷⁷ DANTAS DE ANDRADE, J. **Dicionário histórico e ilustrado de Itabuna**. Itabuna: Proplan, 1986. p.81. apud: RIBEIRO, André Luis Rosa. **Família, poder e mito: o município de São Jorge de Ilhéus (1880- 1912)**. Ilhéus: Editus, 2001. p. 80.

⁷⁸ FALCÓN, Gustavo. p.97.

⁷⁹ Idem p.18.

A formação da burguesia cacauceira foi resultado de um processo de conflitos que não terminaram com a consolidação da sua hegemonia. Como afirmado anteriormente, o controle de determinadas estruturas do Estado garantia a manutenção e ampliação do acesso a terra e a certos privilégios, e a posse da intendência municipal garantia o poder de indicar os cargos públicos locais e isso levou à luta constante entre facções da burguesia local travestidas de grupos que em determinados momentos assumiam feições familiares e se aglutinavam em torno dos partidos políticos. Eram conservadores e liberais durante o Império, e constitucionalistas e federalistas na República Velha (1889-1930) – estes, denominados em Ilhéus de “*adamistas*” e “*peçoístas*”, em função dos seus líderes, os coronéis da Guarda Nacional, Domingos Adami de Sá e Antonio Pessoa da Costa e Silva.

A família Sá ocupou o poder municipal de maneira quase ininterrupta durante o século XIX e na primeira década do século XX. Latifundiários e escravocratas tinham articulações comerciais e políticas na esfera estadual e nacional. O Coronel Antonio Pessoa da Costa e Silva era rábula e foi promotor público municipal, tornou-se um dos mais importantes políticos baianos da época, foi deputado provincial, intendente municipal e senador estadual e assumiu no fim do império a postura liberal e abolicionista.⁸⁰ Desde esse período foram construídos os discursos que permaneceriam vivos após o fim do império e durante a República Velha, e que influenciaram a história e a identidade regional.

Os conservadores eram acusados de construir seu poder em função do trabalho escravo e das benesses do governo, confundindo os bens públicos e privados, mantendo dessa forma o município em profundo atraso material. Os liberais chefiados por Castro e Pessoa, eram taxados de forasteiros, aventureiros sem tradição na região, que tinham como único desejo controlar o poder municipal em benefício próprio.⁸¹

Nas primeiras décadas do século XX, o grupo liderado pelo Coronel Pessoa era formado principalmente de prósperos fazendeiros de origem humilde, formado por descendentes dos colonos europeus que chegaram à região no século XIX e alguns migrantes nordestinos que foram bem

⁸⁰ RIBEIRO, André Luis Rosa. Op. cit. p.64.

⁸¹ Idem. p.65.

sucedidos na formação de fazendas de cacau e por isso tornaram-se os novos ricos da região cacauzeira. Pela sua origem, esse grupo tinha dificuldades em ser aceito pela tradicional elite ilheense, e facilmente se identificou com o discurso *pessoísta* de defensor dos pequenos proprietários, contra os escravocratas e invasores das terras dos pequenos posseiros, e que eram homens lutadores que haviam sofrido e batalhado para, com o suor do trabalho, conseguir o que possuíam. Na verdade, em ambos os grupos políticos havia fazendeiros descendentes de famílias escravocratas, apesar de que em menor quantidade entre os *pessoístas* que no grupo rival, e que tinham praticado a expropriação de pequenos lavradores para aumentar suas propriedades.⁸² Essa polêmica originou a versão da história de que a região foi construída pelos desbravadores, sem o uso do trabalho escravo, e graças aos corajosos coronéis que enfrentaram toda sorte de dificuldades.

Os proprietários de escravos desempenharam papel importante na expansão do cacau, e, com o fim da escravidão, a expansão da cacauicultura e desenvolvimento dos municípios da região, seus principais descendentes ocuparam lugares de destaque na sociedade regional. “A lista dos mais importantes plantadores de cacau e comerciantes em Ilhéus, de 1912 (...) pelo menos metade das pessoas nela citadas provinham, ou passaram a fazer parte através de casamento, de famílias que possuíam escravos no século XIX.”⁸³

Tal informação contesta a tese amplamente difundida, que os plantadores de cacau mais bem sucedidos, e que mais tarde se tornariam os detentores do poder político, os coronéis, eram pessoas oriundas das camadas pobres que teriam migrado para a região fugindo da seca e dispostas a enfrentar as adversidades de uma floresta quase impenetrável para consagrar uma tarefa hercúlea de implantar a lavoura cacauzeira, e por isso ficaram representados na historiografia e na tradição cultural regional como os “desbravadores”, tornando-se os “novos ricos” da Bahia, graças a sua coragem, força e papel destemido.

Não se pode negar que durante algum tempo houve a possibilidade de migrantes pobres desempenharem papel relevante na ocupação de grande quantidade de terras devolutas, e se estabelecerem como fazendeiros de cacau,

⁸² Idem p.113.

⁸³ MAHONY, Mary Ann. Instrumentos necessários... Op. cit. p. 108-109.

alguns inclusive muito bem sucedidos. Mas as relações sociais e as possibilidades de ascensão e manutenção do poder estavam diretamente ligadas ao acesso a alguns mecanismos de poder institucionalizados vinculados ao controle do Estado, como o poder judiciário, as delegacias de terras, as instituições de crédito.

Assim, quando pequenos fazendeiros (...) muitos deles mestiços, e alguns antigos escravos, tentavam vender seu cacau, tentavam defender-se em processos judiciais, obter o título de suas terras, casar-se bem, ou simplesmente caminhar na cidade, viam-se expostos às atitudes e preconceitos de um grupo de pessoas que, uma vez, haviam possuído escravos. Se esses pequenos fazendeiros tinham estado, de alguma forma, ligados a antigos senhores de escravos, eles poderiam ver-se inseridos numa rede clientelística que poderia ser-lhes vantajosa. Se não, eles poderiam experimentar a fria severidade da lei. Em nenhum dos casos, porém, eles seriam iguais.⁸⁴

Como conseqüência desse processo, se analisarmos a lista com os nomes dos intendentos (prefeitos) de Ilhéus durante toda a República velha (1889- 1930) veremos o predomínio dos descendentes das famílias ricas e ex-proprietárias de escravos.

Presidentes da Câmara Municipal de São Jorge dos Ilhéus (1881/1890)⁸⁵

- 1881- major Cristiano Alexandre Homem d'El-Rei
- 1883- capitão Maximiliano Francisco do Amaral
- 1886- Sebastião Egídio de Lemos
- 1887- tenente-coronel Joaquim Ferreira de Paiva
- 1890- capitão José Carlos de Sá Adami

Intendentes Municipais de São Jorge dos Ilhéus

- 1890 – João Batista de Sá e Oliveira
- 1891 - tenente-coronel Joaquim Ferreira de Paiva
- 1894 - Manuel Ascêncio Hohlenwerger Homem d'El-Rei
- 1896 - coronel Ernesto de Sá Bittencourt e Câmara
- 1900 - coronel Antonio Pessoa Costa e Silva
- 1900 - coronel Ernesto de Sá Bittencourt e Câmara
- 1904 - coronel Domingos Adami de Sá
- 1908 – João Cavalcanti Mangabeira /Artur Lavigne de Lemos
- 1912 – Artur Lavigne de Lemos
- 1912 – Antônio Pessoa da Costa e Silva
- 1916 – Manoel Misael da Silva Tavares
- 1920 – Eustáquio de Souza Bastos
- 1924 – Mario Pessoa da Costa e Silva
- 1928 – Durval Olivieri
- 1930 – Eusínio Gaston Lavigne

⁸⁴ Idem. p. 138.

⁸⁵ RIBEIRO, André Luis Rosa. Op. cit. p. 165,166.

Enquanto isso, a maioria dos ex-escravos quando se vinculavam a lavoura cacaeira era para trabalhar a serviço dos fazendeiros, pois o acesso a terra não lhes era garantido, apesar da grande disponibilidade de terras devolutas na região. Em correspondência enviada ao Ministro da Agricultura, apenas onze dias após a abolição, o juiz comissário de Ilhéus afirmou:

(...) grande número de libertos aos quaes não convem trabalhar assalariados tem me requerido posses de terrenos devolutos, onde pretendem cultivar cacao lavoura única a que se dedica o povo dessa rica e fértil comarca. Firmado no aviso de 24 de março de 1886, desse Ministério, tenho indeferido seus requerimentos prometendo-lhes consultar por telegrama a v. Exa., visto a grande quantidade e impaciência dos mesmos requerentes. É manifesta a tendência desses indivíduos pelo solo pela sua posse e grande repugnância pelo trabalho assalariado. Conta-me que alguns contrariados em suas pretensões começam a derrubar e queimar as mattas. aguardo resposta de v. Exa. De quem espero ordens no sentido de proporcionar, quanto antes, aos requerentes o trabalho honesto e evitar a pratica abusiva da invasão, derrubada e queima e posse ilegal das terras devolutas que me compete zelar.⁸⁶

Tal relato demonstra muito bem o preconceito racial a que foram submetidos os libertos, e ainda que o acesso aos meios de produção da riqueza, nesse caso a terra, estava diretamente ligado ao controle dos órgãos do Estado, intrinsecamente vinculados às elites escravocratas e racistas, e que, mesmo após o fim da escravidão, a propalada igualdade racial não existiu na prática. Em alguns casos, chegaram à conclusão que os negros libertos eram inadequados às novas exigências da lavoura e que a solução para a falta de braços seria o incentivo a migração e imigração.

1.3. A Sociedade Cacaeira

Sendo a produção de cacau e todo o sistema gerado a partir dessa cultura, responsáveis pelo conjunto de transformações que se operaram no sul do Estado, conseqüentemente a área em apreço acabou ganhando a denominação de “Região cacaeira.”

⁸⁶ Engenheiro Theodoro Augusto Cardoso, Juiz Comissário de Ilhéus. APEB. Seção Colonial. Avisos recebidos do Ministério dos Negócios da Agricultura e Obras Públicas. 24.5. 1888. Maço 783. Doc. 59-A. fl.90. Apud. CUNHA, Silvio Humberto dos Passos. “**Resolve-me ou eu te devoro! Uma discussão sobre a falta de braços no Recôncavo baiano.**” In: Bahia Análise e dados. SEI. Vol. 10, n.1. Salvador, Julho 2000. p 5.

A construção do conceito de Região Cacaueira se consolidou a partir da idéia de homogeneidade relacionada a monocultura do cacau, ou seja, definiu-se historicamente a partir da forma de produção econômica.

A burguesia cacaueira, na medida em que se processou sua hegemonia, consolidou a ideologia da região, que consiste na concepção da lavoura cacaueira enquanto um elemento unificador de toda sociedade. Por essa ideologia, seus problemas, sua política, seu desenvolvimento seriam de interesse de todos: fazendeiros, comerciantes, tanto quanto assalariados, contratistas, biscateiros. E com isso conseguia obter apoio de vários setores às suas aspirações junto aos órgãos governamentais, que contribuíam para a manutenção e ampliação da ordem econômica.⁸⁷

Houve um notável crescimento das atividades de comercialização de cacau, assim como de importação e comércio de bens e produtos necessários às populações rurais e urbanas em crescimento. Lugarejos e pequenos povoados transformaram-se em Vilas e Distritos e as já existentes transformaram-se em cidades. A partir do momento em que alguns grandes produtores passaram a investir no comércio e em outras atividades, mudaram-se para os núcleos urbanos, e passam a envolver-se nas questões políticas e administrativas das cidades, assumindo o poder enquanto “coronéis do cacau”; mesmo que não detivessem a patente da Guarda Nacional, a sua condição de grande fazendeiro lhes conferia tal status.

Inovações também ocorreram na estrutura de transportes: a abertura de estradas vicinais, a inauguração da estrada de ferro em 1913 e as melhorias no porto permitiram a Ilhéus, a partir de 1926, exportar a produção de cacau diretamente sem precisar encaminhá-la à capital do Estado, e por isso a cidade passou a receber muitas embarcações para esse fim. Também se desenvolveu uma navegação destinada ao transporte de outras mercadorias e de pessoas, que possibilitava a chegada de indivíduos das mais variadas procedências, assim como a variedade de seu comércio com produtos das diversas regiões do país e importados.

Desde 1916 a *Companhia de Navegação Baiana* estabeleceu viagens regulares entre Ilhéus e Rio de Janeiro, o que deixou os comerciantes de

⁸⁷ Idem p.35

Salvador preocupados com a diminuição no volume de seus negócios, pois segundo eles: “o Rio de Janeiro exercia uma grande atração sobre todo o sul da Bahia, o que terminaria por comprometer as rendas do próprio Estado.”⁸⁸

O Rio de Janeiro passou a exercer um maior fascínio sobre os moradores da região, especialmente a elite local que preferia que seus filhos fizessem suas compras ou freqüentassem escolas da capital do país, como um sinônimo de status, como um elemento que os diferenciava da capital baiana. Com isso foi estabelecido na região um padrão cultural que valorizava os elementos originários do sudeste do país, e em alguns casos do estrangeiro, como elemento fundamental na construção da identidade. Quando foi instalado o Bispado na cidade em 1915, o primeiro Bispo, D. Manuel de Paiva, foi recebido com diversas cerimônias e honrarias, e a recepção foi na residência do então intendente municipal o Cel. Misael Tavares, e o cardápio apresentado estava escrito em francês.⁸⁹

Hotéis, restaurantes e pastelarias, cine-teatro e tantas outras novidades transformarão a monotonia interiorana ao lado da invasão de um comércio varejista que traz no seu rastro exóticos produtos que passam a ser artigos de consumo da elite local: fonógrafos, pianos Kohl de fabricação alemã, máquinas de costura, máquinas de escrever e toda a espécie de quinquilharias abarrotarão a praça de Ilhéus.

Nos jazzes que vão se instalando, a população reconstitui seus hábitos. A aguardente é substituída pela champagne, pela cerveja Bavária e vinhos Collares e Bordeaux. As pessoas de status ostentam cigarros diplomáticos Shooting e Stanley e vestem-se com cretones franceses, finas casemiras e linhos importados.⁹⁰

Também cabe o registro de alguns “empreendimentos” de lazer como o Elite Club, em Ilhéus, que marcou época por ser considerado o “primeiro *cabaret* e casa elegante de jogo que houve em Ilhéus.”⁹¹ Assim como aqueles voltados para um público com menor poder aquisitivo, menos seletivo e exigente, que se espalharam por toda a região e que também marcam a crônica e a literatura regional.

Era pleno o funcionamento de padarias, farmácias, lojas, bares, carpintarias, pensões, alfaiatarias, tendas de ferreiro, ateliês de corte

⁸⁸ A *TARDE*, ed. 07/11/1916. p.1. “De Ilhéus ao Rio. A Navegação Bahiana vae trafegar nessa linha. É o deslocamento do comercio da capital”. Apud. Antonio Guerreiro de Freitas e Maria Hilda Baqueiro Paraíso. Op. cit. p.151.

⁸⁹ GUERREIRO DE FREITAS, Antonio Fernando., PARAISO, Maria Hilda Baqueiro.op.cit. p. 141.

⁹⁰ FALCÓN, Gustavo. Op.cit. p.47.

⁹¹ SILVA CAMPOS. Op. cit. p. 537.

e costura. Até mesmo algumas casas consideradas ‘suspeitas’ começavam a surgir discretamente nas ‘pontas de rua’, naturalmente um tributo cobrado pelo progresso...⁹²

Durante a década de 1920 a cidade se orgulhava do alargamento e pavimentação de suas ruas, das suas praças, de ser sede de um Bispado e de um vice-consulado inglês,⁹³ da implantação do sistema de iluminação pública, e dos serviços introduzidos, água encanada, esgoto, transportes públicos, telefone, e coleta de lixo. A cidade crescia e se orgulhava do que entendia como sendo o progresso:

A cidade mais bela do sul. A cidade cresceu com uma verdadeira visão de progresso. (...) Nada para. Nas ruas cruzamos com os automóveis. Há no comércio um atestado evidente (...) Nos armazéns do porto um vai e vem constante de carros e embarcações. Nas estações, um movimento sem cessar de caixas, bagagens e pessoas envolvidas pelo comércio. Uma visão perfeita do progresso.⁹⁴

Ao lado de Ilhéus uma outra cidade, Itabuna, se desenvolveria em razão da sua posição geográfica que facilitava o acesso a vários outros povoados e vilas que floresceriam em razão da expansão da lavoura cacauieira: Itaúna (atual Itapé); Palestina (atual Ibicarai); Macuco (atual Buerarema); Pirangy (atual Itajuípe); Itapuhy (atual Itororó) e outros que com o passar do tempo também se transformaram em municípios, sempre mantiveram maiores ligações comerciais com o antigo Distrito de Cachoeira do Itabuna, mais conhecido como Arraial de Tabocas, que em 1910 foi transformada na cidade de Itabuna. Esta, em 1920 já possuía população na zona urbana superior a Ilhéus. “Entre este ano e 1940, as duas cidades cresceram quase no mesmo ritmo, quando a população urbana de Itabuna atingiu 20.265 habitantes, contra os 15.807 registrados para Ilhéus.”⁹⁵ Nesse período a construção de novas estradas facilitou a consolidação de Itabuna enquanto centro comercial. Durante muitos anos esses dados serviram para estimular uma disputa entre os moradores das duas cidades que incluía seus times de futebol, suas filarmônicas, seu comércio, levando a criação de rótulos de “papa jacas” para

⁹² SILVEIRA, Adelindo Kfoury. **Itabuna, minha terra**. 2a Edição. Itabuna-BA: O autor, 2002. p. 41.

⁹³ O vice cônsul de Ilhéus a partir de 1917 foi o Sr. Edward Durant Malieux, que acumulava a função de gerente da firma Steveson & Cia.

⁹⁴ SILVA CAMPOS. Op. cit. p. 414. Apud. GUERREIRO DE FREITAS, Antonio Fernando., PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. Op. cit. p.143.

⁹⁵ GUERREIRO DE FREITAS, Antonio Fernando., PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. Op.cit. p. 149.

os moradores de Itabuna e “papa caranguejos” para os de Ilhéus, que serviam para apimentar essa disputa recheada de folclore.

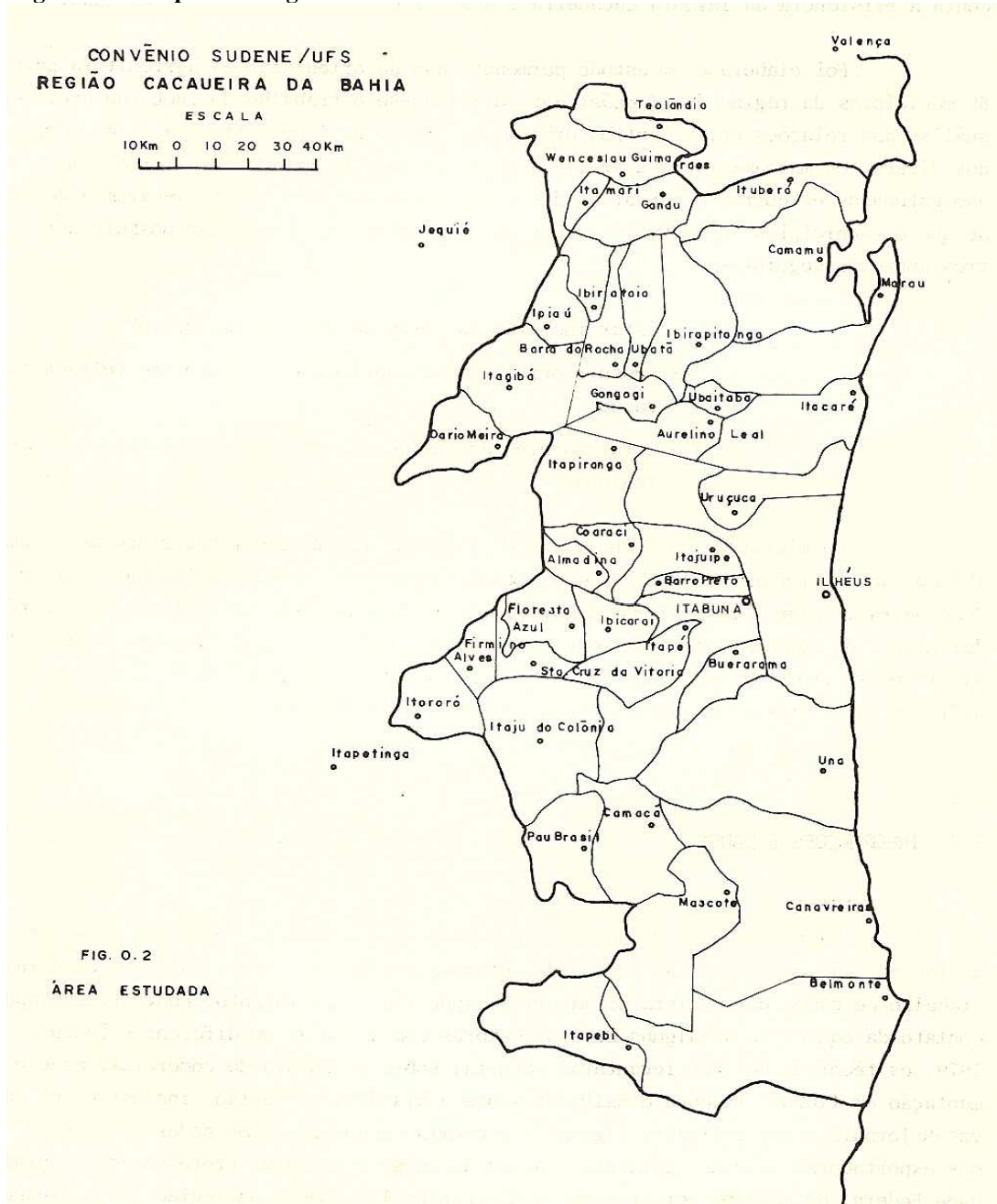
Além de Itabuna, outras cidades surgiram a partir do desmembramento de Ilhéus, outras já existentes se desenvolveram, mas sempre com o predomínio, tanto na produção como no comércio, do eixo Ilhéus/ Itabuna, principais cidades da região que formavam o pólo das decisões políticas. Nas figuras abaixo podemos observar que a partir do desmembramento dos municípios de Ilhéus e Itabuna originaram-se vários outros municípios, na sua maioria antigas Vilas ou Distritos.

Figura 1: Mapa da Região Cacaueira da Bahia em 1940



Fonte: DINIZ, José Alexandre Felizola e Duarte, Aluizio Capdeville. A Região Cacaueira da Bahia – Série Estudos Regionais. Recife, SUDENE, 1983. p. 30.

Figura 2: Mapa da Região Cacaueira da Bahia em 1980.



Fonte: DINIZ, José Alexandre Felizola e Duarte, Aluizio Capdeville. A Região Cacaueira da Bahia – Série Estudos Regionais. Recife, SUDENE, 1983. p. 31.

Foram criadas em Ilhéus e Itabuna várias liras musicais, cinemas, times de futebol, clubes carnavalescos, associações beneficentes, algumas vinculadas a instituições religiosas, Santa Casa de Misericórdia, que em vários momentos refletiam as disputas partidárias entre os coronéis que brigavam pelo controle de algumas dessas instituições, pois refletiam status e poder.

As elites locais se organizaram e construíram suas instituições de classe. Associação dos Agricultores de Cacau fundada em 1917 e transformada em 1920 no Sindicato dos Agricultores de Cacau, a Associação Comercial de Ilhéus, fundada em 1912, a União Comercial de Itabuna em 1908 que em 1912 transformou-se em Associação Comercial de Itabuna, eram as mais fortes e representativas.

Da mesma forma os trabalhadores deram seus primeiros passos no sentido de criar suas organizações de classe. A primeira que tivemos notícia foi fundada em Itabuna e foi denominada “União das Classes.” Congregava comerciários, funileiros, carpinteiros, pedreiros, e teve como principais líderes os marceneiros Flaviano Domingos Moreira e Manuel Vidal, os mesmos que anos mais tarde estariam a frente da fundação do Monte Pio dos Artistas (1919). Não temos dados concretos com relação ao período de funcionamento da União das Classes, apenas que: “Imagina-se que teve curta duração, porque não se encontram registros de quaisquer atividades a partir de 1910.”⁹⁶ Também fundaram a União dos estivadores e a dos Carregadores de Ilhéus (1918), a Associação dos Empregados no Comércio de Ilhéus (1920), e a Sociedade União Protetora dos Artistas e Operários de Ilhéus (1922) em Itabuna, além do Monte Pio dos Artistas (1919), o Centro Operário Itabunense, que em 1935 transformou-se em sindicato.

O crescimento dessas cidades propiciou uma nova oferta de serviços e empreendimentos. Além das já citadas casas exportadoras e importadoras, houve o desenvolvimento do comércio varejista, serviços públicos, escolas, empreendimentos imobiliários, bancos, hotéis, cinemas, bares, porto, entre vários outros que levavam a uma diversificação também no perfil dos moradores que mudava muito rapidamente: estivadores, doqueiros, funcionários da estrada de ferro, ensacadores e carregadores de cacau, trabalhadores dos armazéns e depósitos, administradores de fazendas, artesãos, operários, comerciários, trabalhadores da construção civil, prostitutas, dentistas, médicos, advogados, professores, músicos, artistas.

⁹⁶ SILVEIRA, Adelindo Kfoury. Op. cit. p.130.

1.4. Os Trabalhadores do Cacau

Apesar do considerável aumento populacional na região entre 1870 e 1940, foram constantes as manifestações dos fazendeiros com relação à falta de braços para o trabalho na lavoura. Algumas tentativas de explicação desse fenômeno fundamentam-se na tese que a região foi, ao mesmo tempo, receptora e fornecedora de mão de obra. Isso porque após o processo inicial de ocupação da terra e implantação da lavoura, a possibilidade de trabalho permanente, que era abundante, foi drasticamente reduzida e restou o oferecimento de trabalho temporário nas épocas de colheita que empregava amplos contingentes. Ao passar o trabalho da colheita não se tinha opção para ocupação e os trabalhadores não tinham porque fixar-se na região, e só lhes restavam duas alternativas: ou buscavam estabelecer-se na expansão da fronteira agrícola, cada vez mais ao oeste ou rumariam para outras áreas a exemplo do extremo sul do Estado.⁹⁷ Sendo assim, foram constantes as manifestações por parte dos fazendeiros pedindo providências ao governo, pela falta de trabalhadores nas épocas de colheita.

Tabela 4: População de alguns municípios da Região Cacaueira da Bahia

MUNICÍPIOS	1872	1892	1920	1940
Ilhéus	5.682	7.629	63.912	113.269
Itabuna	-----	-----	41.980	96.879
Canavieiras	3.122	4.185	18.606	36.064
Itacaré (Barra do rio de Contas)	3.612	4.844	24.350	22.701
TOTAL	12.416	16.658	148.848	268.913

FONTE: CEPLAC: Diagnóstico Sócio-Econômico da Região Cacaueira, vol. 8, Ilhéus.⁹⁸

Uma outra relação de trabalho muito utilizada pelos fazendeiros, especialmente na implantação de novas áreas de cultivo, era o chamado contratista. Tipo de relação que se configurou após a Lei de Terras de 1850 e proliferou principalmente no período após a ocupação e escassez de terras disponíveis. Tratava-se de um acordo verbal entre o fazendeiro e o contratista para o trato de determinada faixa de terra que deveria ser desmatada, o terreno preparado e o plantio do cacau realizado. Após quatro ou cinco

⁹⁷ GUERREIRO DE FREITAS, Antonio Fernando., PARAISO, Maria Hilda Baqueiro.op. cit. p. 105

⁹⁸ Dados retirados da referida fonte, contudo a tabela não foi copiada na íntegra.

anos, a terra era entregue ao proprietário que pagava um valor determinado por cada pé de cacau plantado, único pagamento recebido pelo contratista que durante esse período não recebia nenhum outro tipo de remuneração ou salário, mas lhe era permitido o plantio e cultivo de gêneros de subsistência e, caso houvesse excedente, poderia comercializar, fato raramente ocorrido pelo curto tempo de permanência na terra. Um outro aspecto deve ser salientado nessa relação é que, por não existir contrato de fato, muitos fazendeiros não cumpriam com a sua parte:

os relatos, quase em tom de segredo, na região, dão conta de que inúmeros proprietários tentavam de todas as formas eximir-se de seus deveres, havendo, inclusive, informações (...) sobre um cemitério clandestino, onde eram ‘desovados’ contratistas que buscavam fazer prevalecer os seus direitos.⁹⁹

Em uma das ocasiões em que houve queixa de falta de mão de obra para a lavoura, em 1924, a Sociedade Bahiana de Agricultura recomendou ao governo do Estado medidas para incentivar o desenvolvimento da policultura no sul do Estado. E aos fazendeiros, que “oferecessem aos seus auxiliares melhor remuneração e outros elementos para o seu bem estar, de modo a atraí-los e fixá-los no lugar.”¹⁰⁰ Os “outros elementos” recomendados foram: a construção de casas higiênicas, ofertas de alimentos em bom estado de conservação e a preço de custo, condição de lazer nas fazendas e educação para os filhos dos trabalhadores. Tais propostas poderiam até serem consideradas avançadas na época, se tratando de uma associação patronal, e principalmente tendo em vista as concepções predominantes entre os fazendeiros da região que submetiam os trabalhadores a precárias condições de vida e trabalho. Geralmente moravam embaixo das barcaças, que consiste em uma superfície de madeira suspensa do chão por colunas e paredes onde o cacau é colocado para secagem, e dispunha de um telhado, geralmente de zinco que se desloca através de trilhos para proteger o cacau de eventuais chuvas. Embaixo dessa estrutura se improvisavam as moradias dos trabalhadores. Alguns fazendeiros proibiam esses moradores de prepararem

⁹⁹ FALCÓN, Gustavo. Op. cit. p.63.

¹⁰⁰ A Tarde 30/10/1924. p.1. Apud. GUERREIRO DE FREITAS, Antonio Fernando., PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. Op. cit. p. 106.

seus alimentos dentro dessas improvisadas “residências” para que o cheiro da comida não impregnasse nas amêndoas e com isso prejudicasse a qualidade.

Como forma de garantir a permanência do trabalhador e, ao mesmo tempo, acentuar a renda do fazendeiro, estes dispunham em suas fazendas de “despensas,” geralmente conhecidas como barracão, onde os empregados se endividavam para adquirir os alimentos necessários para a sua subsistência e de sua família. Enquanto não saldassem esse débito, mantinham-se presos ao trabalho oferecido e mal remunerado, ou seja, tornava duradouro o vínculo dos trabalhadores com a fazenda. Tais “estabelecimentos” eram famosos por oferecerem produtos de péssima qualidade e a preços acima dos preços cobrados no mercado regional, que já eram muito altos, pois devido ao alto preço das amêndoas de cacau os fazendeiros da região não tinham a disposição de produzir gêneros alimentícios preferindo importá-los. Com os altos preços dos produtos e os baixos salários pagos e que não tinham nenhuma uniformidade, era praticamente inevitável o endividamento dos trabalhadores que passavam a depender da despensa, praticamente não recebendo seus salários. Ou seja, a despensa acabava reduzindo o valor do custo da mão de obra, e garantindo a presença destes nas fazendas.

Com as mudanças ocorrendo na economia e na sociedade regional, esta aos poucos assumiria um novo perfil. Com o aumento da população e crescimento da cidade, abriram-se perspectivas para o desenvolvimento de vários segmentos ligados ou não à agricultura, apesar desse crescimento ter ocorrido em razão da lavoura cacauera. Aumentou consideravelmente o número de advogados, médicos, comerciantes, prestadores de serviços e outros profissionais liberais que viam na região boas oportunidades de realização. Estes, com a obtenção de capitais, também viam no cacau uma boa chance de investimento e, quase sempre, por não conhecer ou não ter condições de assumir a administração das suas terras, dispunham de elementos responsáveis pela tarefa, os capatazes. Nesses casos, o tipo de mão de obra utilizada era quase exclusivamente assalariado.

Na medida em que aumentou a concentração da propriedade com a expropriação de grande número de pequenos produtores e diminuiu a possibilidade de acesso a terra, aumentou também a proporção de utilização de mão de obra assalariada, o que acabou por constituir um traço marcante na

lavoura cacauzeira, o alto nível de trabalho assalariado na zona rural. Portanto a região produtora de cacau no sul da Bahia atravessou uma fase de transição, até a consolidação de relações capitalistas, pelas próprias características da produção e da organização social na região. O conjunto dos negócios realizados com a diversificação dos empreendimentos, o papel das casas exportadoras e os altos investimentos do capital internacional e mesmo o alto poder obtido pelos produtores de cacau que gradativamente também se tornaram comerciantes exportadores e financiadores, levaram a lavoura a estabelecer novos parâmetros de funcionamento que se adequassem a esse novo modelo consolidado.

Em 1940, em dados obtidos mais próximos dos anos em que se concentra esse estudo, tinha-se um total de 149.294 pessoas vinculadas às atividades agrícolas na região. Desses, 78.411, ou seja, 52,5% do total da força de trabalho, eram empregados assalariados com vínculos fixos e ainda 17.641 ou 22,5% de empregados temporários.¹⁰¹ Esses dados refletem tanto a grande concentração de mão de obra assalariada na zona rural da região produtora de cacau na Bahia, quanto o uso de mão de obra temporária que se explica em razão da oscilação da demanda da força de trabalho utilizada durante o ano, entre a colheita e a entressafra, levando preocupação com relação à possibilidade de falta de mão de obra disponível por parte dos fazendeiros, enquanto os trabalhadores se preocupavam com a manutenção do emprego. “Essa oscilação tem sua fase aguda no período de janeiro a abril, quando o trabalhador fica marginalizado, uma vez que as fazendas geralmente não desenvolvem outras atividades nos períodos da entressafra do cacau, indo então procurar sobreviver como vendedores ambulantes e biscateiros.”¹⁰²

Cabe salientar a dificuldade de estabelecer estimativas com relação à mão de obra temporária e, ainda, qual parte dos pequenos proprietários atuava como mão de obra temporária.

Essa precariedade das relações trabalhistas constitui um agravante das condições sociais estabelecidas na região com enormes desigualdades. Uma

¹⁰¹ IBGE: Censo Agropecuário, 1940. Apud. DINIZ, José Alexandre Felizola e Duarte, Aluizio Capdeville. Op.cit. Tabela 2.8. p.111.

¹⁰² DINIZ, José Alexandre Felizola e Duarte, Aluizio Capdeville. Op.cit. p.112,113.

pequena parcela da população muito rica convivendo com grandes contingentes muito pobres.

As precaríssimas condições do trabalhador nessas fazendas, são ilustradas por um pequeno exemplo: ‘nunca o trabalhador ali come pão...’ É que o salário vai todo para pagar a despensa e ele só recebe pequeno saldo no fim do mês – o pão é vendido a dinheiro... A despensa é prejudicial ao trabalhador, e em certas fazendas se o indivíduo não quiser fazer suas compras na despensa é mandado embora. Em épocas de crises do cacau, as vendas se multiplicam; o proprietário procura amenizar seus prejuízos de baixa de produção e falta de preços do cacau vendendo gêneros alimentícios para seu próprio trabalhador. Dessa maneira não faz despesas com salários. Em algumas fazendas em que há trabalhadores casados, as mulheres, às vezes criam galinhas e fazem pequenas plantações no fundo do quintal. Contudo, o mais comum é o trabalhador não ter nenhuma plantação para subsistência, ficando dependente dos gêneros que tem condições de comprar nas despensas ou nas feiras, com seus baixos salários; não vão plantar para que outros aproveitem uma vez que nunca sabem quanto tempo permanecerão nesta ou naquela propriedade.¹⁰³

Havia ainda um grande número de mulheres trabalhando na lavoura, preferencialmente no corte do fruto para retirada de amêndoas, com a caracterização de dupla jornada de trabalho, doméstico e na lavoura, e também da dupla exploração, enquanto classe e enquanto gênero, pois estas mulheres trabalhadoras recebiam remuneração inferior aos homens, pela execução das mesmas tarefas.

Com relação ao lazer e atividades relacionadas à educação dos trabalhadores agrícolas da região, praticamente não existiam. Pouquíssimas fazendas providenciaram a instalação de escolas em suas sedes e, quando existiram, eram salas improvisadas de alfabetização multiseriada, pois os fazendeiros não acreditavam na necessidade de educação para os trabalhadores e seus filhos.

Quase não há distrações para os trabalhadores; às vezes as festas religiosas ou de outro gênero são proibidas, para evitar excesso de bebidas, que sempre provocam conflitos. A distração é tocar viola, pandeiro, acordeão, ou ir pra roça apanhar jaca, pescar ou matar passarinho. Em algumas propriedades, há campos de futebol.¹⁰⁴

¹⁰³ SILVA, O. R. da, Produtores de cacau da Bahia: Caracterização Sócio-Econômica, Tese de Mestrado, FFLCH, USP, São Paulo, mimeografada. Apud. DINIZ, José Alexandre Felizola e Duarte, Aluízio Capdeville. Op.cit. p.119,120.

¹⁰⁴ DINIZ, José Alexandre Felizola e Duarte, Aluízio Capdeville. Op.cit. p.120.

Ao observarmos as ostentações e a acumulação propiciada com o cacau, percebemos como tanta riqueza e pujança conviviam lado a lado com sinais de pobreza nos campos e nas ruas das cidades e vilas: “Os fantasmas não podiam conter o espanto diante de um solo fértil ocorrer tanta fome entre os pobres, ao lado da magnificência dos ricos. Muitos mendigos sobre os passeios e pelas ruas.”¹⁰⁵

1.5. Ilhéus e Itabuna após 1930

Na eleição presidencial de 1930 o governador baiano Vital Soares foi candidato a vice-presidente na chapa de Júlio Prestes com o apoio do presidente Washington Luís. As oligarquias baianas consideravam-se bem representadas, pois este estava ligado aos interesses das classes conservadoras que formavam a elite baiana, composta principalmente de fazendeiros. Vital Soares era proprietário de fazendas de cacau no sul do Estado, onde contava com os grupos políticos que estavam no poder: em Ilhéus, o *pessoísmo* e em Itabuna, o grupo liderado pelo Coronel Henrique Alves e Gileno Amado, elementos oriundos do *pessoísmo* antes da emancipação da cidade.

Para realização da campanha eleitoral de Getúlio Vargas em 1930, foi criado um núcleo da Aliança Liberal em Ilhéus, presidido por Eusínio Lavigne e que contava com o coronel Avelino Fernandes, Joaquim Lopes Filho, Renato Leite da Silveira, e o coronel Adonias Aguiar; esse último, pai do escritor Adonias Filho, mais tarde viria a fazer parte do núcleo integralista de Ilhéus. Eusínio Lavigne “desde 1928, através do *Diário da Tarde*, movia oposição ao situacionismo municipal. Segundo alguns, com o apoio e financiamento dos exportadores.”¹⁰⁶

Quando eclodiu o processo armado liderado por setores do exército e pelos grupos derrotados nas eleições, parte das oligarquias baianas deu provas de fidelidade ao poder constituído, convocando seus mais importantes coronéis para a luta. Como afirmou Consuelo Sampaio: “Fortemente

¹⁰⁵ LAVIGNE, Eusínio. **Regionalismo Literário**. Rio de Janeiro: Edições Gernasa, 1971. Apud. GUERREIRO DE FREITAS, Antonio Fernando., PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. Op. cit. p. 136.

¹⁰⁶ FALCÓN, Gustavo. Op. cit. p.114.

subsidiados pelo governo federal, os coronéis arregimentaram os seus batalhões patrióticos e enfrentaram as investidas da Aliança Liberal.”¹⁰⁷

O General Santa Cruz, enviado à Bahia pelo governo federal para organizar a resistência, na capital organizou o quartel general das “Forças em Operação no Norte da República, contando com o apoio do encouraçado São Paulo e de mais duas unidades da Marinha de Guerra.”¹⁰⁸ Em Itabuna, quando chegaram as notícias dos movimentos armados que ficaram conhecidos como “Revolução de 1930”, Gileno Amado,¹⁰⁹ genro do coronel Misael Tavares e líder da política local, fiel a Washington Luís, enviou para a capital um de seus correligionários mais importantes, o fazendeiro Antônio Cordeiro de Miranda, para se reunir com o General Santa Cruz, a fim de tratar da formação dos batalhões de “voluntários” para defender a manutenção do presidente da República. Recebeu do General cem fuzis e trinta contos de réis. Nessa ocasião residia em Itabuna um oficial reformado da polícia de Pernambuco, o Tenente Alcanforado, que foi então convidado para liderar tal batalhão formado de homens pagos para tal missão. Chegou a realizar manobras na praça Olinto Leone antes de partir para a capital. A intenção era que fossem acompanhados dos soldados do Tiro de Guerra 473, sediado em Itabuna, para lutar na defesa do governo, porém apenas dois homens atenderam à convocação. Partiram e, quando chegaram a Salvador, o novo governo já estava instalado e não chegaram a lutar.¹¹⁰

Com a vitória dos revolucionários, os homens do “Batalhão Patriótico” retornaram a Itabuna, Gileno Amado recebeu ordens de prisão,¹¹¹ Tenente Alcanforado desapareceu, e Cordeiro de Miranda passou um período escondido, esperando a poeira baixar, pois “em Itabuna o movimento revolucionário ainda estava em clima de perseguições,”¹¹² para depois atender à convocação da junta Militar para prestar contas a respeito dos fuzis e do

¹⁰⁷ SAMPAIO, Consuelo Novais. Poder e representação... Op.cit. p. 58.

¹⁰⁸ RISÉRIO, Antonio. **Adorável Comunista – História Política, charme e confidências de Fernando Santana**. Versal. 2003. p.55

¹⁰⁹ O sobrenome Amado é oriundo da mesma família do escritor Jorge Amado, do qual Gileno Amado era primo. GUERREIRO DE FREITAS, Antonio Fernando. (Org.) SÁ BARRETO, Ilhéus: Editus, 2001. p. 173.

¹¹⁰ GONÇALVES, Oscar Ribeiro. O Jequitibá da Taboca. Salvador: Oficinas Gráficas da imprensa Oficial da Bahia, 1960. p.141,142.

¹¹¹ GARCEZ, Angelina Nobre Rolim; GUERREIRO DE FREITAS, Antonio Fernando. Bahia Cacaueira... Op.cit. p. 77. Tal fonte não esclarece se a prisão se efetivou.

¹¹² GONÇALVES, Oscar Ribeiro. Op.cit. p.141,142.

dinheiro recebido, “sendo tudo acertado pacificamente sem prisões ou resistência.”¹¹³ Em Itabuna, foi nomeado prefeito Glicério Esteves Lima que ficou até 1932 quando foi substituído, também sem eleição, por Claudionor Silvestre Alpoim que ficou no poder municipal até 1937.

Em Ilhéus o tenente José Anselmo tentou sem sucesso embarcar com um grupo de atiradores do “Tiro de Guerra 500”, núcleo do exército na cidade, para lutar ao lado dos tenentes. Com a vitória do movimento, ele se intitulou governador do sul do Estado e prendeu alguns políticos de Ilhéus, Mario e Astor Pessoa, que não permaneceram muito tempo presos. Ele pretendia ser prefeito da cidade, mas não obteve sucesso.¹¹⁴

Com os acontecimentos de 1930, em Ilhéus chegava ao fim a fase do poder *peçoísta*, com a ascensão de Eusínio Gaston Lavigne ao poder municipal, de onde só sairia em 1937 com o golpe do Estado Novo. Eusínio Lavigne descendia de uma das famílias de franceses que se instalou na região no início do século XIX. Eram antigos proprietários de escravos e, após a proclamação da República, vincularam-se politicamente aos chamados “adamistas” de Ilhéus. Nesse período seu primo Artur Lavigne foi presidente do Conselho Municipal em 1908 e assumiu a intendência em 1912 em razão do afastamento de João Mangabeira durante seu mandato de Deputado Federal.

Com a derrota nas eleições, mas vitória no movimento armado, Getúlio Vargas chegou ao poder nacional e o governo estadual passou ao poder dos interventores. Na Bahia, os dois primeiros interventores foram civis: Leopoldo Afrânio do Amaral e Artur Neiva, ambos governaram poucos meses. Após breve intervalo com o general Raimundo Barbosa, o Capitão Juracy Magalhães passou a ser o novo interventor, governando a Bahia por seis anos, só saindo do poder após o golpe do Estado Novo em 1937.

Ao assumir o poder, Juracy Magalhães tratou de estabelecer acordos com chefes políticos do segundo escalão e com os coronéis. Segundo Consuelo Novais Sampaio “No seu governo, processou-se à acomodação dos ideais revolucionários.”¹¹⁵

¹¹³ Idem Ibidem.

¹¹⁴ GUERREIRO DE FREITAS, Antonio Fernando. (Org.) SÁ BARRETO, Op. cit., p. 236,237.

¹¹⁵ Idem. p. 63.

Diversos grupos representantes das oligarquias que se mantiveram no poder durante a República Velha se articularam para formar a base da oposição ao governador Juracy Magalhães. Seabra, Calmon, Mangabeira, Pedro Lago, Simões Filho, os chamados Autonomistas, numa referência à acusação que faziam de Juracy Magalhães ser um “estrangeiro”, pelo fato do Capitão ser cearense. Com o passar do tempo, Juracy conseguiu construir um grupo de apoio, tendo como base os antigos grupos tradicionais do interior do estado, como os “Lins de Albuquerque e Mariani, no São Francisco; ou Gileno Amado, na Região Cacaueira.”¹¹⁶

É interessante observar que com o governo de Juracy Magalhães e o chamado “período de acomodação”, Gileno Amado foi convidado a ocupar o cargo de Secretário Estadual da Fazenda, foi responsável pelo jornal “*O Estado da Bahia*” ligado ao governador e liderou o PSD em Itabuna. Enquanto Antônio Cordeiro de Miranda passou a ser o diretor do jornal do PSD em Itabuna, “*A Época*”, e foi deputado estadual em 1935. Ambos fizeram parte do grupo político de sustentação ao governo de Getúlio Vargas e Juracy Magalhães. Quando da intervenção nos municípios em 1932, o nomeado para assumir a prefeitura de Itabuna foi Claudionor Silvestre Alpoim, numa indicação de Gileno Amado, o que serve como mais um indicativo que o poder político dos coronéis não foi eliminado com a Revolução de 1930.

Esse período foi marcado por uma séria crise agravada com a queda das bolsas de 1929 e a instabilidade política que marcou as eleições e o movimento armado que levou Getúlio Vargas ao poder. Inúmeras falências foram registradas em Ilhéus e região, houve uma queda dos valores obtidos com a exportação do cacau; contudo, o que mais afetou a cacauicultura foi a sensível queda no preço do produto. “Lavradores endividados, na iminência de perderem suas propriedades, revoltavam-se e ameaçavam queimar as plantações de preferência a entregá-las a seus credores.”¹¹⁷

Leôncio Basbaum, membro da direção nacional do PCB, esteve na região em visita ao seu irmão, que era gerente da agência do Banco do Brasil em Itabuna, cargo que lhe rendia enorme prestígio junto a “alta sociedade”

¹¹⁶ GARCEZ, Angelina Nobre Rolim; GUERREIRO DE FREITAS, Antonio Fernando. Bahia Cacaueira...Op.cit. p. 78.

¹¹⁷ GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. **Instituto de Cacau da Bahia – Meio Século de História**, Secretária da Agricultura do Estado da Bahia – Instituto do Cacau da Bahia, Salvador. 1981. p.20.

local. Passou apenas quinze dias em Itabuna em 1930, em plena crise vivida pela cacauicultura e assim registrou tal episódio:

Convivi com a alta burguesia cacauera daquela cidade e vi como viviam, seus hábitos e sua forma de passar o tempo, embora o cacau estivesse vivendo, como aliás todo o país, uma das maiores crises de sua história. Essa gente costumava passar a maior parte do seu tempo em Salvador, onde todos tinham sua residência, ou mesmo no Rio ou na Europa. Mas, na ocasião, o dinheiro andava curto e eles estavam por lá mesmo. Falavam dos felizes tempos em que ‘acendiam charutos com notas de quinhentos mil réis’, os cabarés funcionando a todo vapor com ‘as melhores mulheres do Brasil’, que lá iam fazer temporada para se encherem de dinheiro. E quase todas as noites jogavam pôquer. (...) Cada um deles tinha seus jagunços devidamente armados e contavam histórias de mortes e assassinatos como se estivessem narrando uma fita que houvessem visto, sem emoção, sem alegria, mas também sem tristeza, e mandar matar um trabalhador mais ousado, era como tomar uma medida administrativa. Todos se compreendiam. E eu ouvia calado.¹¹⁸

A década de trinta na região assistiu uma nova fase de concentração econômica com a falência de alguns comerciantes e fortalecimento dos remanescentes. O mesmo aconteceu com as propriedades agrícolas. Ao mesmo tempo, foi um período de recuperação da lavoura e da economia a partir de novas bases: intervenção estatal e maior planejamento. Duas outras medidas tiveram impacto na região, a Lei de Usura de 1933 que determinou limite da taxa de juros, e principalmente a Lei do Reajustamento Econômico (1934) que reduziu em 50% os débitos de produtores contraídos até 30/06/1933, o que possibilitou aos agricultores saldarem suas dívidas.¹¹⁹

Eusínio Lavigne se consolidou enquanto liderança baseado em um discurso de conciliação, defensor do cooperativismo, e de maior intervenção do Estado, e por isso conseguiu capitanear iniciativas como a criação do Instituto de Cacau da Bahia (ICB), em 1931, marco da intervenção estatal na região ocorrida para prestar socorro aos atingidos pela crise.

Em razão da conjuntura, tal instituição tinha como função divulgar os preços do cacau e realizar a compra para evitar a especulação tão comum ao comércio do cacau nesse período. Também atuou no sentido de abertura e manutenção de estradas vicinais visando facilitar o escoamento da produção, a implantação do crédito agrícola, construção de armazéns em Salvador e as

¹¹⁸ BASBAUM, Leôncio. **Uma vida em seis tempos: memórias**. São Paulo. Alfa-Ômega. 1976. p. 84.

¹¹⁹ DINIZ, José Alexandre Felizola e Duarte, Aluizio Capdeville. Op. cit. p. 151

primeiras iniciativas visando melhor qualificação técnica da produção através de pesquisas e experimentos com a criação da estação experimental em Uruçuca.

O Estado afirmava que a iniciativa era de caráter cooperativo, tanto que foi criado com o nome de Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada Instituto de Cacau da Bahia. Contava com a contribuição pecuniária de dois mil e quinhentos réis, pagas pelos produtores por cada saco de cacau exportado e seu quadro social com 700 produtores com participação no capital que estabelecia como limite máximo de 5% sobre o valor da propriedade agrícola,¹²⁰ e ainda com dez mil contos de réis obtidos do Banco do Brasil. Contudo, sua estrutura era vinculada administrativamente ao governo, que nomeava seus diretores. Portanto, constituía-se na afirmação da estratégia implantada pelo governo de Getúlio Vargas na sua política econômica para o setor agrícola, que se baseou na criação dos Institutos, alguns Federais, outros, como foi o caso do ICB, estaduais.

Com a sua consolidação, o ICB passou a interferir de maneira cada vez mais direta nas relações comerciais e na produção cacaeira. Enquanto em 1932 era responsável por 8,26% das exportações de cacau, em 1937 concentrava 44,52% do total exportado para o exterior. Essa expansão atingia os interesses das casas exportadoras que viram seus ganhos reduzidos.¹²¹

Eusínio Lavigne, durante seu mandato, esteve vinculado ao Partido Social Democrático (PSD), mesmo partido do então governador Juracy Magalhães, e que nos períodos de maior acirramento das disputas partidárias, a exemplo do período 1935, onde foram comuns os embates e choque entre integralistas e os membros da Aliança Nacional Libertadora, o PSD e Lavigne sempre se declaravam contrários ao que chamavam de extremismos de direita e de esquerda e apontavam que a solução para todos os males da humanidade seria seguir o caminho do centro. Um editorial do jornal Diário da Tarde, órgão do PSD de Ilhéus demonstra essa posição: “Nem punhos fechados nem mãos ao alto. Conservemos o leal aperto de mão brasileiro. Nada de

¹²⁰ GARCEZ, Angelina Nobre Rolim; GUERREIRO DE FREITAS, Antonio Fernando. Bahia Cacaeira...Op.cit. p.32.

¹²¹ DINIZ, José Alexandre Felizola e Duarte, Aluizio Capdeville. Op.cit. p.43.

imitações. O punho fechado ameaça. A mão ao alto separa os cidadãos. Unamo-nos todos ao aperto de mão que confraterniza. Viva a democracia!”¹²²

Os coronéis ficaram consagrados como detentores do poder local durante a República Velha. E mesmo após 1930, quando se fez o discurso no sentido da centralização para romper com o poder dos coronéis, alguns chefes políticos locais continuaram a exercer o poder através do clientelismo, da manipulação e da falsificação de votos.

Com a volta do sistema de representação e a convocação das eleições de 03 de maio de 1933 para a Assembléia Constituinte, os partidos políticos voltam a articular-se. Os dois principais partidos no Estado nesse contexto foram o Partido Social Democrático (PSD) e a Liga de Ação Social e Política (LASP) organizada pelos grupos em oposição ao governador Juracy Magalhães.

A Liga de Ação Social e Política (LASP), era formada pelos chamados Autonomistas, que tinha em âmbito estadual Otávio Mangabeira como principal líder, que retornou ao Brasil em 1934 após a anistia. Em Itabuna, o Coronel Henrique Alves era representante e chefe político desse grupo. Seu órgão de imprensa era o jornal “O Intransigente”, que tinha como diretor o Bacharel Reynaldo Sepúlveda e como Gerente Ottoni José da Silva. Como tinha forte caráter de oposição e forte tendência anticomunista, o jornal concedia enorme espaço para os integralistas e outras tendências conservadoras, chegando a ter uma coluna com artigos de um alemão chamado Ernesto Muller, que defendia as ações do governo alemão liderado por Adolf Hitler.

Nas eleições de 14 de outubro de 1934, para os cargos de deputado federal e deputado constituinte, enquanto em todo o Estado o PSD obteve 86.117 votos, representando 58,13%, e a chapa *Governador Otavio Mangabeira* da LASP obteve 47.167 votos, o que representou 31,84%, o Integralismo obteve apenas 302 votos, com 0,20% em toda a Bahia. Contudo o Integralismo teve um crescimento muito rápido na capital e no interior, principalmente a partir da criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), chegando a se constituir em ameaça ao PSD.¹²³ Com esse resultado, Juracy

¹²² *A Época*. Itabuna, 15 de julho de 1937.

¹²³ SAMPAIO, Consuelo Novais, Op.cit. p. 162.

Magalhães assumiu o governo do Estado através de uma eleição indireta pela Assembléia Legislativa estadual em 1935, dando ares de legalidade e representatividade ao seu mandato.

A sociedade já não tinha mais as mesmas características do final do século XIX e início do século XX, período de consolidação de novas relações sociais estabelecidas com a afirmação da monocultura cacaueteira. Com o surgimento e crescimento dos centros urbanos novos agentes sociais entraram na cena local. O período era de recuperação econômica, mas, como visto anteriormente, através de um modelo que levava cada vez mais a concentração de terras e riqueza que convivia com um número cada vez maior de trabalhadores mal remunerados, que necessitavam lutar para conquistar ou garantir direitos e ainda uma massa de excluídos que viviam à margem dos benefícios gerados pela árvore dos frutos de ouro, como era chamado o cacaueteiro.

A pobreza e quantidade de mendigos aumentaram de tal maneira, principalmente nos períodos de entressafas, que chamou a atenção das autoridades que, de forma trágica, resolveram institucionalizar a atividade, pois consideravam que estavam existindo abusos, com a existência de “falsos mendigos”. “No intuito de cortar os abusos da falsa mendicância, a delegacia de polícia resolveu, há tempos, instituir o uso de um cartão, identificando os verdadeiros mendigos. Só poderia pedir esmolas aqueles que apresentassem o referido cartão.”¹²⁴ Durante o período 1935-1937, várias matérias nos jornais locais chamaram atenção para a mendicância e cobraram das autoridades a criação de instituições para cuidar dos pobres, as chamadas “casas dos mendigos.”

Ficaram evidentes duas coisas, em primeiro lugar a postura de tratar pobreza como caso de polícia e em segundo, tais medidas demonstram falta de reflexão sobre as causas da mesma.

Um dado interessante é que conviveram simultaneamente duas situações aparentemente contraditórias. De um lado, aumento da pobreza e mendicância e, ao mesmo tempo, a persistente preocupação com a falta de mão de obra para a lavoura. Ainda em 1936 alguns fazendeiros chamaram atenção das

¹²⁴ *A Época*. Itabuna. 13 de março de 1937.

autoridades pedindo providências, pois estava na cidade, procedente do Estado de São Paulo, um agenciador de trabalhadores para as lavouras de café, mamona e algodão, e com isso os fazendeiros locais temiam a escassez de braços para a colheita do cacau, situação que só se explica a partir da extrema exploração sofrida pelo trabalhador rural com baixos salários, vínculos temporários e pela precariedade das relações trabalhistas conforme já descrito.

Nesse período notamos também maior agitação por parte dos movimentos dos trabalhadores. Identificamos em atuação no eixo Ilhéus/Itabuna durante 1935 as seguintes entidades:

- Sindicato de Carpinteiros, Pedreiros e Classes Amigas (Água Preta , na época distrito de Ilhéus, atual município de Uruçuca);
- Sindicato dos Trabalhadores em Panificação de Ilhéus;
- Sindicato dos Alfaiates, Costureiros e Classes Anexas de Ilhéus;
- Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro Ilhéus/ Conquista;
- Sociedade União Protetora dos Artistas e Operário de Ilhéus;
- Centro Operário Itabunense (Funcionou até junho de 1935)
- Sindicato dos Operários em Construção Civil e Anexos Sindicato dos Trabalhadores em Ofícios Vários;
- Sindicato dos Empregados Agrícolas de Pirangy. Na época distrito de Ilhéus, atualmente município de Itajuípe;
- Sindicato dos Empregados no Comércio de Itabuna;
- Sociedade Monte Pio dos Artistas e Operários, (Itabuna);
- Sindicato de Ofícios Vários (Água Preta)
- Associação dos Empregados no Comercio de Ilhéus
- Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Terrestre (Itabuna)
- Sindicato dos Condutores de Bagagem e Anexos; (Itabuna)
- Sindicato dos Operários em Ofícios Vários (Pirangy)
- Aliança dos Artistas e Operários de Pirangy
- Sindicato dos Ferroviários
- União Sindical de Ilhéus (entidade que reunia seis sindicatos)

Os ferroviários da estrada de ferro Ilhéus-Conquista fizeram uma greve em setembro de 1915 reivindicando aumento salarial.¹²⁵ Os ferroviários da Bahia realizaram uma grande greve em 1927, que teve a participação dos trabalhadores da ferrovia Ilhéus-Conquista, demonstrando capacidade de mobilização e de apoio da sociedade, quando em 29 de maio de 1927 “na

¹²⁵ GARCEZ, Angelina Nobre Rolim, ; FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro de. Bahia Cacaueira...Op.cit. p.80.

cidade de Ilhéus, o encerramento da greve foi comemorado com comício e passeata que envolveram mais de duas mil pessoas.”¹²⁶

Comunista e dirigente sindical, o ferroviário Cantídio Lima de Oliveira era também o presidente da União Sindical de Ilhéus, entidade que reunia seis sindicatos. O que permite supor, se analisado esse fato isoladamente, que os comunistas, criaram uma organização própria para seus sindicatos no intuito da implantação de linha política específica.

Em Itabuna, O Sindicato da Construção Civil e o Sindicato dos Trabalhadores em Ofícios Vários surgiram da mesma matriz (O Centro Operário Itabunense) e sob a liderança de Emigdio Vilela, que se tornou o primeiro presidente do Sindicato. Tais entidades tinham uma vida muito próxima e chegaram a ter uma sede em comum com mais duas entidades, o Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Terrestre e o Sindicato dos Condutores de Bagagens e Anexos. Realizaram conjuntamente campanhas reivindicatórias e criaram na “sede dos sindicatos” a Escola Manoel Querino destinada a “filhos de proletários sindicalizados.”¹²⁷

Esses sindicatos também cultivavam uma cultura de participação política e de democracia direta entre seus filiados. É grande o número de convocações para assembleias e anúncios das pautas publicadas nos jornais locais, onde as principais decisões a serem tomadas deveriam ser feitas coletivamente. Chegou-se ao ponto de ter realizado eleição para a escolha dos advogados do sindicato.

Entre as entidades existentes estão três que não se tratavam de sindicatos e, ao que parece, surgiram com o mesmo espírito das Sociedades mutualistas ou beneficentes, são elas a Sociedade União Protetora dos Artistas e Operários de Ilhéus, a Sociedade Monte Pio dos Artistas e Operários de Itabuna e a Aliança dos Artistas e Operários de Pirangy. Elas não se comportavam como sindicatos de categorias específicas e sim como entidades que englobavam o conjunto das categorias, e promoviam solenidades ou festas no dia primeiro de maio, passeios, palestras. Possuíam

¹²⁶ *Diário da Bahia*, 31/05/1927 ; *O Imparcial*, 29/05/1927. in: FONTES, José Raimundo Fontes. *Manifestações Operárias na Bahia...* Op.cit. p 215.

¹²⁷ *A Época*. Itabuna. 23 de fevereiro de 1937.

caráter predominantemente beneficente, junto com dimensões educativas, mas também se envolveram em atividades reivindicativas. Registra-se aqui o fato da principal liderança do PCB da região, o professor Nelson Schaun, compor a direção da União Protetora dos Artistas e Operários de Ilhéus.¹²⁸

Algumas das atividades dessas entidades eram realizadas em conjunto com alguns sindicatos, e em alguns aspectos foram responsáveis pelo estabelecimento de estreitas relações entre os trabalhadores das diversas categorias. Quando questionado a respeito da inserção dos sindicatos na vida social da cidade, um antigo morador de Ilhéus afirmou:

Tinha, por exemplo, o dia 1º de maio era uma beleza, tinha uma comemoração muito grande, todo mundo ia a essa festa, agora não tem mais, era na União Protetora, que fazia uma grande reunião, discursos inflamados, o diacho. Foi caindo, caindo, hoje não tem mais. Os estivadores tem como padroeiro São Sebastião, eles faziam uma festa de oito dias, samba de roda, era uma beleza a festa e na segunda-feira tinha um bacalhau na casa de Barreto, esse bacalhau era famoso. Então era uma entidade que tinha prestígio.¹²⁹

Durante o ano de 1935 a sociedade e a política do eixo Ilhéus/Itabuna passaram por novas agitações. Desde o início deste ano intensificaram as atividades dos dois agrupamentos políticos que o marcaram como um período de acirramento e tensão, onde o debate político colocou na ordem do dia questões sociais e diferentes projetos de sociedade: a Ação Integralista Brasileira (AIB) e o Partido Comunista do Brasil (PCB).

O que fica demonstrado é que os trabalhadores do eixo Ilhéus/Itabuna já tinham várias de suas entidades consolidadas e com certa inserção na sociedade e que a disputa pelo controle dessas e pela difusão de seu projeto político serviu como mais um ingrediente na trajetória dos comunistas que atuaram na região.

¹²⁸ O termo “artista”, aqui usado, refere-se ao artífice, ou seja, era aquele trabalhador com algum tipo de especialização, como mestre de obra, marceneiro, etc.

¹²⁹ GUERREIRO DE FREITAS, Antonio Fernando. (Org.) Sá Barreto. Op.cit. p.114.

CAPÍTULO II

“A revolução ensina com uma rapidez e profundidade tais que parecem inacreditáveis nos períodos pacíficos de desenvolvimento político.”¹³⁰

2. O CARÁTER DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA E O PAPEL DOS CAMPONESES

2.1. Os camponeses e a Revolução na tradição marxista

Ao fazer a crítica às concepções idealistas de Hegel, Marx chegou a resultados que, segundo ele próprio, serviram de fio condutor dos seus estudos por vir.

Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. (...) Em certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas (...) entram em contradição com as relações de produção existentes (...) Sobrevém então uma época de revolução social. (...) Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio da velha sociedade.(...) Em grandes traços podem ser caracterizados, como épocas progressivas da formação econômica da sociedade, os modos de produção: asiático, antigo, feudal e burguês moderno.¹³¹

Estes e alguns outros escritos de Marx que seguiam a mesma linha deram margem a interpretações posteriores que, ao focalizar em parte e não no todo do pensamento marxiano, criaram a possibilidade de uma

¹³⁰ LENIN, Vladimir Ilich. **Duas Táticas da Social Democracia na Revolução Democrática**. São Paulo: Livramento, s/d. p. 3.

¹³¹ Marx, Karl. Prefácio de Para a crítica da economia política. In: **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores). p.129,130.

compreensão da história bastante mecanicista, que via o desenvolvimento da sociedade em fases, as quais aconteceriam de maneira igual em todas as realidades, independentemente das especificidades. Assim, todos os modos de produção que Marx utilizou para caracterizar o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, aconteceriam irremediavelmente em todas as sociedades.

Esse pensamento acabou por se tornar, não um referencial explicativo de uma realidade específica, mas uma camisa de força para alguns grupos que preconizavam a construção do socialismo. Tentamos aqui esboçar algumas considerações acerca dessa temática que permeou parte da história das organizações comunistas, e como interferiu nas formulações do caráter da revolução brasileira e do papel a ser desempenhado pelos camponeses.

Durante o processo revolucionário russo de 1905, aprofundando as divergências no seio da Social-democracia russa, ocorreram simultaneamente, o III Congresso do Partido Operário Social Democrata Russo (POS DR) em Londres, onde participaram os bolcheviques, e, ligada aos mencheviques, ocorreu em Genebra a Conferência do POS DR. Lênin escreveu ainda em meados de 1905, “*Dois táticas da social democracia na Revolução democrática*”, com a finalidade de demonstrar as divergências entre os dois grupos. Divergências que se manifestaram com clareza quando das definições acerca do caráter e forma do partido revolucionário, e que naquele momento adquiriam maior profundidade.

Inicialmente Lênin afirmava que não se poderia perder de vista o caráter de classe da revolução democrática, que para ele tratava-se de uma revolução burguesa e que tal revolução fortaleceria a dominação burguesa levando a uma nova “luta de classes” com o proletariado “mais ou menos livre.”

Antes de indicar o programa de ação a ser seguido, Lênin esclareceu que se tratava de um programa mínimo, pois era o que correspondia “às condições objetivas daquele momento histórico.” Tratava-se das transformações “políticas e econômicas imediatas (...) realizáveis na base das relações econômicas dadas (...).”¹³² E esclareceu ainda o porquê da

¹³² LENIN, Vladimir Ilich. Op.cit. p. 13.

impossibilidade da realização imediata de um programa máximo, que ele considerava “semi-anarquista,” de conquista de poder e revolução socialista.

O grau de desenvolvimento econômico da Rússia (condição objetiva) e o grau de consciência e de organização das grandes massas do proletariado (condição subjetiva indissolavelmente ligada com a objetiva) tornam impossível a imediata e absoluta libertação da classe operária.(...) só os mais cãndidos otimistas podem esquecer o pouco que a massa operária ainda conhece dos fins do socialismo e dos métodos para a realização dos mesmos(...) a emancipação dos operários só pode ser obra deles mesmos; sem a consciência e a organização das massas, sem a preparação e a educação por meio da luta de classes aberta contra toda a burguesia, não se pode nem falar de revolução socialista.¹³³

Portanto, as condições subjetivas ainda não teriam alcançado o estágio ideal. E melhor demonstrando a sua posição em relação aos estágios das condições objetivas, o desenvolvimento material da sociedade russa, chamou atenção para o “não esquecimento das teses (...) do marxismo (...) relativas à inevitabilidade do desenvolvimento do capitalismo(...):”

O marxismo ensina que uma sociedade baseada na produção mercantil e que possui um intercambio estabelecido com as nações capitalistas avançadas ao chegar a um certo grau de evolução, coloca-se inevitavelmente na trilha do capitalismo. O marxismo destruiu(...) as elucubrações (...) segundo as quais a Rússia (...) poderia evitar o desenvolvimento capitalista, saltar do capitalismo(...). Dessas teses se deduz que constitui uma idéia reacionária procurar a salvação da classe operária em algo que não seja um maior desenvolvimento do capitalismo.¹³⁴

Qual seria então o interesse do proletariado na Revolução democrática, já que a burguesia seria a classe que mais teria a ganhar com tal revolução? Para Lênin a revolução democrática era absolutamente necessária aos interesses do proletariado. “Quanto mais completa e decisiva, (...) for a revolução burguesa, tanto mais garantida estará a luta do proletariado contra a burguesia, pelo socialismo.”¹³⁵ Ele compreendeu que só com a “liberdade política mais completa possível,”¹³⁶ se conseguiria educar as massas para a social democracia, para a revolução democrática e para o socialismo. Reconheceu as debilidades do POSDR e do processo organizativo, especialmente com relação aos camponeses:

¹³³ Idem p. 14

¹³⁴ Idem p. 36

¹³⁵ Idem, Ibidem

¹³⁶ Idem p.11

(...) é verdade que nossa influencia, a dos social-democratas, sobre a massa do proletariado, ainda é muito insuficiente; a influencia revolucionaria sobre a massa camponesa é insignificante; a dispersão, a falta de desenvolvimento, a ignorância do proletariado e sobretudo dos camponeses, ainda são terrivelmente enormes. Porém a revolução aglutina as forças com rapidez, e as instrui com a mesma velocidade (...).¹³⁷

Lênin pensava que a burguesia não levaria até o fim essa revolução, mostrava-se condescendente com a autocracia. Acreditava como caráter e fins da participação da social democracia na revolução democrática: “1 - combate implacável às tentativas contra-revolucionárias, e 2 - defesa dos interesses independentes da classe operária.”¹³⁸ Incluiu uma nova perspectiva de luta e de participação política do proletariado, não a entendendo apenas “de baixo pra cima,” que ele considerava como perspectiva apenas defensiva. “É preciso difundir a idéia da ação de cima para baixo; é preciso estudar as condições e as formas das mesmas,”¹³⁹ não perdendo de vista a combinação dessas duas frentes e tampouco os fins da revolução socialista completa.

Nesse caso, acrescentaria que mais importante que a mera participação, havia a necessidade de colocarem-se como dirigentes de tal processo, pois seria a única classe capaz de levar a revolução às suas últimas conseqüências. Pois a para burguesia é conveniente apoiar-se em algumas estruturas do antigo regime, contra o proletariado; por exemplo, na monarquia, e no exercito permanente. Por isso o interesse que a revolução democrático-burguesa não chegue até o fim.¹⁴⁰

Um outro ponto que gerou polêmica e que tem relação com a idéia da revolução em duas etapas, foi a respeito da participação dos camponeses. Para a vitória decisiva da revolução sobre o czarismo, Lenin lançou a palavra de ordem: “ditadura revolucionário-democrática do proletariado e dos camponeses.”¹⁴¹ O que chama a atenção é que Lenin enxergou a possibilidade da existência, entre os camponeses, de um projeto político, apesar de em vários momentos acentuar que os camponeses eram revolucionários apenas do ponto de vista democrático-burguês.

¹³⁷ Idem p.44

¹³⁸ Idem p.16

¹³⁹ Idem Ibidem

¹⁴⁰ Idem p.37

¹⁴¹ Idem p.42

As posições dos outros setores do POSDR eram bem diferentes. Desde “*Um passo a frente dois atrás,*”¹⁴² escrito em 1904 também no calor dos debates internos do POSDR, no item que trata das discussões ocorridas a respeito do “Programa Agrário,” cita as críticas recebidas por Mákhov, que afirmou que “o programa proposto (...) ‘dificilmente poderia ser considerado um programa agrário social-democrata(...) na medida do seu estreito ponto de vista de classe, creio que ele apoiará o ideal pequeno-burguês da apropriação e da partilha(...)’” Outros comentários a respeito revelariam, na avaliação do próprio Lênin, “a incompreensão da importância do movimento camponês, a incompreensão de que o ponto fraco dos nossos social-democratas, quando das primeiras famosas insurreições camponesas, foi não a sobrestimação, mas antes a subestimação do papel deste movimento (e a falta de força para o utilizar).”¹⁴³

Em 1905, por ocasião da revolução, assim como os bolcheviques, os mencheviques¹⁴⁴ também a entendiam de caráter democrático-burguês. No entanto, os mencheviques colocaram-se contra a aliança operário-camponesa, priorizando a necessidade da aliança com a burguesia liberal que teria papel dirigente naquele processo revolucionário. Tal formulação derivou da tese que não deveriam participar do governo provisório por se tratar de um governo burguês, cabendo aos social-democratas o papel de oposição extrema. Lênin os criticou e, ao mesmo tempo, criticou os “Social-revolucionários, pois (...) desconhecem o ‘abc’ das leis do desenvolvimento da produção mercantil e capitalista, não vêem que mesmo o êxito completo da insurreição dos camponeses e de acordo com seus desejos (‘divisão negra’ ou algo parecido), não destroem o capitalismo, ao contrário, não fazem mais que impulsionar seu desenvolvimento e acelerar a diferenciação de classe entre os camponeses.”¹⁴⁵ Nessa compreensão: “A transformação do regime econômico e político da

¹⁴² V.I. Lênin. “Um Passo a Frente dois atrás”. Retirado em 17/10/2005 do site: www.marxists.org/portugues/lenin/1904/umpassoemfrentedoisatras/01_parte1.htm#f

¹⁴³ Idem

¹⁴⁴ No Segundo Congresso do POSDR, ocorrido em 1903, as divergências entre, de um lado Lênin, e do outro Julius Martov e Alexander Martinov, levaram a uma divisão do partido em duas tendências internas, Bolcheviques e Mencheviques.

¹⁴⁵ LENIN, Vladimir Ilich. **Dois Táticas...**, Op. cit., p. 34,35.

Rússia no sentido democrático burguês, é inevitável e inelutável. Não há força na terra capaz de impedir esta transformação”.¹⁴⁶

Além dos debates com os mencheviques, é necessário também colocar as divergências entre Lênin e outros setores da Social Democracia, notadamente com aquele que era um dos principais líderes da II Internacional, Karl Kautsky, cujos posicionamentos se fundamentavam em interpretações de alguns escritos de Marx sobre os camponeses e seu caráter de classe.

Ainda em 1852, ao fazer um balanço a respeito do papel desempenhado pelas classes sociais da França no golpe do 18 Brumário de Luis Bonaparte, Karl Marx atribuiu ao camponês o apoio ao golpe impetrado por Bonaparte:

Assim como os Bourbon representavam a grande propriedade rural e os Órleans a dinastia do dinheiro, os Bonaparte são a dinastia dos camponeses, ou seja, da massa do povo francês. O eleito do campesinato não é o Bonaparte que se curvou ao parlamento burguês, mas o Bonaparte que o dissolveu. Durante três anos as cidades haviam conseguido falsificar o significado da eleição de 10 de dezembro e roubar aos camponeses a restauração do Império.¹⁴⁷

Nessa mesma obra, elaborou uma conceituação de classe com relação aos camponeses, onde definiu em que sentido podem ou não ser considerados “classe”:

A grande massa da nação francesa é, assim, formada pela simples adição de grandezas homólogas, da mesma maneira por que batatas em um saco constituem um saco de batatas. Na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras, e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa exata medida não constituem uma classe. São conseqüentemente, incapazes de fazer valer seus interesses de classe em seu próprio nome, quer através de um Parlamento, quer através de uma convenção. Não podem representar-se, tem que ser representados.¹⁴⁸

Observemos que Marx, ao afirmar em que sentido o camponês não constituía uma classe, colocou como fatores para tal conclusão o fato que

¹⁴⁶ Idem p.41

¹⁴⁷ MARX, Karl. O dezoito Brumário..., Op. cit., p. 396.

¹⁴⁸ Idem p.397

“(...) a similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política (...)”, ou seja, ao mesmo tempo em que compreendia as classes a partir das condições materiais e do papel ocupado por elas no processo de produção, Marx incluiu fatores ligados a questões políticas subjetivas. Sendo assim, não existe um fator único, como compreendido de maneira superficial, na determinação dos acontecimentos e da formação das classes; há sim uma relação dialética, *os homens construindo sua própria história sob as condições existentes*. Tais categorias seriam definidas como “*classe em si e classe para si*”. Então, ao mesmo tempo em que existia um segmento dos camponeses que permanecia ligado ao passado, ao tradicionalismo e desprovido de projetos políticos, Marx enxergava uma heterogeneidade que registra a existência de um outro segmento entre os camponeses. E, percebendo que isso poderia gerar má interpretação, afirmou:

É preciso que fique bem claro. A dinastia de Bonaparte representa não o camponês revolucionário, mas o conservador; não o camponês que luta para escapar às condições de sua existência social, a pequena propriedade, mas antes o camponês que quer consolidar sua propriedade; não a população rural que ligada à das cidades, quer derrubar a velha ordem de coisas por meio de seus próprios esforços, mas, pelo contrário, aqueles que, presos por essa velha ordem em um isolamento embrutecedor, querem ver-se a si próprios e suas propriedades salvos e beneficiados pelo fantasma do Império. Bonaparte representa não o esclarecimento, mas a superstição do camponês; não o seu bom senso, mas o seu preconceito; não o seu futuro, mas o seu passado; (...) ¹⁴⁹

Marx esclareceu que a ligação dos camponeses com os Bonaparte, havia sido fruto da reforma agrária e do estabelecimento da pequena propriedade na França, ainda com Napoleão I. A transformação desses indivíduos em “proprietários” tornou-os defensores da propriedade privada e do governo napoleônico. Contudo, o processo histórico demonstrou que a propriedade camponesa leva parte desses camponeses a pauperização e essa alteração nas suas condições materiais os colocaria mais próximos do proletariado:

Mas o que agora, provoca a ruína do camponês francês é precisamente a própria pequena propriedade, a divisão da terra, a forma de propriedade que Napoleão consolidou na França;

¹⁴⁹ Idem p.398

justamente as condições materiais que transformaram o camponês feudal em camponês proprietário, e Napoleão em Imperador. Duas gerações bastaram para produzir o resultado inevitável: o arruinamento progressivo da agricultura, o endividamento progressivo do agricultor.(...)

Os interesses dos camponeses, portanto, já não estão mais, como no tempo de Napoleão, em consonância, mas sim em oposição com os interesses da burguesia, do capital. Por isso os camponeses encontram seu aliado e dirigente natural no *proletariado urbano*, cuja tarefa é derrubar o regime burguês.¹⁵⁰

Apesar da clareza das afirmações, parte da tradição marxista considerou apenas a divisão clássica da sociedade formulada pelo Marx do Manifesto Comunista, entre *burgueses e proletários*, na qual o proletariado, por ser a classe despojada dos meios de produção e não ter nada a perder, teria o papel histórico de levar a revolução às suas últimas conseqüências. Formulação elaborada tendo em vista uma revolução proletária, diferente da situação em vias de acontecer na Rússia em 1905 quando se propunha uma revolução “democrático-burguesa.” Já a idéia dos camponeses como os responsáveis pela consolidação do poder de Luis Napoleão, serviu para reforçar a idéia de tradicionalismo a seu respeito, considerando-os portadores de um “monarquismo ingênuo”, incapazes de se comportarem enquanto classe, e enxergando o camponês como representante do atraso, defensor da monarquia e da propriedade privada. Segundo o sociólogo José de Souza Martins:

Na tradição antropológica e sociológica, os pobres da terra, os camponeses, os trabalhadores rurais, quase sempre foram tratados como depositários e agentes de culturas tradicionais, vítimas irremediáveis do tradicionalismo conservador (...) Tanto a direita como a esquerda (...) por neles ver inimigos reais embutidos em aliados ocasionais, porque supostos defensores da propriedade privada, inimigos da socialização da produção.¹⁵¹

Esse debate ganhou proporções excepcionais nas discussões acerca da participação do campesinato no processo revolucionário russo. Lênin, desde sua obra “*Duas táticas da Social democracia na revolução democrática*” (1905), reelaborou as teses até então aceitas pelo POSDR (Partido Operário Social Democrata Russo), e acrescentou o papel revolucionário que seria

¹⁵⁰ Idem p.399,400

¹⁵¹ MARTINS, José de Souza. *Caminhada no Chão da Noite*. São Paulo: Hucitec, 1989. p.17

então desempenhado pelos camponeses na revolução democrática que derrubaria o Czarismo. Quando questionado pelos mencheviques com relação à palavra de ordem “ditadura democrático-revolucionária do proletariado e dos camponeses,”¹⁵² cuja objeção estava justamente na suposta falta de “unidade de vontade,” que consideravam impossível existir entre o proletariado e os camponeses, a resposta de Lênin foi clara. Segundo ele, tal aliança teria:

(...) seu passado e seu futuro. Seu passado é a autocracia, o regime feudal, a monarquia, os privilégios. Na luta contra este passado, no combate à contra revolução, é possível a ‘unidade de vontade’ do proletariado e dos camponeses, pois há unidade de interesses.

Seu futuro é a luta contra a propriedade privada, a luta do operário assalariado contra seu patrão, a luta pelo socialismo. Neste ponto, a unidade de vontade é impossível. (...)

Em tempos futuros, quando houver terminado a luta contra a autocracia russa, quando a revolução democrática já for coisa do passado, será realmente ridículo falar na ‘unidade de vontade’, do proletariado e dos camponeses, na ditadura democrática, etc.¹⁵³

Ou seja, apesar de reconhecer no camponês suas limitações como um aliado para a revolução socialista, Lênin não os enxergou simplesmente como tradicionalistas, meros defensores da monarquia. Ao mesmo tempo em que reconheceu a centralidade e o papel a ser desempenhado pelo proletariado, enquanto classe dirigente do processo revolucionário, ele acrescentou outros elementos para analisar a posição tomada pelos camponeses, sua instabilidade, sua heterogeneidade e sua efetiva participação, onde o grau de instrução seria um fator levado em conta:

Entre os camponeses, existe, ao lado de elementos pequenos burgueses, uma massa de elementos semi-proletários. Isso determina a instabilidade da classe camponesa e obriga o proletariado a se agrupar em um partido rigorosamente de classe.(...) o camponês é capaz de ser um partidário decidido e radical da revolução democrática.”(...)

“Os camponeses acham-se vinculados à revolução não somente pela transformação agrária radical, como também por seus interesses gerais e permanentes. Até mesmo para lutar contra o proletariado, o camponês tem necessidade da democracia, pois só o regime democrático é capaz de exprimir exatamente os seus interesses e de lhe dar preponderância como maioria, como massa. Quanto mais

¹⁵² LENIN, Vladimir Ilich. **Dois Tácticas...**, Op. cit., p. 72.

¹⁵³ Idem p. 73,74

instruído for o camponês (e depois da guerra com o Japão eles se estão instruindo com uma rapidez que escapa aos que estão habituados a medir a instrução pelo que se ensina nas escolas), mais conseqüente e decidido será em sua luta pela revolução democrática completa, porque não tem medo, como a burguesia, da soberania do povo(...)¹⁵⁴

Após a derrubada do Czar e instalação do Governo Provisório em fevereiro de 1917, Lênin divulgou as suas “Teses de Abril” onde, no item dois, caracterizou:

A particularidade do momento atual da Russa é que o país está passando do primeiro estágio da revolução – que deu o poder a burguesia, pelo fato do proletariado não ter o suficiente nível de consciência e de organização- ao segundo estágio, que deve colocar o poder nas mãos do proletariado e dos setores mais pobres do campesinato.¹⁵⁵

Se levarmos em consideração que Lênin mantinha-se ligado à concepção da revolução em duas etapas, tal tese nos leva a interpretação que, para ele, a etapa burguesa já estava concluída; no entanto, não lançou de imediato a palavra de ordem da construção do socialismo e chegou a afirmar que “não é tarefa imediata a implementação do Socialismo, mas somente iniciar imediatamente o controle da produção social e da distribuição dos produtos pelos Soviets de deputados operários.”¹⁵⁶

Nas “Teses de Abril” ele descartou qualquer apoio ao Governo Provisório. Nesse ponto, as posições se inverteram. Em 1905, Lênin defendeu a participação no futuro governo revolucionário e, mais ainda, que os proletários e camponeses deveriam desempenhar papel dirigente, e os mencheviques a consideravam de caráter meramente burguês e por isso eram contra a participação social democrata; entretanto, em 1917 os mencheviques defendiam a participação no governo provisório. Segundo Lênin, escrevendo anos mais tarde sobre os acontecimentos de 1917:

¹⁵⁴ Idem p.86, 87

¹⁵⁵ LENIN, Vladimir Ilich. Teses de Abril. Retirado em 16/10/2005 de: http://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/04/04_teses.htm.

¹⁵⁶ Idem

Desde o mês de abril(...) dizíamos abertamente ao povo: A revolução não poderá estacionar aí, o país progrediu, o capitalismo se desenvolveu, a ruína tomou proporções inauditas, que exigirão, quer se queira quer não, a marcha para frente, para o socialismo.(...) *Primeiramente*, estivemos com toda a classe camponesa contra a monarquia, contra os grandes proprietários territoriais, contra o feudalismo, e isso foi a revolução burguesa, democrático-burguesa. *Em seguida*, estivemos com a classe camponesa pobre, com o semi-proletariado, com todos os explorados contra o capitalismo, inclusive os lavradores ricos, os açambarcadores, os especuladores, e desde então a revolução se tornou socialista. Tentar levantar artificialmente uma muralha chinesa entre as duas revoluções, separa-las de outra forma que não seja pelo grau de preparação do proletariado e o grau de sua união com a classe pobre das aldeias, é desnaturar o marxismo, avilta-lo e substituí-lo pelo liberalismo.¹⁵⁷

Essa citação é esclarecedora. Lênin continuava acreditando na revolução em duas etapas, uma de caráter burguês e outra socialista. Mas diferente do que escreveu nas suas “Teses de Abril”, quando afirmou que o país estava passando do primeiro para o segundo estágio da revolução, aqui ele reconheceu que parte dessa revolução burguesa só foi levada adiante pelos bolcheviques depois de novembro, até chegar ao limite em que deveria passar para a segunda etapa – socialista - com a ruptura contra a burguesia e os camponeses ricos. Para ele, os setores que davam sustentação ao governo provisório eram por demais “hesitantes” e por isso não tiveram a capacidade de levar adiante a revolução.

O triunfo da revolução bolchevista marcava o fim das hesitações, assegurava a destruição da monarquia e da grande propriedade territorial, que, antes da revolução de novembro, ainda subsistia. Conduzimos a revolução burguesa até o fim do seu desenvolvimento. Toda a massa rural marchava atrás de nós. Seu antagonismo para com o proletariado socialista não tinha possibilidade de se manifestar logo de começo.(...) A diferenciação de classes no meio da massa camponesa apenas começava(...).¹⁵⁸

Nos anos posteriores à Revolução bolchevique de 1917, esse debate retomou força com a conhecida polêmica entre Kautsky e Lênin. O primeiro chegou a considerar que o processo revolucionário na Rússia não seguiu as orientações do marxismo, pois, pelo nível de industrialização, o país demonstrou que ainda não tinha atingido as condições materiais necessárias e

¹⁵⁷ LENIN, Vladimir Ilich, **A Revolução Proletária e o Renegado Kaustsky**. Tradução de Aristides Lobo. São Paulo, Livraria Editora de Ciências Humanas, 1979. p. 163,164

¹⁵⁸ Idem p. 165,166

por isso se apoiou nos camponeses para consolidação da revolução, razão pela qual não pode ser caracterizada como “ditadura do proletariado” e sim “ditadura do campesinato.”

O desejo pelo socialismo só pode formar-se onde a grande empresa já está desenvolvida(...)O socialismo partirá das cidades, da industria, e não dos campos.”¹⁵⁹

“(…) quando um partido toma o governo graças a uma aliança entre os proletários da cidade e os camponeses(...) a ditadura do proletariado se torna não somente uma ditadura de proletários sobre outros proletários, mas também de proletários e camponeses sobre proletários. Eis uma forma bem bizarra de ditadura do proletariado.¹⁶⁰

Aqui prevalece a interpretação de uma história linear, com o desenvolvimento das sociedades a partir dos modos de produção, como etapas que todas as sociedades atravessariam irremediavelmente. Sendo assim, os países que ainda não estavam no estágio do capitalismo avançado, como era o caso da Rússia, deveriam passar primeiro por uma revolução democrático-burguesa, desenvolver seu capitalismo, para depois iniciar uma revolução socialista.

E sobre a possibilidade do camponês possuir um projeto político, a posição de Kautsky mostrou-se bem distinta da de Lênin:

(...) Ele pode comportar-se muito bem em uma República democrática à imagem da Suíça ou dos Estados Unidos. Mas o interesse político do camponês raramente ultrapassa os limites da circunscrição aldeã, ao contrário do proletariado industrial(...) O camponês pode, igualmente, tomar gosto por um imperador, que seja imperador de camponês, que lhe proteja a propriedade, defenda-lhe os interesses, como pensava que era o caso com Napoleão I. (...)um ditador que lhe assegure a propriedade, que lhe permita consagrar toda atenção ao cultivo dos campos e à venda lucrativa de seus produtos pode ser, em certas circunstâncias, tão bem acolhido como uma República(...).¹⁶¹

O poder caiu nas mãos das classes mais baixas – operários e camponeses – mas os camponeses não formavam uma classe capaz de dirigir-se por si mesma. Deixaram –se docilmente, dirigir por um

¹⁵⁹ KAUTSKY, Karl. **A Ditadura do Proletariado**. Tradução Eduardo Sucupira Filho. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas, 1979. p. 12

¹⁶⁰ Idem p. 31

¹⁶¹ Idem p.78

partido proletário que lhes prometia paz imediata a qualquer preço, e a satisfação instantânea de seu apetite de terra.¹⁶²

A resposta de Lênin veio no seu texto: “*A Revolução Proletária e o renegado Kautsky*”, que pelo título revela de antemão, que não concordou em nada com as críticas recebidas. Lênin acreditava na heterogeneidade dos camponeses, entre os quais existiam, ao mesmo tempo, elementos pequenos burgueses e semi-proletários o que explicaria a sua instabilidade política. Também realçava que apenas uma parte destes se constituía aliada do proletariado. Nesse sentido acreditava na totalidade dos camponeses como aliados apenas na fase democrático-burguesa da revolução.

(...) o proletariado, atraindo a si os camponeses, neutraliza a burguesia liberal e faz tábua rasa da monarquia, do feudalismo e da grande propriedade territorial.(...)

É nessa aliança do proletariado com o conjunto do campesinato que se manifesta o caráter burguês da revolução, pois os camponeses, tomados em bloco, são pequenos produtores que trabalham para o mercado.

Em seguida (...) o proletariado anexa todo o semi-proletariado (todos os trabalhadores e explorados) neutraliza o campesinato médio e bota abaixo a burguesia; eis em que consiste a revolução socialista e o que a distingue da revolução democrático-burguesa (ver minha brochura de 1905: Duas táticas) (...)

Em seguida, honrado teórico, já pensastes no fato de que o pequeno produtor camponês *oscila* inevitavelmente entre o proletariado e a burguesia? Essa verdade marxista, confirmada por toda a história da Europa contemporânea, Kautsky esqueceu-a muito de propósito, porque ela reduz a pó toda a ‘teoria’ menchevista reproduzida por ele. Se se tivesse lembrado dela, não teria podido negar a necessidade da ditadura do proletariado num país em que dominam os pequenos produtores camponeses.¹⁶³

Este debate é esclarecedor a respeito da interpretação que Lênin fez dessas questões. Para Kautsky, a Rússia não tinha, naquele momento, as condições materiais e espirituais para o socialismo. Para ele: “O que ali se observa não é a primeira revolução socialista, mas a última revolução burguesa,” e utiliza-se de Marx para referendar sua crença nas etapas:

Uma nação pode e deve aprender de outra nação. Mesmo que uma sociedade tenha descoberto o significado da lei natural que rege seu

¹⁶² Idem p. 82

¹⁶³ LENIN, Vladimir Ilich, *A Revolução Proletária....* Op. cit., p. 158, 159.

movimento (...) ela não pode suprimir, por saltos, nem abolir por decretos as fases naturais de seu desenvolvimento. Mas pode abreviar o período de gestação, e atenuar as dores do parto.¹⁶⁴

Acreditava que naquele estágio não seria possível senão a revolução burguesa e, por conta disso e da composição da população, a presença camponesa seria um elemento a mais para a confirmação de suas teses, já que ele não via como eles poderiam desempenhar algum papel que não o da defesa da propriedade privada. “Inclusive os camponeses mais pobres não tem intenção de abandonar o princípio da propriedade privada do solo. (...) que sempre foi um traço do caráter camponês (...).”¹⁶⁵ Critica a aliança com os camponeses por acreditar que os interesses são inconciliáveis e afirma que a “natureza” do Estado russo naquele momento era “um Estado de camponeses.”

Acreditamos que a divergência central com relação ao papel a ser desempenhado pelos camponeses deriva da idéia defendida por Kautsky e recusada por Lênin de uma homogeneidade do “caráter camponês.” Ao mesmo tempo, tais posições tinham relação direta com a compreensão a respeito do caráter da revolução naquele momento da Rússia. Lênin compreendia a existência da luta de classes entre a população rural que colocava em campos opostos os camponeses que produziam para a sua (má) subsistência, dos camponeses que produziam visando o mercado. Neste ponto, segundo ele, estava a chave para a compreensão da aliança e da vitória dos bolcheviques.

Depois de ter concluído, com o conjunto dos camponeses, a revolução democrático-burguesa, o proletariado russo efetuou resolutamente a revolução socialista quando conseguiu dividir o campesinato, atrair para o seu lado os proletários e semi-proletários rurais (...) se o proletariado bolchevista, sem esperar, sem *preparar*, sem operar a diferenciação das classes no campo, tivesse tentado desde novembro de 1917, ‘decretar’ a guerra civil ou a ‘instituição do socialismo’ no campo; se tivesse tentado prescindir da aliança temporária com o conjunto do campesinato sem fazer concessões ao camponês médio, teria sido isso desnaturação blanquista do marxismo, um absurdo teórico, incompreensão do fato de que a revolução camponesa geral é ainda revolução burguesa e que, *sem uma série de etapas* e de transições, não se poderia, num país atrasado, transformá-la em revolução socialista.¹⁶⁶

¹⁶⁴ MARX. Karl, O Capital, Rio de Janeiro, s/d., Ed. Civilização Brasileira. p.6 In: KAUTSKY, Karl. A Ditadura..., Op. cit., p.60

¹⁶⁵ KAUTSKY, Karl. A Ditadura..., Op. cit., . p. 71

¹⁶⁶ Idem p. 168.

Lênin destacou a heterogeneidade entre os que possuem relação com a terra. Em vários dos seus textos, ele os classificou em latifundiários, assalariados e operários agrícolas e camponeses, e estes em grandes, médios, pequenos. E considerava como:

massas laboriosas do campo que o proletariado das cidades deve conduzir ao combate ou, ao menos conquistar para a sua causa, são representadas em todos os países capitalistas pelas classes seguintes:

1° O proletariado agrícola, os operários assalariados (...) A organização dessa classe (...) independente e distinta dos outros grupos da população rural (...)

2° Os semiproletários ou camponeses parcelares, isto é, aqueles que tiram os seus meios de existência em parte do trabalho assalariado nas empresas capitalistas agrícolas e industriais e em parte explorando o retalho da terra que lhes pertence ou tomam de arrendamento e que só fornece uma porção da subsistência da sua família. (...) Se a atividade do partido comunista for corretamente orientada, esta categoria será para ele um apoio seguro(...)

3° O pequeno campesinato, ou seja, os pequenos agricultores que dispõem, como propriedade ou por arrendamento, parcelas tão pequenas que, embora cobrindo as necessidades da sua família e da sua exploração, não recorrem à mão de obra estranha. Esta camada, enquanto tal, ganha incontestavelmente com a vitória do proletariado(...)¹⁶⁷

Lênin divide-os basicamente entre os que produzem para a própria subsistência e os que produzem visando o mercado. Chamamos atenção aqui que tal formulação foi escrita por Lênin em 1920, ou seja, quase três anos após a revolução bolchevique, e a intenção era de teorizar sobre a questão para servir de referência para outros países.

Essa formulação a respeito das fases do processo revolucionário na Rússia e do papel a ser desempenhado pelos camponeses, longe de ser vista como uma especificidade local, serviu como um modelo que deveria ser levado para o que era chamado de “países coloniais ou semicoloniais.” Ao escrever “*Primeiro rascunho das teses sobre os problemas nacional e colonial*,” para o II Congresso da Internacional Comunista, ainda em 1920, Lênin dirigiu-se aos “Estados e nações mais atrasadas onde predominam as relações feudais, patriarcais ou patriarcal-camponesas (...) A necessidade de

¹⁶⁷LENIN, Vladimir Ilich. Primeiro esboço das teses sobre a questão agrária. In: **Aliança da Classe Operária e do Campesinato**. Moscou, Edições Progresso, 1983. p.317,318.

todos os partidos comunistas ajudarem o movimento democrático-burguês de libertação nesses países.”¹⁶⁸

Compreendemos que aqui está a gênese desse processo de generalização das fórmulas soviéticas para o restante do mundo, em especial para os países que não se encontravam em estágio avançado de desenvolvimento do capitalismo. Houve uma caracterização dessas sociedades, que as compreendia todas como feudais ou feudo-patriarcais. Tal formulação se confirma por ocasião do IV Congresso da IC em 1922.

O caráter atrasado das colônias se evidencia na diversidade dos movimentos nacionalistas revolucionários dirigidos contra o imperialismo e reflete os diversos níveis de transição entre as correlações feudais e feudo-patriarcais e o capitalismo. Esta diversidade empresta um aspecto particular à ideologia desses movimentos.

Nesses países o capitalismo surge e se desenvolve em bases feudais. Adquire formas imperfeitas, transitórias e superficiais(...)¹⁶⁹

No IV Congresso a resolução referia-se a “Teses gerais sobre a questão do Oriente,” mas a idéia se repetiu por ocasião do VI Congresso da IC em 1928, quando foi formulada a tese e plano de ação para os países coloniais e semi-coloniais, e transferiu para a América Latina a mesma formulação, onde os comunistas deveriam engendrar esforços para promover uma revolução democrática-burguesa para completar a implantação do capitalismo, pois estariam entre o feudalismo e o capitalismo.

O programa do VI Congresso dividiu os países de acordo com o seu grau de desenvolvimento em quatro grupos:

1) *Países de capitalismo de tipo superior* (Estados Unidos Alemanha, Inglaterra, etc); 2) *países em nível médio de desenvolvimento do capitalismo* (Espanha, Portugal, Polônia, Hungria, etc); 3) *Países coloniais e semi coloniais* (China, Índia, etc) e *países dependentes* (Argentina, Brasil, etc) 4) *Países ainda mais atrasados* (Por exemplo, em algumas partes da África).

¹⁶⁸ LENIN, Vladimir Ilich. **Primeiro rascunho das teses sobre os problemas nacional e colonial**. Retirado em 14/10/2005 de <http://www.primeiralinha.org/textosmarxistas/leninecolonial.htm>

¹⁶⁹ **O IV congresso da III Internacional Comunista**. (novembro de 1922) Retirado em 14/10/2005, de: <http://www.ftqi.hpg.ig.com.br/pagina13.htm>

Os países dependentes foram assim descritos:

Con gérmenes de industria y, a veces, con un desarrollo industrial considerable, insuficiente, sin embargo, para la edificación socialista independiente; con predominio de las relaciones feudal-medievales o relaciones de “modo asiático de producción” lo mismo en la economía del país que en su superestructura política; finalmente, con la concentración, en las manos de los grupos imperialistas extranjeros de las empresas industriales, comerciales y bancarias más importantes, de los medios de transporte fundamentales, latifundios y plantaciones, etc(...) La transición a la dictadura del proletariado es aquí posible, como regla general, solamente a través de una serie de etapas preparatorias, como resultado de todo un período de transformación de la revolución democraticoburguesa en revolución socialista;(...)¹⁷⁰

Os países que anteriormente eram denominados de feudais e feudo-patriarcais, ganharam a denominação de coloniais e semi-coloniais ou dependentes, contudo caracterizados como países onde as relações feudais ainda predominavam, e novamente trata-se da necessidade de várias etapas preparatórias para a revolução democrática burguesa transformar-se em revolução socialista.

O PCB enviou delegação ao VI Congresso. Paulo Lacerda; Molaes, um garçom espanhol que vivia no Brasil e que também era delegado ao Congresso Internacional Sindical; Leôncio Basbaum que participaria também do V Congresso da IJC (Internacional Juvenil Comunista) que aconteceria a seguir; e Heitor Ferreira Lima, membro do PCB que na época do VI Congresso estava morando na URSS estudando na Escola Leninista Internacional, que apesar de não ser delegado participava das reuniões.¹⁷¹ Nas suas memórias Heitor Ferreira Lima não cita Molaes e aponta como membros da delegação brasileira apenas Paulo Lacerda, Leôncio Basbaum e ele próprio. Leôncio Basbaum comentou suas impressões:

(...) Acreditávamos que, estando presentes ao Congresso da IC, muito poderíamos aprender. Não sabíamos entretanto que os marxistas europeus, conhecendo muito bem o marxismo, nada sabiam da América Latina. Menos ainda do que nós próprios, conheciam a nossa realidade. Para eles, tudo era semi-colonial e os problemas

¹⁷⁰ “Programa de la Internacional Comunista”. In: **VI Congreso de la Internacional Comunista**. Cuadernos de Pasado y presente. N°66 Primeira Parte. Mexico, PyP, 1977.p. 286-288.

¹⁷¹ BASBAUM, Leôncio. Op. cit., p.54-59.

asiáticos eram transportados para a América Latina como se fosse tudo a mesma coisa.¹⁷²

Fazendo uma rápida retrospectiva, cabe lembrar que no III Congresso realizado em 1921 a IC destacou a política de “frente”, afirmando categoricamente que “ao adaptar a bandeira de unidade de frente proletária e admitir acordos entre suas diversas seções e os partidos e sindicatos da II Internacional e a Internacional II e ½, a Internacional não poderá deixar de estabelecer acordos análogos em escala internacional.”¹⁷³ E ainda que, os comunistas na sua política de frente única deveriam, “fazer acordos temporários e até alianças com a democracia burguesa das colônias e dos países atrasados.”¹⁷⁴ A suposta política de “frente” tinha suas limitações, pois era uma tentativa de conquistar os operários socialistas e social-democratas em detrimento das direções de seus partidos que continuaram sendo estigmatizados como reformistas. Era a “frente única pela base.” Da mesma forma: “A disponibilidade da social-democracia para ações comuns era escassíssima; por sua parte, os bolcheviques não estavam dispostos a renunciar a perseguição dos mencheviques e dos socialistas revolucionários nem a admitir a sua existência legal.”¹⁷⁵

Essa linha política durou até o VI Congresso quando ocorreu uma nova mudança na linha política da IC. Rompeu-se com a política de “frente” e adotou-se a chamada política de “classe contra classe” com guerra declarada à social democracia, que chegou a ser colocada em alguns momentos como principal inimigo. A nova política, ao traçar as tarefas dos comunistas nos países coloniais e semi-coloniais, afirmava que “as burguesias nacionais haviam deixado de ser uma força revolucionária na luta antiimperialista e que os comunistas deviam ‘rechaçar qualquer coalizão do PC com a posição nacional reformista.’”¹⁷⁶

¹⁷² Idem, p.54.

¹⁷³ **O III Congresso da Internacional Comunista.** Retirado em 14/10/2005 do site: <http://www.ftqi.hpg.ig.com.br/pagina13.htm>

¹⁷⁴ VIANNA, Marly de Almeida Gomes, Op. cit. p. 37

¹⁷⁵ HÁJEK, Milos. A discussão sobre a frente única e a revolução abortada na Alemanha. In: HOBSBAWM, Eric (org) **História do Marxismo VI: O Marxismo na época da Terceira Internacional.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p.189.

¹⁷⁶ VIANNA, Marly de Almeida Gomes, Op. cit., p. 42.

A política de “classe contra classe” perdurou até o VII Congresso da IC, ocorrido em meados de 1935, quando, em razão dos avanços do nazifascismo, houve nova mudança da linha política, agora pela formação das “frentes populares antifascistas,” que deveriam lutar contra a guerra, a fascistização dos diferentes países e em defesa da URSS.

Esse resumo, ainda que superficial, das principais posições adotadas pela Internacional, foi apenas no sentido de situar historicamente o VI Congresso da IC, que foi, sem dúvida, o momento em que a IC mais influenciou o PCB. Apesar de reconhecer essa influência, discordamos da idéia, defendida por alguns estudiosos que escreveram sobre o PCB, historiadores ou não, que repetindo as versões bastante difundidas pelos órgãos da repressão, o caracterizaram como um mero reproduzidor das “ordens de Moscou.” Consideramos, inclusive, que em alguns momentos é possível identificar verdadeiras discrepâncias.

2.2. O PCB – Partido Comunista do Brasil (SB da IC)

O Partido Comunista do Brasil foi fundado em 1922, e até a realização do VI Congresso da IC (1928) não tinha feito muitas formulações teóricas acerca da realidade brasileira. Formado na sua maioria por lideranças do movimento operário oriundas do anarquismo, influenciadas e empolgadas com a Revolução Russa de 1917, buscou desde seu início legitimar-se junto a Internacional Comunista. O contato dos comunistas brasileiros com a bibliografia de autores marxistas era muito restrito, como muito bem destacou João Quartim de Moraes, e mesmo que não tivessem acesso a muitas traduções, seus principais dirigentes, Astrojildo Pereira e Octavio Brandão, tinham acesso à literatura socialista publicada em outros países e através desta: “foram fortemente influenciados, em seu esforço de assimilação dos fundamentos do marxismo e do bolchevismo, pela concepção staliniana do marxismo-leninismo.”¹⁷⁷ Pela forma como iniciou suas atividades, a “identidade do PCB com a via autoritário-burocrática do socialismo e com o

¹⁷⁷ MORAES. João Quartim de. A influência do Leninismo de Stalin no Comunismo brasileiro. In: **História do Marxismo no Brasil**. Vol. 1. REIS. Daniel Aarão. (et al). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p.74-75.

marxismo-leninismo foi genética.”¹⁷⁸ E explicando o que seria esse corpo doutrinário:

Esta doutrina – cuja construção foi iniciada na década de 20 e concluída nos anos 30 pelo stalinismo – na verdade foi uma codificação e uma transfiguração das elaborações de Marx, Engels e Lênin, além de herdeira de elementos do “marxismo” da II Internacional (positivismo, evolucionismo, etc.). Implicava ‘em uma filosofia materialista- da qual se extirpa a relação dialética entre o sujeito e o objeto, em que se instaura a tensão da práxis – e uma sociologia que redundava medularmente numa teoria fatorialista da história, finalista e determinista (...) Passa a compreender o processo histórico como uma sucessão lógica de estágios de desenvolvimento que necessariamente conduzem ao comunismo (...).’¹⁷⁹

Talvez a primeira tentativa de explicação da realidade brasileira à luz do marxismo tenha sido feita por Octávio Brandão no seu *Agrarismo e Industrialismo*, escrito em 1924, onde explica a oposição entre o Imperialismo Inglês (agrário e semi-feudal) e o Imperialismo Americano (industrial moderno) e atribui as contradições desse embate como responsáveis para a realização da revolução burguesa no Brasil. Segundo Brandão “o livro foi orientado pela obra de Lênin – *O imperialismo, estágio superior do capitalismo*, que eu acabava de ler em tradução francesa. Baseou-se em materiais que vinha acumulando, durante anos, sobre as empresas estrangeiras no Brasil.”¹⁸⁰ Em tal trabalho destaca-se a importância do papel a ser desempenhado pela pequena burguesia.

O PCB acreditava que a revolução aconteceria em duas etapas: a primeira seria a chamada ‘terceira revolta’, como uma continuação das sublevações tenentistas de 1922 e 1924, e que se concluiria com a elevação da burguesia nacional ao poder. Só depois poderia vir a segunda etapa, a revolução proletária. Octávio Brandão afirmou: “Para nós só a revolução proletária era a nossa revolução. A revolução democrático burguesa era uma revolução burguesa, de grau preparatório da nossa revolução.”¹⁸¹

Tal escrito foi a base das teses e das discussões ocorridas no II Congresso do PCB em 1924. Nas conclusões sobre a questão Nacional:

¹⁷⁸ SEGATTO, José Antonio. **Ideologia, Política e Revolução**. In: Cadernos do AEL n. 2. Retirado em 02/06/2007 do site: <http://www.ifch.unicam.br/ael/website-ael-publicacoes/cad-2/artigo-5p89.pdf>

¹⁷⁹ Idem.

¹⁸⁰ BRANDÃO, Otávio. Op. cit. p. 285

¹⁸¹ Problemas Coloniais, Coletânea II, p. 243. In: KOVAL, Boris. **História do Proletariado Brasileiro, 1857-1967**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982, p. 190

II - Em meio das lutas políticas, civis e militares, entre o capitalismo agrário e o capitalismo industrial, manobrar as forças proletárias como forças independentes visando seus próprios interesses de classe.

III - Em face da pequena burguesia, (...)esforçar-se por conquistar ou pelo menos neutralizar seus elementos em vias de proletarização e em luta contra a grande burguesia industrial ou agrária.¹⁸²

Foi com base nessas interpretações da realidade brasileira e do caráter da revolução que em 1927 o Comitê Central (CC) do PCB resolveu enviar um de seus membros, Astrojildo Pereira, a “buscar aproximação efetiva, em termos políticos, com a Coluna Prestes, que se havia internado na Bolívia (...) e cujo prestígio popular e revolucionário mantinha-se intacto e mesmo crescente.”¹⁸³ No mesmo ano construiu uma frente eleitoral com objetivo de unificar as candidaturas operárias, o BO (Bloco Operário), que em 1928 foi transformado em BOC (Bloco Operário e Camponês), e constituiu-se na alternativa legal, naquele momento que o PCB voltou a ilegalidade.

Em 1928, Octávio Brandão escreveu “*O proletário frente à revolução democrática pequeno-burguesa*”, que foi publicado na revista *Autocrítica*, com a finalidade de servir aos debates que antecederam ao III Congresso do PCB. Confirmava a idéia que naquele momento no Brasil não se podia pensar em “conquista imediata do poder pelo proletariado(...) sem o país atravessar a terceira revolta e a conseqüente revolução democrática pequeno burguesa, não podemos pensar na conquista imediata do poder.” Ao se referir as forças motrizes e política de alianças, distingue-as não em dois, mas nos três momentos do processo revolucionário:

Primeira: do proletariado urbano e rural com os revoltosos pequeno-burgueses e com a grande burguesia liberal (grandes industriais e comerciantes) contra o czarismo brasileiro: o partido republicano, os fazendeiros de café, o Estado agrário... Seria a etapa tendo em vista a terceira revolta.

Segunda O proletariado urbano aliar-se-á às três categorias rurais e aos revoltosos pequeno-burgueses contra os imperialistas, contra a grande burguesia em geral e os restos do feudalismo. Seria a etapa entre a revolução democrática e a revolução proletária.

¹⁸² CARONE, Edgard. **O P.C.B. 1922-1934**. Vol. 1, São Paulo: Difel, 1982. p. 39

¹⁸³ PEREIRA, Astrojildo, **Ensaios Históricos e Políticos**, São Paulo, Alfa Omega, 1979. p. 127,128.

Terceira: o proletariado urbano e rural com a fração verdadeiramente revolucionária dos pequeno-burgueses, conquistaria o poder, estabelecendo a república proletária.

(...)para o momento atual, preconizamos a primeira forma de aliança(...).¹⁸⁴

O Comitê Central se utilizou como “justificativa teórica” o referido trabalho de Octávio Brandão, essencialmente onde afirmou que a revolução democrática brasileira seria dirigida pela pequena burguesia que, no Brasil, era urbana e não rural, “(...) a pequena burguesia na Rússia era o camponês e no Brasil é o revoltoso de 1922 e de 1924, proletarizado e radicalizado.”¹⁸⁵ Iniciou uma discussão sobre a “aliança com a vanguarda da pequena burguesia,” que se constituiria na formação do “Kuomintang brasileiro,” numa referência à frente formada na China. A considerada vanguarda da pequena burguesia aqui era justamente o movimento dos tenentes.¹⁸⁶

Entre dezembro de 1928 e janeiro de 1929 aconteceu o III Congresso do PCB, que, mesmo tendo acontecido após o VI Congresso da IC, mantinha-se ligado às concepções do “Agrarismo e Industrialismo,” acreditando ainda na “terceira revolta.” O Partido reconheceu as suas debilidades e não enxergava, a curto prazo, nenhuma perspectiva revolucionária, a não ser aquela que levava em conta o potencial das camadas médias representadas nos movimentos tenentistas. Isso porque, no que se referia a sua própria inserção na sociedade brasileira, avaliava que:

As camadas mais profundas do proletariado brasileiro, mesmo das grandes cidades, ainda não foram sequer atingidas pela nossa agitação. São quantidades ainda amorfas, com uma ideologia elementar, sem qualquer noção precisa de classe e da luta de classe. Estão a bem dizer virgens de todo contato político.” (...) a ausência de um partido socialista reformista e a falência quase completa das organizações anarquistas deixam-nos o campo livre para abrir caminho largo até as massas.¹⁸⁷

¹⁸⁴ BRANDÃO, Otávio. O Proletário frente à revolução democrática pequeno burguesa , In: FILHO, Michel Zaidan, **PCB (1922-1929) Na Busca das origens de um marxismo nacional**. São Paulo. Global, 1985. p.p. 122- 125

¹⁸⁵ Idem. pp. 121- 132.

¹⁸⁶ PEREIRA, Astrojildo. A Situação Política (1928); Síntese da política Atual (1928) A situação atual do Partido (1928), *La Correspondência Sudamericana*,(15 e 30.09.1928) In: CARONE, Edgard. **O P.C.B. 1922-1934**. Vol. 1, São Paulo: Difel, 1982. p. 47,48.

¹⁸⁷ “Teses e Resoluções do III Congresso do PCB” – dez de 1928/janeiro de 1929. CEDEM/UNESP, Fundo IC.

Em documento do CC, de fevereiro de 1929, avaliando as conclusões do III Congresso, assinala que: “A burguesia nacional, que até certo momento (Revolução de 1924) parecia poder desempenhar um papel revolucionário, capitulou completamente diante do imperialismo, aliando-se aos grandes proprietários de terra, que estão no poder.”¹⁸⁸ Tais afirmativas representam o exato momento da ruptura com as concepções dominantes no PCB até então, expressas em “*O proletário frente à revolução democrática pequeno-burguesa*,” que percebia na burguesia um aliado na primeira fase da revolução, que teria como elemento impulsionador a pequena burguesia, e que foram a base das discussões do III Congresso.

Para servir como tribuna de debates que antecederam ao III Congresso, o Partido lançou a publicação “Auto - Crítica.” Ao todo foram publicadas oito edições, seis antes e duas após o Congresso. Segundo Astrojildo Pereira as duas edições publicadas após o Congresso:

já não correspondiam aos objetivos iniciais da discussão aberta pela CCE (...). O número 8, sobretudo, parece-nos desordenado (...) e sua leitura nos leva à seguinte observação – que se pretendia realizar uma revisão não declarada da linha do III Congresso. O que não padece dúvida é que esse número 8 de Auto- Crítica possui enorme importância para o estudo das origens e da significação da nova orientação política introduzida no Partido durante os anos 1929-1930. Não é menor a sua importância como portador dos primeiros sinais de mudança nem sempre louvável nos métodos de trabalho na direção(...).¹⁸⁹

Essas mudanças foram em decorrência da I Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina, ocorrida em 1929, que marcou o momento da implantação das diretivas do VI Congresso da IC. No mesmo período ocorreu a troca dos assessores do *Bureau* Sul-Americano da IC, “para militantes mais identificados com a corrente de Stalin, como o casal Guralski, que aplicou a linha de proletarização dos PCs.”¹⁹⁰

Astrojildo sentiu na pele essa mudança na orientação política. Em outubro de 1929 houve o III Pleno do CC do PCB. Já sob a influência das

¹⁸⁸ O III Congresso, 11 de fevereiro de 1929 – O CC do PCB. In: CARONE, Edgard. **O P.C.B. 1922-1934**. Vol.1, São Paulo: Difel, 1982. p 70-77.

¹⁸⁹ PEREIRA, Astrojildo. **Ensaio Histórico e Político**. São Paulo, Alfa Omega, 1979. p.132,133.

¹⁹⁰ KAREPOVS. Dainis. **Luta Subterrânea: O PCB em 1937-1938**. São Paulo: Hucitec, Unesp, 2003. p.49

resoluções do VI Congresso da IC, abandonou as teses do III Congresso do PCB e chegou a diferentes conclusões. Defendeu, por exemplo, que o partido devia “adquirir a todo preço a hegemonia no movimento revolucionário que se desenvolve no Brasil, cujas principais forças motrizes serão o proletariado e a massa de assalariados agrícolas e os camponeses pobres.”¹⁹¹ Na mesma ocasião Otávio Brandão e Astrojildo Pereira foram afastados da direção, o que marcou o início do chamado período de proletarização ou obreirismo, nas fileiras do PCB. A Internacional Comunista sob a direção de Manuisky, entendia “estarem os partidos comunistas perdendo sua independência devido às alianças com outras classes,”¹⁹² portanto era necessário a proletarização dos partidos comunistas.

Seguindo a mesma linha, o secretariado da IC resolveu discutir a *questão brasileira*. Em fevereiro de 1930 foi publicada a *Resolução da Internacional Comunista sobre a Questão Brasileira*. Estabeleceu uma série de críticas e apontou novos caminhos a serem seguidos pelo partido.

No Brasil se desenvolvem as premissas de uma revolução do tipo democrático-burguês. O curso e o sucesso desta revolução depende da classe que conquistar a hegemonia. Se for a pequena burguesia revolucionária, a revolução brasileira estará condenada a uma derrota(...). Se o proletariado tomar a hegemonia(...), sob a direção do P.C., e realizar resolutamente e sem hesitação, a linha leninista da IC, esta revolução terá, então, grandes probabilidades de triunfo, principalmente se provocar movimentos revolucionários nas outras repúblicas da América Latina.¹⁹³

Aqui, a IC “esclareceu,” segundo suas perspectivas, o caráter da revolução e, de forma generalizante, transpôs para a realidade brasileira pressupostos formulados para o conjunto dos países coloniais, semi-coloniais e países dependentes.

Otávio Brandão e suas teses foram duramente repreendidos pela IC, assim como a experiência do BOC (Bloco Operário e Camponês).

¹⁹¹ “O III Pleno do CC” (outubro de 1929), In: CARONE, Edgard. **O P.C.B. 1922-1934**. Op.cit., p. 78.

¹⁹² PACHECO, Eliezer. **O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1984. p. 135

¹⁹³ “Resolução da Internacional Comunista sobre a Questão Brasileira” (fevereiro de 1930). *A Classe Operária*, 17.04.1930. In: CARONE, Edgard. **O P.C.B. 1922-1934**. Op.cit. p. 96 – 102.

Diversos fatos indicam que, no seio do Partido Comunista do Brasil, muito longe estão ainda de compreender a importância da hegemonia do proletariado na revolução democrático – burguesa, e a necessidade absoluta de um partido “independente” do proletariado, para realizá-la. No partido prega-se abertamente a teoria da ‘revolução democrática pequeno-burguesa’ sob cuja cobertura ‘o proletariado poderia preparar-se para a conquista do poder’ (camarada Brandão). Esta teoria menchevista, antileninista e antimarxista, nega a hegemonia do proletariado na revolução democrático – burguesa, como garantia essencial contra sua derrota e como a melhor preparação do proletariado para a conquista do poder.

Mas o que é muitíssimo mais perigoso desta teoria, é a prática do PC do Brasil, consistindo em ceder seu papel independente ao BOC, o que se verificou durante estes últimos anos.¹⁹⁴

E, por último, a IC sentenciou que o partido não poderia desempenhar o papel de dirigente dos processos revolucionários vindouros se não resolvesse o seu problema interno: “depurar (...) os quadros dirigentes de todos os elementos liquidacionistas, oportunistas de direita, que se arrastam a reboque da massa e escolher a composição dos órgãos dirigentes de modo a assegurar a realização conseqüente e firme da política proletária revolucionária.”¹⁹⁵

No período que se seguiu, o processo de *obreirismo* se intensificou. Vários quadros foram afastados da direção. Houve um clima de “hostilidade aberta aos dirigentes de origem pequeno-burguesa” e aos intelectuais, pois acreditava-se que a proletarização correspondia à presença física de operários nos órgãos dirigentes.

Alguns relatos datados de 1933 apontam para algumas autocríticas com relação ao chamado obreirismo, como a de Fernando Lacerda, que foi Secretário Geral do Partido e um dos principais elementos desse processo:

Essa diretiva leninista da IC e do Bureal Sul-Americano foi por nós, dirigentes, completamente desvirtuada. Entendemos que proletarizar é abrir uma luta de morte contra todos os elementos não proletários, sem exceção, porque não trabalhavam em fábricas, não passavam fome e privações. Minha posição aqui foi completamente falsa.(...) ¹⁹⁶

¹⁹⁴ Idem. *Ibidem*.

¹⁹⁵ Idem

¹⁹⁶ LACERDA, Fernando de. *Declaração*. S.l., março de 1933. In: Bureau Político do CC do PCB. **A Todos os organismos e a todos os membros do Partido Comunista do Brasil**. Rio de Janeiro, maio 1933, p.2 (AE-D). Apud. KAREPOVS, Daines. Op. cit. p. 98

Tais relatos possibilitam crer que estava ultrapassada a fase do chamado obreirismo, contudo permaneceu como saldo desse período, o afastamento dos antigos membros da Direção Nacional, uma nova concepção na análise da sociedade brasileira com a repetição mecânica de algumas teses da IC, e conseqüentemente a valorização de alguns setores, a exemplo do cangaço como sinal de movimentos espontâneos que demonstravam o nível de vida, insatisfação e potencial revolucionário das camadas rurais. Em razão do predomínio dessa maneira de interpretar a realidade brasileira derivaram as perspectivas apontadas naquele período. Da mesma maneira, nas relações internas da vida partidária, na construção e execução da linha política, continuaram predominando os métodos de aniquilação das divergências, a partir da exclusão de quadros e dirigentes que possuíssem posições contrárias ao núcleo dirigente.

Em 1934, na convocação para a Conferência Nacional, permaneciam vivos traços do obreirismo:

(...) Escolha de delegado: Pelo nosso plano os companheiros já devem ter compreendido que queremos delegados operários, bem proletarizados ideologicamente, de empresas de concentração, o mais possível, de certo desenvolvimento e compreensão dos problemas do partido e da Revolução e com alguma experiência de lutas (...) ¹⁹⁷

Principalmente entre 1933 e 1935 são constantes os chamamentos à luta armada e à criação de guerrilhas. Este período representa justamente a ascensão de novos quadros dirigentes, destacadamente, Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu) e Antonio Maciel Bonfim (Miranda). Em julho de 1934, no Manifesto da Conferência Nacional do Partido, avaliavam que o Brasil vivia uma situação revolucionária e conclamavam o povo à luta armada, afirmando textualmente: “(...) aprofundemos também as nossas lutas! Unamo-las! Ampliemo-las! Politizemo-las! Elevemo-las para as lutas superiores até a tomada do poder, instaurando o Governo Operário e Camponês, a Ditadura Democrática baseada nos Conselhos de operários, camponeses, soldados e marinheiros!”. Nesse contexto, pouco ou nada se falou sobre a política de

¹⁹⁷ “Ordem do dia da Conferência Nacional”. CC do PCB. Rio de Janeiro, 06-06-1934. CEDEM/UNESP, Fundo IC.

alianças; apenas que o Governo Operário e Camponês seria “(...) apoiado na estreita aliança do proletariado com a massa camponesa.”¹⁹⁸

Durante o evento, Lauro Reginaldo da Rocha, o Bangu, leu um informe sobre a “questão nacional” e uma carta da IC que tratava da questão agrária e apontava para as desigualdades regionais e concluiu que o nordeste brasileiro era uma “nacionalidade oprimida.” Por isso propôs o lançamento da palavra de ordem de “auto determinação para o nordeste.” E numa demonstração da incapacidade de análise, e por isso a subordinação mecânica às teses da IC transportadas para a realidade nacional sem adaptação ou crítica, concluiu: “Se estivermos errados a IC nos corrigirá.”¹⁹⁹

Heitor Ferreira Lima, foi levado a tal Conferência, sem ao menos saber do que se tratava, assim como outros membros da direção não compareceram porque não souberam da sua realização, notadamente os que manifestaram divergências em momentos anteriores. Na ocasião, Miranda propôs a expulsão de Heitor Ferreira Lima, Mario Grazzini e Corifeu Marques com o argumento que as divergências levantadas por tais elementos feriam a “unidade partidária,” autores de “ato fracionista obra de divisionismo do Partido.”²⁰⁰ Ambos, para não serem expulsos, se viram obrigados a “reconsiderar” suas posições.

2.3. O anti-integralismo, o surgimento da Aliança Nacional Libertadora e os levantes de novembro de 1935

O aparecimento do integralismo levou a uma alteração na cena política brasileira. A Ação Integralista Brasileira (AIB) foi criada em outubro de 1932 e a partir de então foi rápido o seu crescimento formando núcleos por todo o país. Surgiu da fusão de vários pequenos movimentos e partidos fascistas e contava com o apoio dos simpatizantes do nazi-fascismo. Segundo Marly Almeida Gomes Viana, “o aparecimento agressivo do integralismo na cena

¹⁹⁸ “A 1ª Conferência Nacional do PCB” (julho de 1934) Publicada na Classe Operária de 1º / 08/ 1934. In: CARONE, Edgard. O P.C.B. 1922-1934. Op. cit. p. 159- 171

¹⁹⁹ Atas da Conferência Nacional. Rio de Janeiro. 08 a 15/07/1934. CEDEM/UNESP, Fundo IC.

²⁰⁰ LIMA, Heitor Ferreira. **Caminhos Percorridos**. São Paulo: Brasiliense. 1982. p.182-183

política dividiu e radicalizou as camadas médias urbanas.”²⁰¹ Com isso criou-se o ambiente para acrescentar aos intensos movimentos grevistas daquele momento, as lutas contra os integralistas. Apesar de, nas suas palavras de ordem, o PCB conclamar para a luta antifascista e antiintegralista, em função do seu isolamento, não conseguiu aglutinar em torno de si nenhum movimento de massas nessa direção.

Foi em função do rápido avanço dos integralistas e contra a guerra que se formou a unidade de vários movimentos de caráter antiintegralista, antifascista e contra a guerra, que levou à formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Contou com a participação de elementos tidos como democratas, liberais, socialistas, dos tenentes que romperam com Vargas e de comunistas. Esse processo ocorreu entre meados de 1934 e início de 1935 com o aparecimento de vários eventos e agremiações antifascistas. Em agosto de 1934 no Rio de Janeiro aconteceu o I Congresso Nacional contra a Guerra Imperialista, a Reação e o Fascismo, houve repressão policial que levou a três mortes e quarenta e cinco feridos. Também no segundo semestre de 1934 foram organizadas a Sociedade dos Amigos da Rússia, a Frente Comum Antifascista, a Frente Popular contra o Fascismo e a Guerra, a Liga Antiimperialista do Brasil e o Congresso Operário- Estudantil e a Frente Única Antifascista (FUA) formada por socialistas brasileiros e italianos, anarquistas, tenentistas e trotskistas. Todas essas entidades se reuniram no final do ano.²⁰² Um dos fatos cruciais para a formação dessa frente ocorreu em São Paulo, quando, em outubro de 1934, essas forças se uniram para dissolver um comício dos integralistas na Praça da Sé, onde comemorariam dois anos de existência da AIB.

A Aliança Nacional Libertadora foi oficialmente fundada em 30 de março de 1935, num comício realizado no Rio de Janeiro no Teatro João Caetano, onde Luiz Carlos Prestes foi aclamado pelo então jovem comunista Carlos Lacerda, presidente de honra. No seu programa, o imperialismo era colocado como principal inimigo, ao lado do latifúndio e do feudalismo. Também era contra o que chamou de “guerra imperialista.” Defendiam o

²⁰¹ VIANNA. Marly de Almeida Gomes. op. cit. p.106.

²⁰² Idem. p.109.

cancelamento das dívidas imperialistas, a liberdade em toda a sua plenitude, a nacionalização dos serviços públicos mais importantes e das empresas imperialistas que não se subordinassem às leis do governo revolucionário e algumas melhorias para as classes trabalhadoras.²⁰³

Menos de uma semana após o lançamento da ANL, o Congresso, seguindo orientação do presidente Vargas, aprovou a Lei de Segurança Nacional, como uma medida que visava reprimir o seu crescimento e a ascensão dos movimentos sociais. Apesar disso, cresceu e criou núcleos em todos os Estados do país. Apolônio de Carvalho, na época um militar que servia no Rio Grande do Sul, assim descreveu esse entusiasmo: “A receptividade no meio da pequena burguesia foi imensa! Juizes, professores, advogados, médicos... havia também padeiros e vários anarquistas, mas não havia PC, fora alguns comunistas dispersos.”²⁰⁴

Muito diferente do comentário de Apolônio de Carvalho, encontra-se frequentemente a versão que atribui ao PCB a decisão de criar a ANL, seguindo orientações do VII Congresso da Internacional Comunista. Contudo cabe salientar que o VII Congresso, foi realizado entre 25 de julho e 20 de agosto de 1935, onde foi estabelecida pela IC a política de “Frentes Populares” em alteração a anterior política de “classe contra classe,” ou seja, quando a ANL já tinha sido criada e colocada por Vargas na ilegalidade. Deliberações no mesmo sentido já haviam sido tomadas pelos partidos comunistas da França e da Espanha o que demonstra que as resoluções da IC não eram simples via de mão única e que a subordinação automática que alguns escritores atribuem não aconteciam de maneira tão simples.

Os principais membros da direção do PCB encontravam-se em Moscou no final de 1934 e, por isso, o Partido não participou da organização conjunta entre várias forças antifascistas que se aglutinaram para barrar o Comício Integralista da Praça da Sé, e nem das primeiras articulações para a construção da ANL. Alguns militantes participaram das manifestações de rua e até ocuparam postos na direção, mas não fruto de alguma deliberação

²⁰³ FREITAS. Valter Almeida de. **ANL e PCB: Mitos e realidade**. Santa Cruz do Sul, SC, EDUNISC, 1998. p. 128-129.

²⁰⁴ Apolônio de Carvalho. Entrevista. Rio de Janeiro, junho- 1988. In: VIANNA. Marly de Almeida Gomes. Op.cit. p.126

partidária. Lauro Reginaldo da Rocha (Bangu), membro da direção nacional na época, confirmou que “quando a direção voltou de Moscou já a encontrou praticamente formada.”²⁰⁵ Quando estavam em Moscou tomaram conhecimentos das discussões que antecederam o VII Congresso com relação a formação das “Frentes Populares” e, no retorno, o PCB então, se integrou a esse processo e ainda assim com certa desconfiança, certamente por não ocupar os principais postos na direção da ANL e por isso não ter o controle da organização.

Essa desconfiança se manifestou em vários textos publicados na imprensa partidária. No artigo “Por que apoiamos a Aliança Nacional Libertadora” de 24 de janeiro de 1935, apelou “ao proletariado e para as massas populares em geral, a fim de que a ANL lute de fato pela libertação nacional do povo brasileiro.”²⁰⁶ No artigo “A reunião da Aliança Nacional Libertadora no Teatro João Caetano,”²⁰⁷ de abril de 1935, destacou a importância da proclamação de Luiz Carlos Prestes presidente de honra da ANL, e reafirmou que o Partido “não adere e nunca aderirá a ANL,” mas que estava de acordo com o programa da Aliança e que retiraria esse apoio e trataria de desmascarar o papel “contra revolucionário ou fascista da ANL,” se ela deixasse de defender as reivindicações e interesses das massas ou se ela se convertesse em partido político tendo em vista a conquista do poder político como finalidade. Ou seja, o PCB aqui demonstrava uma posição confusa ao negar a uma organização como a ANL a tarefa de exercer o poder, que seria a própria razão da sua existência. Também fazia questão de destacar a distância entre a ANL e o PCB, pois esta teria entre seus membros elementos “demagogos” e aponta como tais “Maurício de Lacerda e João Cabanas.”²⁰⁸

No artigo intitulado “Os perigos do nacional reformismo na ANL” de maio de 1935, assinado por Bangu, afirmou que a “ANL surgiu num momento de descenso (*sic*) das lutas operárias,” isso para tentar justificar o fato de a maioria da direção da ANL ser formada pelos Tenentes e não pelos

²⁰⁵ VIANNA. Marly de Almeida Gomes . Op. cit. p. 112

²⁰⁶ “Por que apoiamos a Aliança Nacional Libertadora”, *A Classe Operária*, nº 173 de 24/01/1935.

²⁰⁷ *A Classe Operária*, n. 178. Rio de Janeiro. 10 de abril de 1935.

²⁰⁸ Idem.

comunistas, e por isso consideravam que parte dos elementos que compõe a direção da ANL “vacilam e começam a querer conduzir a ANL pelo caminho do nacional reformismo.” Tal posição ainda não existiria na ANL, mas a crítica se fundamentou nas afirmações contidas nos panfletos e manifestos da ANL que estariam causando confusão e constituiriam ameaça à orientação política ao afirmar que esta “luta dentro da ordem e da lei,” pois estas palavras serviriam para “amortecer o espírito e a vontade de luta das massas.”

Mesmo fazendo parte da ANL, o PCB durante algum período não alterou em nada as suas palavras de ordem. Faziam análise da conjuntura como extremamente explosiva e revolucionária. Em artigo publicado na imprensa partidária em março de 1935, Miranda, o secretário geral, conclamou para a revolução imediata a população que segundo ele já se encontrava disposta e organizada para tal:

Pegar em armas, lutar de armas nas mãos, desde já (...). Em todos os Estados do Brasil há camponeses, trabalhadores, vaqueiros, peões, índios, negros, mestiços e brancos nas fazendas e usinas que querem pegar em armas. (...) Multiplicaremos as guerrilhas (...). Estas lutas e guerrilhas multiplicadas em todo o Brasil em dezenas e dezenas, o governo não vai dar conta. Ele não dá conta hoje dos nossos irmãos camponeses que se revoltam - os cangaceiros - a quem chamam de bandidos (...) nós arrastaremos conosco os cangaceiros, lhes ensinaremos a lutar melhor(...).²⁰⁹

Esse tipo de interpretação não pode ser estendido a toda ANL; era, na verdade, exclusiva do PCB. Marly de Almeida Vianna, ao analisar as posições políticas dos grupos que compunham a ANL, concluiu que havia pelo menos três perspectivas diferentes: A ANL incorporava personalidades que nunca apoiariam o socialismo, e desenvolviam suas atividades em torno de seu programa mínimo e de oposição a Vargas. Acreditavam na necessidade de depor Vargas através da luta armada, “um golpe militar, como preconizavam os tenentes.” Enquanto isso, como já foi demonstrado, “o PCB pregava a luta armada imediata, numa avaliação fantasiosa que tomava como realidade a aparente disposição revolucionária das grandes massas (...).” E finalmente, a posição de Prestes e dos membros da IC aqui presentes “também trabalhavam

²⁰⁹ *A Classe Operária*, 11/03/1935.

com a perspectiva da luta armada, mas sem prazo determinado: seria preciso primeiro organizar os operários e, principalmente, sanar a grande debilidade do Partido – o trabalho no campo.”²¹⁰

No artigo “Alguns aspectos da questão dos soviets no Brasil,”²¹¹ um dos representantes da IC no Brasil, Harry Berger, - pseudônimo do comunista alemão Arthur Ewert - apontava para duas preocupações. Primeira, que a Revolução no Brasil teria o caráter democrático burguês e não seria uma Revolução socialista, e a segunda: “as massas do Brasil estarão em condições de estabelecer seu próprio poder sob a forma de soviets, através de TODO o território do país, num LAPSO DE TEMPO CURTO?” E apresenta o exemplo da URSS, que após o início da Revolução, atravessou quatro anos de guerra e que na China “os soviets lutam há oito anos.” Esses argumentos contrariavam a direção nacional que pregava a imediata instalação de soviets e a Revolução. Berger salientou ainda que o partido necessitava de uma “virada enérgica e completa em todo o trabalho do Partido,” e enumerou o que ele considerou suas principais debilidades e conseqüentemente os aspectos que o partido deveria melhorar: pequeno número de membros e das organizações partidárias; baixa concentração nos centros vitais de produção; pouca penetração nas massas; nos sindicatos; no trabalho no campo entre os camponeses e assalariados agrícolas, e aliado a esse trabalho deveriam desenvolver as forças de guerrilheiros; considerou pouco o trabalho entre as forças armadas e entre a juventude. E concluiu que “só agindo assim criaremos as condições para dirigir vitoriosamente a luta revolucionária. Todo o Partido para a frente, pela realização desta grande tarefa!” Ou seja, eram grandes as debilidades segundo a avaliação de Berger.

Na mesma linha, em 20 de junho, foi publicado na imprensa partidária, artigo onde Harry Berger reafirmou suas posições e acrescentou que após reunião realizada entre 18 e 20 de maio, o Comitê Central acatara suas teses.²¹² Tais posições defendidas por Berger se refletiram no Manifesto de Prestes lido no ato realizado em 5 de julho de 1935, onde falou claramente na

²¹⁰ VIANNA, Marly de Almeida Gomes. Op. cit. p.140.

²¹¹ BERGER, Harry. “Alguns aspectos da questão dos soviets no Brasil.” *A Classe Operária* n. 180, 1º de maio de 1935. Assinado com o pseudônimo BBB.

²¹² BERGER, Harry. “Todas as nossas forças pela instalação de um governo popular nacional revolucionário no Brasil.” *A Classe Operária*, n. 184, 20 de junho de 1935. Assinado com o pseudônimo BBB.

instalação de um “Governo Nacional Popular Revolucionário”, lançou a palavra de ordem “todo poder a ANL” e fez um discurso que entre outras coisas afirmou: “A idéia de assalto amadurece na consciência das grandes massas. Cabe aos seus chefes organiza-las e dirigi-las.”²¹³ Esse tipo de afirmação acabou sendo aproveitada por Getúlio Vargas como pretexto para utilização da Lei de Segurança Nacional e determinar o fechamento da ANL que foi colocada na ilegalidade.

O fechamento da ANL não alterou as diretrizes do PCB, apenas modificou a correlação de forças dentro da ANL, quando o PCB passou a ter maior influência e suas posições passaram a ser predominantes. O Comitê Central reuniu-se na segunda quinzena de julho e avaliou positivamente a atividade do Partido e, ao mesmo tempo, reconheceu algumas debilidades que concentravam-se “no terreno sindical e na preparação e desencadeamento das greves, das lutas camponesas e na organização do campo para as lutas.”²¹⁴ Também criticou-se o trabalho do Partido na ANL.

Durante 1935 o PCB estreitou seus laços e ampliou suas bases nos meios militares, tarefa facilitada com a entrada de Prestes no Partido, o que certamente levou à incorporação de parte do pensamento tenentista com o hiperdimensionamento do papel a ser desempenhado pelas forças armadas no processo revolucionário em detrimento do proletariado e dos camponeses. Em novembro eclodiram os movimentos armados em Natal, Recife e Rio de Janeiro, a partir da junção de vários fatores. Em parte, influenciados pelas avaliações da realidade e pelas propostas elaboradas pelo PCB/ANL, pelo golpismo tenentista e, por outro lado, como decorrência de fatores locais.

Especialmente no caso da primeira sublevação, em Natal – RN quando já havia uma situação conflituosa no quartel que se intensificou com o anúncio que parte dos soldados seria demitida. O Sargento Quintino Clementino de Barros e o Cabo Giocondo Dias procuraram a direção do Partido em Natal para relatar a situação e informar que o quartel estava em pé de guerra e a revolta era iminente. A Direção pediu aos dois militares um

²¹³ CARONE, Edgard. **A segunda república**, São Paulo: Difel, 1973. pp. 439

²¹⁴ “Concentremos nossas forças na preparação e desencadeamento das greves, das lutas camponesas e populares”, nota do CC do PCB, julho de 1935. Apud. VIANNA. Marly de Almeida Gomes. Op.cit. p.157.

prazo de dez dias, tempo suficiente para enviar alguém para Recife contactar o Secretariado do Nordeste. O Cabo retrucou: “Não dá pra segurar, não pode passar de hoje.”²¹⁵ Ou seja, o início do movimento, em 23 de novembro de 1935, não foi uma decisão sequer da direção partidária local, que não viu outra opção senão apoiar. Nas palavras de um dos protagonistas de 1935, o Cabo Giocondo Dias, questionado sobre a influencia da IC nos acontecimentos:

Não gostaria de abordar esta questão de forma superficial, mesmo porque tenho carência de informações a respeito. O que posso dizer é que o Comitern passava por uma transição, na sua política, da orientação do VI para o VII Congresso, que definiu de forma mais precisa a linha de combate ao fascismo. Mas de qualquer forma, acredito que o preponderante tenha sido as condições internas (...) ²¹⁶

O mesmo pode ser dito com relação à sublevação em Recife, onde a decisão foi tomada justamente para apoiar o já iniciado e temporariamente vitorioso movimento de Natal. Contudo, diferente de Natal, coube a direção local do PCB e ao Secretariado do Nordeste decidir pela deflagração do movimento, também sem consultar a direção nacional. E mais, enquanto em Natal o movimento conquistou a Capital e algumas localidades do interior, em Recife foram desde o início fragorosamente derrotados.

E, por último, as sublevações no Rio de Janeiro, onde estava a Direção Nacional, Luiz Carlos Prestes e os enviados da IC, Harry Berger e Rodolfo Ghioldi. Estes só ficaram sabendo dos acontecimentos em Natal na noite de 24 de novembro e se reuniram no dia seguinte, quando a insurreição no Rio de Janeiro ficou decidida. Segundo Prestes, a decisão levou muito em conta uma avaliação militar: “Afim, Miranda vinha afirmando que o movimento militar era colossal, que o Partido tinha bases em toda a Vila Militar, em todos os navios de guerra, no Batalhão Naval...”²¹⁷

Tais acontecimentos são geralmente considerados como se fizessem parte de um só evento, denominado conforme as narrativas da repressão de

²¹⁵ OLIVEIRA FILHO, Moacyr de. **Praxedes, um operário no poder**. São Paulo. Editora Alfa Ômega, 1985, p. 56-59.

²¹⁶ DIAS, Giocondo. **Os objetivos dos Comunistas**. Novos Rumos. São Paulo. 1983. p. 159.

²¹⁷ PRESTES, Luiz Carlos. Entrevista. Apud. VIANNA. Marly de Almeida Gomes. p.246.

“Intentona Comunista,” e que seguiam um plano previamente elaborado, segundo uns pela IC e segundo outros pela direção nacional do PCB que fazia uma avaliação equivocada do acúmulo de forças e acreditava que tal movimento teria a adesão dos demais quartéis e forças ligadas a ANL. Em um ponto, tais relatos têm razão, as avaliações do período se mostram excessivamente otimistas, e principalmente com relação aos setores militares. Mas, como demonstrado, os acontecimentos não tiveram planejamento prévio, e por isso pouca participação do conjunto do Partido.

Na verdade não houve nenhuma participação de massa nos acontecimentos de 1935. Sequer o partido teve conhecimento antecipado e participação no levante. Tanto é assim que a maioria dos secretários políticos estaduais desconheciam a decisão tomada, afinal, pelo braço armado do partido, que praticamente atuava com independência. Isso quer dizer, em primeiro lugar, que o partido radicalizou e golpeou o movimento de massas, e em segundo lugar, que o próprio partido foi golpeado. Provavelmente, o levante tem mais a ver com o golpismo tenentista do que com os comunistas – a Insurreição de 1935 é o último movimento do ciclo aberto em 1922 e 1924 (...).²¹⁸

A partir de então se desencadeou uma intensa repressão contra a oposição ao governo Vargas, especialmente o PCB. Para se ter uma noção dessa repressão, “no Rio de Janeiro, entre 25 de novembro de 1935 e 15 de março de 1936, 3250 investigações e 441 buscas domiciliares. Essas ações resultaram na prisão de 901 civis e 2146 militares, totalizando 3047 detidos.”²¹⁹

2.4. O PCB, os camponeses e os assalariados agrícolas.

No que se refere aos camponeses e assalariados rurais, acreditamos ser necessário fazer um balanço de como tal questão se desenvolveu no seio do PCB uma vez que as principais atividades do partido na região cacaueteira da Bahia, a partir de 1934, estão ligadas a esse segmento da sociedade.

Desde seus primeiros momentos percebe-se que o partido não tinha o planejamento de um trabalho sistemático no meio rural, e muito menos

²¹⁸ VINHAS, Moisés. **O Partidão: A luta por um partido de massas**. Hucitec. São Paulo. 1982. p. 72

²¹⁹ *O Estado de São Paulo*, 25/03/1936, p.1. Apud. KAREPOVS, Daines. Op. cit. p.56.

elaboração teórica a respeito, o que certamente já serviria como uma primeira hipótese para explicar sua dificuldade de inserção. Isso foi uma marca na relação dos comunistas brasileiros com tal segmento da sociedade durante boa parte da sua história. Conseqüentemente, o partido não conseguiu desenvolver ações de grande envergadura no meio rural até final da década de 1940.

No seu segundo Congresso, realizado nos dias 16, 17, 18 de maio de 1925, o partido já discutia tal questão. No item *Conclusões sobre a política nacional*, deixou claro:

Com relação aos lavradores pobres e aos operários agrícolas, massa enorme, numericamente predominante na população laboriosa do país, impõe-se ao PCB, uma política a um tempo segura e hábil, no sentido de arranca-la à influencia reacionária e obscurantista. A solução do problema camponês constitui a pedra de toque do movimento comunista mundial. Ela sobe de vulto nos países principalmente agrícolas, como é o caso do Brasil. A bem dizer, nada há feito, entre nós, neste terreno. Tudo está ainda por fazer. Mas é absolutamente necessário e urgente iniciar um trabalho sério e sagaz para resolver a questão sobre todas as relações do PCB entre as massas camponesas do Brasil.²²⁰

Otávio Brandão descreve algumas iniciativas do partido no sentido de organizar as populações do campo. Entre o segundo e o terceiro congresso, entre 1925 e 1928:

Militantes do PCB e do BOC, como o camarada Teotônio de Souza Lima, penetraram nas fazendas de café do Estado de São Paulo. Aí, fizeram agitação e propaganda. Distribuíram jornais, folhetos e manifestos. Falaram aos camponeses. Levantaram suas reivindicações. Organizaram ligas camponesas no interior de São Paulo, nas zonas de Sertãozinho, Ribeirão Preto e outras. Organizaram marchas de camponeses das fazendas de café às cidades vizinhas como Sertãozinho. Aí, os camponeses fraternizaram com os operários dos sindicatos, e vice-versa. Era uma obra admirável!²²¹

No seu III Congresso (dez 1928 – jan 1929) o que tem de inovador com relação ao anterior foi que o “Congresso, levando em conta a experiência das primeiras tentativas já feitas pelo partido no sentido da organização campesina traçou palavras de ordem provisórias visando a penetração da obra

²²⁰ “O II Congresso do PCB.” (Classe Operária, Ano I, nº 11, 08.05.1946) In: CARONE, Edgard. O P.C.B. 1922-1934. Op.cit. p. 39

²²¹ BRANDÃO, Octávio. Op. cit. p.344

comunista entre as massas de trabalhadores dos campos.”²²² Nesse mesmo congresso, o próprio partido reconheceu suas debilidades. “Pela primeira vez na vida do Partido (...) foi o problema agrário e camponês enfrentado a sério. Problema essencial no Brasil, ele apresenta, porém, enormes dificuldades de estudo e compreensão (...).”²²³

Em razão dessas reconhecidas debilidades, o III Congresso considerou não ser possível formular teses definitivas sobre a questão, e por isso estabeleceu como palavras de ordem provisórias, algumas que serviriam para uso em plano nacional e outras de caráter regional. A palavra de ordem: “Terra para quem a cultiva” foi estabelecida como fundamental. Também encarregou o novo Comitê Central de criar uma comissão especial para realizar estudo sobre essa questão.²²⁴ Tais resoluções indicam também os setores que deveriam ser priorizados.

É absolutamente necessário que o Partido consagre uma atenção toda especial a essa questão, estudando-a e esclarecendo-a do ponto de vista leninista, segundo as condições concretas, peculiares do país. Em matéria de organização, esta deve abarcar notadamente: a) os operários agrícolas e colonos das plantações de café, de açúcar, de algodão, etc; b) os pequenos lavradores, arrendatários, meeiros, terceiros, semi-proletários, etc; c) as cooperativas de produção, venda e crédito.²²⁵

Ao avaliar as dificuldades do trabalho no meio rural, as discussões do Congresso apontaram para o poder exercido pelos fazendeiros e aqui temos a primeira referência aos cangaceiros, vistos como elementos que atuavam a serviço dos proprietários agrícolas: “Lutemos contra a formação extra legal de forças armadas dos proprietários agrícolas, como os capangas, cangaceiros, jagunços, contra os agrupamentos fascistas, patrióticos, etc.”²²⁶

Posteriormente, um comunista brasileiro Heitor Ferreira Lima, que estava em Moscou realizando um curso na Escola Leninista Internacional e elaborando como trabalho de conclusão de curso um estudo sobre a questão agrária no Brasil, escreveu para a direção do PCB onde traçou algumas

²²² “O III Congresso” (dezembro de 1928- janeiro de 1929) in: CARONE, Edgard. O P.C.B. 1922-1934. Op.cit. p. 74.

²²³ Idem, ibdem.

²²⁴ Teses e Resoluções do III Congresso do PCB – dez de 1928/janeiro de 1929. CEDEM/UNESP, Fundo IC.

²²⁵ Idem.

²²⁶ Idem.

críticas às resoluções sobre a questão camponesa, pois essas estabeleceram as tarefas e palavras de ordem para o campo a partir das diferentes regiões, e não para as diferentes classes ou camadas sociais, refletindo a falta de uma concepção clara sobre o assunto.²²⁷

No ano seguinte, a referida comissão criada no III Congresso tratou de publicar diversos artigos sobre o tema com a finalidade de suscitar a discussão. Também enviou instruções para as regiões, e “fundou em Várzea das Moças, no Estado do Rio uma União de Operários e Camponeses, organização mixta, (sic) elementar, por não ser possível ainda organizar sindicato de operários agrícolas e uma liga de camponeses.”²²⁸

A partir do III Congresso a “problemática camponesa” foi uma constante nos documentos e resoluções do partido, sempre tratada com expressões como: “questão camponesa” ou “problema camponês”, como se referindo a um enigma indecifrável. Acrescentamos aqui o comentário de Astrojildo Pereira, dirigente partidário na época, sobre a experiência iniciada em 1927, do Bloco Operário e Camponês:

O elemento camponês representava apenas uma palavra incluída no BOC, era desejo, um propósito, mas mesmo assim servia como indicação de largos e justos objetivos. Nada se fez de prático nesse sentido porque na realidade o partido não sabia como fazê-lo, como aproximar-se do campo, como promover a tarefa, que os livros diziam ser fundamental, de aliança entre operários e camponeses.²²⁹

Apesar das tentativas de formulação, pouco ou quase nada se fez na prática. A I Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina, ocorrida em 1929, após o VI Congresso da IC, conforme já discutido anteriormente, marcou uma profunda mudança de orientação na linha política do PCB, onde a IC diretamente ou através do Bureau Sul Americano, passou a interferir mais na trajetória do PCB. Na sua avaliação sobre o PCB, no que se refere à questão agrária, as críticas não poderiam ser piores. Afirmou, entre outras coisas, que apesar do partido colocar o assunto na ordem do dia de suas conferências, continuava completamente desligado do campo e não fez

²²⁷ “Contribuição a discussão.” Moscou, junho de 1930. Documento assinado por M. Silva (Pseudônimo de Heitor Ferreira Lima). CEDEM/UNESP, Fundo IC.

²²⁸ “Ata da reunião do CC Restrito do PCB.” 24/11/1929. CEDEM/UNESP, Fundo IC.

²²⁹ PEREIRA, Astrojildo. **Ensaios Históricos e políticos**. Op.cit. p.112.

esforços sérios para estabelecer as ligações. Aqui ocorreram novas referências ao cangaço, pois o BSA avaliou que havia no Brasil alguns movimentos espontâneos dos camponeses a exemplo do grupo de Lampião, mas que foi considerado por membros do CC como formas de “bandolerismo”, quando tal assunto foi discutido no CC e analisada a origem social desse movimento foi definida a tarefa de organizar os camponeses que integram esses grupos, o que não chegou a concretizar-se. E por fim o Bureau sentenciou que, em razão da incompreensão do papel dos camponeses como principal aliado do proletariado nas lutas revolucionárias, elementos pequeno-burgueses do partido buscaram alianças com os chefes pequeno-burgueses das cidades.²³⁰

A partir desse momento, o Partido acatou tais críticas e passou a incluir os cangaceiros nas suas elaborações sobre movimentos camponeses e nos meios rurais.

As análises do partido passaram por mudanças substanciais. Em 1932 o partido planejava a sua atuação no campo levando em consideração as diferentes classes: “Operários agrícolas,” através dos sindicatos e comitês de fazenda, pois consideravam estes como parte integrante da classe operária; “camponeses pobres e médios” em reivindicações contra os restos feudais (obrigações, foro, etc), contra os impostos, taxas, arrendamentos, hipotecas, dividas, unindo as suas reivindicações aos dos “semi proletários”, também chamados “camponeses trabalhadores”, a lutarem contra sua expropriação, deveriam ser organizados em ligas camponesas e deveriam criar “Comitês de Ação, órgão da frente única, que deveria abarcar camponeses trabalhadores, os operários agrícolas e os semi proletários.”²³¹

As primeiras notícias relativas à formulação a respeito de guerrilhas de camponeses no PCB foram de 1932, quando o pernambucano José Caetano Machado, defendeu a tal tese e encontrou apoio em vários dirigentes do Comitê Central.²³² A partir de 1933, com o novo Comitê Central, passou a se vislumbrar a perspectiva de luta armada, e nesse caso o cangaço tinha papel de destaque.

²³⁰ “Teses del Bureau Sudamericano sobre la situacion del Brasil y las tareas del Partido Comunista.” CEDEM/UNESP, Fundo IC.

²³¹ “Organizar e dirigir as lutas das massas rurais.” 04/01/1932. CEDEM/UNESP, Fundo IC.

²³² VIANNA. Marly de Almeida Gomes. Op. cit. p.56.

As greves operárias eram vistas como prova cabal do amadurecimento revolucionário das massas; o cangaço como manifestação guerrilheira de camponeses revoltados e prestes a aceitar a direção do partido; os militares progressistas como o grupo potencialmente mais revolucionário da sociedade.²³³

Em 1934, já com Antonio Marciel Bonfim, o célebre Miranda como Secretário Geral o partido avaliava que as massas trabalhadoras das cidades e dos campos estavam em decidida ofensiva por melhores condições de vida e trabalho, ainda assim, reconhecia avanços e debilidades do trabalho do partido no meio camponês:

(...) temos bases camponesas em todas as regiões de concentração e em diversas outras regiões. Porém ainda não elaboramos um material para o P. sobre o nosso trabalho no campo; ainda não asseguramos às nossas organizações no campo, não esclarecemos as confusões sobre o trabalho camponês. A comissão camponesa não funciona, e elaboramos pouco material sobre este nosso domínio de trabalho. Isto reflete nossa incompreensão do caráter da revolução, e falta de perspectiva diante da situação de lutas numerosas e combativas no campo. (...) Não estamos em passividade absoluta no trabalho camponês, mas estamos com muitas debilidades que devemos romper.²³⁴

Em julho de 1934 realizou-se a Conferência Nacional, e no informe lido por Alencar, na verdade José Caetano Machado, sobre a questão agrária, um conjunto de posições um tanto confusas foram levantadas para o debate. Das várias camadas existentes no campo, a base fundamental do partido deveria ser os assalariados e semi-assalariados agrícolas. Enquanto que para os terceiros, meeiros, lenheiros, posseiros, colonos, peões de estância, vaqueiros (que vivem de seu salário e de sua quarta), defendeu a organização de todos na mesma organização sindical, e que o Partido deveria estar aberto a todas essas camadas, inclusive “camponeses pobres e médios podem fazer parte do partido com um tempo de estágio”. No mesmo informe, levantou a necessidade de organizar Comitês de Frente Única, que congregariam “desde assalariados agrícolas até camponeses ricos.” Pois estes estariam “numa proporção de 50% numa situação de miséria, devido as tarifas, impostos, etc (...)É fácil organizar a frente única entre os assalariados agrícolas e os camponeses ricos, pois eles tem suas reivindicações comuns.”

²³³ Idem. p.59.

²³⁴ Carta assinada por Miranda em nome do Bureau Político Nacional ao Bureau Sul Americano em 04/07/1934. CEDEM/UNESP, Fundo IC.

Houve intensa polêmica com relação a definição e diferenciação das classes no campo. Um delegado chamado Macário, criticou a posição defendida no informe de Caetano Machado de que os sindicatos de assalariados agrícolas deveriam ter hegemonia do proletariado no campo, pois segundo Macário “hegemonia é do proletariado; não podemos dividi-la.” Compreendia, portanto, que todas as camadas de assalariados agrícolas são, de ponto de suas aspirações, camponesas. A hegemonia depende do partido, que teria o papel de ligar as lutas do proletariado às lutas do campo.

Alguns delegados foram contra a entrada dos camponeses no partido. Também houve intenso debate sobre quem deveria fazer parte do sindicato de trabalhadores agrícolas. Para alguns, somente os elementos assalariados; enquanto para outros, poderia ser ampliado para os demais setores da população rural não proprietários de terras.²³⁵

Outra polêmica foi com relação ao cangaço, visto por Martins, integrante do Comitê Central, como “elementos que lutam contra a opressão, mas que uma longa permanência no cangaço faz com que percam suas características de camponeses. Devemos nos ligar a eles concentrando-nos nos melhores.”²³⁶ E o delegado Mauro, acrescentando à formulação de Martins, defendeu a tese de que os métodos do cangaço persistiam por falta de partido e de sindicatos de assalariados agrícolas. Ou seja, a persistência no cangaço é devida ao partido não organizar e dirigir as lutas camponesas.

Essa interpretação com relação aos camponeses era uma característica do momento em que o partido estava atravessando. Como dito anteriormente, foi quando se intensificaram os chamamentos para a revolução imediata. Acreditava-se que havia uma marcha acelerada do Brasil para uma crise revolucionária e nesse sentido os cangaceiros eram vistos como mais um movimento espontâneo que demonstrava o nível de insatisfação das massas camponesas no nordeste.

Quando estava em Moscou, em outubro de 1934, com o núcleo central da direção nacional do PCB, Miranda, Secretário Geral, passou um informe, que ao referir-se ao movimento camponês falou em início da luta armada através movimento guerrilheiro:

²³⁵ “Atas da 1ª Conferência Nacional.” Julho de 1934. CEDEM/UNESP, Fundo IC.

²³⁶ Idem

Os guerrilheiros cangaceiros fazem chamamentos à luta, unificam os camponeses pobres e lutam pelo pão e pela vida. O governo já não está em condições de vencer esse movimento. Já não são pequenas insurreições camponesas, contra as quais bastava dirigir uma centena de soldados. Numa só província da Bahia os guerrilheiros constituem destacamentos de umas 1500 pessoas armadas de metralhadoras, providas de caminhões, etc. (...) Lampião e seus partidários são guerrilheiros cujo nome e façanha correm de boca em boca, como atos arrojados de defensores da liberdade, defensores da vida do camponês (...) que busca o Partido cuja autoridade cresce também no campo.²³⁷

A partir de julho de 1935, o jornal *A Classe Operária* publicou vários artigos sobre o movimento camponês e o cangaço. Sempre noticiando as péssimas condições de vida dos moradores da zona rural e as iniciativas de organização, fossem através de associações mistas ou como no caso de Várzea do Açú, no Rio Grande do Norte que em julho de 1935 criou-se um sindicato camponês.²³⁸ O movimento camponês e qualquer movimento desencadeado no campo deveriam de alguma forma se ligar às lutas de apoio aos cangaceiros para conquistá-los e assim, elevar o nível político de suas lutas.²³⁹

É nesse sentido que devem ser compreendidos os esforços de organização do PCB junto aos assalariados agrícolas e camponeses na região sul da Bahia a partir de 1934 e, ainda, a iniciativa de aproximação do partido ao Caboclo Marcellino e entre os posseiros do Posto Indígena Paraguaçu. O partido formulou diferentes estratégias para as diferentes classes que existiam no campo. Uma ação mais institucionalizada para os assalariados rurais, setor que o partido deveria priorizar as suas ações na região, pois os mesmos eram proletários e deveriam ser organizados através dos sindicatos. E para as outras categorias, meeiros, posseiros, foreiros, etc., organização em ligas ou associações. E uma terceira linha de ação voltada para os elementos tidos como possíveis guerrilheiros, ou seja, os cangaceiros, que o partido deveria procurar estabelecer relações para tentar politizá-los e transformá-los em elementos revolucionários.

²³⁷ QUEIRÓS, “Em véspera da Revolução no Brasil”, Informe apresentado à III Conferência dos PCs da América Latina, conforme tradução do PCB (publicada em separata) de *La Internacional Comunista*, n 5, abril de 1935, pp. 426-44. Apud: VIANNA. Marly de Almeida Gomes. p. 114.

²³⁸ *A Classe Operária*, n. 188, Rio de Janeiro, 12/08/1935.

²³⁹ *A Classe Operária*, n. 187, Rio de Janeiro, 31/07/1935.

CAPÍTULO III

3. AS ATIVIDADES DOS COMUNISTAS NO SUL DA BAHIA

3.1. O PCB na Bahia: origens e desenvolvimento

O PCB foi fundado em 1922 no Rio de Janeiro, por um grupo formado na sua maioria por militantes do movimento operário oriundos ao anarquismo. Surgiu com a sigla PCB que correspondia ao nome Partido Comunista do Brasil, e sempre acompanhado do “SB da IC”, (Seção Brasileira da Internacional Comunista). Tradicionalmente os partidos comunistas surgiram a partir de cisões no seio da Social-democracia, ou de partidos socialistas; no caso brasileiro, constituiu-se a partir de lideranças anarquistas que não possuíam de maneira orgânica, formal, uma organização ou entidade que criasse unidade de pensamento ou ação entre os diversos grupos existentes nos vários Estados.

No mesmo ano da sua fundação, a sua primeira publicação, “O Movimento Comunista” editado pela direção nacional, era vendida na sede do Sindicato dos Pedreiros e Carpinteiros, na época uma influente entidade nos círculos operários de Salvador.²⁴⁰

Isso não significa que desde a sua fundação o PCB já dispunha de alguma base no Estado; ao contrário, ao descrever a situação do movimento sindical baiano em 1924, em relatório enviado pelo PCB à Internacional Sindical Vermelha (ISV) aponta: “Bahia: decadência completa. O chefe do movimento é um social democrata, deportado para fora do estado há 3 anos. Não há organização comunista mas alguns operários simpatizantes.”²⁴¹ O importante a salientar nos dados oferecidos nesse relatório é a existência,

²⁴⁰ RUBIM, Antônio Albino C. **Os Meios de produção simbólica proletários: Bahia, 1919-1921.** Salvador, 1981, (mimeo.). Apud: FONTES, José Raimundo. A Bahia de todos os trabalhadores... Op.cit. p.166.

²⁴¹ Relatório Trimestral do CC ao Comitê Executivo da ISV. 13 de março de 1924, assinado por Luís Peres. CEDEM/UNESP, Fundo IC.

assim como em 1922, de operários simpatizantes em 1924. O “chefe” a quem o documento faz referência possivelmente trata-se de Agripino Nazareth, pois ele teve essa trajetória; liderou importantes movimentos na Bahia e foi deportado. Nesse período, início da década de 1920, estava ligado ao Partido Socialista e a Maurício de Lacerda e, mais tarde, durante o governo Getúlio Vargas, tornar-se-ia assessor do Ministério do Trabalho.

Para perceber o desenvolvimento do partido nesse período, é importante observar a citação de Otávio Brandão, que apesar de não haver outras fontes que confirmem, serve como referência: “Em 1922, existiam apenas 73 comunistas em todo o Brasil.”²⁴²

Quanto à Bahia, se em 1922 e 1924 as notícias referiam-se a elementos simpatizantes, são de 1925 as primeiras notícias encontradas a respeito de indivíduos filiados ao PCB no Estado. Um relatório com o balanço das atividades do Partido indica a existência de 476 filiados em todo o país no final de 1925. E estavam assim distribuídas as filiações feitas durante aquele ano:

Tabela 5: Filiados em 1925

Rio de Janeiro	133
São Paulo	31
Pernambuco	26
Bahia	06
Victória	07
Isolados	01
Totais	206
Excluídos	03
Total em 31-12-1924	273
Total em 31-12-1925	476

Fonte: PCB. Relatório de 1925 - Recrutamento e organização.

As primeiras filiações na Bahia foram feitas entre maio e dezembro de 1925 e as avaliações a respeito não foram nada positivas: “As organizações na Bahia e Vitória nasceram depois do II Congresso, e estacionaram.”²⁴³

Em meados de 1924, “a direção nacional dera os primeiros passos para a adoção da resolução da IC sobre a reorganização dos partidos à base de células. Um plano minucioso fora então traçado com esse objetivo.”²⁴⁴ No

²⁴² BRANDÃO, Octávio. Combates e batalhas. Op. Cit. p.225.

²⁴³ PCB. Relatório de 1925 - Recrutamento e organização. CEDEM/UNESP, Fundo IC.

²⁴⁴ PEREIRA, Astrojildo. Ensaio Históricas e Políticos...Op. cit. p. 87.

relatório de 1925 citado anteriormente, ao avaliar o desenvolvimento da organização das células assim se referiram à Bahia: “Na Bahia (...) temos ainda um número reduzido de aderentes e explica-se assim, que não estejam em condições de formar células de empresas.” A tarefa então colocada para o ano seguinte (1926) no Estado seria a criação de oito células com 30 aderentes novos. “Algumas dezenas de simpatizantes, espalhados e dispersos pelo território nacional, tem aderido, ultimamente ao PCB. É preciso que esses novos membros vão se organizando desde logo em células (...) Principalmente em São Felix, Cachoeira e Muritiba (que deverão constituir um Comitê de Zona ligado ao CR da Bahia).”²⁴⁵ Esse trecho nos possibilita crer que essas primeiras filiações estavam concentradas nessa região, que na época possuía alta concentração de trabalhadores e trabalhadoras nas plantações e empresas de beneficiamento de fumo. Ao mesmo tempo, quando se estabeleceu como tarefa a constituição de um Comitê Zonal, que deveria se ligar ao Comitê Regional, presume-se a existência de tal organismo, portanto, algumas dessas seis filiações indicadas na tabela 1, não estavam na mesma localidade, provavelmente parte delas era da capital do Estado.

Nesse documento que trata das novas filiações, apesar do número aparentemente pequeno, em alguns aspectos a avaliação é positiva, pois foi durante 1925 que houve maior recrutamento de membros para o partido até então, de modo que quase dobrou o seu número de filiados. A observação das deficiências ficou por conta dos organismos de base, onde se descreveu as debilidades na organização das células de empresas e, ainda, que os poucos núcleos sindicais que existiam – Rio de Janeiro e Recife – não funcionavam corretamente.

Uma curiosidade é o registro de um único “Grupo de língua”, israelita, existente no Rio de Janeiro. O documento esclarece que tal grupo existia “conforme a observação ao art. 12 dos estatutos do PC.” E salientava ainda que, além das citadas, não havia outras frações organizadas. Ou seja, tal documento demonstra a debilidade com relação ao nível de organização naquele momento da vida partidária.

²⁴⁵ PCB. Relatório de 1925 - Recrutamento e organização. CEDEM/UNESP, Fundo IC.

Na análise da conjuntura política do país estaria a principal explicação do desempenho insatisfatório do partido. Acreditava-se na ausência de tradição política proletária. “As várias tentativas regionais de organização de partidos socialistas falharam todas. Só o PC, nascido em fins de 1921, lançou as bases de uma política proletária de classe.” Além disso, os constantes “Estados de Sítio” vividos pelo país, obrigava-os a uma vida de semi-ilegalidade e semi-clandestinidade que não favoreceram aos trabalhos de organização.²⁴⁶ Interessante perceber que o marco referencial apresentado para o início das atividades partidárias, não foi o célebre congresso de fundação de 1922 e sim os primeiros contatos e articulações que ocorreram visando a criação do partido.

Octávio Brandão, tratando dos anos posteriores à fundação, assim referiu-se ao PCB na Bahia: “(...) muitos trabalhadores não chegaram a pertencer ao PCB, mas realizaram sua obra. Entre eles, (...) Rufino Gonçalves e Amaro Pedro da Silva, propagandistas de *A Classe Operária* entre os trabalhadores das fábricas de fumo de São Felix, Cachoeira e Muritiba, na Bahia.”²⁴⁷ O jornal *A Classe Operária* foi criado pelo partido em maio de 1925 e, desde as suas primeiras edições, foi distribuído na Bahia. Sobre tal jornal as avaliações feitas pelo partido eram positivas:

exercia influência cada vez maior. Realizava um trabalho de educação e organização, agitação e propaganda. As células do PCB aumentavam. Os movimentos nas fábricas e oficinas vivificavam-se. Os sindicatos reforçavam-se. Os operários têxteis do Rio de Janeiro, os gráficos de São Paulo, os trabalhadores das fábricas de fumo de São Felix, Cachoeira e Muritiba, na Bahia, agitavam-se. Rebutavam greves parciais, apoiadas pelo jornal.²⁴⁸

Em 18 de julho de 1925, quando saiu o nº. 12 de *A Classe Operária*, o jornal foi fechado e proibido pela polícia. Octavio Brandão destacou a mobilização dos trabalhadores de fumo do Recôncavo Baiano: “O fechamento de *A Classe Operária* repercutiu em todo o país. Suscitou inúmeros protestos ao Ministro da ‘Justiça’ – cartas, telegramas e abaixo-assinados como os dos operários e operárias das fábricas de fumo de São Felix, Cachoeira e

²⁴⁶ Idem.

²⁴⁷ BRANDÃO, Octávio. Op.cit. p. 270, 271.

²⁴⁸ Idem. p. 307

Muritiba, na Bahia, com centenas de assinaturas. Esses protestos foram divulgados numa publicação especial.”²⁴⁹

Dos dados apresentados por Octávio Brandão e do relatório de 1925, é possível concluir que os referidos indivíduos da região do fumo no Recôncavo Baiano, em um primeiro momento se aproximaram do PCB e tornaram-se apenas simpatizantes e, para usar as palavras de Octávio Brandão, “propagandistas” do jornal *A Classe Operária*, para posteriormente - segundo semestre de 1925 - se filiarem formalmente ao partido e constituir uma célula. A partir desse momento desenvolveram algumas campanhas para organização do sindicato e algumas lutas por reivindicações de melhorias para a categoria.

Leôncio Basbaum, que na época era membro da direção nacional, ao passar por Salvador, no início de 1927, por ocasião do casamento de seu irmão, recebeu a incumbência de “organizar um Comitê Regional do Partido naquela cidade, onde havia apenas poucos companheiros, muito bons, mas quase todos vindos do anarquismo, e ainda não haviam assimilado as novas formas de luta dos comunistas. Deu-se alguns endereços antigos. Eu deveria tentar localizá-los.”²⁵⁰ Dentre as pessoas que procurou, localizou e ficou bastante impressionado com João Pacifico de Souza, antigo líder anarquista que desejava “enquadrar-se no Partido Comunista, mas que na Bahia era difícil, ninguém queria nada, iria ver o que se podia fazer, mas contasse com ele(...)”²⁵¹

No mesmo ano, em 1927, o jovem Giocondo Dias, com treze anos de idade, foi trabalhar em um escritório onde conheceu Alberto Campos, um escriturário sergipano radicado no Rio de Janeiro, e que se transferiu para Salvador para tratar-se de uma tuberculose. Era correspondente e distribuidor do jornal *A Nação*, editado no Rio de Janeiro e ligado ao PCB entre janeiro e agosto de 1927. Tal jornal chegava por intermédio dos marinheiros e era vendido por Giocondo Dias. “Como os compradores eram poucos, tinha autorização para entregá-los gratuitamente, de maneira a forçar a sua

²⁴⁹ Idem. p. 314.

²⁵⁰ BASBAUM, Leôncio. Uma vida em seis tempos... Op. cit. p. 42.

²⁵¹ Idem. p. 44.

divulgação (...) Mas a maioria dos transeuntes não queria o jornal, ainda que de graça, por medo.”²⁵²

Nas eleições para a Câmara Federal, ocorridas em fevereiro de 1927, Alberto Campos candidatou-se pelo Bloco Operário e Camponês, BOC, e realizou pequenos comícios. Entre seus poucos assistentes, estava sempre o jovem Giocondo Dias, colega de trabalho do candidato.²⁵³

É bem possível que as propostas do BOC tenham sido também difundidas entre os operários portuários, pois há indícios de que um estivador e um ‘carioca’ recém-chegados a Salvador passaram a distribuir, nessa mesma época, panfletos concitando os operários a se levantarem ‘contra o capitalismo ganancioso.’ Antes de serem presos e deportados, conseguiram um pequeno número de adeptos.²⁵⁴

Em setembro de 1928, o Partido já contava com 1400 inscritos e, destes, 700 eram membros, que estavam localizados: “400 no Rio de Janeiro, 80 em São Paulo, 80 no Rio Grande do Sul, 60 em Pernambuco e o restante espalhado em grupo menores constituídos na Bahia, Vitória, Campos, Juiz de Fora e outras localidades.”²⁵⁵ No documento que informa esses números, encontramos uma diferenciação entre “inscritos” e “membros”, certamente essa última denominação referia-se aos que exerciam militância mais ativa.

Há ainda algumas notícias relativas ao período um pouco posterior, com alguns sinais de tentativas de organização do PCB entre os estivadores, em 1927, e entre os gráficos, em 1929, mas “não chega a se constituir em uma tendência política de peso na Bahia, nessa fase considerada.”²⁵⁶

Quando da realização do terceiro Congresso do PCB há referência a uma delegação baiana que, contudo, não compareceu:

O terceiro congresso do PCB reuniu-se durante os dias 29, 30, 31 de dezembro de 1928 e 1, 2, 3, 4 de janeiro de 1929 (...) Os delegados regionais representavam os Estados de Pernambuco, Espírito Santo,

²⁵² FALCÃO, João. **Giocondo Dias: a vida de um revolucionário: (meio século de história política do Brasil)**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Agir, 1993. p. 34.

²⁵³ Idem. *ibidem*.

²⁵⁴ SANTOS, Mário Augusto da Silva. **Sobrevivência e tensões sociais: Salvador, 1890-1930**. São Paulo, FFLCH/USP, 1982, p. 373. Tese de Doutorado (mimeo.). Apud: FONTES, José Raimundo. A Bahia de todos os trabalhadores...Op.cit. p.166.

²⁵⁵ Informe apresentado ao Secretariado Sul- Americano da IC pelo delegado do PCB (Ledo). Buenos Aires, 3/9 -7- 1928. CEDEM/UNESP, Fundo IC.

²⁵⁶ SANTOS, Mário Augusto da Silva. Op. cit. p. 373-75. Apud: FONTES, José Raimundo. Op. cit. p. 38

Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. As delegações da Bahia e de Minas não mandaram delegados.²⁵⁷

A notícia acima é uma demonstração de que, mesmo com o recrutamento de alguns membros, o Partido no Estado ainda era uma organização frágil organicamente. Apesar disso conseguia desenvolver algumas ações junto aos trabalhadores baianos. Em 1929, novamente notícias do Recôncavo Baiano: “A voga de greves vai crescendo a olhos vistos. A greve dos tecelões (*sic*) de Porto Alegre e a dos beneficiados do fumo de Cachoeira, Muritiba e São Felix, saíram vitoriosos em parte.”²⁵⁸

Quando Leôncio Basbaum retornou a Salvador em 1930 procurou “descobrir os camaradas de Salvador, que eram tão poucos”. E se pôs a procurar alguém que se chamava “Costa ou Couto ou Campos” que seria membro do Comitê Regional, provavelmente se referindo ao Alberto Campos, que foi candidato pelo BOC em 1927. O encontro não foi nada estimulante, pois como o país vivia em Estado de Sítio com intensa perseguição policial, Alberto Campos não pareceu muito disposto a envolver-se nas atividades partidárias. Com a vitória da Aliança Liberal na chamada “Revolução de 1930”, Leôncio Basbaum encontrou-se com Arquibaldo, militante da Juventude Comunista – JC, e resolveram lançar um manifesto entre o povo e os soldados, “denunciando o erro trágico da quartelada que era contra o povo.” Conseguiram imprimir o material “por intermédio, ou com ajuda, do camarada Couto (...) A assinatura era a do Partido Comunista, Comitê Regional da Bahia, coisa que, aliás, não existia.” A expressão utilizada por Basbaum revela a impressão que teve do partido na Bahia naquele ano, pois, “na ocasião não deviam ser mais de meia dúzia, pequeno progresso desde a ultima vez que lá estivera.”²⁵⁹

No processo de aproximação de Luis Carlos Prestes com o comunismo e com o PCB, levou-o a organizar, em julho de 1930, a Liga de Ação Revolucionária. Esta teve um pequeno grupo de seguidores na Bahia.

Através da correspondência que mantinha com Prestes, ao tomar conhecimento da fundação da LAR, que pretendia ‘preparar as massas oprimidas para o levante revolucionário’, Antônio Maciel

²⁵⁷ PEREIRA, Astrojildo. Ensaios Históricos e Políticos Op. cit. p. 135.

²⁵⁸ Carta de Saulo a Américo Ledo (Astrojildo Pereira) Rio 18-04-1929. CEDEM/UNESP, Fundo IC.

²⁵⁹ BASBAUM, Leôncio. Op. cit. p. 85-86.

Bonfim reuniu alguns companheiros e iniciou o trabalho de arregimentação, promovendo reuniões em bairros populares de Salvador e com operários da cidade de Alagoinhas. Em meados de setembro, Antônio Maciel Bonfim, Manoel Batista de Souza e João Pacífico de Sousa foram presos e indiciados. Antônio Maciel Bonfim, deportado da Bahia, se tornaria o Secretário Geral do PCB ('o célebre Miranda') a partir de 1934. Manoel Batista também ingressou no partido, sendo um líder sindical conhecido nos anos 40, e João Pacífico, posteriormente, se converteria ao trabalhismo.²⁶⁰

No episódio narrado acima, a polícia identificou os acusados como comunistas, pois já eram fichados como tal. O nome de João Pacífico já fora citado anteriormente. Ele foi o contato do partido em Salvador quando da viagem de Leôncio Basbaum em 1927, portanto, a ligação de Miranda com o prestígio se deu junto a, pelo menos, um elemento do PCB na Bahia.

É dentro desse quadro de debilidades e alguns poucos avanços que, em 1932, realizou-se na Bahia o “1o. pleno” com a presença “de delegados de várias cidades do interior e do vizinho Estado de Sergipe.” Segundo a “memória pecebista regional” este evento foi um marco na trajetória do partido no Estado, pois foi após este que o Partido:

desenvolveu sua linha (...) procurando ligar-se às grandes massas trabalhadoras por intermédio dos seus órgãos de classe, levantando, então, reivindicações dos seus mais sentidos problemas e lançando a palavra de ordem de combate sem tréguas ao fascismo em nossa terra.²⁶¹

Como o partido tinha enormes debilidades organizativas no Estado, conseqüentemente a sua inserção junto ao movimento sindical e aos diversos movimentos sociais também era débil. Nesse sentido, José Raimundo Fontes nos esclarece:

Apesar dessas alusões, com certeza a participação de comunistas nas lutas operárias locais em 1932-33 ainda é pequena, pois as propostas programáticas que defendiam, a exemplo da resistência aos sindicatos oficiais, não são visíveis no Estado. Isso, todavia, não exclui a hipótese de que nas mobilizações reivindicatórias, que aliás não foram poucas, o PCB tivesse certa inserção. Por outro lado, dos fins de 1933 em diante, informações da grande imprensa dão conta das crescentes ações de agitação e propaganda de “comunistas”, materializadas em pichações, panfletagens e arregimentações de operários nos locais de trabalho. Além disso, o fortalecimento do integralismo no Estado, onde já está organizado em 1933, propiciaria

²⁶⁰ *A Tarde*, 16 e 25.09.1930; *Diário de Notícias*, 17 e 25.09.1930; Apud: FONTES, José Raimundo. Op.cit. p.167.

²⁶¹ *O Momento*, artigo intitulado “Gloriosa História Proletária”, de 23.03.1946. Apud: FONTES, José Raimundo. op.cit. p.167.

um ambiente político favorável para que fosse denunciado pelo PCB, uma das principais agremiações dentre as que moveriam ferrenhas lutas contra o fascismo caboclo.²⁶²

Para Fontes, a partir de 1933, a luta anti-integralista no Estado criou o ambiente propício para o desenvolvimento do PCB. Em documento escrito em 1934 sobre a Bahia, o Secretário Geral, Miranda, afirmou: “Estamos fazendo atenção agora a Região da Bahia, que é das mais débeis, mas devido a importância econômica e política daquele Estado e da sua capital, precisamos reforçá-la e fazer dela a segunda Região do nordeste depois de Recife.”²⁶³

3.2. ANL e a Construção da Frente na Bahia

Entre o final de 1934 e início de 1935, se formou a Aliança Nacional Libertadora, que aglutinou democratas, liberais, tenentistas e comunistas e outras forças que se opunham ao presidente Vargas, ao imperialismo, ao latifúndio e ao integralismo. Assim, em março de 1935 quando em âmbito nacional foi feito o lançamento oficial da ANL, na Bahia saiu o primeiro Manifesto que tratava ainda da intenção de criar uma seção no Estado. Tal documento não expõe o programa da Aliança e nem detalha quais as suas linhas de ação e limita-se a atacar o imperialismo, o feudalismo e o que chamou de “capitalismo estrangeiro”, também não se referiu à reforma agrária, ao presidente Vargas ou à luta anti-integralista; ao contrário, o referido manifesto termina convocando “intelectuais, estudantes, operários, camponeses, industriais, comerciantes, militares, empregados públicos e do comércio; Socialistas, social-democratas, Autonomistas, integralistas, Patrianovistas, Liberal-democratas, comunistas e sem partido”, ou seja, convoca a todos para ingressarem na ANL.²⁶⁴

²⁶² FONTES, José Raimundo. Op.cit. p.167,168. Sobre as notícias da grande imprensa o autor indica como exemplo: *Diário de Notícias*, 15.12.1933; *A Tarde*, 03.05 e 20.11.1934.

²⁶³ Carta enviada pelo BPN ao BSA da IC assinada por Miranda. Rio de Janeiro. 04/07/1934. CEDEM/UNESP, Fundo IC.

²⁶⁴ ANL. Pela Aliança Nacional Libertadora. Bahia, março de 1935. Processo 171 do TSN.AN.

Deixando de lado o programa, ficava mais fácil para os seus organizadores na Bahia ampliar seu leque de alianças para além dos critérios de classe ou de ideologia política, como se fosse possível colocar na mesma organização elementos tão díspares, chegando ao ponto de convidar integralistas para compor a Aliança Nacional Libertadora.

Em 30 de maio de 1935 aconteceu a solenidade de instalação da ANL na Bahia, em ato realizado no Cine Jandaia em Salvador, onde se anunciou a composição da direção que teve como presidente Edgard Mata, advogado do Sindicato dos Estivadores. Além deste, também fizeram parte Joaquim Seixas do Vale Cabral, Secretário Geral, Álvaro Sanches, Deputado Estadual, Orlando Gomes, bacharel em Direito; Edgard Melo, líder sindical, Emanuel Mata e vários outros.²⁶⁵ Segundo Robert Levine: “O número de adeptos na Bahia foi insignificante: apenas 89 indivíduos, espalhados em 16 células municipais. Deste total, 95% eram representantes das classes trabalhadoras: doqueiros, telegrafistas, pedreiros e carpinteiros.”²⁶⁶ Provavelmente tais dados referem-se aos membros dirigentes dos núcleos municipais.

Seguindo a mesma linha do primeiro Manifesto, a ANL da Bahia divulgou seu programa nos jornais dando ênfase à postura “anti-imperialista e anti-latifundiária” e seu caráter não subversivo. E que congregava a todos “não tomando conhecimento das divergências ideológicas que os separam (...) Não se confundindo com o comunismo, desfaz a tendenciosa manobra com que seus adversários tentam perturbar-lhe o avanço vitorioso.”²⁶⁷

A ANL organizou em Salvador em junho de 1935, o 1º Congresso da Juventude Proletária, Estudantil e Popular da Bahia, que contou com cerca de dois mil participantes,²⁶⁸ e entre os membros da comissão organizadora estavam os estudantes de Direito, Aidano do Couto Ferraz e Edson Carneiro, ligados ao PCB. Os choques entre integralistas e aliancistas tornaram-se freqüentes nesse período, e o mesmo aconteceu durante o referido Congresso, quando um dos oradores foi interrompido por integralistas presentes na plenária. Cadeiras foram atiradas e quebradas, causando enorme confusão.²⁶⁹

²⁶⁵ SAMPAIO, Consuelo Novais. Poder e representação... Op.cit. p.104.

²⁶⁶ LEVINE, Robert. The Vargas Regime. p.79. Apud: SAMPAIO, Consuelo Novais. Op.cit. p.105.

²⁶⁷ SAMPAIO, Consuelo Novais. Op.cit. p.104.

²⁶⁸ Diário da Tarde. Ilhéus. 02 de junho de 1935.

²⁶⁹ SAMPAIO, Consuelo Novais. Op.cit. p.107

A imprensa noticiou cinco feridos, sendo dois populares, dois integralistas e um policial.²⁷⁰

O núcleo da ANL de Ilhéus enviou congratulações a ANL de Salvador pela realização do evento e pela instalação do núcleo estadual.²⁷¹

Como dito anteriormente, o PCB só se integrou a esse processo quando a ANL já estava formada e, em alguns momentos, é possível identificar certa resistência por parte de alguns dirigentes pecebistas que temiam, entre outras coisas, que o partido se diluísse na frente. Esse foi o caso do Partido na Bahia que, em meados de 1935, lançou um manifesto intitulado “Ao proletariado e as massas populares e camponesas!”, no qual, afirmou:

O Partido Comunista do Brasil – Região da Bahia (S da IC) deu publicamente o seu apoio a organização de massas Aliança Nacional Libertadora (...) acompanhado de explicação(...), dizendo o motivo e as condições. Afirmamos e repetimos: o Partido COMUNISTA não adere e nunca aderirá a Aliança; O PC está de acordo com as reivindicações constantes do seu programa e retirará o seu apoio quando a Aliança deixar de lutar verdadeiramente contra o imperialismo e contra o feudalismo nacional e se converter em partido político, visando o poder como finalidade. Constatamos como certos dirigentes da Aliança na Bahia procuram fazer da Aliança uma organização acadêmica, literária ou filantrópica, desviando assim seu caráter de organização de lutas contra os maiores inimigos do proletariado e das massas populares e camponesas do Brasil. Alguns elementos pequenos burgueses da Aliança tem refreado as lutas de massas. (...) sob o pretexto de que uma greve nesse momento traria confusões e prejuízos à Aliança; outros tem asseverado que a Aliança é um comunismo brando, que a Aliança não luta contra o governo, e muitas confusões(...) Limitaríamos o nosso programa, se, deixando de visar o poder político, quiséssemos fazer união programática e orgânica com a Aliança(...). (grifos do documento)²⁷²

Na verdade, esse panfleto publicado pelo Partido na Bahia, reflete o que era a opinião predominante na direção nacional do PCB no início das atividades da ANL. Segue a mesma linha e chega a copiar trechos do artigo intitulado “A luta pela revolução agrária e anti-imperialista e a posição do Partido perante a Aliança Nacional Libertadora” escrito pelo secretário geral, Miranda, em abril de 1935.²⁷³ Acontece que o panfleto do PCB baiano é de final do mês de julho, ou seja, com a ANL na ilegalidade, e aqui temos um desencontro entre as posições do Partido no Estado e as diretivas traçadas

²⁷⁰ *Diário da Tarde*. Ilhéus. 04 de junho 1935.

²⁷¹ *Idem*.

²⁷² PCB: “Ao proletariado e as massas populares e camponesas!” Processo 171 do TSN. AN.

²⁷³ *A Classe Operária*, n 179, 23 de abril 1935.

pela direção nacional naquele momento. Isso porque, enquanto até o final do mês de maio e início de junho o PCB que, “manteve essa posição de apoio pouco entusiasmado à ANL,”²⁷⁴ passou por um processo que o levou a algumas mudanças de postura diante da sua participação na Aliança.

Acreditamos que essa mudança de posição esteve ligada a dois fatores: o primeiro foi o desenrolar de um debate interno, quando a representação da IC aqui presente, especialmente Harry Berger - pseudônimo do comunista alemão Arthur Ewert - escreveu vários textos, alguns destes publicados no *A Classe Operária*, onde claramente divergia das posições tomadas pelos membros da direção nacional, que defendiam a criação imediata de *soviets* no Brasil. Berger afirmava que não havia as condições necessárias para tais iniciativas e por isso combinou com Prestes o lançamento palavras de ordem: “Todo poder a ANL” e “Por um Governo Popular Nacional Revolucionário” lançadas no comício de 5 de junho, em substituição a “Todo poder aos soviets” defendida pelo Partido. A partir de então, gradativamente, o PCB passou a “concentrar suas atividades na ANL. O Partido não havia desistido do governo de soviets, mas aparentemente aceitava as explicações de Prestes, que para chegar lá seria preciso passar por uma primeira etapa antiimperialista.”²⁷⁵ O segundo fator dessa mudança de posição foi que após 11 de julho, com a ANL na ilegalidade, passou a se concretizar uma mudança na correlação de forças internas na ANL, pois dela se afastaram vários elementos, e justamente a partir desse momento as principais lideranças que permaneceram eram ligadas ou ao PCB ou aos chamados tenentes de esquerda. “Colocada na ilegalidade, a aliança se desfazia e o PCB passava a dirigir o que restava dela. Quanto aos tenentes, que não a abandonaram, começaram a ligar-se diretamente a Prestes em busca de sua orientação.”²⁷⁶

Em documento interno de julho de 1935, a comissão nacional de agitação e propaganda, fez um balanço do trabalho do partido nos vários Estados, referiu-se a Bahia e comentou o panfleto:

O trabalho de Agitação e Propaganda nas regiões.(...)
Bahia: Temos recebido pouco material. Recebemos um manifesto mimeografado dizendo a posição do partido perante a Aliança

²⁷⁴ VIANNA, Marly de Almeida Gomes, Op. cit. p.134.

²⁷⁵ Idem p. 134-135.

²⁷⁶ Idem p.150.

Nacional Libertadora. Há coisas absurdas. De duas uma: ou os companheiros não leram as circulares do CC sobre a ANL, ou o tal manifesto mimeografado não é do partido. Se é provocação da polícia ou dos integralistas, como aconteceu há pouco em São Paulo, deve ser desmascarado.

No trabalho geral do Partido e da JC a Região da Bahia tem feito grandes progressos, especialmente nos trabalhos dos campos e entre índios.²⁷⁷

A relação entre PCB e ANL em vários momentos demonstrava-se conflituosa, contudo em diferentes formas e graus nas regiões do país. Essas relações também foram modificando-se à medida que o partido acreditava que estava obtendo a hegemonia dentro da Aliança e, ainda, que crescia a popularidade da ANL. Se no primeiro momento o PCB afirmava que retiraria seu apoio a ANL caso ela deixasse de lutar contra o imperialismo e o fascismo e visasse apenas o poder como finalidade, no segundo momento “A ANL torna-se um verdadeiro instrumento de tomada de poder e para isso tem que mobilizar as grandes massas.”²⁷⁸ Esses desencontros nas posições do Partido no Estado na época podem ser interpretados como demonstração de falta de unidade política, mas deve ser levado em conta as dificuldades de comunicação agravadas pela distância e pela ilegalidade, tornando complicado o acompanhamento das posições partidárias em âmbito nacional.

3.3. Vermelhos nas terras do cacau: O PCB na Região Cacaueira da Bahia

A origem das atividades comunistas no eixo Ilhéus/Itabuna tem na figura de Nelson Schaun seu principal articulador. Já nos idos de 1922 participou da fundação da União Protetora dos Artistas e Operários de Ilhéus e na mesma época “fundou sociedades de carregadores, trapicheiros, carroceiros, doqueiros, etc, e a seus associados dava cursos gratuitos de alfabetização e capacitação intelectual.”²⁷⁹

²⁷⁷ PCB: Boletim de Agitação e Propaganda. Julho de 1935. Processo 171 do TSN. CEDEM/UNESP, Fundo IC.

²⁷⁸ Revista Proletária. Sem data. Processo 171 do TSN. AN.

²⁷⁹ *O Momento*. Salvador. 10/09/1945.

Em 1927 Nelson Schaun participou ativamente da greve dos ferroviários da “The State of Western Railway Company.” Na verdade essa greve foi dos ferroviários em todo o Estado da Bahia, sendo a primeira que teve a participação ativa dos trabalhadores da ferrovia Ilhéus-Conquista, demonstrando capacidade de mobilização e de apoio da sociedade, quando em 29 de maio de 1927 “na cidade de Ilhéus, o encerramento da greve foi comemorado com comício e passeata que envolveram mais de duas mil pessoas.”²⁸⁰

Também em 1927, no sul da Bahia, houve a tentativa de organização de um Partido Democrático Socialista, contudo não deu certo porque o articulador do projeto, Aníbal Lopes de Pinho foi preso. Mesmo se tratando de um líder do meio sindical que tinha relações com Agripino Nazareth, a polícia e a imprensa o identificaram como comunista, talvez pelas generalizações feitas pela polícia que tratava a todos os socialistas ou sindicalistas como comunistas.

Devido às suas atividades junto a organizações dos trabalhadores, em 1931 Nelson Schaun foi preso como comunista, quando organizou uma mobilização pública com cerca de mil trabalhadores de várias profissões. Nessa ocasião escreveu telegrama para Osvaldo Aranha, então Ministro do governo Getúlio Vargas, se queixando do ocorrido.

fui ontem violentamente preso Tenente José Anselmo sob pretexto dirigi comunismo alegação absolutamente falsa. Sempre estive ao lado causas justas. Sou vice-diretor ginásio local, escola normal, outros estabelecimentos. Apenas procuro de acordo prefeito municipal sindicalizar classes dentro ordem lei. Próprias criteriosas inteligente prescrição Ministério do Trabalho (...) criado governo atual. Tomo liberdade pedir garantias vocêcia minha vida ameaçada afirmação textual próprio tenente Delegado policia pode vocêcia pedir informações autoridades pessoas classificadas, esta localidade minha conduta membro tradicional família Ilhéus. Atenciosas Saudações. Nelson Schaun.²⁸¹

Na verdade, até aqui ele não tinha ligações orgânicas com o PCB. E havia por parte de Nelson Schaun a preocupação de agir dentro da lei e da ordem e reafirmou isso ao expressar no telegrama que as suas ações estavam

²⁸⁰ Diário da Bahia de 31/05/1927 ; O Imparcial de 29/05/1927. in: FONTES, José Raimundo Fontes. *Manifestações Operárias na Bahia...Op. cit.* p 215.

²⁸¹ Telegrama de Nelson Schaun a Osvaldo Aranha. Ilhéus. Julho de 1931. CPDOC- FGV. OA cp 1931.07.07/10

de acordo com o prefeito e seguindo as orientações do Ministério do Trabalho. Havia ainda, por parte dos trabalhadores de Ilhéus, a ilusão de que o governo de Vargas representava ideais revolucionários. Isso porque, segundo o próprio telegrama acima, o prefeito Eusínio Lavigne, representante local da Aliança Liberal, era incentivador da organização dos trabalhadores.

Segundo os relatos de família, Nelson Schaun foi “iniciado nas idéias comunistas pelo seu tio João Schaun.”²⁸² Em 1932, em companhia de Edson Moraes e Luiz Schaun Filho, seu irmão, fundou o primeiro grupo marxista de Ilhéus, ainda sem nenhuma ligação com o PCB, o que só se realizaria no ano seguinte, em 1933, quando, junto com André Bento, Edson Moraes e José Martins da Silva, participaram do Pleno estadual ocorrido em Salvador.²⁸³ Segundo os exageros próprios dos relatórios da Polícia do Rio de Janeiro, já em 1919, “em Ilhéus, o antigo prático de farmácia, Nelson Schaun, já manifestava pendor socialista, reforçado ao tornar para ali, em 1925, quando fundou sociedades operárias já de feição comunista.”²⁸⁴ Nessa versão defendida pela polícia, ao morar em Salvador alguns anos antes, Nelson Schaun teria entrado em contato com idéias socialistas. O que consideramos razoável pois foi um período de intensa agitação social na capital do Estado.

No sul da Bahia as atividades do partido tomaram uma nova dinâmica a partir de 1934, partindo principalmente de dois eixos centrais: a luta antiintegralista e a organização dos assalariados rurais e camponeses.

Atendendo a uma demanda que há muito tempo vinha sendo postergada pelo Partido, como já discutido anteriormente, e principalmente a partir das análises de que o Brasil estava vivendo em “condições revolucionárias” e que precisava resolver a “questão camponesa”, depois da Conferência de 1934, se estabeleceram contatos em várias partes do país, principalmente nas regiões de alta concentração de trabalhadores agrícolas, como era o caso do sul da Bahia, para que se iniciasse a tão propalada organização dos camponeses.

Entre 1934-1935, alguns militantes foram “remanejados” de Salvador e de outras regiões para o sul do Estado a fim de estimular esse novo momento, no qual organizar as massas rurais deveria ser encarado como prioridade.

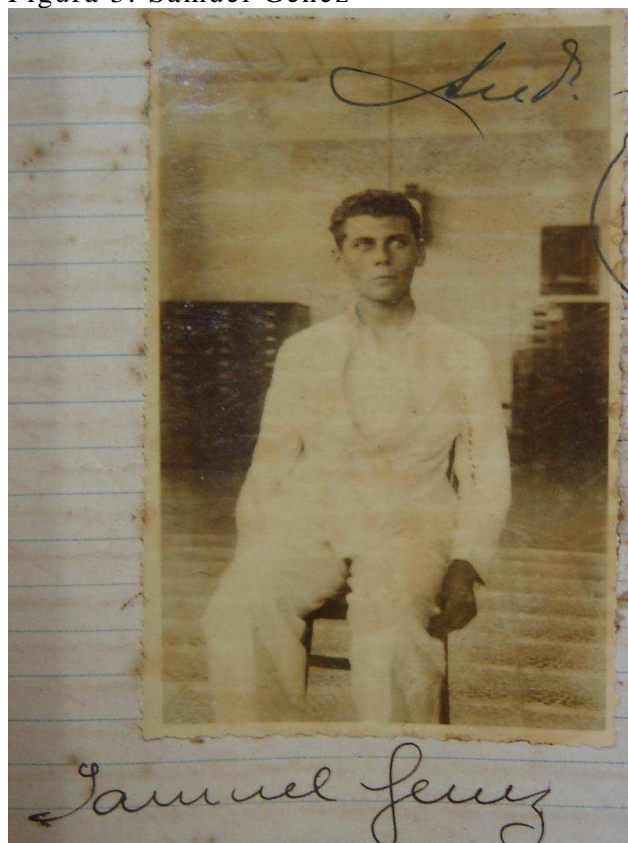
²⁸² SCHAUN, Maria. **O elo perdido**. Ilhéus: Editus, 1999. p. 63

²⁸³ As informações com relação ao início das atividades do PCB em Ilhéus foram retiradas de: *O Momento*. Salvador.10/09/1945.

²⁸⁴ “O Comunismo na Bahia.” Relatório da Polícia do Distrito Federal. APERJ. Pasta : Estados 5C. cx 605.

Cruzando as informações e listagens de indivíduos presos e fichados como comunistas ou como suspeitos, em Salvador e no sul do Estado, podemos identificar pelo menos três indivíduos que se deslocaram para contribuir com a organização do Partido no eixo Ilhéus/Itabuna. Foram eles: Adir Leite, que era comerciário e passou a atuar em Pirangy, distrito de Ilhéus; José Fortunato, que era de Alagoinhas e foi um dos únicos comunistas que participou da direção provisória da ANL em Ilhéus, talvez porque atuava junto a União Sindical de Ilhéus; e Samuel Genéz, que segundo a polícia era russo, foi para Ilhéus em meados de 1935, atuar junto à direção partidária, onde usava o pseudônimo Zulmiro.

Figura 3: Samuel Genéz



Fonte: APEB. Seção Judiciária. Inquérito policial: Samuel Genéz e outros. Classificação: 202/04/04.

Em 1934 foi criado o Sindicato dos Empregados Agrícolas de Ilhéus, e em 1935 foi criada a União Sindical de Ilhéus, uma central sindical que seguia a tendência do movimento sindical de orientação comunista/aliancista. No 1º de maio de 1935 no Rio de Janeiro foi criada a Confederação Sindical

Unitária do Brasil, e seguindo a mesma linha criou-se a União Sindical da Bahia, e a União Sindical de Ilhéus.

Foi justamente entre 1934 e 1935 que o PCB adotou nova tática com relação ao movimento sindical. Se anteriormente criticava a participação nos sindicatos e entidades tidas como “Ministerialistas”, a partir desse momento passou a buscar alianças com outras correntes que consideradas como “democráticas e antifascistas”, o que contribuiu para uma maior aproximação do partido com o meio sindical. “Dessa forma nos fins desse ano e começos de 1935, já contava com um bom número de simpatizantes e/ou adesistas.”²⁸⁵

Aplicando essa nova orientação de atuação no movimento sindical, em Ilhéus, no dia 14 de abril de 1935, foi fundado o Sindicato de Alfaiates, Costureiras e Classes anexas. Contou com a presença do representante da Federação dos Trabalhadores Baianos, e definiu na composição da direção provisória: Carlos Bispo, Presidente; Marcellino Mendes, Secretário; Edson Moraes, tesoureiro; e na comissão de finanças e organização Saturnino Correia, Gildath Amorim e Esmeraldo Santos. Entre as tarefas da direção provisória definidas na assembléia de fundação, estava a de providenciar a organização e o reconhecimento do mesmo junto ao Ministério do Trabalho.²⁸⁶ Entre os membros da direção, Carlos Bispo e Edson Moraes já eram ligado ao PCB de Ilhéus e Gildath Amorim era um simpatizante que se ligou ao Partido em agosto do mesmo ano.²⁸⁷

Apesar de já contar com militantes em Itabuna, apenas em meados de 1935 a organização do partido se solidificou, e pôde se planejar para criar células nos diversos distritos ligados ao município, sempre na perspectiva de priorizar penetração no meio dos assalariados rurais e camponeses.

COMPANHEIROS DO C.Z. DE ITABUNA

Pela comunicação que os cps. nos mandou pelo cp. Zulmiro, sabemos que os trabalhos fundamentais do P. foram aí planteados (*sic*) concretamente, disso resultando a formação desse C.Z., que esperamos possa confirmar toda a importância revolucionária que nele depositamos.

Não devem os cps. ignorar que estamos as portas da revolução Agrária e Anti-Imperialista, que transformará o nosso país de semi colonial, dominado pelo imperialismo estrangeiro, em um país socialista verdadeiro.(...)

²⁸⁵ FONTES, José Raimundo Fontes. Manifestações Operárias na Bahia...Op.cit. p 168

²⁸⁶ Diário da Tarde. Ilhéus. 18 de abril de 1935.

²⁸⁷ Depoimento de Gildath Amorim. Processo 171. AN.

QUESTÕES FUNDAMENTAIS

(...) Intensifiquem a formação de células (...) principalmente as empresas fundamentais (transporte e campo). (...) Vocês devem penetrar Macuco, Palestina, Itaúna, Ferradas, etc e formarem, por aí, fortes células, tanto nos povoados como células de camponeses.

Pelo CL do LS

05/07/35²⁸⁸

Com a organização do partido nas principais cidades e localidades da região, em 1935 foi constituído o Comitê Local do Litoral Sul do PCB da Região da Bahia (CL do LS)²⁸⁹ com a finalidade de coordenar as ações em toda a região.

3.4. Comunistas no Campo: O Sindicato dos Empregados Agrícolas de Ilhéus/ Pirangy. (SEA – Pirangy)

As únicas notícias a respeito de sindicatos de assalariados rurais na década de 1930 referem-se ao que seria segundo Manuel Correia de Andrade,²⁹⁰ o primeiro Sindicato de Trabalhadores Rurais fundado no Brasil na cidade de Campos, no Rio de Janeiro, em 1933, e um Congresso de Colonos Assalariados Agrícolas, citado por Edgard Carone, realizado em 1930 em Ribeirão Preto (SP) e reprimido pela polícia. No documento desse congresso, há referência ao “Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas e Colonos.”²⁹¹ Ainda em 1955, havia apenas cinco sindicatos reconhecidos no Brasil, sendo dois localizados em São Paulo, um no Rio de Janeiro, um na Bahia e um em Pernambuco.²⁹²

As atividades do PCB no Sul da Bahia no sentido de organizar os assalariados agrícolas e os camponeses ficaram evidentes a partir do final de 1934 quando foi criado o Sindicato dos Empregados Agrícolas de Ilhéus.

²⁸⁸ PCB: Companheiros do CZ de Itabuna. Pelo CL do LS. Ilhéus. 05 de julho de 1935. Processo 171 do TSN. AN.

²⁸⁹ Daqui por diante usaremos a sigla CL do LS.

²⁹⁰ ANDRADE, Manoel Correia de. *Lutas camponesas no nordeste*. São Paulo. Editora Ática, Coleção Princípios, 1986. p. 25.

²⁹¹ CARONE, Edgard. O PCB. 1922 a 1943...Op. cit. p. 348-350.

²⁹² ANDRADE. Manuel Correia de. op.cit. p.25

Em 1934, em Pirangy, na época distrito de Ilhéus, atualmente município de Itajuípe, foi fundado o Sindicato dos Empregados Agrícolas de Ilhéus (SEA- Ilhéus), tendo como principal liderança desse processo, Joaquim Cunha Filho, um sergipano, natural de Itabaianinha, que mudou-se para a região aos dezesseis anos de idade, fugindo da seca e da miséria, empregando-se como trabalhador rural.²⁹³ Aprendeu a ler e escrever por esforço próprio, sem freqüentar escola e posteriormente, foi funcionário da estrada de ferro Ilhéus-Conquista, onde entrou em contato com o movimento sindical, as leis trabalhistas e o PCB. Trabalhava como administrador de fazenda para a Steveson e Cia – empresa que atuava na região com produção e comércio de cacau, possuidora de fazendas com grande número de trabalhadores – no que seguia uma tendência, ou pelo menos uma intenção, do partido de priorizar as suas ações no meio rural nas áreas de maior concentração de assalariados agrícolas.

Após sua fundação, o sindicato tentou se oficializar junto ao Ministério do Trabalho, sem êxito, pois a legislação em vigor não permitia. As principais frentes de luta do Sindicato dos Empregados Agrícolas tinham um caráter fortemente classista, sendo possível percebê-lo nas notícias de jornal e em alguns panfletos onde constam, por exemplo, a luta pela jornada de trabalho de oito horas, a denúncia do não pagamento das horas extras e, ao mesmo tempo, denunciavam as dispensas²⁹⁴ - instrumento de dominação e exploração utilizado pelos proprietários de terras ao mesmo tempo que lucravam com o fornecimento de gêneros alimentícios a preços muito acima do mercado sempre deixavam os trabalhadores endividados, como forma de mantê-los sob controle.

O sindicato desenvolveu a partir de então várias campanhas que priorizaram, entre outras bandeiras de luta, o fim das dispensas e o estabelecimento de uma jornada de trabalho de oito horas. Essa campanha levou à demissão de trabalhadores que aderiram às reivindicações não se submetendo aos preços extorsivos e não aceitando compras na dispensa da

²⁹³ LUCAS, Montival. Discurso Pronunciado por ocasião da Assembléia realizada por iniciativa da FETAG-BA em homenagem a memória do falecido Joaquim Cunha Filho, em 1º de setembro de 1968. Arquivo pessoal de Edivaldo Cunha.

²⁹⁴ Também chamadas de “barracão”.

fazenda, levando o sindicato a denunciar tais demissões através da imprensa.²⁹⁵

Como, apesar da alta concentração de assalariados agrícolas, constantemente tinham-se notícias de escassez e falta de mão de obra para a lavoura, não tardou aos fazendeiros temerem a ação do Sindicato e a mobilização surtir efeito. E o sindicato divulgava os avanços obtidos como forma de incentivar a sindicalização.

Já novas esperanças nos surgem no campo da luta que nos empenhamos para a grandeza e defesa de nossa classe. As leis que nos garantem e que até então viviam imersas no esquecimento pela ignorância de muitos e fraqueza de outros pela falta de união, já estamos sentindo o efeito. Procurem verificar e não de saber provavelmente, que muitas fazendas onde todos os empregados são sindicalizados, estão dando oito horas de serviço diário em cumprimento da lei, pagando melhores salários e melhorando os preços das despensas.²⁹⁶

Constantemente o sindicato fazia referências às “Leis Trabalhistas”, numa demonstração de crença na possibilidade de avanços sociais através do uso do aparato institucional como forma de pressionar os fazendeiros. Por isso, diversas vezes solicitaram intervenção da Inspetoria do Trabalho para intermediar os conflitos. Tanto que, no mesmo panfleto acima descrito, continha um aviso no rodapé alertando aos fazendeiros que deviam procurar “o sr. Raul Queiroz, funcionário da Inspetoria do Trabalho, que está na zona, montando o serviço de registro de trabalhadores, e já traz os respectivos livros; é bom regularizarem-se para não cair na multa.”²⁹⁷

Em 25 de abril de 1935 o Jornal Ilheense *Diário da Tarde* publicou na íntegra o telegrama enviado pelo SEA-Ilhéus/Pirangy:

O Sindicato dos Empregados Agrícolas compreendendo justas as reivindicações das massas trabalhadoras das fazendas, chama a atenção da imprensa para a situação cada vez mais aflitiva dos trabalhadores duramente escorchados pelos processos de fornecimento de gêneros alimentícios através das despensas patronais. Os artigos de primeira necessidade são sempre de qualidade inferior, vendidos por preços correntes das praças vizinhas e além disso com o peso ilegal. O empregado trabalha 9 a 10 horas por dia, sem direito a extraordinários, ganhando salário insignificante que é todo absorvido pela compra de mercadorias da

²⁹⁵ *Diário da Tarde*. Ilhéus. 21 de maio de 1935.

²⁹⁶ PCB: “Companheiros dos Campos.” Banco do Pedro, Ilhéus. 08/04/1935. Processo 171 do TSN. AN.

²⁹⁷ Idem.

pior espécie e custo elevado. Esse órgão prestará grande serviço a vida dos trabalhadores agrícolas noticiando o fato. Atenciosas saudações.²⁹⁸

Esse telegrama deixa claro que ainda permaneciam firmes na região cacauzeira da Bahia os aparelhos de dominação coronelistas, usados tradicionalmente, através dos quais o trabalhador nunca conseguia se ver livre da dívida contraída na dispensa do fazendeiro e era, por esse motivo, impedido de se desvincular do trabalho, numa relação de semi-escravidão por dívida.

A campanha se ampliou, tendo o sindicato desenvolvido-a através de um trabalho de mobilização corpo a corpo, com visitas às fazendas, que surtiu efeito. E alguns fazendeiros fizeram questão de se adiantar e tomar medidas, cedendo às pressões. O Coronel Avelino Fernandes chegou a proibir que seus administradores tivessem dispensas nas fazendas. Isso foi noticiado através do Sindicato com o intuito de divulgar e, ao mesmo tempo, na tentativa de influenciar os demais. A repercussão parece ter sido muito boa, pois menos de quinze dias depois o mesmo Coronel e mais D. Laura Pimentel Lavigne anunciaram que adotaram em suas fazendas a jornada de oito horas de trabalho.²⁹⁹

No meio desses conflitos que se prenunciavam, a Inspetoria do Trabalho anunciou o envio de um funcionário para a região cacauzeira da Bahia para apurar os fatos. O jornal noticiou o fato da seguinte forma:

A Diretoria do Sindicato dos Empregados Agrícolas nos informou que recebeu telegrama oficial da Inspetoria do Trabalho comunicando a vinda de um funcionário daquela repartição a esta zona para apurar os fatos desenrolados que atentam contra os interesses dos trabalhadores rurais.³⁰⁰

Essa notícia chamou a atenção dos Fazendeiros que começaram a se organizar, e pressionaram a Associação dos Agricultores, entidade que reunia os proprietários de terras, para que fossem tomadas providências.

²⁹⁸ *Diário da Tarde*. Ilhéus. 25 de abril de 1935, p.3.

²⁹⁹ *Diário da Tarde*. Ilhéus. 04 de junho de 1935 e *Diário da Tarde*. Ilhéus. 15 de junho de 1935.

³⁰⁰ *Diário da Tarde*. Ilhéus. 08 de junho de 1935.

O SEA pediu providências ao prefeito de Ilhéus, o Sr Eusínio Lavigne, que pertencia ao PSD, declarava-se socialista cristão e era incentivador das organizações de classe. Por isso sempre teve boa relação com o movimento sindical e social de Ilhéus. Tanto que, o líder sindical Nelson Schaun ocupava o cargo de vice diretor do curso ginásial da cidade, nomeado pelo prefeito.

A Aliança Nacional Libertadora enviou telegrama ao senhor Avelino Fernandes, tradicional fazendeiro de Ilhéus e ligado politicamente ao prefeito, saudando-o pelo gesto de acabar com as dispensas e fez questão de publicar tal telegrama, para chamar a atenção da sociedade. A movimentação causada pelas ações do Sindicato começava a interferir na vida político-partidária da cidade.

Em Ilhéus, um dos líderes da oposição ao prefeito, uma importante figura que anos antes também já havia sido prefeito, o Coronel Misael Tavares, fazendeiro e negociante, dono de uma das maiores fortunas do município, diante de tanta polêmica que estava sendo criada em torno da campanha iniciada pelo sindicato, fez questão de se manifestar, com a idéia de não deixar a ANL sozinha demarcar posição a respeito da situação, e proibiu as dispensas nas suas fazendas. Tal notícia foi assim anunciada pelo sindicato, através de telegrama enviado a imprensa, com certa dose de ironia:

Pirangy, 21. O Coronel Misael Tavares proibiu terminantemente dispensas nas suas fazendas. O Sindicato dos Empregados Agrícolas agradece ao gesto nobre e espera também que o grande capitalista conceda oito horas de trabalho e a liberdade de sindicalização aos seus assalariados.

Saudações Proletárias. A Diretoria.³⁰¹

Percebendo o nível de mobilização que os trabalhadores estavam almejando, aumentando inclusive o leque das reivindicações, ampliando-as para o aspecto político, exigindo a liberdade de sindicalização, e pelas pressões recebidas dos fazendeiros, a Associação dos Agricultores de Ilhéus tomou algumas providências no sentido de se contrapor à mobilização dos trabalhadores. Convocou uma assembléia geral, que discutiu a questão e cedeu em parte às reivindicações, ficando explícito o reconhecimento da

³⁰¹ *Diário da Tarde*. Ilhéus. 22 de junho de 1935, Capa.

representatividade e poder de mobilização do sindicato, sendo assim deliberado:

(...) ficou assentado pela assembléia recomendar a todos proprietários agrícolas a adoção em suas propriedades, como alguns já o fizeram, da jornada de oito horas de trabalho, em cumprimento das leis sociais vigentes.

(...) pedindo também aos fazendeiros que modifiquem, em beneficio dos trabalhadores, as tabelas nas dispensas.(...)isso vem ao encontro do que vem pleiteando decididamente o Sindicato dos Empregados Agrícolas, que hoje é o interprete legitimo das aspirações de sua classe(...) ³⁰²

Poucos dias após a assembléia, uma Nota Pública dirigida “*aos seus associados e a todos os lavradores em geral*”, deixou claro que os fazendeiros estavam cedendo por estarem também preocupados com o movimento e sua possível ligação ideológica. Neste documento, a Associação dos Agricultores de Ilhéus apelava aos fazendeiros que se mantivessem alerta para o perigo do movimento atingir maiores proporções, e evidenciava o medo das tendências “anarquistas”:

(...) regularizas, em definitivo essas relações de trabalho, entre patrão e empregado.

Isso principalmente, para evitar que lutas e movimentos injustificáveis, venham a produzir desharmonias (*sic*) e tendências anarquistas no seio dos trabalhadores, neste instante, de crise aguda que todos atravessamos – movimentos aliaz, (*sic*) que poderiam causar prejuízos consideráveis. ³⁰³

O que os fazendeiros entendiam como “anarquistas” era, tanto as reclamações tendo em vistas as melhorias de trabalho e vida e a implementação das leis trabalhistas no campo, como o forte discurso classista empregado pelo Sindicato e os constantes chamamentos à construção de uma nova ordem. Tendo inclusive publicado alguns panfletos em que o SEA manifestou claramente a sua opção ideológica, na luta antiintegralista e na opção pelo socialismo, fruto da relação de alguns de seus dirigentes com o PCB.

Sindicato dos Empregados Agrícolas do Município de Ilhéus

Aos Empregados das fazendas

Companheiros:

As dificuldades sempre crescentes para a aquisição do pão cotidiano, vem preocupando, há muito tempo, aos homens em todos os países.

³⁰² *Diário da Tarde*. Ilhéus. 15 de julho de 1935, Capa.

³⁰³ *Diário da Tarde*. Ilhéus. 18 de julho de 1935. Matéria da capa, com manchete dando destaque.

Nas cidades, uma multidão maltrapilha, faminta e sem trabalho, segue o caminho da miséria e do vício.

Outra multidão, mais numerosa sem instrução, sem higiene e sem conforto vegeta nas fazendas; enquanto outra, devido as circunstancias do presente e a incerteza do futuro (ilegível) a solução do suicídio!

Em alguns países os governos procuram, debalde, minorar o (ilegível), ora criando salários, ora procurando colonizar noutros países seus (ilegível) desocupados.

Então, é neste momento angustioso que os sonhos dos Socialistas concretizam-se tornando-os, em realidade. No Socialismo está a salvação dos povos.

O movimento Socialista como um enorme (ilegível) abalou os andamentos dos demais regimes, abrindo aos povos novos horizontes. Podemos dizer como nosso (ilegível) inspirado Castro Alves: É o (ilegível) luminoso das grandes revoluções.

É o carro (ilegível) da evolução que passa; reflexo luminoso da (ilegível) Universal que projecta pra mentes dos homens de boa vontade, iluminando-os para seguirem no caminho do bem coletivo.

O SINDICATO DOS EMPREGADOS AGRICOLAS é fruto desse movimento.

É um vinculo harmonioso e progressista que tem por fim o auxilio mutuo da classe sem despezas para os cofres do país.

Procurará o engrandecimento da Pátria, pois, moralizará e educará a própria Classe trabalhadora preparando-a para o futuro.

Sendo os OPERÁRIOS AGRICOLAS as colunas da lavoura do Município de Ilhéus é, portanto o principal fator do seu desenvolvimento, uma vez que Ilhéus é essencialmente agrícola.

Com trabalho methodico, instrução, hygiene e conforto produziremos mais, e (ilegível) mais proveitos.

Portanto, COMPANHEIROS, não podeis deixar de auxiliar-nos nesta gloriosa campanha que tem somente o alvo – O ENGRANDECIMENTO MUTUO.

Sem ódios e sem inimigos, trabalhando, marchamos, pois, para a (ilegível).

Somos uma potência adormecida que começa a despertar.

Unamo-nos, para a grandeza da nossa CLASSE, que é a da lavoura.

Sendo a lavoura a principal riqueza do nosso Brasil, procuramos, pois, engrandecê-la, transformando a nossa fraca classe em CLASSE FORTE E EDUCADA, que fará a grandeza de uma Pátria feliz e próspera.

Banco do Pedro, (Ilhéus) 22 de junho de 1935.

A Diretoria³⁰⁴

Mas os conflitos não pararam por aí. Mesmo dando a entender que a entidade representativa dos fazendeiros cedeu às pressões, nem todos os fazendeiros se mostraram sensíveis a tais questões. Chegaram a acontecer greves em fazendas, como a ocorrida na propriedade do Sr. Anacleto Alves da Silva, organizada pelo Sindicato, levando o referido fazendeiro a convocar as autoridades do município a tomarem providências alegando: “os homens que vinham executando minhas ordens haviam paralisado todo o trabalho,

³⁰⁴ SEA/Ilhéus. Aos empregados das fazendas. Banco do Pedro. 22 de junho de 1935. Processo 171 do TSN. AN.

alegando que tinham sido aconselhados por um Sr. Joaquim Cunha Filho a tomarem tal atitude. (...).”³⁰⁵ No contexto dessa greve, Joaquim Cunha voltou a chamar a atenção da Inspetoria do Trabalho e propôs a convocação da Convenção Coletiva do Trabalho como forma de sanar o problema.³⁰⁶ No bojo dessas campanhas e dessa greve, Joaquim Cunha Filho foi denunciado pelos fazendeiros às autoridades como comunista.

Uma outra característica interessante que vale destacar no SEA-Ilhéus/Pirangy, além da sua postura classista, e de assumir-se como socialista, foi a sua articulação com outras categorias e organização em outros âmbitos. O Sindicato era, na verdade, de base regional, atuava em Ilhéus e nos distritos Pirangy, Banco do Pedro e chegou a ter “uma sucursal” em Água Preta, atual Uruçuca.³⁰⁷ Participou de encontros e congressos que ocorreram no período, a exemplo do Primeiro Congresso Sindical dos Trabalhadores Baianos, organizado pela Federação dos Trabalhadores Baianos, e estavam articulados para participar do Congresso da Unidade Sindical, que ocorreria em meados de agosto de 1935 em Salvador.³⁰⁸ Tal evento estava relacionado às atividades do PCB e da ANL no Estado e não aconteceu principalmente por conta da ANL ter sido colocada na ilegalidade, e por isso houve aumento da repressão política.³⁰⁹

Além disso, realizou atos, excursões, passeios, festividades junto com outras entidades, representantes de outras categorias, outros Sindicatos e com a União Protetora dos Artistas e Operários de Ilhéus e seu principal líder, e membro do PCB, Nelson Schaun.³¹⁰

Paralelamente às atividades do SEA, o Partido desenvolveu algumas ações no sentido de organizar os trabalhadores rurais e camponeses. Foi organizada uma “Brigada Camponesa” que coordenava as ações no meio rural e que estabelecia a relação entre os membros do partido que atuavam nas fazendas e os órgãos de direção.

³⁰⁵ *Diário da Tarde*. Ilhéus. 19 de julho de 1935.

³⁰⁶ *Diário da Tarde*. Ilhéus. 22 de julho de 1935.

³⁰⁷ LUCAS, Montival. Discurso Pronunciado... Op.cit.

³⁰⁸ *Diário da Tarde*. Ilhéus. 16 de agosto de 1935

³⁰⁹ FONTES, José Raimundo. A Bahia de todos os trabalhadores... Op.cit. p. 339-342.

³¹⁰ *Diário da Tarde*. Ilhéus. 31 de outubro de 1935.

O partido seguia a mesma linha adotada quando da organização do SEA de priorizar os assalariados e por isso concentrar as suas ações de organizações nas grandes fazendas de cacau onde havia grande número de trabalhadores. Um exemplo foi a atividade desenvolvida por Ariston Bacelar, administrador da fazenda do Coronel Francisco Fontes de Lima e Silva, que era vizinha da Fazenda Boa Sentença de propriedade da Wildberg e Cia, onde Ariston atuava no sentido de organizar os trabalhadores.

O SEA atuava em ações legais, e em alguns momentos chegou a assumir uma postura “ministerialista” solicitando o reconhecimento junto ao Ministério do Trabalho e direcionando as suas ações no sentido de exigir o cumprimento e a extensão da legislação trabalhista para os trabalhadores rurais, postura que o partido tomou com relação ao movimento sindical entre o final de 1934 e início de 1935. Mas deve-se levar em conta que ao mesmo tempo em que adotou tais posições, também fez a defesa aberta do movimento socialista e colocou-se como instrumento desse processo de construção de uma nova ordem. Paralelamente, a “Brigada Camponesa” se encarregava de organizar o partido e difundir a tese da necessidade imediata da luta revolucionária. Em documento enviado a Ariston, a direção regional alertava:

Saiba (...) que estamos as portas da Revolução Operária e Camponesa, e que as massas do Brasil já estão radicalizadas nas lutas (...). Os camponeses são necessariamente indicados para papel da mais absoluta importância, nas lutas que se devem ferir, desde já, e que se deflagrarão audaciosamente, muito breve, de modo decisivo.³¹¹

A orientação do partido para o trabalho das Brigadas no campo era no sentido de criar células e Comitês Camponeses formados por elementos de várias células. Cada célula deveria formar sua própria “Brigada de Guerrilheiros” com o maior número possível de elementos armados, que deveriam estar dispostos a “responder imediatamente a toda palavra de ordem do P., que chegue a qualquer momento.”³¹² Nesse período, o Partido reforçava a tese da aliança com os grupos armados existentes, e também na região, onde os militantes estavam orientados a entrar em contato com os chefes de bandos armados existentes e discutir com eles a necessidade da revolução.

³¹¹ PCB: Caro Cp. Miguel Justo. Ilhéus, 22/06/1935, Processo 171 do TSN. AN.

³¹² PCB: Como aplicar as tarefas. Ilhéus. Documento assinado por Frederico (Nelson Schaun) em 20/06/1935. Processo 171 do TSN. AN.

Aqui vemos a reprodução da tese debatida em âmbito nacional sobre os cangaceiros. Vale salientar que a existência de tais grupos armados nas fazendas da região cacauceira do sul da Bahia nunca esteve ligada ao chamado “banditismo social” e sim ao coronelismo que se estendeu na região durante boa parte do século XX, onde os fazendeiros, nem sempre possuíam o título da Guarda Nacional e, ainda assim, se intitulavam “Coronéis”, e contratavam jagunços e pistoleiros para atuarem como força armada de controle pessoal, acionada geralmente para resolver questões fundiárias no chamado caxixe.

O PCB, ao mesmo tempo, defendia a aliança com os pequenos e médios proprietários ao afirmar:

Temos que fazer a revolução entre todos, com armas na mão, garantir a pequena e média propriedade, tomar as terras dos grandes latifundiários, as fazendas dos altos e poderosos fazendeiros, que tomaram as fazendas de outros e deixaram na miséria muitas famílias, (...) e que a revolução vai entregar as terras aos seus verdadeiros donos, as roças e fazendas aos antigos ocupantes, e dividir as grandes propriedades com todos os trabalhadores.³¹³

Ao inserir em seus planos a pequena e média propriedade, o partido buscava garantir o apoio de uma grande quantidade de pequenos proprietários e posseiros que ainda existiam na região, pois a ação priorizava os assalariados agrícolas, mas também tentava mobilizar o conjunto das massas rurais e por isso incluía ainda “tropeiros, barcaceiros, meeiros, rendeiros, contratistas, pequenos e médios lavradores, etc.”³¹⁴

Inicialmente essa orientação de luta armada e guerrilha rural era difundida em documentos de caráter interno, contudo, acreditando que a revolução era iminente e aumentando o nível de organização partidária na região, passou a ser assunto pregado abertamente. Em meados de 1935 saiu um panfleto do partido na região, intitulado “Companheiros Camponeses” convocando as massas rurais à mobilização e a realização das seguintes “tarefas imediatas”:

(...) em face do amadurecimento da revolução no Brasil, de sorte que não é mais possível esperar ou deter a onda de greves e lutas do

³¹³ Idem.

³¹⁴ Idem.

proletariado do Brasil, pela conquista de seus direitos, é urgente que os camaradas apliquem estas tarefas imediatas:

- 1- Organização em todas as fazendas, células de camponeses (assalariados agrícolas, rendeiros, meeiros, contratistas, pequenos e médios agricultores), com o maior número possível de elementos.
- 2- Plantear dentro dessas células, todas as questões do campo e as reivindicações das massas trabalhadoras, exploradas e oprimidas: aumento de salários, garantia de salários, para homens, mulheres e jovens; seguro social, escolas obrigatórias e gratuitas, em todas as fazendas, médicos e remédios também gratuitos, para todos os trabalhadores etc. TOMADA DAS TERRAS PELOS TRABALHADORES E MÉDIOS AGRICULTORES.
- 3- Mostrar a todos que devem possuir armas e munições, quanto mais possível mais útil, e tomar as armas e as munições dos grandes senhores chefes de bandos e opressores dos trabalhadores. Tudo para uma luta armada, geral, forte e decidida, de guerrilhas, contra os grandes ocupantes de terras e exploradores. Lutas que devem ser logo preparadas, concretamente, para arrebentarem em muitos pontos ao mesmo tempo.³¹⁵

Com esse panfleto e a partir dele, o partido passou a pregar a ação armada imediata. Nesse caso, tratou dos grupos armados (jagunços) enquanto “opressores dos trabalhadores.” Também lançou um outro panfleto com o mesmo teor, contudo dirigido não apenas aos camponeses e as massas rurais, e sim a todos que consideravam explorados e oprimidos, e principalmente a todos os trabalhadores das cidades e dos campos, das consideradas empresas fundamentais: estiva, docas, estrada de ferro, estradas de rodagem, conclamando a “luta por pão, terra e liberdade,” e ressaltava a importância do movimento ser liderado pelo Partido Comunista.³¹⁶

As ações desenvolvidas pelo partido entre os trabalhadores rurais tiveram séria baixa em meados de 1935. Mais precisamente em final do mês de junho quando o Comitê Local do Litoral Sul (CL do LS) enviou algumas orientações escritas para serem entregues a Ariston Bacelar. O encarregado pelas correspondências, ao invés de entregá-las pessoalmente, deixou-as na residência do Coronel Francisco Fontes da Silva Lima, proprietário da

³¹⁵ PCB: “Companheiros Camponeses.” Ilhéus-BA. Processo 171 do TSN. AN. Provavelmente entre junho e julho de 1935, pois foi a partir desse período que os panfletos dirigidos aos trabalhadores rurais passaram a convocar a luta armada imediata.

³¹⁶ PCB: “Aos Explorados e Oprimidos, A Todos os Trabalhadores das Cidades e dos Campos, Levantemos em Lutas Por Pão, Terra e Liberdade.” Documento assinado pelo CL do LS do CR da Ba, PCB (S. da IC), Ilhéus, junho de 1935. Processo 171 do TSN. AN.

fazenda onde Ariston trabalhava, e informou verbalmente a quem deveria ser entregue. Como no envelope indicava como destinatário “Cp. Miguel Justo,” e nenhuma outra indicação ou endereço, a esposa do referido coronel, Dona Laurinda Fontes, não sabendo que a carta deveria ser levada à fazenda e entregue ao seu administrador, resolveu abrir a correspondência. Percebeu, então, tratar-se de correspondência comunista, pois descrevia minuciosas instruções, inclusive indicando a criação de “células e brigada guerrilheira.” Entregou-as ao seu esposo que as enviou ao prefeito de Itabuna, Claudionor Alpoim, que encaminhou o material ao Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia. Este solicitou do Delegado Especial do Sul do Estado, Capitão Salomão Rhen, que abrisse inquérito para investigar o material e as atividades desenvolvidas pelo Partido no meio rural na Região.

A partir de então se iniciou um processo de investigação onde o proprietário da fazenda solicitou a Ariston Bacelar que publicasse em jornal local uma nota pública declarando-se “avesso ao extremismo, sem qualquer participação no assunto.” Como não aceitou publicar a tal nota, apesar de negar conhecimento a respeito do conteúdo da correspondência, todas as suspeitas recaíram sobre ele que se viu obrigado a pedir demissão da fazenda e se esconder, para evitar ser preso. A desconfiança transformou-se em certeza após o depoimento da testemunha Naziazeno Ribeiro Magalhães, trabalhador da fazenda “Boa Sentença,” local onde Ariston atuava politicamente, e revelou as atividades desenvolvidas por Ariston na fazenda e inclusive entregou a polícia vários panfletos e exemplares do jornal *A Classe Operária* que foram distribuídos entre os trabalhadores agrícolas.³¹⁷

3.5. Integralismo e anti-integralismo no sul da Bahia

O integralismo se desenvolveu bastante na região e formou fortes núcleos nas cidades de Ilhéus e Itabuna, assim como nas diversas Vilas e Distritos. Tentaram expandir sua influência pelos diversos setores da sociedade. Foi fundado o departamento de coordenação feminina do núcleo

³¹⁷ Processo 171 do TSN. AN.

integralista de Ilhéus.³¹⁸ Em março de 1935 houve cerimônia de instalação do sub-núcleo integralista do Distrito do Pontal no cine teatro Ipiranga.³¹⁹

Em 17 de fevereiro de 1935 ocorreu a Concentração Regional Integralista, com presença do Chefe Provincial da Bahia Sr. Melchiades Ponciano Jaqueira, o Comandante Estadual de Milícia Rômulo Mercuri,³²⁰ e mais os dirigentes locais da AIB. Como parte das atividades do evento ocorreu um desfile da “milícia integralista” com a participação de núcleos de várias localidades e distritos da região. Portando bandeiras do País e do integralismo, realizaram cerimônia de juramento à bandeira nacional. Tomaram parte no desfile 826 milicianos devidamente uniformizados, sendo 409 de Ilhéus, 287 de Itabuna, e 130 de Água Preta. As tropas foram passadas em revista pelas autoridades integralistas do Estado, pelo chefe provincial, e chefes municipais Pedro Ribeiro Filho, de Ilhéus; Dr. Nelson Oliveira, de Itabuna e Orlando Barreto, de Água Preta.³²¹

Tal evento foi uma demonstração de força do integralismo, na área do Estado onde se encontrava mais desenvolvido. Tanto que durante o 2º Congresso Integralista realizado em Petrópolis, em março de 1935, Ilhéus recebeu o título de “Cidade Integralista,” e foi a única do norte e nordeste a receber tal título, por ter sido realizada a grande mobilização, que foi até então, a mais numerosa que havia se realizado na Bahia.³²²

As principais lideranças integralistas da região sul da Bahia eram pessoas oriundas das camadas mais ricas da população, geralmente fazendeiros de cacau ou negociantes. Talvez por isso carregassem ainda os velhos hábitos coronelistas e, por várias vezes, encontramos notícias de tentativas de impor, pelo uso da força, a aceitação de suas crenças e convicções políticas, exercendo o poder de maneira arbitrária. Por isso ocorreram vários desentendimentos e choques entre os “milicianos” integralistas que se arvoravam em autoridades, e a polícia de Ilhéus e Itabuna.³²³

³¹⁸ *Diário da Tarde*. Ilhéus. 22 fev. 1935.

³¹⁹ *Diário da Tarde*. Ilhéus. 19 março de 1935.

³²⁰ *Diário da Tarde*. Ilhéus. 9 de fev. 1935.

³²¹ *Diário da Tarde*. Ilhéus. 8 de fev. 1935

³²² *Diário da Tarde*. Ilhéus. 14 de março de 1935.

³²³ *Diário da Tarde*. Ilhéus. 24 de jan. 1935.

A penetração do integralismo na região foi reforçada pelo medo, por parte dos fazendeiros e burguesia local, do avanço da organização dos trabalhadores e das notícias do que eles denominavam de “movimentos extremistas.” Da mesma forma que a ANL e o PCB se fortaleceram no Estado a partir da articulação do movimento anti-integralista, os membros da AIB utilizavam o discurso anticomunista para ampliar suas atividades e adquirir novos adeptos.

Geralmente os integralistas de Ilhéus realizavam suas atividades no Cinema Vitória Palace. Entre os indivíduos que sempre marcaram presença e tiveram participação ativa no movimento integralista estavam João Aguiar e Adonias Aguiar Filho, que na época escrevia artigos nos jornais locais defendendo o fascismo e o integralismo e anos mais tarde ficaria conhecido como escritor e romancista.³²⁴

Figura 4: Artigo de Adonias Aguiar Filho no Jornal Diário da Tarde

Diário da Tarde **Fascismo -- seu caracter universal**
Adonias Aguiar Filho

Do pensamento político unificador italiano de Cavour, Mazzini e Garibaldi, recordando no p. v. o sentimento nacionalista que sempre caracterizou a raça latina, aproveitando e aperfeiçoando a técnica sindicalist. de George Sorel, afastando o seu conceito de violência, auxiliado com a justiça dos princípios doutrinários do solidarismo de Leão XIII, em completa antinomia com a democracia liberal — a igualdade substituiu a herarquia, a liberdade a disciplina, a fraternidade o devotamento pelos destinos da pátria — o fascismo surgiu para — fez notar Gustavo L. Bon — defendendo a honra e a estabilidade da sociedade civil, aplicar o antídoto necessário ao veneno russo.

Síntese perfeita do pensamento social que vinha negando os sintomas doutrinários da revolução de 1789, aceitava, em parte, as acusações do movimento romântico de José de Maistre e o traço característico do sistema exposto por Frederico List e Hegel; realçando a compreensão exata do gregalismo de Le Play, do intervencionismo de Dupont White e de Simondi, e do distributismo de H. Laire Beloc e Chesterton. Originar o de uma fórmula universal de pensamento, tendia a agir, particularizado na análise e no estudo

nas diversas nações danificadas pelo liberalismo e pelo capitalismo levadas à desagregação necessária ao plantio do bolchevismo que lhe é uma consequência lógica e natural. Doutrina de caráter universal, expandia-se através as nações aceitando, à maneira de aperfeiçoamento, os imperativos nacionalistas decorrentes da estrutura geográfica da formação racial, da força psicológica expressa na religião do povo, nas artes, no folclore deste ou daquele país.

De início, o nacionalismo alemão acordado pela energia de Adolf Hitler, exposta através as predições simples de G. Friedlender, realçado erroneamente a superioridade de raça, aceitava a tese defensiva por Gobineau e Vacher e Leprongge. Movimento de sacrifício e luta, conquistou a admiração e simpatia da mocidade alemã. E iniciou a reconstrução econômica, política, cultural e ética da Alemanha.

Na Inglaterra, Oswald Mosley chefe da «British Union Fascists» conseguiu reunir grande número de adeptos, tornando-se um incompreendido para o sr. Lloyd George. Auxiliado por Lord Rothamsted seduz a mocidade inglesa que veste a camisa preta com esperanças na continuidade da terra onde nasceu o distributismo precursor do fascismo.

Henry Costau e Pierre Clémentis discípulos íntimos de Charles Maurras e Leon Daudet, conclamou a mocidade francesa, revelando-lhe o «perigo jurídico» auxiliado na neutralidade da democracia liberal — o «fascismo» surgiu, e, em seguida a «violência» dos discípulos do velho Sorel.

Portugal que conseguiu se libertar do capitalismo internacional organizado, aceita os princípios básicos do fascismo, obrigando Oliveira Salazar a «dirigir a economia», tornando a elemento de organização política; Kemal Pachá, o velho soldado turco, controla a pátria — fez da Turquia um país semi-fascista.

Não há negar ser o fascismo, o reflexo do nosso século. Nacionalista como exige o pensamento unitário do século, conseguiu definir o internacionalismo característico do bolchevismo russo. A Rússia atual já não é comunista, porque o «plano quinquenal» de G. I. K. despertou no povo todo o sentimento da pátria; fez com que o operário russo trabalhasse, não sem o fim de descontrolar o movimento produtivo das outras na-

ções, e sim com a consciência de colocar sua pátria sobre as outras mais elevadas. Não o consagrado, porque a falta característica do regime, realçando a unilateralidade do primado econômico, desprezando a superioridade do espírito, está no centro, no eixo do regime marxista. Que existe nacionalismo na Rússia, não há a negar — se o ex. l. a Rússia toda para o fascismo, afastasse do marxismo. Mas, a afirmativa econômica na concepção da vida, a maneira com que é encarado o homem, o realce do materialismo filosófico — faz tender a Rússia para o marxismo, para o «sovietismo». «S. m. Arinos de Melio Franco diz bem: o fascismo russo é um «fascismo soviético». E acreditamos nós: com tendência ao fascismo integral, aceitando-o em todos os sintomas doutrinários, reafirmando os princípios inaceitáveis pelo estudo geral do país.

Será fascista a Rússia. Fugirá da teocracia a que estava destinada pela «raça» da religiosidade do povo que exgeraria sua fé ao fugir do materialismo atual plantando o Estado teocrático, concretizando o sonho de N. Colos Berdiaeff.

A universalidade do fascismo, a qual se sobre todas as nações e procurado manter um legítimo intercâmbio entre essas nações, livres do controle imediato e opressor do capitalismo internacional organizado, avistará a desagregação social, prosseguindo no seu fim humano de congregação, de cooperação, em busca da concretização de seu «fim»: o plantio universal, entre as nações, da justiça social.

A riqueza em matérias gordas e vitaminas contidas no Leite Condensado «VIGOR» recomendam-no como insubstituível na alimentação científica de seu filho.

ALGUIDARES
Fornos de Ferro para Farinha desde 30 pol. a 58 pol. Ferragem Synesio C. Chagas.

ROUPETAS
Para creanças a preços de passar, só se encontra na conhecida GAUCHA de Zaulia Dória.

Gabinete DR. A.
Consultoria
CURSOS DE POLICLINICA
Bairros Ultramarinos. Av. Vanuzão. F. Luísa. Galvão.
oração. V. mento por elmento da B. garantir cura cialmente H. etotri
CONSULTOR

50
E quanto cust um termo de lca dida! Rua Ped

Jogos de
Para carregam encontra-se na fe C. Chagas.

CIGA

VENDE-SE
duas casas em Pontal, para morada, e uma em Olivença, para morada e negocio. Informações com José Santos.

Preço á Dinheiro
PARQUETINA amarela, laranja, vermelha, marrom, preço sem competitor. Barateira Ferragem Synesio C. Chagas.

Chapéus de Palha
da grande marca
«BRUNÊTO»
acaba de receber os últimos modelos a conhecida
«Casa Variedades»

Magalhães loja que, na palha ativa tranquilidade e cons...

Bahia, infelizesmos do país, sucedo orio nacional am e alguns do trabalho hoje essa goria não es...

Magalhães loja que, na palha ativa tranquilidade e cons...

Bahia, infelizesmos do país, sucedo orio nacional am e alguns do trabalho hoje essa goria não es...

Magalhães loja que, na palha ativa tranquilidade e cons...

Bahia, infelizesmos do país, sucedo orio nacional am e alguns do trabalho hoje essa goria não es...

Fonte: Diário da Tarde, Ilhéus. 03 de janeiro de 1935. CEDOC-UESC.

³²⁴ Diário da Tarde. Ilhéus. 31 de jan. 1935.

Em janeiro de 1935, o chefe municipal da Ação Integralista Brasileira em Ilhéus, o Sr. Pedro Ribeiro Filho, nomeou para secretário do Departamento Municipal de Organização Política o comerciante Mario Rolemberg Martins Soares,³²⁵ que se auto-intitulava “comandante da milícia em Ilhéus.”³²⁶ Em abril ele procurou João Baldoíno dos Santos, vulgo “Pé de Arroba”, dirigente do Sindicato dos Carregadores, para que aderissem ao integralismo. Como este não aceitou, Mario Rolemberg “agrediu-lhe vibrando com um chicote diversas pancadas na cabeça (...) diante disso João Baldoíno investiu contra Mario com ele se atracando (...)”³²⁷ Na delegacia de polícia Mario Rolemberg alegou que foi vítima de um atentado, obra do extremismo. Segundo a imprensa local o motivo do conflito foi um desentendimento entre os carregadores ligados ao Sindicato e o referido comerciante, pois o Sindicato exigia que os comerciantes da cidade contratassem apenas trabalhadores sindicalizados, o que era desrespeitado pelo comerciante integralista.³²⁸

Tempos depois, por ocasião da passagem da “caravana do Rio” por Ilhéus, o mesmo Mario Rolemberg procurou os membros da direção nacional da ANL que fizeram parte da Caravana, para intermediarem a sua inclusão nos quadros da Aliança, pois havia resistência ao seu nome entre os membros de Ilhéus em razão de seu passado integralista e de desentendimentos como o descrito acima com o dirigente do Sindicato dos Carregadores. Tentando resolver a questão, João Cabanas, dirigente nacional da ANL, escreveu para Rolemberg tentando chegar a um possível acordo:

Na reunião havida ontem entre alguns companheiros, ficamos aqui sabendo de certas divergências que se passam em Ilhéus, devido a atitudes tuas anteriores. (...)alguns mostraram ser impossível um entendimento entre você e os dois principais sindicatos dessa cidade. Pelo exposto também verificou-se que queriam que você fizesse ante as diretorias desses sindicatos uma confissão de erros passados estabelecendo com essa declaração uma amizade mais perfeita entre todos que desejam, lutar pela Aliança em Ilhéus.
 (...) Animado por essas respostas (...) em nome da tua adesão recente a Aliança que constituiu o acontecimento mais comovedor do Diretório Nacional, para que ponhas de lado qualquer

³²⁵ *Diário da Tarde*. Ilhéus. 19 de janeiro 1935.

³²⁶ Auto de perguntas feitas a Mario Rolemberg Martins Soares no processo 171 do TSN. AN.

³²⁷ Auto de perguntas feitas a João Baldoíno dos Santos no processo 171 do TSN. AN.

³²⁸ *Diário da Tarde*. Ilhéus. 24 de abril de 1935.

susceptibilidade (...) promovias quanto antes, tu mesmo a reconciliação tão necessária para a grandeza da Aliança.³²⁹

Não foi possível a esperada reconciliação e, depois de novembro de 1935, ao se intensificar a perseguição aos comunistas e aliancistas, o próprio Mario Rolemberg procurou a polícia e encaminhou a referida carta para “contribuir com as investigações.” Junto encaminhou uma carta sua, tentando explicar como se deu a sua relação com a ANL e afirmou que a sua aproximação com as organizações sindicais era impossível, e que só se aproximou da Aliança Nacional Libertadora, “apenas inspirado no seu programa iminentemente nacionalista” e terminou a carta se solidarizando com o governo, segundo ele, pelo empenho em extinguir ambas as correntes extremistas, “quer de direita, quer de esquerda.”³³⁰ Contudo, Mario Rolemberg não se desvinculou do integralismo, e liderou uma das chamadas “milícias integralistas” que se constituíram com o objetivo de “combater o comunismo”, e que se fortaleceram após novembro de 1935.

Os núcleos integralistas se espalharam pelos arraiais e distritos da região, tornando o sul da Bahia um verdadeiro reduto de tal movimento:

Os simpatizantes em muitos sentidos, extrapolaram os próprios limites regionais. É conhecida a coesão do grupo integralista nos anos 1935/36 na antiga faculdade de Direito da Bahia, um núcleo de estudantes em grande parte provenientes da região cacaueteira, com a qual mantinham intercâmbio.³³¹

Em setembro de 1935 Ruy Pimentel Neves, estudante em Salvador da Faculdade de Direito da Bahia, chefe do grupo integralista em “Itauna”, (atual Itapé) foi a Itapuhy (atual Itororó) - ambas as localidades na época eram distritos de Itabuna - e ali fundou um núcleo integralista.

Segundo o subdelegado de Itapuhy, os Integralistas do arraial estavam se comportando “de maneira inconveniente e desrespeitosa (...) chegando ao ponto de se arvorarem a autoridades e fazerem o policiamento, com grupos armados a cacete!” Ainda segundo o mesmo delegado:

³²⁹ Carta assinada por João Cabanas a Caro Rolemberg. Salvador. 27 de junho de 1935. Processo 171 do TSN. AN.

³³⁰ Carta assinada por Mario Rolemberg Martins Soares dirigida ao cap. Salomão Rhen, Ilhéus, 30 de dezembro de 1935. Processo 171 do TSN. AN.

³³¹ GARCEZ, Angelina Nobre Rolim, e GUERREIRO DE FREITAS, Antonio Fernando. Bahia Cacaueteira... Op. cit. p. 81.

a ordem pública que a muito vem ameaçada pelos elementos integralistas locais os quais sem o menor respeito as autoridades legalmente constituídas, vinham cometendo uma série de arruaças e desatinos inclusive ataques pessoais as nossas mais altas autoridades e ameaças físicas aos nossos amigos e correligionários pelos simples fatos de não estarem de acordo com a sua doutrina, como aconteceu com o nosso amigo Luiz Nogueira que depois de esbofeteado em plena rua e por felicidade conseguiu escapar (...)³³²

Nesse caso, Luiz Nogueira foi a Itabuna e procurou a delegacia a fim de pedir providências sobre o que ele considerava excessos dos integralistas locais. Como o Sub-Delegado de Itapuhy também já havia apontado para tais excessos, o Delegado Especial Salomão Rhen enviou um grupo composto de seis membros da Polícia Militar, o sargento Argemiro Barboza, conhecido como “José Mineiro” e cinco praças, a fim de “restabelecer a ordem” nos distritos de Palestina (atual município de Ibicaraí) e Itapuhy.

Alguns conflitos ocorreram e os integralistas queixaram-se que estavam sendo espancados e presos, onde a referida força policial iniciou a intimação aos integralistas locais para se apresentarem na Sub-delegacia local. Vários foram ouvidos, alguns liberados e seis deles ficaram detidos, foram espancados e dormiram na delegacia.

No seu depoimento o integralista José Pereira Barboza assumiu “ter dado ronda armado a cacete atrás de Luizinho e isso por ele ser metido a valente.” Mas após a ação da força policial, foram para Itabuna, procuraram a polícia e a justiça onde colocaram-se como vítimas das agressões policiais, contaram que os excessos do sargento foram tantos que chegaram a impor a Sabino Jorge a sair de Itapuhy ou “apanharia até ouvir, pois o mesmo é surdo.” Os integralistas José Pereira Barboza e José Firmo de Lima ficaram internados no Hospital Santa Cruz em Itabuna, onde realizaram exame de corpo de delito.

Excessos e violência de ambas as partes, o inquérito foi instalado e solicitou-se ao Delegado que afastasse o referido sargento e os praças de suas atividades, pois os mesmos teriam que responder processo pelos atos cometidos. Os integralistas solicitaram hábeas corpus preventivo com medo de sofrerem retaliações, o que não foi concedido pela justiça que achou

³³² Ofício enviado pelo subdelegado Silvino Gomes. Processo crime dos réus Argemiro Barboza, José Ricardo dos Santos e Antonio Carlos Bispo. Processo 171 do TSN. AN.

desnecessário e tiveram a garantia do Delegado de Itabuna e do subdelegado de Itapuhy que não haveria perseguições contra os mesmos. Aliás, segundo o subdelegado os integralistas não são as vítimas nesse caso.

Os únicos ameaçados aqui somos nós, só agora é que estão de rolha na boca e que arvoram-se de vítimas. (...) temendo alguma represália por parte do chefe integralista, com a saída do sargento e sua força peço encarecidamente a fineza de mandar duas praças para reforçar o nosso destacamento (...)³³³

Assim que chegaram de Itabuna, no dia seguinte, saiu às ruas do arraial um grupo de integralistas armados a cacete tendo à frente o chefe João Sabino Netto procurando “varejar ou invadir casas” (...) “levando pânico e terror a pobres famílias que nada tinham com o caso.”³³⁴ Pondo fim ao episódio, em 1º de dezembro de 1935 o subdelegado escreveu ao Delegado Capitão Salomão Rhen:

(...) passava o senhor Luiz Nogueira (...) pela rua (..) e quando passou defronte da casa do Sr. Jorge Nunes dos Reis (...)este que já o esperava dentro de casa, sai a porta com um revolver em punho e desfecha a queima roupa cinco tiros, prostando-o gravemente ferido.(...) O Sr. João Sabino, chefe dos integralistas (...) saca de um revolver e, com este em punho, ameaça o povo, sendo desarmado e apreendida a sua arma pela autoridade local e se acha na subdelegacia. Consta que todos os integralistas vieram armados de Itabuna, no intuito de desacatar as autoridades locais. (...) A população indignada(...) o comércio cerrou suas portas (...) o senhor José Firmo de Lima (...) espancou barbaramente a chicote a senhora Germina de tal, que se destinava daqui para Itabuna, tão somente, por suspeitar que ela tivesse dado uma queixa contra ele. Estou ameaçado de ser a cada hora desacatado pelo grupo exaltado e perigoso de integralistas (...)³³⁵

O caso em questão refere-se a cerca de dezessete integralistas de Itapuhy e, apesar dos conflitos evidenciados, em nenhum momento se fez referência à presença de militantes da ANL, do PCB ou de alguma outra organização antiintegralista. E serve para exemplificar ao mesmo tempo a força e a forma de atuação dos adeptos da AIB no sul do Estado.

³³³ Ofício do sub-delegado de Itapuhy ao Delegado Capitão Salomão Rhen. 30 de novembro de 1935. Processo 171 do TSN. AN.

³³⁴ Idem.

³³⁵ Ofício do sub-delegado de Itapuhy ao Delegado Capitão Salomão Rhen. 01 de dezembro de 1935. Processo 171 do TSN. AN.

Juracy Magalhães escreveu para Getúlio Vargas em meados de 1935 e apesar de referir-se ao crescimento do comunismo no país, não aponta para nenhuma movimentação comunista no Estado que chamasse atenção do poder federal; contudo, demonstra preocupação em relação ao integralismo:

(...) estou acompanhando a marcha dos extremismos no Brasil. Apreensivo às vezes. Tranqüilizo-me quando vejo vossa excelência na presidência. Sua visão política resolve tudo. Mas é preciso não encarar com otimismo uma situação que se agrava. O comunismo progride. Doutrina contraria as nossas tendências encontra adversários. Estes, vendo o governo sem dar providências, procuram no integralismo um meio de resistir a bolchevização do paiz (...) para onde vamos? A Lei de Segurança dorme no esquecimento (...).³³⁶

Dessa forma, o governador considerava como necessário o endurecimento com relação aos comunistas como forma de evitar também o crescimento do integralismo que tinha exatamente no anticomunismo seu mais forte argumento. Sua preocupação reflete também a posição de alguns dirigentes do PSD de Ilhéus que alarmados com o crescimento da AIB no eixo Ilhéus/Itabuna, e que de fato se constituiu no núcleo mais organizado do Estado. Nessa correspondência reclamaram dos excessos cometidos pela Delegacia Especial revistando casas, apreendendo instrumentos camisas e símbolos integralistas, espancado alguns e intimando outros para prestar depoimentos na Delegacia. No mesmo relato afirma que após os intimados retornarem a suas casas tornavam-se verdadeiros heróis, servindo como propaganda para a AIB. E como tal repressão era mais intensa em Itabuna do que em Ilhéus, o resultado era que “segundo proclamam os próprios dirigentes do movimento verde, estão fixados aqui cerca de 3 mil e em Itabuna mais de 6 mil. No último pleito efetivamente elegeram eles um vereador aqui e dois em Itabuna.”³³⁷

No que se refere à luta anti-integralista, um dos eixos centrais da atuação do PCB na região, durante algum tempo, a prioridade do Partido no eixo Ilhéus/Itabuna, não foi a construção e fortalecimento da ANL. Conforme afirmado anteriormente, as relações PCB/ANL na Bahia não eram das melhores e o partido adotou a posição de construir outros instrumentos de

³³⁶ Carta de Juracy Magalhães a Getulio Vargas. GV C 1935.06.27

³³⁷ Carta de Carlos Monteiro ao Governador Juracy Magalhães. Ilhéus. 10 de junho de 1937. CPDOC-FGV JM d – rs. Municípios.

organização. No material pesquisado, entre eles vários panfletos, manifestos e circulares internas do PCB no sul da Bahia, ao se estabelecer e divulgar as tarefas e prioridades figuram, entre outras coisas, a organização no meio sindical, a organização dos camponeses, a luta anti-integralista através da organização de Comitês de Luta, e até organização de guerrilhas rurais, mas até o final de junho, próximo ao momento da ilegalidade da ANL, no início de julho, são raras as referências à organização ou à entrada dos militantes do partido no núcleo local da ANL.

A primeira referência encontrada foi uma circular interna que argumentava a necessidade de divulgar e popularizar um Manifesto da ANL, pois “é da maior importância, e precisa ser espalhado largamente e que constitui a última e atual palavra de ordem do P.”³³⁸ Em carta de 22-06-1935 o secretário do Comitê Local do Litoral Sul (CL do LS) do PCB passou as orientações para “Miguel Justo”, na verdade o pseudônimo de Ariston Bacelar, um dos militantes que estavam encarregados da organização no meio rural: “Lance, logo, a propaganda da Aliança Nacional Libertadora, que é um amplo movimento de massas, perfeitamente legal, e pode ser trabalhado livremente. Serve a ANL para facilitar, grandemente o trabalho ilegal do P., em todos os setores.”³³⁹ Além disso, transmite outras instruções, que demonstram como para aquele militante, a ANL era ainda uma novidade e, ainda, que a importância dada a ANL era simplesmente pelo fato de, sendo um movimento legalizado, facilitar a militância.

O mesmo pode ser afirmado com relação a um outro militante, “João Guerra”, que recebia o mesmo tipo de instrução e acrescentando que “A Revolução aí está. Devemos fazê-la imediatamente. As nossas palavras de ordem nesse momento são: Todo poder a Aliança Nacional Libertadora, por um Governo Popular Nacional Revolucionário, através da Revolução Libertadora com Luis Carlos Prestes à frente.”³⁴⁰ O que chama a atenção é que essa carta é de 8-11-1935, ou seja, as vésperas dos levantes de novembro, e só então alguns militantes estavam tomando conhecimento da ANL e das palavras de ordem traçadas desde início de julho.

³³⁸ PCB: Aos Cps do CL, das Células, do CR e (ilegível). Processo 171 do TSN. AN.

³³⁹ PCB: Carta ao Cp. Miguel Justo, Ilhéus 22-06-1935. Processo 171 do TSN. AN.

³⁴⁰ PCB: Carta ao cp. João Guerra de 08/11/1935, assinada por M. pelo CL do LS. Processo 171 do TSN. AN.

Portanto, na prática, as ações do partido foram no sentido de organizar “Comitês de Lutas Populares Contra o Integralismo,” mesmo antes da ilegalidade da ANL. Um dos Comitês mais organizados e atuantes foi o de Pirangy, onde chegou a ocorrer conflitos e lutas corporais, quando os membros do Comitê impediram a realização de um comício integralista. Estes reagiram, e marcaram nova manifestação de força para o domingo da semana seguinte. Os noticiários davam como certo que ocorreria combate violento entre os dois agrupamentos e, de fato, precisou de intervenção policial para que os embates não levassem a conflitos mais graves. No intervalo entre os dois finais de semana, todos se mobilizaram. O PCB conclamou seus militantes para participarem da luta e convocou a paralisarem seus trabalhos em solidariedade:

A TODOS OS COMPANHEIROS

O CL do LS de Ilhéus da Reg. da Bahia do PCB (SB da IC) (...) chama a atenção (...) para as lutas heróicas e o exemplo concreto das massas populares de Pirangi que, orientadas e dirigidas na linha do P. desencadeiam fortes lutas contra o integralismo(...)

Os companheiros de Pirangí organizaram ali o Comitê de Lutas Populares Contra o Integralismo (...) desencadeando decididas lutas, não consentindo que os galinhas verdes ali realizassem um comício.(...) Este exemplo (...) deve ser seguido (...) de criar em todas as localidades e zonas, o Comitê Popular de Lançar palavras de ordem contra os integralistas (...)

Suspendemos os trabalhos em apoio aos nossos companheiros de Pirangi, que lutam contra o infame integralismo, que quer afogar em sangue as massas trabalhadoras! Não queremos o integralismo nem admitimos que ele vá a Pirangí. Viva o proletariado unido, forte, em frente única contra todos os seus algozes!

Todos os nossos companheiros de base, em Ilhéus, em Itabuna, em Água Preta, na Estrada de Rodagem, nas fazendas, devem tirar brigadas de choque, de companheiro, aguerrido, decididos, fortes e dispostos, que sejam militantes ou não, porém que queiram lutar, para irem reforçar os companheiros de Pirangi. Se dirijam para lá, porque os integralistas ameaçam ir ali, no próximo domingo, com muitos milicianos, para atacarem as massas de Pirangi. (...)

04/07/35³⁴¹

O PCB publicou e distribuiu também um panfleto destinado à população em geral atacando os integralistas de Ilhéus e Pirangy, convocando todos a se defenderem e, principalmente, valorizando a ação realizada pelos membros do “Comitê Local” de enfrentamento aos integralistas que deveria servir de

³⁴¹ PCB: “A todos os companheiros.” PCB. 04/07/1935. Processo 171 do TSN. AN.

exemplo para outras localidades, e aproveitou para convocar a todos para a revolução armada:

O PCB pelo seu CL do LS de Ihéus, dá aos heróicos e aguerridos companheiros de Pirangi e a todos que ali estejam dispostos a lutar pela revolução que dará Pão, Terra, Morada e Liberdade a todos, dá a todos os elementos fortes de Pirangi a sua palavra e incentivo, de solidariedade e de apoio, por essa formidável demonstração que realizaram contra o integralismo, não consentindo que as galinhas verdes fizessem mais uma mentirada. E convida a todas as massas de todos os setores de Ihéus, de Itabuna, de Canavieiras, de Água Preta, de Itapira, de Macuco, de Itauna, de Boqueirão, de Serra Grande, de Barro Vermelho, de Banco do Pedro, de Palestina, do Pontal, de todas as zonas deste CL a se levantarem também em lutas decisivas contra o integralismo, e de apoio aos companheiros de Pirangi.³⁴²

Da mesma forma, o próprio Comitê de Pirangy lançou ao público um panfleto convocando o povo da cidade a se defender dos integralistas que “Dizem que virão aqui, amanhã, domingo, com algumas centenas de homens armados, para ‘mostrarem ao povo de Pirangy, porque ele não acolhe o integralismo!’ que ‘ele tem de o aceitar nem que seja pela força.’”³⁴³ Cabe o registro que dentre os três documentos encontrados sobre os conflitos ocorridos em Pirangy, nenhum deles faz sequer referência a ANL, sendo que esta ainda estava na legalidade; enquanto o PCB, mesmo ilegal, publicava panfletos a toda população.

Também em Macuco, na época distrito de Itabuna, hoje município de Buerarema, foi dissolvida uma manifestação de rua dos integralistas. Essa ação chegou a ser noticiada no jornal “*A Classe Operária*”, que destacou:

O Partido Comunista naquela região (...) vem editando uma série de manifestos esclarecendo a massa o caráter contra revolucionário do integralismo. Esse material é sempre ilustrado com desenhos grotescos mostrando os integralistas em poses ridículas ao lado de feudal burgueses e imperialistas.³⁴⁴

Havia enorme tensão entre integralistas e antiintegralistas na região e, devido a essa polarização, os integralistas consideravam e taxavam de “comunistas” todos que não eram seus correligionários. Também a polícia e

³⁴² PCB: “Luta de Morte Contra o Integralismo.” CL. do LS da Reg. da Ba. Do PCB (Seção da IC). Processo 171 do TSN. AN.

³⁴³ Comitê Popular de Pirangy de Luta Contra o Integralismo. Processo 171 do TSN. AN.

³⁴⁴ *A Classe Operária* nº 183 de 8 de junho de 1935.

os órgãos de repressão tratavam a todos os antiintegralistas como “extremistas” ou simplesmente comunistas. E ainda referiam-se à ANL como uma simples “máscara do Partido Comunista.”

Havia uma verdadeira guerra de panfletos distribuídos entre as pessoas e colados nos postes da cidade de Ilhéus onde os grupos tentavam expor seus argumentos e trocar acusações.

As esquinas se enchem deles, postos por uns, para serem arrancados por outros, numa guerra muda e sem trégua, numa revanche continua e silenciosa de retalhos de jornais com gravuras. Alguns elementos de desordem surgem, as vezes, com gestos agressivos, e falam, e gesticulam possessos. Os curiosos se aproximam, os comentários se sucedem em grupos que dificultam o trânsito. Satisfeita a curiosidade, acalmados os ânimos, dispersam-se todos.

Súbito corre célere uma notícia tendenciosa, e novamente os grupos se formam, e aumenta a curiosidade. Exaltam-se os ânimos; há gestos agressivos... surge a polícia.

E como nos estouros de boiada, acontece que, um dos curiosos por já se ter demorado muito, esquecido dos seus afazeres, afasta-se correndo, e de momento, estabelece-se a confusão, o pânico. São portas que se fecham estrepitosamente; senhoras nervosas que gritam e a corrida desabalada dos curiosos.³⁴⁵

Mas em vários momentos o conflito ultrapassou a categoria de conflito de idéias e chegou a brigas corporais, como o exemplo, citado anteriormente, dos conflitos ocorridos em Pirangy. Os Integralistas tratavam de caracterizar seus adversários de forma a estabelecer uma polarização da sociedade entre esquerda e direita. E a “esquerda” sempre como imbuída de várias representações pejorativas, representante da violência, do ateísmo, ladrões da propriedade privada.

Todos os países estão apreensivos. Todos aqueles que acreditam em Deus, sentem que estão se aproximando os tempos em que cada qual deverá tomar o seu lugar na esquerda ou na direita.

A esquerda é a violência, é o golpe cruel, é o assassinio frio, é o defloramento em massa, é o saque organizado, é o massacre, é o incêndio, a blasfêmia.

A direita é a união sagrada em torno da Bandeira da Pátria, das tradições nacionais, é a virtude, é a castidade, é o heroísmo, é a religiosidade, é a delicadeza de sentimentos é a honra de uma Nação.³⁴⁶

³⁴⁵ MARTINS, A. Seixas. Cartazes. *Diário da Tarde*. Ilhéus. 13 de novembro de 1935.

³⁴⁶ AIB: Carta aos inconscientes. s.d. Processo 171 do TSN. AN.

Além disso, os integralistas se colocavam como os defensores da propriedade e “vítimas de perseguição dos políticos e dos ricos,” criticando a riqueza e a futilidade com argumentos de moralidade, não tratando das causas das desigualdades sociais. Entre seus argumentos, os que mais despertaram o apoio dos fazendeiros locais, foram justamente o anticomunismo e a defesa da propriedade privada, devido ao medo da repartição das terras.

Vós burgueses grosseiros que tresandais a vícios, que tendes mulher e filhos, e andais gastando o vosso tempo em ridículas conquistas amorosas, ou nas dissipações e orgias em que empregais o dinheiro que daria para mitigar o desconforto de tantos lares, sois mais do que nunca, criminosos, (...)
Tendes passado indiferente diante de todo sacrifício, porque só pensais no vosso dinheiro, no vosso automóvel, no vosso palácio, nas vossas numerosas mulheres, nos vossos cavalos, nos vossos cães, nos vossos negócios, na vossa voluptuosidade. Passareis também frios e impassíveis diante dessas palavras.³⁴⁷

A Aliança Nacional Libertadora se organizou em Ilhéus e, em maio de 1935, lançou um manifesto com forte teor antiimperialista e antifeudal e seguiu a mesma linha geral da política aliancista. O documento só traz de específico:

Ilhéus, celeiro principal da Bahia, fonte de uma das maiores riquezas do Brasil – o cacau – Ilhéus que sofre impiedosamente o peso da exploração e da opressão mais duras, por meio da dominação estrangeira, do horror dos impostos, de carestia de vida, enquanto or outro lado tudo dá para fora, a nenhum direito tem, porque vivemos aqui como escravos – Ilhéus não podia, como não pode deixar de apoiar o programa da Aliança Nacional Libertadora.
Assina : Dr Genaro Sampaio, Fausto Penalva, Carlos Bispo dos Santos, Mario Tourinho, José F. Oliveira, Sosthenes Miranda, Carlos Reis, Vicente Tourinho, Moacyr Hughes, Tercílio França, Horácio Faria.³⁴⁸

Alguns dias depois, em junho, formou-se um comitê provisório que se reunia na sede da União Protetora dos Artistas e Operários de Ilhéus. Teve um núcleo organizado com pessoas de alto prestígio na sociedade ilheense. Participaram da ANL, como fundadores e diretores, médicos, advogados, jornalistas, professores e membros da classe média ilheense.

A ANL convidou os Sindicatos de Ilhéus e região para discutir o seu programa e as reivindicações sindicais. Nessa reunião deveriam manifestar

³⁴⁷ Idem.

³⁴⁸ *Diário da Tarde*. Ilhéus. 30 de maio de 1935.

“qual a posição que tomam frente a ANL e como encaram este movimento”. Tal evento aconteceu em 26 de junho de 1935. Como desdobramento, foram deliberados novos encontros entre representantes dos sindicatos e do Comitê local da ANL para a elaboração de um “plano geral de reivindicações imediatas das massas trabalhadoras exploradas e oprimidas deste município.”³⁴⁹ Dessa forma a ANL buscava inserção junto aos setores organizados da classe trabalhadora.

Como em Ilhéus e Itabuna, predominava um forte conservadorismo, e a propaganda integralista e anticomunista era intensa, onde acusavam os comunistas e aliancistas de serem contrários às famílias, a Deus e a propriedade privada. Buscando se contrapor a esses argumentos, panfletos e artigos foram publicados pelos comunistas na imprensa local, mas não se questionou a base do pensamento Integralista – Deus, pátria, família e propriedade privada – e se optou construir uma elaboração que os transformasse em defensores dos mesmos ideais. O Artigo “O Integralismo... tapeando a gente!” serve de exemplo, onde faz a defesa da Rússia como o único país do mundo onde a família é devidamente valorizada, onde não existe mais a prostituição, e ainda:

Na Rússia de agora, a mulher para se casar, só precisa de amor natural, reciprocamente alimentado. Não adianta que o cônjuge seja de família “nobre” por ter posição e dinheiro por que, ali, a nobreza consiste no trabalho e na capacidade técnica. A riqueza não é moeda, mas florão de virtudes, que orientam as preferências afetivas.

A mulher possui renda própria (...) de modo que ela desnecessita (*sic*) da manutenção econômica do homem (...)

O Comunismo vem daí: da igualdade do homem e da mulher, ou de todos os homens, no DIREITO AO TRABALHO, para poderem viver (...)

Mas, o Comunismo, como pregou Cristo, colocando acima do indivíduo a família, acima da família a pátria ou nacionalidade, acima da pátria ou nacionalidade a humanidade e acima da humanidade o Deus do amor e da ciência, esse não será repudiado por qualquer inteligência evoluída, que olha o mundo para o sol nascente, que á luz e movimento, e não para o ocaso, que é treva e sepultura.³⁵⁰

Com artigos como esse, que tentavam aliar comunismo, religião, pátria e família, se buscava obter o apoio de uma sociedade tradicionalista, onde

³⁴⁹ “Companheiros da Diretoria e demais companheiros do Sindicato dos Rodoviários de Ilhéus.” Ilhéus, 1º de julho de 1935. Assinado pelo secretário Fausto Penalva. Processo 171 do TSN. AN.

³⁵⁰ ANSELMO. “O Integralismo... tapeando a gente!” *Diário da Tarde*. Ilhéus. 04 de junho 1935.

constantemente a ANL precisou se justificar e prestar declarações afirmando que não era uma organização comunista. Mas, também houve outras manifestações mais radicalizadas, como um artigo assinado por José Fortunato, membro da direção provisória da ANL de Ilhéus, defendeu o fim do latifúndio e do analfabetismo, questionou os limites da democracia liberal que não ampliou em nada a participação política das massas, e afirmou ainda que o regime “republicano-democrata” estava em crise por ser incapaz de prover as necessidades da população. “A pratica republicana entre nós, em nada modificou as bases de organização política sedimentada no segundo império.”³⁵¹

Em junho um grupo saiu do Rio de Janeiro em caravana pelos Estados do Norte e Nordeste realizando comícios e reuniões públicas para difundir a ANL. Passou por Ilhéus e realizou um “Comício Monstro no Areal das Docas” e contou com a presença de membros da Caravana e de Mauricio de Lacerda. A chegada deste deputado foi anunciada com destaque em panfleto específico intitulado “Hospede Ilustre” que o exaltava:

não é somente um distinguido e festejado nome nacional mas um patrimônio, uma relíquia(...) Aí vem Mauricio de Lacerda como o justo que vive da fé! Abracemo-lo fraternalmente, muito fraternalmente porque é ele o Messias prometido para salvar essa república enemica e paludosa que nos humilha e nos envergonha.³⁵²

Essa postura em relação a Mauricio de Lacerda revela um pouco do posicionamento político do Comitê local da ANL, pois o deputado era visto pelos membros do PCB como um agente da burguesia que usava de palavreado bonito e discurso que agradava a classe trabalhadora apenas para se aproveitar e conquistar eleitores.

Alguns outros comícios foram realizados pela ANL em Ilhéus, como em 16 de junho, no Largo do Unhão, onde foi lida a carta de adesão de Prestes a ANL, e falaram vários oradores, entre eles Nemésio Nobre, pela União Sindical; o alfaiate e sindicalista Gildath Amorim e o comunista Nelson Schaun. Nessa ocasião a direção da AIB local emitiu uma nota pública solicitando aos seus membros que naquele dia não utilizassem camisas verdes

³⁵¹ FORTUNATO, José. Pela Reivindicação das Massas. *Diário da Tarde*. Ilhéus. 13 junho de 1935.

³⁵² “Hospede Ilustre”, Ilhéus, 04-07-1935. Processo 171 do TSN. AN.

e nem os distintivos ou escudos, assim como ficavam proibidos de comparecerem ao referido comício, a fim de evitar conflitos. A polícia também reforçou o seu contingente durante tal comício prevendo perturbações da ordem pública.³⁵³

Com o fechamento da ANL em 11 de julho, em várias partes do país se buscou construir alternativas de organização antifascista. Foi fundada em Ilhéus a “Frente Única Popular de Lutas Contra o Integralismo” que chegou a organizar um comício, mas foi logo reprimida pela ação policial e suas atividades ficaram restritas à ilegalidade. Segundo um de seus organizadores, a Frente Única “realizou uma reunião na residência do doutor Mario Tourinho (...) levou a efeito um comício e publicou um manifesto no *Diário da Tarde de Ilhéus*, tendo ficado a isso restringida a sua ação.”³⁵⁴ Também foi criada a Liga Juvenil Anti-Guerreira de Ilhéus, por iniciativa de estudantes do “Curso Especial Nelson Schaun” que mobilizou e incorporou também estudantes de outras escolas onde faziam campanhas pela paz e contra o imperialismo.³⁵⁵

Após o fechamento da ANL, o que se viu por todo o Brasil foi uma verdadeira debandada. Foi justamente a partir desse período que passaram a predominar na ANL as posições do PCB e dos chamados tenentes de esquerda, que possuíam posturas mais radicalizadas.

Em Ilhéus, após o fechamento da ANL, os comunistas se reuniram com um representante do Comitê Regional da Bahia, um português vindo de Salvador, que se apresentou com o nome de Manuel,³⁵⁶ e dirigiu a reunião em que foi discutida a nova situação da ANL e a conveniência do partido melhor se organizar para manter a ANL na ilegalidade, acreditando que poderiam levar para o partido os aliancistas ou simpatizantes que até então não tinham ligações com o partido. E foi justamente nessa reunião que o alfaiate Gildath Alves de Amorim, que até então era membro da ANL, oficializou o seu ingresso no partido.³⁵⁷

O Partido passou a exercer algumas atividades em torno da ANL, desenvolveu algumas campanhas de agitação e propaganda com panfletagens,

³⁵³ *Diário da Tarde*. Ilhéus. 15 de junho de 1935.

³⁵⁴ Auto de perguntas feitas a Tercílio Oliva de França. Processo 171 do TSN. AN.

³⁵⁵ *Diário da Tarde*. Ilhéus. 17 junho 1935.

³⁵⁶ Tratava-se do português Manuel Batista Ferreira, membro da direção estadual do PCB que foi expulso do país no início de 1936.

³⁵⁷ Auto de Perguntas feitas a Gildath Amorim. Processo 223 do TSN. AN.

colagens em muros e postes, penduraram bandeiras vermelhas nos fios da rede elétrica e pichações com os dizeres que representavam as palavras de ordem mais radicalizadas da ANL: “Todo poder a Aliança Nacional Libertadora”, “A terra há de ser forra”, “Viva Luiz Carlos Prestes”, “Pão terra e liberdade”, “Terra aos lavradores, pão aos famintos”, “Os integralistas são capangas do grande capitalismo estrangeiro”, “Abaixo os galinhas verdes”, “Viva a revolução nacional libertadora.”

3.5.1. Atentado à bomba e atividades de agitação e propaganda

André Bento da Silva foi um dos primeiros filiados ao PCB na região. Morador de Itabuna e funcionário do Instituto de Cacau da Bahia (ICB), órgão federal, era operador de motoniveladora, equipamento popularmente conhecido como *patrol*, e por isso atuava frente a uma patrulha mecânica do referido órgão federal na abertura e manutenção de estradas vicinais que tinham como finalidade facilitar o escoamento da produção agrícola. Exercia certa liderança entre os trabalhadores da Estrada de Rodagem Ilhéus/Itabuna e entre os funcionários do ICB.

Passou a atuar no meio sindical de Ilhéus e Itabuna, tentando conquistar militantes dos sindicatos já existentes. Mas sua principal atuação foi entre os funcionários da Estrada e do ICB no sentido de constituir uma célula do PCB visando organizar o Sindicato dos Rodoviários do Sul da Bahia. Várias reuniões foram feitas nesse sentido e o sindicato foi criado entre junho e julho de 1935. Entre os trabalhadores que participaram desse processo ingressaram no PCB, Boanerges Morais, que era cancelheiro da estrada,³⁵⁸ e Euclides Tavares dos Santos.

André Bento, na noite de oito de agosto de 1935, foi ao Banco da Vitória na casa de Boanerges e convidou Euclides Tavares, para cumprir uma tarefa partidária. Iria acompanhá-lo até Ilhéus, onde deveria procurar Horácio Pessoa de Albuquerque. Encontrou-o ao lado de Bernardino Moura, mais

³⁵⁸ Havia uma cancela na estrada que ligava os municípios de Ilhéus e Itabuna, onde era feita a cobrança de pedágio.

conhecido pelo apelido “Madeira.” Horácio queria que Madeira entregasse uma arma a Euclides; este não o fez, alegando que não poderia ficar desarmado.

Seguiram até o bairro do Malhado onde, Horácio lhe mostrou o poste em que deveria subir e cortar um fio, contudo ao subir no poste e tentar cortar o fio, como o alicate não estava devidamente isolado tomou um choque, e caiu do poste, sofreu escoriações e um ferimento na mão produzido pelo alicate. Horácio o socorreu e o colocou escondido embaixo de uma jaqueira e voltou ao poste para terminar a tarefa, jogou um arame em cima dos fios provocando um curto-circuito e a desejada falta de energia que fez apagar a iluminação pública da cidade.

Antes ouviram uma explosão e Horácio demonstrou preocupação. Euclides voltou para sua casa no Banco da Vitória e no caminho passou na cancela e contou o acontecido a Boanerges e André. Este reclamou, pois seria tarefa de Horácio e não devia ter mandado Euclides. Só posteriormente em conversa com Boanerges este lhe contou que de fato, aquela ação tinha como objetivo desviar a atenção e facilitar a execução de um plano maior que foi um atentado realizado contra a sede integralista de Ilhéus, que foi finalizado por Elias Moraes.

Na ação em questão, os comunistas de Ilhéus efetivaram o que consideravam uma ação antiintegralista e jogaram uma bomba na sede do núcleo integralista de Ilhéus no Cinema Victória Palace situado na praça Cel. Antonio Pessoa, quando estavam reunidas cerca de quinhentas pessoas. Não houve nenhum ferido gravemente, já que a bomba foi jogada no telhado e não era tão poderosa. A destruição de parte do telhado foi suficiente apenas para causar tumulto e acabar com a reunião que estava acontecendo, e com o tumulto algumas pessoas sofreram pequenas escoriações.³⁵⁹

O fato chamou a atenção da sociedade regional, foi noticiado em todos os jornais locais e levou as autoridades policiais a abrir inquérito para investigar o atentado. Seguiram-se inúmeros depoimentos, várias pessoas foram “convidadas” para prestar esclarecimentos; no entanto, a polícia não conseguiu imputar responsabilidades e tal inquérito foi arquivado. A polícia

³⁵⁹ Processo 171 do TSN. AN.

proibiu comícios de qualquer agremiação política, assim como o uso de camisas verdes e reuniões integralistas sem licença previa da polícia.³⁶⁰

Em razão do forte apelo religioso e moralista do integralismo, o Núcleo de Ilhéus organizou uma arrecadação de donativos para a celebração de uma cerimônia religiosa, uma missa solene à Virgem das Vitórias, em desagravo ao atentado.³⁶¹

Apesar da violência e da polêmica causada pelo atentado, a loja de calçados “A Rainha do Sul” se aproveitou da situação para, de maneira irreverente, fazer propaganda. O *slogan* publicitário era: “OUTRA BOMBA, esta porém, não visa contrariar esta ou aquela IDEOLOGIA, seu fito apenas é DESTRUIR, a crise, e quem a arremessa ao TELHADO, da coletividade, é a popular casa de calçados RAINHA DO SUL”, acompanhada de anúncios e promessas de preços baixos.³⁶² Na mesma linha, uma outra publicidade foi feita sob o título “FASCISMO OU COMUNISMO”, mais parecendo um artigo, levantou alguns pontos: “vencerá o materialismo de Marx ou o regime totalitário inventado por Mussolini-Hitler?” e na conclusão: “entre as duas correntes não hesite: escolha para comer, o Restaurante Casanova.”³⁶³

Esses exemplos de uso das divergências entre os grupos políticos pelos comerciantes para fazer seus informes publicitários, servem para demonstrar como a sociedade local estava acompanhando o desenvolvimento do cenário político, certamente reflexo da ação dos diversos agrupamentos, principalmente integralistas e aliancistas, em atividade na cidade. Entretanto, enquanto os exemplos citados aparentemente mostram-se neutros com relação aos agrupamentos, usando de ironia e humor, houve outros casos, como o da marca de cigarros “Camisas Verdes”, com grande aceitação na região e claramente voltado para o público integralista, que era bastante numeroso.

Apesar do fechamento da ANL, as suas atividades não cessaram por completo na Bahia e, apesar do clima de perseguição e prisão de alguns de seus membros, em setembro foi lançado um manifesto “Ao povo da Bahia no Dia da Pátria”, reafirmando que não desapareceu com o decreto que determinou o fechamento de suas sedes e convocou a população a lutar “de

³⁶⁰ *Diário da Tarde*. Ilhéus. 12 de agosto de 1935.

³⁶¹ *Diário da Tarde*. Ilhéus. 28 de setembro de 1935

³⁶² *Diário da Tarde*. Ilhéus. 20 de agosto de 1935.

³⁶³ *Diário da Tarde*. Ilhéus. 28 de setembro de 1935.

armas na mão, sob a bandeira da ANL, por um novo e próximo sete de setembro de completa independência do Brasil (...).”³⁶⁴ O referido panfleto que circulou na capital e interior do Estado reflete uma mudança nas posições da ANL no Estado, que passou a defender posturas insurrecionais, pregando a luta armada imediata, numa clara influência das teses pecebistas.

Entre as suas atividades de agitação e propaganda, o PCB realizou uma campanha em meados de 1935 contra a “Penetração do Imperialismo japonês”. Criticava os imperialismos norte americano, inglês, francês, italiano, e afirmava a necessidade de impedir a penetração do japonês. Essa campanha foi desencadeada porque chegou a Bahia em 30 de maio de 1935 uma Missão japonesa, onde negociaram investimentos e incentivos governamentais, e entre a agenda dos estrangeiros estava prevista uma visita ao sul da Bahia.³⁶⁵

Aí está a missão japonesa constituída de agentes e representantes de altos comercistas, (*sic*) polvos (*sic*) industriais e poderosos burgueses, capitalistas, exploradores do Japão, que vem ao Brasil com a proteção do governo de Getulio e companhia, para enraizar definitivamente a sua prepotência, seu domínio, sua opressão (...) E para Ilhéus, a zona rica e explorada do sul da Bahia, onde está o nosso principal produto – o cacau- eles se dirigem de preferência para assentar a sua dominação no Estado e entrar em disputa com o imperialismo norte americano e inglês, para transformar-nos, definitivamente, em colônia, em terra conquistada!³⁶⁶

O PCB comparava o Brasil com a Mandchuria, na China, e alertou a população da necessidade de reagir ao Imperialismo japonês contra a escravização, e convocou a população em geral e as massas trabalhadoras para realização de greves de protesto contra a invasão japonesa e aproveitava a oportunidade para conclamar grandes manifestações por aumento de salários, pela regulamentação da jornada de trabalho, por seguro social, lei de assistência médica ao trabalhador, criação de escolas nas cidades e nas fazendas, pela tomada das terras dos “grandes senhores feudais-burgueses.” E propunha ainda a organização de passeatas, comícios, greves, levantes, insurreições nas cidades, guerrilhas nos campos.

³⁶⁴ A ALLIANÇA NACIONAL LIBERTADORA, Ao povo da Bahia no dia da pátria. Assinado pelo Comitê da ANL na Bahia. Processo 171 do TSN. AN.

³⁶⁵ *Diário da Tarde*. Ilhéus. 30 maio 1935.

³⁶⁶ “Povo da Bahia. Povo de Ilhéus! Povo do Sul do Estado! Lutemos contra a dominação estrangeira!” Assina o CL – LS do CR da Bahia do PCB. (Seção da IC) Ilhéus, 06-06-1935. Processo 171 do TSN. AN.

3.5.2. Os Sindicatos e a luta anti-integralista

Além dos Comitês, os sindicatos que de alguma maneira estavam sob a órbita de influência do partido, mesmo que não tivesse comunistas entre seus dirigentes, também desenvolveram campanhas de caráter anti-integralista. Em panfleto intitulado “Solidariedade Sindical” de 03 de outubro de 1935, assinado pela União Sindical de Ilhéus reproduziu o boletim do Sindicato de Ofícios Vários de Água Preta que denunciou a discriminação por parte de algumas empresas locais “aceitando somente para os trabalhos de construção da Companhia Industrial de Ilhéus, integralistas. E ainda não obedece a lei por não priorizar contratar trabalhadores sindicalizados e portadores de cadernetas profissionais desde quando se trata de serviço de uma companhia que tem contratos com a União.”³⁶⁷ O panfleto aproveita para atacar os integralistas, “desmascarar os camisas verdes.” Outra denúncia do mesmo teor foi feita num panfleto da “Frente Única Popular de Luta Contra o Integralismo” onde afirmava que a companhia Cristiani Nielsen, construtora de uma ponte e de um armazém nas docas, era de origem alemã e por isso só admitia operários integralistas.³⁶⁸

Essa era uma questão antiga. Em janeiro de 1935 ocorreram vários desentendimentos, porque algumas empresas estavam se negando a contratar trabalhadores sindicalizados, o que gerou protestos e denúncias junto ao Ministério do Trabalho.³⁶⁹

Em novembro de 1935 ocorreu em Salvador um Congresso Estadual integralista, e os sindicatos e entidades anti-integralistas da região se mobilizaram para protestar contra o evento e convocaram o povo baiano a impedir o seu acontecimento. O Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Município de Ilhéus telegrafou ao governador do Estado, à câmara dos deputados e à imprensa da capital protestando contra o referido Congresso e aproveitou a oportunidade para denunciar a exploração dos assalariados agrícolas através das “dispensas” e da jornada de trabalho superior a oito

³⁶⁷ “Solidariedade Sindical.” Ilhéus, 03 de outubro de 1935. União Sindical de Ilhéus. Processo 171 do TSN. AN.

³⁶⁸ “Frente Única Popular de Luta Contra o Integralismo.” Ilhéus. Sem data. Provavelmente entre agosto e setembro de 1935. Processo 171 do TSN. AN.

³⁶⁹ *Diário da Tarde*. Ilhéus. 03 de janeiro de 1935.

horas diárias. Também publicou panfleto onde divulgou essa iniciativa e valorizou o apoio recebido de várias entidades que, além de solidarizar-se, também enviaram telegramas e compareceram às assembleias do SEA, sendo:

Nelson Schaun, pela União Sindical
 Honório Santos, pela União Estivadores
 João Alves dos Santos, pelo Sindicato Operários Construção Civil de Ilhéus
 André Campos, pelo Sindicato Docas
 Archilao Moitinho, pelo Sindicato Ofício Vários de Água Preta
 Priamo Almeida, pelo Sindicato Profissional Ofício Vários de Itabuna
 Inácio Lourenço, pelo Sindicato Condutores Carroças Ilhéus
 Caetano Azevedo, pelo Sindicato Panificador
 Denásio Soares Silva, pelos Pequenos Ocupantes Terras Urbanas Ilhéus
 Enéas Machado, Pela Aliança dos Artistas e operários de Pirangy
 Nemézio Nobre, pela União Sindical da Bahia
 Gerson Alves, pelo Sindicato Barbeiros Ilhéus
 Joaquim Vasconcelos, por si e pelo Dr. Administrador Municipal de Água Preta.³⁷⁰

Iniciativas como esta demonstram como o anti-integralismo favoreceu a unidade entre os diversos sindicatos e facilitou a aproximação dos comunistas. A União Sindical da Bahia, também realizou uma campanha contra a realização do evento integralista. Foi realizada uma reunião em Salvador com vários dirigentes sindicais, na qual se deliberou:

- 1- Nenhum trabalhador sindicalizado dos transportes terrestres ou marítimos conduzirá bagagens de integralistas, desde que saiba pertencer ao credo verde o interessado do aludido transporte.
- 2- Nenhum trabalhador sindicalizado servirá a integralista fardado ou com distintivo, nos hotéis, restaurantes, pastelarias, bares, leiterias, barbearias, lojas, armazéns, salões de engraxate, etc.
- 3- Nenhum trabalhador sindicalizado conduzirá, no automóvel que dirigir integralista fardado ou com distintivo.
- 4- nenhum trabalhador sindicalizado continuará a adquirir o jornal que estiver habituado a ler, se o mesmo inserir noticiário desenvolvido das atividades integralistas na Bahia, durante ou depois da concentração.
- 5- Nenhum trabalhador sindicalizado deixará de recomendar aos filhos que freqüentam colégios a imediata retirada do respectivo estabelecimento, por ocasião de visita de integralista fardado ou com distintivo.³⁷¹

³⁷⁰ “Lagarta Verde.” Sindicato Empregados Agrícolas. Ilhéus. Pitangy, 1º de novembro de 1935. Processo 171 do TSN. AN.

³⁷¹ “Aos trabalhadores da Bahia.” Comissão Executiva da União Sindical. Salvador. 5 de outubro de 1935. Processo 171 do TSN. AN.

Também ficou marcada uma paralisação por dez minutos, no dia 6 de outubro a partir das 14 horas, horário previsto para o início das atividades da concentração Integralista. A data prevista para a paralisação mudaria, caso ocorresse alguma alteração no evento integralista. Na capital do Estado houve paralisação dos trabalhadores em Hotéis, Restaurantes e Bares, que não atenderam nenhum participante do evento entre os dias 8 e 10 de novembro, e obteve êxito a convocação da União Sindical de uma “Greve Geral” por 10 minutos que ocorreu no dia 8 de novembro, que interrompeu o fornecimento de energia, o tráfego dos bondes, ônibus e elevadores.³⁷²

A saída da delegação integralista no porto de Ilhéus para o Congresso Estadual foi conturbada por várias manifestações de protesto. Os anti-integralistas ficaram no cais durante o embarque e também na ponte que era próxima do local de saída dos navios para dali protestarem. Antes mesmo da saída, os integralistas já tinham sofrido com a manifestação organizada pelo Sindicato dos Condutores de Bagagens que atendeu ao chamado da União Sindical de Ilhéus, e os trabalhadores fizeram uma greve e se recusaram a carregar as bagagens dos integralistas para a embarcação.³⁷³

Alguns excessos foram cometidos, o que levou a algumas manifestações de reprovação, pois segundo a imprensa local: “numa evidente falta de respeito as famílias que se achavam no cais, usaram de palavras e gestos fescenínos, constituindo isso não uma manifestação de desagravo ao integralismo, senão um atentado ao decoro publico.”³⁷⁴

Além disso, foram realizadas campanhas de sindicalização entre os municípios da região e também nos distritos e vilas da zona rural, como forma de resistir ao crescimento do Integralismo. Para isso, foram distribuídos panfletos nessas localidades.

A partir de meados de novembro de 1935, antes das sublevações e logo após os integralistas de Ilhéus e região terem retornado do Congresso em Salvador, vários membros da AIB publicaram notas na imprensa local comunicando ao público seu desligamento das fileiras do Integralismo. Talvez em função de mudanças ideológicas, decepções, ou ainda por se impressionar

³⁷² *Diário de Notícias*, 8,9, 10.11.1935. Apud: FONTES, José Raimundo. A Bahia de todos os trabalhadores... Op.cit.

³⁷³ *Diário da Tarde*. Ilhéus. 6 de novembro de 1936.

³⁷⁴ *Diário da Tarde*. Ilhéus. 8 de novembro de 1935.

com o formato das manifestações extremamente militarizadas e carregadas de cerimoniais que assistiram durante o Congresso, o fato é que algumas dessas notas apresentaram-se como verdadeiros manifestos:

(...) ingressei no integralismo, supondo encontrar nessa “doutrina” o remédio para os grandes males que tanto afligem os trabalhadores explorados e oprimidos do Brasil.

Puro engano. Por que logo me convenci da ilusão, da tapeação que esse movimento significa, através de um palavreado difícil e incompreensível, para esconder a realidade de uma arma monstruosa do fascismo, contra os trabalhadores que lutam por mais um pedaço de pão e por mais um pouco de liberdade.

(...)

Ilhéus, 13 de novembro de 1935

José Fernandes dos Santos

(A firma está reconhecida)³⁷⁵

3.6. Os comunistas vão à tribo: O PCB entre os indígenas de Olivença

Seguindo a linha que preconizava a Revolução imediata e a crença no potencial revolucionário dos camponeses e especialmente dos cangaceiros, os comunistas de Ilhéus procuraram os indígenas e sua principal liderança, o Caboclo Marcellino, acreditando no seu potencial revolucionário. Para melhor compreensão dessa iniciativa se faz necessário explicar um pouco da trajetória da luta indígena na região.

O processo de expropriação das terras que marcou a expansão da lavoura cacaueteira, também ocorreu com relação aos indígenas da região de Olivença em Ilhéus. Os índios foram vítimas constantes dos chamados “caxixes”, método de expropriação dos ocupantes das terras, de forma violenta, tendo por base o fato dos posseiros, e nesse caso os índios, não possuírem documentação da terra. Daí os fazendeiros usarem o argumento do direito à propriedade “com base na lei” para justificar o uso da violência. Esse processo se acentuou na última década do século XIX e início do século XX principalmente pela corrida pelas terras férteis do sul da Bahia que visava expandir as plantações de cacau e também porque os fazendeiros ricos

³⁷⁵ *Diário da Tarde*. Ilhéus. 14 de novembro de 1935.

passaram a fazer pressões junto aos poderes públicos no sentido de transformar o litoral de Olivença em área para veraneio.

A principal figura que aparece no processo de resistência é a liderança indígena Marcellino Alves, conhecido como “Caboclo Marcellino”. Segundo o próprio Marcellino, ele e seus companheiros de Olivença eram descendentes da tribo Tupã.³⁷⁶

Foi preso em 1921 por assassinar Jacintho Gomes a facção, sendo o motivo de tal assassinato não esclarecido. Em 1929 assassinou sua companheira Maria Conceição, em Porto da Lancha, localidade de Olivença. Desta vez o crime chamou mais a atenção devido aos requintes de crueldade, pois matou-a “abrindo-lhe o ventre a facção, extraíndo uma criança e esquartejando-a depois.” Nessa ocasião também feriu quatro crianças, filhos dela, que era sua amante. A justificativa apresentada, que o teria levado a matar sua companheira foi a descoberta de adultério. Marcellino fora, ainda, acusado de ter “deflorado várias moças como é publico e notório em Olivença”, segundo palavras do escrivão da sub-delegacia de polícia de Olivença na época, Olegário de Andrade e Silva.³⁷⁷

Muitos desses crimes atribuídos a Marcellino nunca foram investigados ou comprovados. Certamente alguns desses sequer aconteceram, e lhe eram atribuídos com a finalidade de imputar a sua pessoa uma imagem negativa. Mito ou realidade, o fato foi que a imprensa regional o tratava com expressões que serviam para aumentar o temor em torno da figura de Marcellino: “famigerado criminoso”, “Lampião Mirim”, ou ainda “o homem que se fez bugre.” Aqui percebemos que a intenção era em primeiro lugar tratá-lo como alguém que não era índio e por isso o “se fez”; sendo assim, ficava mais fácil descaracterizá-lo enquanto liderança indígena, uma vez que predominava na sociedade a idéia de uma cultura indígena estática, que compreendia que estes, para serem considerados como tais deveriam comportar-se como no momento da chegada dos portugueses ao Brasil em 1500. Era com base nessas idéias que seus opositores argumentavam ainda que ele teria:

³⁷⁶ Auto de perguntas feitas a Marcellino Alves. Processo 356 do TSN. Posteriormente esse processo foi apenso ao processo 171. AN.

³⁷⁷ Auto de perguntas feitas a José de Lemos Netto e auto de perguntas feitas a Olegário de Andrade e Silva. 1936. Processo 356 do TSN. AN.

(...) nascido em Messol, município de Una de onde teria vindo para a cidade de Ilhéus onde sempre viveu como jornalista (...) sabe ler e é eleitor, mas como sempre foi malandro (...) entendeu de tornar-se bugre para assim melhor explorar a ingenuidade dos pacatos e genuínos descendentes de caboclos que vivem na zona de Olivença. Nessa exploração teve (...) oportunidade de atentar contra vidas e propriedades (...).³⁷⁸

Observemos que os argumentos utilizados para fortalecer a idéia que Marcellino era um “malandro” e não um indígena, baseavam-se no fato dele saber ler, ser eleitor, e já haver trabalhado. Esse tipo de opinião ao mesmo tempo em que buscava tirar de Marcellino a legitimidade de liderança, tentava fazer o mesmo com a sua identidade indígena.

Marcellino foi levado a júri em outubro de 1931. Seu julgamento chamou a atenção de toda região e, ao final, foi absolvido, o que provocou indignação de fazendeiros e de setores da imprensa que assim noticiou o fato:

A tarde teve lugar o julgamento mais sensacional até agora verificado nesta sessão do júri, o do réu Marcellino José Alves, conhecido pelo nome de Caboclo Marcellino. Os leitores devem estar lembrados das copiosas reportagens feitas por este jornal em torno das façanhas do ‘homem que se fez bugre’ lá nas matas de Olivença. Publicamos então informes detalhados acerca do crime que arrastou à barra do Tribunal da Comarca o famigerado caboclo, cuja fama espalhava o terror por toda Olivença e cercanias. (...) Lamentamos agora sinceramente que a decisão do júri fosse mais uma vez favorável ao ‘Caboclo Marcellino’, que foi absolvido pelo voto de Minerva, após a reunião secreta do Conselho de Sentença. Restituindo a sociedade um elemento que dela merecia ser segregado, a bem da tranquilidade pública e para a satisfação completa da lei, o júri revelou uma benevolência que se coaduna mais para as doutrinas da misericórdia do que com os postulados eternos do direito e da justiça.³⁷⁹

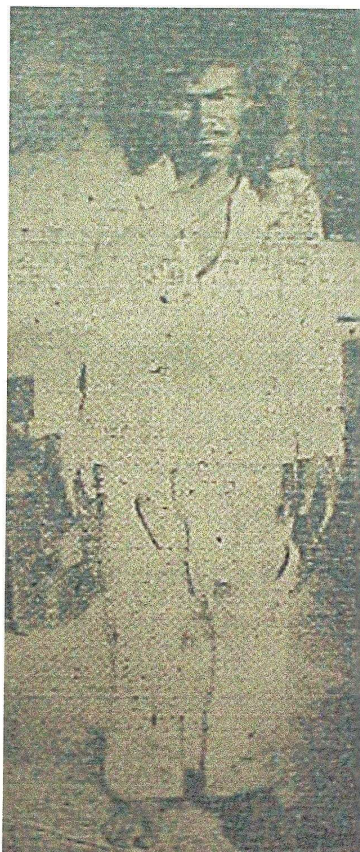
Acompanhando a matéria sobre o julgamento do Caboclo Marcelino o jornal colocou a fotografia abaixo e a legenda: “Fotografia tirada no dia de sua prisão. Ontem, na sessão do júri, o acusado compareceu à barra do tribunal da mesma maneira, demonstrando ser ainda o homem que se fez bugre.”³⁸⁰

Figura V: Marcelino Alves (Caboclo Marcelino)

³⁷⁸ Idem.

³⁷⁹ *Diário da Tarde*. Ilhéus. 22/08/1931.

³⁸⁰ Idem.



Fonte: Diário da Tarde. Ilhéus. 22-08-1931.

Em 1929, liderados por Marcellino, os caboclos reagiram contra a construção da ponte sobre o Rio Cururupe, que daria acesso a Olivença, pois era sabido que a construção da ponte traria dificuldades ainda maiores para os indígenas uma vez que facilitaria o acesso à suas terras. A repressão foi violenta e os índios barbaramente derrotados.

3.6.1. Os Índios na Revolução Brasileira

São raras as formulações ou ainda relatos que demonstrem o envolvimento dos comunistas do Brasil em atividades no meio indígena na década de 1930. O Bureau Sul Americano da IC apontou as debilidades do Partido, em documento já discutido anteriormente, onde apontou a falta de atenção dos comunistas brasileiros com relação aos índios e negros.

Nas regiões onde a maioria da população é negra, estes não participam quase da vida do Partido. Não existe, por outra parte, nenhum índio no Partido. (...)

Não se elaboram métodos especiais de trabalho entre essas camadas oprimidas, nem tão pouco as reivindicações específicas dos trabalhadores negros e índios.

(...)

não compreendem nem reconhecem a existência do problema racial no Brasil. A igualdade formal das raças, eles interpretam como se fosse efetiva, real.

(...)

O Partido não compreende que o planejamento de nossas tarefas entre as massas negras e índias, é dos aspectos do problema da conquista da maioria da população trabalhadora do Brasil. Sem arrastar as massas negras e índias à luta, nenhuma revolução de massas é possível no Brasil, por isso o BSA propõe a formação de comissões especiais de trabalho entre os negros e índios, que elaborem suas reivindicações especiais econômicas e políticas, que os empurrem a participar e integrar as organizações revolucionárias do proletariado(...)³⁸¹

Seguindo essas orientações do BSA, um dos raros momentos em que o PCB se manifestou com relação a tais questões foi durante a realização da sua 1ª Conferência Nacional, em junho de 1934, quando um dos temas colocados em discussão foi o problema dos “*negros e índios escravizados!*” Nessa ocasião o PCB convocou a todos para a luta, fez referência à dupla exploração, “como classe e como nacionalidades escravizadas” e ainda que tal exploração se fundamentava no conceito de “raças inferiores”:

Todos os direitos políticos, econômicos, culturais e sociais nos são negados e usurpados. Vossas terras são roubadas. Vos pagam menores salários. Vos impõe toda sorte de humilhações. Vos negam o direito de dirigir vós mesmos vossos destinos. Aos nossos irmãos índios, os feudal-burgueses e os imperialistas não dão nem o direito da maioria. São escravizados pelo serviço de ‘proteção’ aos índios e pelas missões religiosas. Suas companheiras e filhas são roubadas para serem prostituídas, como acontece na Fordlândia e outros lugares.³⁸²

A partir da constatação da exploração sofrida pelos índios e negros, convocou-os para a luta pela igualdade de direitos econômicos, políticos e sociais, pela devolução das terras indígenas e, de novo, assim como no caso do nordeste, acreditava serem estes “nacionalidades escravizadas” e, por isso, deveriam se organizar para lutar pela constituição de governos próprios, separados dos governos federal e estaduais: “caminho pelo qual vós podereis

³⁸¹ “Tesis del Bureau Sudamericano sobre la situacion del Brasil y las tareas del Partido Comunista.” 1934. CEDEM/UNESP, Fundo IC.

³⁸² 1ª Conferência Nacional do PCB (Seção da IC). Publicado na *A Classe Operária*, 01 /08 /1934. In: CARONE, Edgard. O PCB, 1922 a 1943. Op.cit. p. 167

desenvolver como nacionalidades com território, governo, costumes, religião, língua e cultura próprios.³⁸³

A resolução da conferência não foi fato isolado; na verdade, demonstra as posições defendidas naquele momento pela maioria da direção partidária, uma vez que no mês seguinte à realização da Conferência, o Comitê Central, em um novo documento, voltou a tratar do assunto, onde novamente defendeu o “direito de separação, constituindo seus próprios governos” e acrescentou a luta pela “(...) punição dos responsáveis pelos massacres dos índios. Fornecimento gratuito pelo governo de sementes, roupas, instrumentos de caça e de trabalho, maquinas agrícolas etc”.³⁸⁴ Seguindo a mesma linha, um artigo publicado no jornal *A Classe Operária* em maio de 1935, “A vida martirizada dos índios no Brasil e o caminho de sua libertação,”³⁸⁵ comparou a situação das “nacionalidades índias” do Brasil com o problema das diversas nacionalidades da Rússia czarista de antes de 1917, pois em ambas situações eram consideradas “raças inferiores” e salientou que no Brasil os índios não tinham direito a cidadania e, por isso, assim como na Rússia, só seriam libertadas através da “Revolução Agrária e Anti Imperialista.”

Na Rússia estava a origem dos argumentos utilizados com relação aos negros e indígenas brasileiros, e não passavam de uma repetição de tais teses, sem vinculação alguma a realidade brasileira ou a algum trabalho específico de organização realizado pelo Partido junto a tais segmentos.

É desse período (1934-1935) também as formulações do PCB sobre o cangaço e o desencadeamento das guerrilhas no campo, e acreditamos que tenha sido em função dessa compreensão relativa às guerrilhas, e não algum interesse específico na questão indígena, que os comunistas de Ilhéus procuraram o Caboclo Marcellino, uma vez que este era visto pelos que lhe defendiam como um sujeito que enfrentava os fazendeiros frente a expropriação das terras indígenas, e pelos seus adversários como um “bandido”, “lampeão mirim.”

³⁸³ Idem. *Ibidem*.

³⁸⁴ “A posição do PCB frente às eleições.” *A Classe Operária*, 23/08/1934. In: CARONE, Edgard. O PCB, 1922 a 1943. Op. cit. p. 156

³⁸⁵ *A Classe Operária* nº 180, 01/05/1935.

3.6.2. O PCB em busca do Caboclo Marcellino

O encarregado da tarefa de contatar o Caboclo foi Horácio Pessoa de Albuquerque, que se encontrou com Marcellino, conversou bastante com ele e o convenceu a lhe acompanhar para ser apresentado ao professor Nelson Schaun. Nessa ocasião, conversaram bastante sobre a situação que estava passando o Caboclo e o conjunto dos indígenas de Olivença principalmente “no tocante a terem sido espoliados de suas terras (...) dizendo Nelson Schaun que enquanto ele (...) e seus patrícios confiassem na justiça de Ilhéus nada obteriam, por isso que lhe propunha que entrassem no partido (...), pois só assim (...) teriam advogados e outros auxílios sem despesa alguma(...)”³⁸⁶

O Caboclo afirmou que iria consultar seus companheiros, e assim fez, numa reunião com outros indígenas onde expôs a conversa com Nelson Schaun, “e como era em benefício de suas terras, todos combinaram entrar nessa sociedade, isto é, no partido comunista.” A questão central para os indígenas era portanto, a necessidade de lutar para reaver suas terras e como o PCB apontava para essa perspectiva e prometeu auxiliar os indígenas nesse sentido, estes aceitaram muito bem a propaganda comunista. Alguns dias depois, apareceu em Olivença um emissário enviado pelo partido, o indivíduo que se identificou como sendo Inocência. Na verdade esse era o pseudônimo usado por José Martins da Silva, um dos dirigentes do PCB na região.³⁸⁷

Com a chegada de Inocência entre os indígenas, a movimentação ganhou nova dinâmica. Realizou junto com Marcellino três grandes reuniões com os indígenas em Olivença. Uma dessas reuniões ocorreu em 18 de setembro na casa do senhor Manoel Castro Gaspar, de 62 anos de idade e morador na Boíra, em Olivença. Note-se que Manoel Gaspar sabia ler e escrever e era uma liderança no meio indígena. Nessa reunião compareceram mais de vinte pessoas. Falaram sobre comunismo e pregaram a insurreição armada entre os caboclos.³⁸⁸ Inocência defendia o comunismo afirmando “ser

³⁸⁶ Auto de perguntas feitas a Marcellino Alves. Processo 356 do TSN. AN.

³⁸⁷ Idem

³⁸⁸ Auto de perguntas feitas a Manoel Castro Gaspar. Processo 356 do TSN. AN.

esse o único meio dos caboclos reaverem suas terras.”³⁸⁹ O discurso entre os indígenas chamava a atenção para a necessidade de organização para com a insurreição, dividir as propriedades e “botar pra fora de Olivença os grandes de lá que lhes tinha tomado as suas terras e haveres (...) os quaes, sem ser por intermédio de engenheiro, iam por conta própria invadindo as terras dos caboclos, tomando-as e botando-os para fora, perseguindo-os e escurraçando-os”. Após a insurreição “(...) dividiria com os companheiros, voltando todos a ocuparem as suas terras e haveres (...)”.³⁹⁰ Também ocorreram mais duas reuniões do mesmo teor, uma em 27 de outubro em Manguinhos na casa do próprio Marcellino e outra em Coqueiros na casa de Marcionilio Brás.

Uma nova reunião deveria ser realizada no início de novembro quando seriam definidos os últimos detalhes do plano, pois a data fixada para o início das ações foi nove de novembro. Para saber com quantos homens contavam foi “organizada uma relação, onde assinavam os que sabiam ler e eles punham os nomes dos analfabetos. Essa relação chegou a ter mais de cem homens.”³⁹¹ Marcellino, ao referir-se a essa lista, afirmou que foi a sua única ação relacionada ao PCB: “então passou a trabalhar, no que limitou-se apenas em tomar numas folhas de papel os nomes das pessoas que estavam solidárias com o movimento, conseguindo umas duzentas assinaturas.”³⁹²

Nesse período, o Caboclo Marcellino foi algumas vezes a casa de Nelson Schaun em Ilhéus, ouvi-lo sobre as articulações comunistas e, seguindo um pouco do entusiasmo e crença na revolução imediata que predominava no PCB, disse-lhe Nelson que:

precisava arregimentar o pessoal e animava-o bastante, acrescentando que em breve romperia um movimento no Rio, no Norte e na Europa, e quando todos brigassem o respondente e seus companheiros voltariam a ocupar seus terrenos (...) que reunisse o maior número de homens armados possível, que seria para quando arrebentasse a revolução em todo o país” , Marcellino então “ponderou que o seu pessoal só dispunha de espingardas de caça pelo qual precisava de armamento e munição, tendo Nelson replicado que com qualquer arma se brigava.”³⁹³

³⁸⁹ Auto de perguntas feitas a Mauricio Penedo. Processo 356 do TSN. AN

³⁹⁰ Auto de perguntas feitas a Manoel Castro Gaspar e auto de perguntas feitas a Marcellino Alves. Processo 356 do TSN. AN.

³⁹¹ Auto de perguntas feitas a Mauricio Penedo. Processo 356 do TSN. AN.

³⁹² Auto de perguntas feitas a Marcellino Alves. Processo 223 do TSN. AN.

³⁹³ Idem.

Nessa mesma conversa, José Martins disse-lhe que antes do movimento “iria para o Rio fazer aquisição de armamentos e munição.”

A reunião onde se definiriam os últimos detalhes e se divulgaria a data da ação aconteceu no dia sete de novembro de 1935, também na casa de Gaspar onde foi avisado que no dia seguinte seria o assalto a Olivença. Justamente nessa última reunião antes do “assalto,” convidado por Francisco Antônio dos Santos, compareceu Manoel Victorio da Silva que após a reunião procurou o comerciante Hortêncio de Castro e o avisou para se retirar de Olivença porque entre os considerados “grandes de Olivença” que seriam assassinados no assalto,³⁹⁴ estava o seu nome e o do seu irmão Ricardo de Castro Filho que foi imediatamente avisado. Hortêncio também providenciou comunicar tais planos a Pedro Celestino Bezerra, outro “grande” que enviou um empregado, Manoel da Hora, com uma carta comunicando ao subdelegado de polícia, o senhor Augusto Alves Ramos que providenciou enviar a Olivença forte contingente policial para reprimir a revolta dos Caboclos. Além dos homens da polícia, parte da população foi armada pela delegacia de polícia de Ilhéus.³⁹⁵

Foi então que Dionísio Gonçalves de Oliveira, que havia participado das reuniões em casa de Gaspar, foi com Francisco Mendes na casa do Caboclo Marcellino tentar lhe convencer a desistir dos planos, haja vista, ter sido descoberto e a “polícia já estava em atividade.”³⁹⁶ Muitos caboclos foram presos nessa ocasião. Marcellino fugiu e, tempos depois, ao tratar do assunto, ele comentou: “chegou a reunir umas vinte e cinco pessoas em armas, mas depois de alguns dias mandou-as embora(...) quando a policia descobriu o plano, prendeu vários caboclos seus companheiros, tendo o respondente permanecido escondido nas proximidades de Olivença.”³⁹⁷

Em 11 de novembro foi aberto inquérito pela Polícia Militar do Estado para investigar as atividades subversivas do Caboclo Marcellino, ou seja, antes de eclodir o conjunto de sublevações - Recife, Natal e Rio de Janeiro - que ficaram conhecidas como “Intentona comunista.”

³⁹⁴ No auto de perguntas feitas a Marcellino Alves ele nega que pretendesse assassinar os “grandes”.

³⁹⁵ Auto de perguntas feitas a Olegário de Andrade e Silva. Processo 356 do TSN. AN.

³⁹⁶ Auto de perguntas feitas a Dionísio Gonçalves de Oliveira. Processo 356 do TSN. AN.

³⁹⁷ Auto de perguntas feitas a Marcellino Alves. Processo 223 do TSN. AN.

Após algum tempo escondido, Marcellino voltou para casa, no lugar denominado Barro Branco, também chamado de Manguinhos, nas proximidades de Cururupe, local onde já habitava há pelo menos trinta anos “em posse mansa e pacífica” onde “fez uma aberta” onde ele considerava serem terras do Estado, fazendo várias plantações de piaçava. Em março de 1936, seu vizinho José de Lemos Neto resolveu medir as terras ocupadas por cerca de dez famílias de caboclos entre os quais estava a de Marcellino (mãe, irmão, irmã, cunhado, e oito meninos), e acabou tomando-lhes suas terras.

Não foram os primeiros conflitos envolvendo José de Lemos Neto; no final de abril de 1935 houve sério conflito nas terras ocupadas por ele em Cururupe, nas imediações de Olivença. Na tentativa de expulsar alguns homens que estavam nas matas retirando a piaçava - planta nativa da região muito utilizada pelos indígenas para fabricação de artefatos e para cobertura das suas precárias moradias - três homens acabaram feridos, um deles atingido a bala por José Lemos que também sofreu ferimentos leves a golpe de facão desferido por um dos homens que resistiram a sua ação.³⁹⁸

Com relação à expulsão dos indígenas e do Caboclo Marcellino, este procurou os juízes Dr. Perillo e Dr. Conrado e o promotor Dr. Sabino Moreira para tentar resolver tal situação, mas não conhecia os mecanismos da lei e não conseguiu levar adiante nenhum processo legal para tentar reaver suas terras, até porque, continuava foragido da polícia. Logo após, José Lemos tentou indenizá-lo com a quantia de trezentos mil réis e, como ele não aceitou, houve o despejo dos indígenas que moravam na localidade, levado a efeito pelo subdelegado de Olivença, Augusto Ramos, à frente da força policial local. O Caboclo, então, no que ele próprio considerou “um ato de desespero”, à frente de um grupo de quatro homens também expulsos da terra - Fulgêncio Almeida, que tinha apenas quinze anos por isso foi apelidado de “Caboclinho”, Marcionillio Brás, Pedro Pinto e Marcos Leite,³⁹⁹ - no dia três de maio de 1936, ateou fogo na casa de José Lemos e logo depois fugiu e se escondeu na mata.

Apenas um do grupo estava armado, Marcos Leite, que possuía uma pistola. Na fuga, ao passar pela localidade de Maroin, estavam escondidos em

³⁹⁸ *Diário da Tarde*. Ilhéus. 24 de abril de 1935.

³⁹⁹ Auto de perguntas feitas a Marcellino Alves. Processo 356 do TSN. AN.

uma casa abandonada, quando foram atacados por dois jagunços, Julio Folha e Antonio Mendes,⁴⁰⁰ que entraram na casa atirando. Houve troca de tiros e Antonio Mendes caiu morto. Esses acontecimentos foram em abril de 1936. Marcellino, “vendo-se a tôa” e sem alternativas, rumou para o Posto Indígena Paraguaçu, o qual já conhecia “desde o tempo que ali esteve o Capitão Vasconcelos.”⁴⁰¹ Tratava-se do Capitão Vicente de Paulo Teixeira Vasconcelos que atuou na demarcação das terras indígenas do Posto Paraguaçu entre 1926 e 1930.⁴⁰² Foi à procura de Telésforo Martins Fontes, chefe do Posto, com o principal objetivo de “pedir auxilio perante os poderes públicos, para ele e seus companheiros, caboclos que são, descendentes de indígenas (...) que pelo menos os apresentasse a quem de direito, a quem ele (...) pudesse expor a sua situação (...) reclamar seus direitos.”⁴⁰³

3.7. Setor Antimil no Batalhão da Polícia Militar de Ilhéus e os levantes de novembro de 1935.

Desde 1929, no contexto da realização do III Congresso, o PCB discutiu a constituição e papel desempenhado pelo Exército e Forças Armadas e deliberou por um trabalho mais intenso.

(...) Este exército, apesar da sua composição pequeno-burguesa, com grandes camadas de elementos proletários, faz parte do aparelhamento do estado burguês, e, por isso, é um instrumento de dominação de classe. Mas, pela sua própria composição, pelo empreendimento geral das massas proletárias e pequeno-burguesas e pelos movimentos revolucionários anteriores, não constitui um instrumento seguro nas mãos da burguesia. Por isso a burguesia organiza, paralelamente a este exército, uma guarda pretoriana, como a polícia, etc., que de fato, é um exército mercenário. Nestas condições, as tarefas do PCB devem consistir num trabalho intenso no meio do exército afim de criar condições para sua desagregação e conseqüente passagem de seus elementos proletários e pequeno burgueses para o campo da revolução. (...) ⁴⁰⁴

⁴⁰⁰ Nas versões apresentadas pelo Fazendeiro José Lemos e pelo escrivão Olegário Andrade, Antonio Mendes era comerciante e foi assaltado e depois assassinado. Processo 356 do TSN. AN.

⁴⁰¹ Auto de perguntas feitas a Marcionillio Brás. Processo 356 do TSN. AN.

⁴⁰² PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Levantamento demográfico, sócio econômico e da situação das terras dos Postos Indígenas Caramuru e Paraguaçu.** 1976. p. 26.

⁴⁰³ Auto de perguntas feitas a Marcellino Alves. Processo 356 do TSN. AN.

⁴⁰⁴ “Teses e Resoluções do III Congresso do PCB” – dez de 1928/janeiro de 1929. CEDEM/UNESP, Fundo IC.

A direção nacional do Partido resolveu criar o Comitê Militar Revolucionário para estabelecer relações com oficiais militares envolvidos em conspirações, e naquilo que na época o partido acreditava que seria a “terceira onda revolucionária”, e ao mesmo tempo criou também o Comitê Antimilitar, geralmente chamado “Antimil,” para desenvolver o contato do partido com os escalões mais baixos. Entre sua criação e 1935, conseguiu construir várias células em guarnições militares e estabelecer contatos no meio militar em várias regiões do país.

Inicialmente membro da ANL, assim que entrou no Partido em agosto de 1935, o alfaiate Gildath Amorim foi incumbido do serviço “antimil.” Segundo o próprio Amorim, ele deveria “procurar aproximação com as forças armadas, e incutir nos soldados a idéia de melhoria de salário e a necessidade de organização.”⁴⁰⁵ Essa incumbência foi muito em razão da chegada do Batalhão de Polícia Militar em Ilhéus, entre setembro e outubro de 1935, e durante essa fase de instalação, o PC tentou incluir, no contingente em formação, membros do Partido. Elias Moraes, que em agosto havia participado do atentado à sede integralista de Ilhéus, entrou para a Corporação. O Partido também tentou convencer Euclides Tavares, que também esteve envolvido no atentado, mas este não aceitou a designação. A indicação destes nomes foi em razão de não serem figuras publicamente conhecidas como comunistas.

Entre os meses de setembro e novembro, Gildath Amorim buscou construir sua aproximação com os soldados do Batalhão da Polícia Militar de Ilhéus. Inicialmente, passou a almoçar nos mesmos restaurantes freqüentados pelos soldados, especialmente no “Rato Pardo,” onde oferecia seus serviços de alfaiate e fazia frequentemente pregação em voz alta, contra o integralismo e a favor da ANL tentando convencer os presentes da necessidade de mobilização e organização antifascista, e direcionando críticas ao governo de Getúlio Vargas. Também argumentava “ser o soldado um proletário, por que ganhava seus míseros vencimentos que não davam nem para sua própria alimentação quanto mais para despesas outras.”⁴⁰⁶

⁴⁰⁵ Auto de perguntas feitas a Gildath Amorim. Processo 223 do TSN. AN.

⁴⁰⁶ Depoimento do soldado Carlos Motta Coelho no IPM aberto pelo 2º BC da PM de Ilhéus em dezembro de 1935 e posteriormente anexado ao Processo 171 do TSN. AN.

Nesse trabalho, Gildath Amorim conseguiu aproximação com o Cabo Brasilino Pereira Nunes e com o soldado Carlos da Motta Coelho. Tentava transmitir-lhe as concepções partidárias e os fundamentos do socialismo e, para isso, além de conversar, emprestava-lhes livros. Certa ocasião emprestou ao soldado Motta Coelho o livro “Dez dias que abalaram o mundo” do jornalista Jonh Reed, que escreveu sobre a Revolução Russa, e provocou o soldado: “leia isto para você ver o que são soldados valentes!” Aconteceu que o livro foi esquecido no Batalhão e quem o encontrou entregou ao Comandante do Batalhão, e por isso Motta Coelho e Gildath Amorim foram chamados à Delegacia para prestar esclarecimentos, sendo liberados em seguida.

Após esse fato, Motta Coelho aproximou-se ainda mais do Partido e chegou a freqüentar a casa de Nelson Schaun, onde, numa dessas visitas, junto com Gildath Amorim, conversaram sobre a possibilidade de se tomar as armas do Batalhão, já que o jovem soldado era lotado na pagadoria e almoxarifado do referido Batalhão. Chegaram a iniciar um planejamento de uma ação nesse sentido: um caminhão ficaria parado, simulando uma quebra, em frente a uma escola que funcionava na rua atrás do batalhão e, na madrugada, tomariam o armamento e munição.

Nelson Schaun acreditava que tal plano era irrealizável, pois contavam com a colaboração de poucos elementos comunistas no Batalhão. Como foi uma única conversa nesse sentido, o soldado ficou aguardando novas instruções e, enquanto isso não acontecia, tentava conseguir entre os policiais do batalhão novos adeptos para o Partido, e ao fazer isso acabava por revelar o que seria o “tal plano.” Assim, acabou por convidar para ingressar no Partido Comunista o Cabo Euclides Gomes, que era um elemento integralista, assim como os soldados Mario Campos e Pedro Bennes, que passaram a ficar vigiando o soldado Carlos Coelho, o Cabo Brasilino Pereira Nunes e Elias Alves de Souza Moraes, aguardando alguma iniciativa concreta no sentido de execução do referido plano para que pudessem ser pegos em flagrante.

Entretanto, na noite de 18 de novembro de 1935, o cabo Brasilino ao retornar ao Batalhão, no meio da noite, viu o Cabo Euclides entre os integralistas da cidade e com um dos seus livros em mãos. Na mesma noite, quando o cabo Euclides já estava dormindo, Brasilino foi procurá-lo e

iniciaram uma conversa acompanhada de pilherias e provocações que levou o cabo Euclides a sacar de uma faca e tentar assassinar Brasilino. Ele só não conseguiu o intento devido à intervenção do soldado Deoclécio Bispo da Veiga.

O assunto chegou ao conhecimento dos superiores e, em 22 de novembro, os envolvidos foram detidos. Um inquérito policial Militar (IPM) foi aberto em 26 de novembro e a partir do dia 30 do mesmo mês começaram os depoimentos dos envolvidos. O registro das datas aqui é para frisar que tais depoimentos só se iniciaram após os levantes de Natal, Recife e Rio de Janeiro, quando se instalou uma atmosfera anticomunista. Conseqüentemente, os acontecimentos do Batalhão passaram a ser relatados com uma nova configuração.

Segundo o soldado Deoclécio, que acompanhou o conflito e separou a briga, em nenhum momento houve nenhuma discussão sobre política. No entanto, se aproveitando dessa nova situação instalada, e para se livrar da acusação de tentativa de homicídio, o Cabo Euclides apresentou uma versão onde o Cabo Brasilino iniciara uma discussão política tentando insistentemente convencê-lo a ingressar no PC. Dizendo-se ser um convicto anticomunista, foi por isso que se levantou e atacou o Cabo Brasilino. Também relatou que foi convidado pelo soldado Motta Coelho para participar de reuniões para organizar um plano de sublevação de toda a cidade, “quando saqueariam Bancos, casas de pessoas reconhecidas como possuidoras de fortunas, assassinatos e prisões de elementos de destaque social, inclusive autoridades”, também relatou o plano de tomar o armamento e munição do batalhão e acrescentou que esse material seria levado para “armamento do elemento civil amotinado”, soltariam os presos da cadeia da cidade e os substituiriam pelos soldados que não aderissem ao movimento. Também seriam presos os oficiais do Batalhão e o Delegado da cidade.

Segundo os relatos de Euclides Gomes, além dos militares do Batalhão, estavam envolvidos, alguns comunistas de Ilhéus, Afonso Pinto, Nelson Schaun, e o alfaiate Gildath Amorim.

A partir desse episódio ocorrido em novembro de 1935, que coincidiu com o mesmo período das sublevações de novembro, intensificou-se a perseguição aos comunistas e aliancistas na região. Foram presos os soldados

Brasilino Nunes, Carlos Motta Coelho e Elias Moraes. Este último acabou por revelar ter sido um dos autores, junto com Horácio Pessoa de Albuquerque, do atentado a bomba realizado no mês de agosto contra a sede da AIB de Ilhéus e envolveu também os nomes de André Bento da Silva e Nelson Schaun. O inquérito foi reaberto pela Delegacia Especial de Ordem Política e Social do Sul do Estado (DEOPS) e foram processados e condenados Elias Moraes e Horácio Albuquerque. Em março de 1936, o terceiro envolvido, Euclides Tavares dos Santos, compareceu à Delegacia para prestar depoimentos e foi também indiciado criminalmente, além de André Bento e Nelson Schaun.

Paralelamente às investigações do referido IPM, a DEOPS do Sul da Bahia, coordenada pelo Delegado Capitão Salomão Rhen, iniciou outras investigações. Em 30 de dezembro foi preso em Ilhéus o português Manuel Batista Ferreira com vários livros comunistas. Na versão apresentada à polícia, alegou que residia em Caravelas.⁴⁰⁷ Tratava-se de um dos principais dirigentes do Partido no Estado, compareceu ao Pleno Nacional, realizado no Rio de Janeiro em 1932,⁴⁰⁸ e devido às suas atividades partidárias comparecia frequentemente a Salvador e Ilhéus. Foi processado e expulso do país no início de 1936.

André Bento, que estava morando em uma Pousada em Itabuna, teve seu quarto arrombado pela polícia que apreendeu grande quantidade de material do Partido, inclusive livros, panfletos, jornais, correspondências, que serviram para a polícia identificar vários outros militantes e atividades partidárias.

Os órgãos de repressão construíram uma narrativa a respeito dos acontecimentos que estabelecia uma relação direta entre o dito “plano de sublevação” do Batalhão, com os poucos setores onde os comunistas tinham alguma inserção. Dessa forma, a pequena inserção do Partido na sociedade Ilheense foi potencializada para se adequar a versão policial dos acontecimentos, pois segundo estes, o plano era de sublevação de todo o sul do Estado, seguiam orientação de um “plano geral traçado pelo diretório central” e escolheram Ilhéus para centro das atividades no Estado da Bahia. Os comunistas pretendiam se apoderar do armamento para armar os operários,

⁴⁰⁷ *Diário da Tarde*. Ilhéus. 30 de dezembro de 1935.

⁴⁰⁸ O Comunismo na Bahia, Relatório da Polícia do Rio de Janeiro. APERJ. Pasta: Estados 5C cx 605.

desarmar a força policial, sublevar a cidade, prender e assassinar autoridades e poderosos. “Simultaneamente os indígenas de Olivença, liderados por José Martins e pelo Caboclo Marcellino invadiriam o arraial de Olivença no intuito de deixar a cidade desguarnecida, para garantir a vitória do movimento.”⁴⁰⁹

O relato policial se aproveitou do testemunho de Euclides Gomes no IPM para justificar a sua versão dos fatos e, ao mesmo tempo, estabeleceu relações, na verdade inexistentes, entre as poucas ações do partido. A repressão então, se intensificou, vários militantes dos movimentos sociais e sindical, que aparentemente não tinham ligações com o partido ou com a ANL, foram presos, chamados a depor. A imprensa assim relatou o que chamou de “infiltração comunista” na região.

(...) Aqui entre nós não perderam tempo os adeptos da desordem. Foram criados núcleos. Ilhéus era um pequeno viveiro de comunistas. Tinha regalias os colaboradores de Lenine. A bomba de dinamite já era o argumento decisivo das suas resoluções.

Os emissários já estavam se internando pelas nossas fazendas e explorando a boa fé e a ignorância dos nossos trabalhadores rurais.

Os fazendeiros já sentiam de perto o bafo das ameaças.

As greves desenhavam-se. Minavam aos poucos os alicerces da nossa prosperidade.

A população criteriosa das nossas cidades, porém, não cria no perigo. Com o fracasso do golpe, a polícia vai desvendando aos poucos os planos tenebrosos dos conspiradores. A cadeia pública da cidade está cheia de implicados no movimento.

O Cap. Salomão Rhen, delegado especial, (...) vai aos poucos esclarecendo responsabilidades(...)depois do inquérito virá a publico ao baixar das mascaras quantos leões escondidos em peles de cordeiro e o perigo que atravessávamos(...).⁴¹⁰

Essa matéria traz informação a respeito de prisões ocorridas na região após as sublevações de novembro. Na ocasião, a polícia divulgou a existência de tentativa de insurreição. Observa-se também a referência que fez às greves e à movimentação nas fazendas. Tratavam-se das ações do Sindicato dos Empregados Agrícolas, que então chamava a atenção da sociedade e despertava o medo com relação aos comunistas. Qualquer movimento era suspeito.

⁴⁰⁹ Processo 171 do TSN. AN.

⁴¹⁰ *O Intransigente*. Itabuna. 14 de dezembro de 1935.

Dos menores indícios podem surgir graves conseqüências, não há de ser pela negação e atitude de alguns empenhados e comprometidos, que possam se esquivar a grave responsabilidade de sua conduta, frases, movimentos suspeitos, desejos incontidos, podem servir de indicadores à ramificação de Moscou entre nós.⁴¹¹

Alguns comunistas fugiram, vários outros foram presos, e José Martins da Silva que havia participado das reuniões em Olivença junto ao Caboclo Marcellino, se dirigiu ao Posto Indígena Paraguaçu, onde trabalhava, como Encarregado do Posto, Telesphoro Fontes, que tinha relações com a ANL.

Um clima de insegurança e perseguições tomou conta, com isso todos eram suspeitos, principalmente quem atuava nos movimentos sindicais, ou quem tinha procedência estrangeira. Colocavam todos na mesma situação: russos, poloneses, romenos, alemães. Alguns, temendo perseguições publicaram notas nos jornais, declarando não atuarem politicamente no país.

Declaração necessária

Os abaixo assinados, para efeitos de direito e fins públicos, declaram que, o primeiro é procedente da România, residente neste país a mais de dez anos, e o segundo é natural da Letônia, residente neste país a cerca de treze anos (...) não se ocupando com idéias subversivas de qualquer espécie e que acompanham a constituição brasileira.

José Zibenberg

Elias Grinman⁴¹²

Algumas versões relatam que na Bahia as sublevações de Recife, Natal e Rio de Janeiro não tiveram grandes repercussões. Consuelo Novais Sampaio destacou que quatro bombas de efeito moral foram lançadas em sedes da AIB e no jornal “O Imparcial” ligado aos integralistas. “Foram presos um professor da Escola agrícola e mais cinco pessoas.”⁴¹³ Baseou sua afirmação em uma carta do governador Juracy Magalhães.

Uma dessas bombas foi jogada na sede da AIB no bairro da Penha, em 26 de novembro de 1935, por Teles de Meneses, César Ferreira Alves e

⁴¹¹ *O Intransigente*. Itabuna. 21 de dezembro de 1935.

⁴¹² *A Época*, Itabuna, 14 de dezembro de 1935.

⁴¹³ Carta de Juracy a Vargas, 23 de dezembro de 1935, in: MAGALHÃES, Juracy. **Minhas Memórias**, p. 267. Apud. SAMPAIO, Consuelo Novais. Poder e Representação... Op.cit. p. 109.

Samuel Genez, um jovem estrangeiro, que atuava em Ilhéus desde junho de 1935, já havia sido preso pela polícia e em cuja ficha policial consta ser de nacionalidade russa.⁴¹⁴ O professor certamente trata-se de Joaquim Seixas do Vale Cabral que era agrônomo e professor da Escola Agrícola. Como tais bombas foram lançadas por elementos ligados ao PCB, apenas alguns dias após o início dos levantes ocorridos em Natal e Recife, é presumível que tivessem relação com tais acontecimentos.

Luiz Henrique Dias Tavares aponta para a inexpressividade dos comunistas no Estado:

Teria, no máximo, duas dezenas de militantes, somando-se todos os que formavam células na estiva, no porto, nas fábricas de tecidos, gráficas, ferrovias e escolas de nível superior. Alguns estudiosos da história política da Bahia acreditam que a primeira organização do PCB na Bahia data da greve dos ferroviários (1927). Só ultrapassam, entretanto, a primeira dezena de militantes no final de 1934 para os primeiros meses de 1935. (...) Com o fechamento da ANL foram presos na Bahia o agrônomo Vale Cabral e o funcionário da Companhia de Energia Elétrica, João dos Passos e outros mais. (...) Novembro foi preso o professor da Faculdade de Medicina Estácio de Lima e da Faculdade de Farmácia da Bahia José Carlos Ferreira Gomes – Anísio Teixeira foi envolvido na campanha integralista contra o prefeito do distrito Federal Pedro Ernesto e foi ameaçado de morte e prisão.⁴¹⁵

A polícia baiana enviou relatório à Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, e diferente do Governador que relatou pouca atividade no Estado por ocasião das sublevações de novembro, afirmou que: “em razão dos acontecimentos de 1935 (...) Houve certa movimentação nesta capital verificaram-se muitas prisões.”

Manuel Batista de Souza
 Joaquim Seixas do Vale Cabral – foi secretário do socorro vermelho
 Otacílio Trindade Santos
 Adir Alves Leite
 Lourival Sales do Nascimento
 Valter Naziazeno
 Carlos Geraldo Silva
 Demócrito de Carvalho
 Vitorino Leocadio
 Joaquim Alencar
 João Lopes de Souza
 Jonas Batista de Oliveira

⁴¹⁴ APEB. Seção Judiciária. Inquérito policial: Samuel Genez e outros. Classificação: 202/04/04.

⁴¹⁵ TAVARES, Luiz Henrique Dias. **História da Bahia**. 10ª Ed. São Paulo: UNESP; Salvador: EDUFBA, 2001. pp. 405-407.

Antonio Paulino
 José Diogo dos Santos
 Israel Gonçalves de Oliveira
 Luis França de Santana
 Epifanio Próspero de Andrade Junior
 Francisco Domingos de Santana
 E muitos outros⁴¹⁶

Destaca-se o nome de Adir Leite, um dos membros do Partido que atuava no distrito de Pirangy e, na ocasião, foi preso em Salvador.

Após as sublevações, foi criada, pelo governo Vargas, a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo (CNRC) que aprovou a proposta para prisão, no Distrito Federal e nos Estados, de todos os comunistas fichados ou “suspeitados.”⁴¹⁷ Para cumprimento de tal decisão, foi solicitado dos governos Estaduais que enviassem listagens dos Departamentos de Polícia informando comunistas fichados e suspeitos. O Governador prontamente respondeu a solicitação:

Tabela 6: Bahia – Inspecoria de Ordem Publica e Social
 RELAÇÃO DE COMUNISTAS IDENTIFICADOS NESTA INSPETORIA

Nº	Nome	Profissão /ocupação
1	João Lopes de Souza	Ferreiro
2	Joaquim Pimentel de Alencar	Ex-praça do exercito
3	Carlos Geraldo da Silva	Mecânico
4	Luiz França de Santana	Ex Marinheiro nacional
5	Francisco Domingos dos Santos	Calafate
6	Manoel Gregório Nascimento	Pedreiro
7	Samuel Genéz	Vendedor ambulante
8	Bel. Epifanio Prospero de Andrade	Advogado
9	Dermeval Moreira Costa	Eletricista
10	Israel Gonçalves Oliveira	Estucador
11	Durval Pereira Brito	Chauffer
12	Manuel Batista de Souza	Carteiro
13	Cícero Gonçalves de Sena	Ex- sgtto do exercito e ex-investigador de policia
14	José Batista de Oliveira	Tipógrafo
15	Adir Alves Leite	Negociante
16	Walter Souza Naziazeno	Empregado no comércio
17	Joaquim Seixas do Vale Cabral	Eng. Agrônomo/prof. Esc. Agrícola e técnica Instituto do Fumo
18	Octacílio Trindade Santos	Mecânico
19	Victoriano Leocadio de Lima Freire	Eletricista
20	Alberto Pereira de Souza	Estivador
21	Samuel Chaufim	Vendedor Ambulante
22	Pedro Soares	Açougueiro
23	Tercílio Oliva França	Negociante
24	Theodoro Pereira da Silva	Ex-praça do 19 BC

⁴¹⁶ O Comunismo na Bahia. Relatório da Policia do Distrito Federal. APERJ. Pasta : Estados 5C. cx 605

⁴¹⁷ Carta da CNRC ao Presidente Getulio Vargas. 06/04/1936. APERJ. Pasta 14. Setor: Administração.

25	Israel Revkolevsky	Vendedor ambulante
26	Manuel Batista Ferreira	Comerciante
27	Astrogildo Calazans	Monotipista

Fonte: Ofício nº 411 de 28-02-1936 enviado pelo governador do Estado. APERJ. Pasta 14. Setor: Administração.

Acompanhou essa listagem de comunistas fichados uma outra com cento e quatorze nomes de elementos fichados como “suspeitos” na Inspetoria de Ordem Política e Social.⁴¹⁸

No final de 1936, Juracy Magalhães, para revidar algumas acusações feitas pelos integralistas que afirmavam que ele estava sendo conivente com os comunistas e que na Bahia estes continuavam agindo livremente, escreveu:

(...) Ao tempo da Aliança Nacional Libertadora as únicas manifestações comunistas no Estado tiveram as seguintes conseqüências:

- a) O português Manuel Batista Ferreira, comunista vindo de Ilhéus, que dirigia o movimento na Bahia, foi processado e expulso do território nacional, sendo este o primeiro caso de expulsão regular promovida pela policia baiana;
- b) Os petardeiros Samuel Genez, Nelson Teles de Meneses e César Ferreira Alves foram processados e condenados pelo Juiz federal;
- c) Os propagandistas Jorge Sussekait e Luiz da França Santana foram presos com material de propaganda e armas, sendo processados e soltos por hábeas corpus, expedido pelo Juiz Federal;
- d) Os chefes comunistas Felipe Moreira lima e Ilvo Meireles, que penetravam no estado, foram presos e enviados para o Rio;
- e) No 19 BC, foi preso o sargento ajudante Antonio dos Santos Teixeira, que estava incumbido de organização de uma célula comunista no referido batalhão, tendo sido excluído por ordem do comandante da Região, das fileiras do Exército;
- f) Em Ilhéus, os comunistas Nelson Schaun, secretário do Comitê Revolucionário, e o alfaiate Gildath Alves Amorim, encarregado de agitação e propaganda, depois que irrompeu o movimento extremista de novembro do ano findo, tentaram levar a efeito um movimento do mesmo caráter e foram presos, processados e aguardam julgamento;
- g) Ainda se acha preso nesta capital, aguardando julgamento, o comunista Vale Cabral;
- h) Foi preso em Ilhéus e processado como responsável pelo atentado contra a sede integralista, aonde arremessou uma bomba de dinamite, o individuo comunista Tercílio França;
- i) Estão presos aguardando julgamento na casa de detenção, os comunistas Horácio Pessoa Cavalcanti e Elias de Souza Moraes;
- j) Sobre outras atividades vermelhas, a policia, em tempo hábil, enviou à Comissão Repressora do Comunismo o competente fichário. (...) Nada mais ocorreu na Bahia, além da intrujice, da moxurufada, do mistifario, da salsugem com que a grei esverdeada, vez por outra, tenta envolver meu nome honrado.

11 de setembro de 1936

*Juracy Magalhães*⁴¹⁹

⁴¹⁸ Ver em anexo.

⁴¹⁹ Carta de Juracy Magalhães a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo. 11 de setembro de 1936. APERJ. Pasta 5B (Bahia) fls. 396-590 cx. 605

Esse relato assinado pelo governador e ainda as listagens com comunistas fichados e suspeitos servem para refutar a idéia de que na Bahia não houve repressão ao comunismo. João Falcão defende a idéia que o Governador Juracy Magalhães “embora anticomunista, não acompanhava o governo central na caçada aos militantes do Partido.”⁴²⁰ E acrescenta que Eliezer Magalhães, irmão do governador, foi acusado de colaborar com a ANL e com os levantes de novembro de 1935. Perseguido, se escondeu na Bahia com a colaboração do irmão. Uma outra tese que está intimamente ligada a essa, é a de que, até 1935, praticamente nada existia do PCB na Bahia, e que justamente por se tornar uma área de refúgio, para onde vieram comunistas de várias regiões fugindo da brutal perseguição que se abateu no país, foi que o Partido se organizou e cresceu no Estado.

Na opinião de José Raimundo Fontes:

As potencialidades de inserção no movimento operário e popular e os saldos organizativos granjeados, até os meados de 1935, são dissipados com as perseguições policiais que se intensificam depois de novembro, e o Partido vê-se obrigado a funcionar na mais rigorosa clandestinidade, ao menos até os primeiros meses de 1936. Aos poucos, porém, aproveitando-se a contingência de estarem foragidos na Bahia dirigentes de vários Estados, o Partido foi se reconstituindo e restabelecendo os laços com núcleos de estudantes e de operários.⁴²¹

Antônio Risério defendeu a mesma interpretação fundamentando-se nas palavras de Jacob Gorender:

Houve uma circunstância um tanto singular, no caso de Salvador, na década de 1930. Como a insurreição de 1935, também chamada de intentona, não teve grande força na Bahia, a repressão, em consequência, não foi das mais violentas. Em seguida, Salvador se tornou uma espécie de refúgio para militantes comunistas, ou simpatizantes da esquerda, que estavam sofrendo perseguições em outros estados, sobretudo no nordeste. Vários deles vieram parar em Salvador, naquela época. Isso deu uma certa densidade ao movimento comunista na Bahia que, até então, era muito fraco. A cidade então tinha uns 300 mil habitantes, talvez menos que isso. Quase não tinha fábricas, um proletariado escasso, portuários, estivadores, pouca coisa mais. A presença desse pessoal, que vinha de outros estados (ou que voltava para Salvador, como Giocondo Dias), deu uma certa força intelectual ao comunismo na Bahia.⁴²²

⁴²⁰ FALCÃO, João. Giocondo Dias. Op. cit. p.83.

⁴²¹ FONTES, José Raimundo. A Bahia de todos os trabalhadores... Op. cit. p.170.

⁴²² GORENDER, Jacob. Entrevista. Apud: RISÉRIO, Antonio. Adorável Comunista... Op. cit.. p. 111, 112

Contudo, devemos observar que Jacob Gorender nesse período ainda não era ligado ao PCB, e principalmente, que alguns documentos partidários demonstram outra situação. As mesmas debilidades apontadas nos balanços anteriores continuaram sendo uma marca característica da situação do Partido na Bahia. Em maio de 1936: “Na Bahia a situação ainda está débil. Mas ali não foi devido a reação e sim a que propriamente o Partido nunca esteve organizado.”⁴²³ Ainda durante 1936, com o Secretariado Nacional instalado em Salvador fugindo da repressão, foi reconstituído o Comitê Regional, mas com o reconhecimento que: “Nossas forças e influência são insuficientes por enquanto (...)”⁴²⁴ Em 1937 o quadro sofre alteração, aponta avanços no trabalho eleitoral mas continua reconhecendo debilidades: “Comitê regional politicamente forte, participando ativamente da campanha eleitoral, embora disponha de poucos quadros ativistas. Tem realizado um bom trabalho nos bairros e no meio das organizações religiosas.”⁴²⁵ Em 1938 já sob o Estado Novo o diagnóstico apontou um balanço de 1937 e indicou:

Realizou durante a campanha eleitoral, um grande trabalho de massa. Mas não aproveitou o ensejo para criar e reforçar as bases do Partido nas empresas e nas organizações de massa. Com a saída de Juracy e um início de reação o trabalho caiu, estando a Região passando por uma crise orgânica e política, em vista da influência de Lobo, Lisio, Carlos, etc. elementos de tendências trotskistas. Enviamos lá um camarada que conseguiu afastar a influência desses elementos (o primeiro era membro do C.R...) e recompor o C.R. deixando diretivas e tarefas concretas.⁴²⁶

Quanto aos “elementos trotskistas” que o documento se refere, trata-se de um reflexo da luta interna ocorrida no período 1937-1938 que teve como personagens centrais Lauro Reginaldo da Rocha, o Bangu que ocupava interinamente o cargo secretário-geral e do outro lado Hermínio Sachetta secretário do CR de São Paulo e membro do BP do PCB.⁴²⁷ Com relação a presença na Bahia, de elementos que divergiram das posturas adotadas pelos partidários de Bangu, a única referência encontrada trata da informação que

⁴²³ “Situação do Movimento Revolucionário no Brasil.” Secretariado Nacional. 23/05/1936. CEDEM/UNESP, Fundo IC.

⁴²⁴ PCB. Carta a Caros Camaradas. SN. 24-09-1936. CEDEM/UNESP, Fundo IC.

⁴²⁵ PCB. Carta a Caros Camaradas. SN. Assinada por Bangu. 04-09-1937. CEDEM/UNESP, Fundo IC.

⁴²⁶ PCB. Carta a Caros camaradas. SN. 06-1938. CEDEM/UNESP, Fundo IC.

⁴²⁷ Sobre a cisão ocorrida no PCB nesse período ver: Karepovs, Daines. Op. cit.

Hermínio Sachetta foi preso em Salvador em 1938,⁴²⁸ mas além disso não encontramos nenhuma outra que demonstre influência das posições defendidas por esse grupo no PCB do Estado. No que se refere ao quadro organizativo do Partido, o quadro traçado pelos documentos anteriormente citados apontam para a continuação de um quadro desanimador entre os anos 1935 e 1938, dados que se contrapõe a idéia que de organização e fortalecimento partidário pelos elementos fugidos da repressão após 1935.

Notamos que nesse período o movimento estudantil desempenhou importante papel no processo de organização do PCB, inclusive boa parte dos dirigentes do período posterior a 1937 foram oriundos desse movimento: João Falcão, Aristeu Nogueira, Mario Alves. A esse respeito as palavras de Diógenes Arruda, dirigente partidário na época, tratando do processo de reorganização partidária após 1935 são esclarecedoras:

Aí, um dos dirigentes principais do Partido, que era (Carlos) Marighella, foi embora, em 1936. Então, o Partido ficou muito fraco. Eu era um jovem membro do Partido, e me pareceu correto nós, depois da derrota de 1935, com as prisões cheias etc., levantarmos o Partido. E começamos seguindo duas linhas de conduta: reorganizar o Partido no movimento operário, ganhar os sindicatos, e organizar o Partido no movimento estudantil.

(...)

Bem, é preciso dizer que o nosso trabalho no movimento estudantil era de tal maneira significativo que nós tínhamos cinco professores e 96 estudantes na faculdade de medicina membros do Partido — o que era bastante significativo.⁴²⁹

Chamou nossa atenção o antigo dirigente nem citar a presença das antigas lideranças que estariam presentes na Bahia. Acreditamos que isso ocorreu porque após 1936 os membros do Secretariado Nacional saíram do Estado, assim como, gradativamente, outros membros do Partido foram embora.

⁴²⁸ O Comunismo na Bahia. Relatório da Polícia do Distrito Federal. APERJ. Pasta: Estados 5C. cx 605

⁴²⁹ CÂMARA, Diógenes de Arruda. Entrevista. Acesso em 15 de março de 2007, disponível em: http://www.vermelho.org.br/diario/2004/0708_arruda-fim.asp

CAPÍTULO IV

4. APÓS NOVEMBRO DE 1935: A REVOLUÇÃO COMUNISTA NO POSTO INDÍGENA PARAGUAÇU

4.1. Trajetória do Posto Indígena e os conflitos pelas terras

Com a perseguição que se abateu contra os comunistas e aliancistas após as sublevações de novembro de 1935, alguns elementos dirigiram-se ao Posto Indígena Paraguaçu para buscar refúgio, e lá desenvolveram trabalho de organização junto aos camponeses. A área onde foi criada a reserva indígena já apresentava tensões e conflitos muito antes da chegada dos comunistas.

A insistência dos índios em permanecer vivos, há muito tempo vinha sendo ameaçada pela violência, perseguição e expulsão de suas terras. Chegou a ponto de chamar a atenção das autoridades federais. Em relatório de 28 de dezembro de 1910 o inspetor⁴³⁰ Pedro Maria Trompowsky Taubois informou ao diretor geral do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), o Tenente-coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, acerca da instalação da inspetoria na Bahia, dos trabalhos de atração e pacificação e das negociações preliminares relativas à doação de terras a serem reservadas para os índios pelo governo do Estado, e chamou a atenção da necessidade de tal doação se efetivar o mais breve possível, pois:

(...) julgo que o problema ficará dentro em breve mais complicado do que se encontra presentemente, visto como os índios serão batidos por todos os lados sem recurso algum, salvo uma luta terrível na qual serão aniquilados; e será extremamente doloroso se esta Inspetoria tiver que assistir ao massacre dos índios sem que cousa alguma possa fazer por elles.⁴³¹

⁴³⁰ O SPI atuava através de unidades regionais chamadas Inspeorias.

⁴³¹ “Relatório do Inspetor Pedro Maria Trompowsky Taubois. 28/12/1910”. in: COQUEIRO, Sonia O., MONTEIRO, Maria Elizabeth. e SÁ, Sheila M. B. de. **Povos Indígenas do Sul da Bahia: Posto Indígena Caramuru – Paraguaçu (1910-1967)**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2002. pp.35, 41.

Tal pressão contra os índios se acirrava em função da valorização e aumento da procura pelas terras da região, em função da expansão da cacauicultura e da pecuária. As plantações de cacau se expandiam nas áreas próximas ao município de Itabuna enquanto a pecuária nas áreas mais ao sudoeste próximas ao planalto de Vitória da Conquista.

O Posto Indígena Paraguaçu foi criado em Itabuna, no sul do Estado da Bahia, em 1924, quando o chefe da Ajudância era Sildo Meireles.⁴³² As Ajudâncias eram unidades do SPI estabelecidas em determinada região fora da área de jurisdição de uma Inspetoria regional. Ou seja, elas existiam onde o SPI ainda não tinha uma ação instituída, consolidada. A área para o referido Posto foi reservada pelo governo do Estado da Bahia através de decreto em 09/03/1926 assinado pelo então governador Francisco Marques de Góes Calmon, onde determinava a suspensão das medições das terras devolutas, pois essas seriam destinadas a “postos e povoações indígenas.” Em 09/08/1926 foi aprovada a Lei estadual de nº. 1916 que autorizava a cessão de 50 léguas quadradas das terras do Estado à União com a “dupla finalidade de assegurar a preservação das essências florestais naturais e ao gozo dos índios tupinambás, patachós e outros ali habitantes”. Tais terras foram demarcadas pelo Capitão Vicente de Paulo Teixeira da Fonseca Vasconcelos entre 1926 e 1930.⁴³³

Desde que foi anunciada a disposição do Estado em demarcar tais terras, cumprindo o que foi aprovado na referida lei, os fazendeiros iniciaram um movimento para impedir tal demarcação, pois vinham constantemente solicitando medição de áreas onde, antes da reserva, eram consideradas como terras devolutas, para transformá-las em fazendas de cacau ou de gado. Ainda em 1926 um grupo de fazendeiros de Itabuna, liderados pelo deputado Cordeiro de Miranda, enviou um memorial ao governo pedindo a redução das terras do Posto, usando o argumento que “sendo o número de índios mínimo (...) prejudicava a expansão agrícola de Itabuna(...)”. Tentando fortalecer seu argumento de que os índios não precisavam das terras, o referido deputado alardeava que: “os fazendeiros locais tem comprado aos índios algumas

⁴³² LAND, Ney. *Relatório. SPI*, 19/05/1965.

⁴³³ PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. *Levantamento demográfico...*, Op. cit. p. 26.

posses, mas isso(...) dentro da lei. Eu mesmo comprei algumas dessas posses.”⁴³⁴

Em 1929 houve o registro de contínua ocupação desordenada das terras da reserva indígena do sul da Bahia e isso foi relatado pelo encarregado do SPI na Bahia, Vicente de Paulo Teixeira Vasconcellos, que se referiu a “intrusos (...) a partir do alto curso e cabeceiras do Rio Água Preta.” Na mesma ocasião, em 11 de setembro de 1929, o Juiz de Paz de Ferradas, distrito de Itabuna, Graciliano Ricardo Lírio comunicou, através de carta ao SPI, que “os proprietários situados no Rio Água Preta do Colônia, a pretexto de ‘restabelecer a tranqüilidade’, se articulavam com os vereadores e Prefeito, de modo a defender seus direitos de propriedade.” Tal campanha chegou a lançar panfleto na cidade intitulado: “Água Preta do Colônia não pode ser aldeia.”⁴³⁵

Na mesma ocasião, enquanto o Ten. Cel. Vasconcellos procedia as medições às margens do Rio Água Preta, o mesmo Graciliano Lírio organizou um grupo de homens armados para tentar assassiná-lo, iniciativa que não deu certo.⁴³⁶

Após a mudança de governo em 1930 o Capitão Vasconcellos foi substituído por Sildo Meireles, irmão do Capitão Silo Meireles, de Recife, este da direção nacional do PCB e muito ligado a Luiz Carlos Prestes. Em 1934 Sildo Meireles foi removido sendo substituído por Telesphoro Martins Fontes, empregado do Posto desde a sua fundação e “que se destacou no serviço pela maneira com que sabia atrair a simpatia e a confiança dos índios.”⁴³⁷ Na verdade, a existência do Posto e a postura de seus encarregados constituíram-se em empecilho para as ambições dos invasores das terras.

Em 1933, o então interventor Federal do Estado da Bahia Juracy Magalhães, que assumia as funções de Governador, encaminhou ao Ministro

⁴³⁴ *Estado da Bahia*. Salvador. 04 de novembro de 1936.

⁴³⁵ Relatório ano 1929 de Vicente de Paulo Teixeira da Fonseca Vasconcelos. SPI do Estado da Bahia 1930. In: COQUEIRO, Sonia O., MONTEIRO, Maria Elizabeth. e SÁ, Sheila M. B. de. Op. cit. p.45.

⁴³⁶ SPI: Ofício de Telesphoro Martins Fontes à Chefia do SPI. s.d. (provavelmente maio de 1937). Processo 171 do TSN. AN.

⁴³⁷ Relatório do Cap. Salomão Rhen sobre os acontecimentos no Posto Paraguaçu. Processo 171 do TSN. AN.

do Trabalho⁴³⁸ um Memorial em que negociantes e lavradores queixavam-se de ineficiência do Posto Paraguaçu e pediam a sua extinção.⁴³⁹

Os fazendeiros e negociantes voltaram a se articular e, em 1936, encaminharam um abaixo-assinado ao governador pedindo a extinção do “serviço de catequese dos indígenas no Estado da Bahia” com o mesmo argumento: “por ser o número de nativos reduzidíssimos, num total de cem flechas, numa área de matas uberrimas de cerca de duzentos mil eqüitares”.⁴⁴⁰ O interessante nesse caso foi que um dos que organizaram o abaixo-assinado, Abdon Motta, que trabalhava como auxiliar da Delegacia de Terras de Ilhéus, afirmou posteriormente: “Percebi, porém, pelos interesses em jogo, que, conseguido esse fim, estas terras fertilíssimas seriam ocupadas e invadidas, desordenadamente pelos imigrantes, moradores dos povoados adjacentes e, notadamente pelos latifundiários”.⁴⁴¹ Essa nova investida contava ainda com a liderança do Sr. José Krushewisky e os Deputados Estaduais Cordeiro de Miranda e Manoel Novaes.⁴⁴²

Desde a criação da reserva indígena em 1926, os documentos do SPI fazem constantes referências à ocupação de terras por parte de posseiros e pequenos sitiantes. Quando da sua criação, o órgão de defesa dos índios chamava-se Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN), e tinha a respeito dos indígenas uma concepção positivista, que acreditava em um processo histórico linear, contínuo e evolutivo, onde as raças consideradas inferiores, seriam com o passar do tempo diluídas no conjunto da sociedade, algo parecido com a teoria da “seleção natural das espécies” onde o mais forte sobreviveria. A existência de um órgão de proteção ao índio era justificada então para, enquanto esse processo não se completasse evitar maiores choques entre estes e o dito “mundo civilizado.” Nesse processo, teriam papel fundamental os “trabalhadores nacionais” que seriam os indivíduos que tivessem entre 21 e sessenta anos e nenhuma condenação por crimes. Estes receberiam ferramentas, plantas, semente e auxílio de manutenção por três meses e

⁴³⁸ Nesse período o SPI era subordinado ao Ministério do Trabalho.

⁴³⁹ COQUEIRO, Sonia O., MONTEIRO, Maria Elizabeth. e SÁ, Sheila M. B. de. Op. cit. p. 46

⁴⁴⁰ Argumento anacrônico, pois o SPI não desenvolvia serviço de catequese.

⁴⁴¹ *Estado da Bahia*. Salvador. 02 de novembro de 1936.

⁴⁴² PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Op. cit. p. 30

seriam úteis para criar mecanismos que facilitariam ao índio sua transição para a vida sedentária. Ou seja, ensinariam aos índios a se tornarem camponeses.⁴⁴³

Em maio de 1936 chegou à sua fazenda, vizinha do Posto Indígena, o Deputado pelo PSD, Antonio Cordeiro de Miranda, acompanhado do Delegado Cap. Salomão Rhen, Nuno Tavares, Abdon Motta, auxiliar da Delegacia de Terras de Ilhéus, Dr Augusto Santos Souza, alto funcionário da Secretária de Agricultura que agia sob ordens do Gabinete do Governador do Estado Capitão Juracy Magalhães. Esse último procurou Telesphoro Fontes para uma conversa e disse-lhe que o governo pretendia diminuir a área do Posto e que iria separar uma parte das terras para si. Sobre a tentativa de diminuir a área da reserva, os Deputados Manuel Novaes e Antonio Cordeiro de Miranda, e ainda o Secretário de Estado Gileno Amado estavam fazendo várias incursões junto ao governo do Estado e também junto ao Ministério da Guerra.⁴⁴⁴

Esse episódio narrado por Telesphoro Fontes, e o envolvimento dessas pessoas, todas ocupantes de cargos públicos e posições políticas privilegiadas, constituem forte indício de que o desenrolar dos acontecimentos no Posto Indígena, não passou de uma grande trama organizada pelos fazendeiros locais, seus representantes na Assembléia legislativa e membros do governo estadual, com a participação de ocupantes de cargos estratégicos, como o Delegado de Itabuna e o auxiliar da Delegacia de Terras.

Após essa conversa, Augusto Santos Souza, foi a Vitória da Conquista e de lá, combinado com o Delegado de Terras, Dr. Bandeira, e outros fazendeiros, mandaram alguns engenheiros acompanhados de homens armados medirem terras na área do Posto Indígena Paraguaçu.

Procurando proteger as terras da reserva indígena de novas invasões por parte dos fazendeiros locais e impedir as medições que estavam sendo feitas, o encarregado do Posto Indígena Paraguaçu, Telésforo, tomou algumas atitudes. Procurou o Delegado Especial de Ordem Política e Social do sul do Estado, o Capitão Salomão Rhen, para pedir ajuda na garantia das terras. Este

⁴⁴³ COQUEIRO, Sonia O., MONTEIRO, Maria Elizabeth. e SÁ, Sheila M. B. de. Op.cit. p. 413.

⁴⁴⁴ SPI: Ofício de Telesphoro Martins Fontes à Chefia do SPI. s.d. (provavelmente maio de 1937). E bilhetes de Augusto Santos Souza à Telesphoro Fontes. Processo 171 do TSN. AN.

o levou à presença do Deputado Estadual Cordeiro de Miranda e do Prefeito de Itabuna, Claudionor Alpoim, para que esses tomassem medidas junto às autoridades estaduais sobre a invasão do que entendiam ser áreas do município de Itabuna. O Delegado Rhen não enviou homens para a reserva, mas forneceu armas, sendo vinte rifles e munição.⁴⁴⁵ Foi, inclusive, com elas que Telésforo Fontes armou o grupo que acompanhava Marcellino para que esses auxiliassem na investida contra os engenheiros invasores.⁴⁴⁶

Em julho de 1936, nas proximidades do Rio Pardo, foi encontrado um dos engenheiros que estavam medindo as terras. Telésforo Fontes “cercou e prendeu o engenheiro que tinha na sua companhia vinte homens (...) tomando-lhe o instrumento, cinco repetições e um fuzil” armas que pertenciam a Delegacia de Polícia de Vitória da Conquista; É interessante observar que foi a partir desse fato que se desenrolou todo o conflito no Posto Paraguaçu.

Outra demonstração do envolvimento das autoridades estaduais na trama para se apoderar das terras da reserva indígena, foi que, o Secretário interino de Segurança Pública do Estado, Hanequin Dantas, afirmou em entrevista ao jornal *Estado da Bahia*, que a medição era oficial, e que estava medindo no intuito de estabelecer as linhas divisórias dos municípios.⁴⁴⁷ Entretanto, o engenheiro ficou detido no Posto alguns dias e constatou-se que se chamava Aristóteles Almeida do Espírito Santo, estava “fazendo uma medição de terra para (...) Alexandre Almeida, fazendeiro de Vitória da Conquista,”⁴⁴⁸ e que agia com o consentimento do Delegado de Terras de Conquista, do Dr. Augusto Santos Souza e do Delegado de Polícia. Trazia uma credencial, que revelava tanto os mandantes da operação como seus reais objetivos e por isso relutou em acatar sua prisão.

Gabinete do Governador. Bahia 28 de abril de 1936.

Caro Fontes. Saudações.

O Portador do presente é o Dr. Aristóteles, auxiliar da Delegacia de Terras de Conquista, que vai escolher uma área para o meu particular e grande amigo Manuel Novaes, pedindo por este motivo ao prezado amigo o obsequio de auxiliá-lo, como se fosse a minha pessoa, afim

⁴⁴⁵ *Estado da Bahia*. Salvador. 08 de dezembro de 1936. Também relatado no Relatório do Capitão Salomão Rhen anexo ao processo 223 do TSN. AN.

⁴⁴⁶ Auto de perguntas feitas a Fulgêncio Almeida. Processo 356 do TSN. AN.

⁴⁴⁷ *Estado da Bahia*. Salvador. 26 de outubro de 1936. 3ª Edição.

⁴⁴⁸ Auto de perguntas feitas a Fulgêncio Almeida e Auto de perguntas feitas a Marcellino Alves. Processo 356 do TSN. AN.

que o mesmo execute os seus trabalhos sem nenhum embaraço. Sem outro assunto, disponha do amigo.
Augusto Santos Souza⁴⁴⁹

Uma outra carta enviada por Augusto Santos Souza para recomendar um enviado seu para uma conversa com Telesphoro também é muito reveladora, pois, além de novamente explicitar para quem iriam as referidas terras, ainda relata a forma como pretendia explorá-la, e como estavam se articulando junto ao Ministério da Guerra:

Bahia, 25 de agosto de 1935.

O fim da viagem deste meu amigo nesta zona é acertar as medições feitas para amigos nossos de Conquista e para meu eminente amigo Dr. Manuel Novaes e meu cunhado Arx Antunes. Estou autorizado a lhe dizer, que tanto o Dr. Manuel Novaes como meu cunhado estão prontos a indenizar as benfeitorias que existem (...) assim como fazem questão que os moradores existentes nas referidas medições continuem nelas na condição de contratantes. (...) Cordeiro de Miranda ficou de encontrar-se aí com o Dr. Bandeira. Sobre a medição da área reservada aos índios, eu e Cordeiro encarregamos o Dr. Manuel Novaes para resolver no Rio.

Augusto Santos Souza⁴⁵⁰

Preocupado com a invasão das terras, Telesphoro, entrou em contato com o Ministério da Guerra, a que era subordinado o SPI, e informou o fato. Em resposta, recebeu um ofício, mandando que garantisse as terras dos índios.⁴⁵¹

Por volta do mês de agosto, compareceu ao Posto Indígena o Cabo da Polícia Militar João Gomes, acompanhado de cinco praças, em diligência a mando do Delegado Especial Salomão Rhen, em busca do Caboclo Marcellino. Telesphoro o recebeu e informou que Marcellino não estava na área da reserva indígena.

Durante o mês de setembro, esteve na reserva o 2º Tenente Dr. Heron de Oliveira, com o objetivo de instalar inquérito a respeito da invasão das terras indígenas do Posto, e convidou Fontes a ir à Bahia, onde ele, Heron, apresentaria um relatório - como de fato fez - e juntamente com Fontes solicitariam uma força do Exército vir a este Posto para garantia dos

⁴⁴⁹ Bilhete a Caro Fontes. Gabinete do Governador. 28 de abril de 1936. Assinado por Augusto Santos Souza. Documento apresentado pela defesa de Telesphoro. Processo 223 do TSN. AN.

⁴⁵⁰ Bilhete a Telesphoro Fontes. Bahia, 25 de agosto de 1935. Assinado por Augusto Santos Souza. Documento apresentado pela defesa de Telesphoro. Processo 223 do TSN. AN.

⁴⁵¹ *Estado da Bahia*. Salvador. 08 de dezembro de 1936.

posseiros; o Tenente Heron aconselhou Fontes a não permitir mais a entrada da polícia neste Posto, mesmo que fosse para prender criminosos, “censurou-o por ter consentido que um contingente da polícia penetrasse nos terrenos do Posto sem uma permissão especial da chefia do Serviço e o advertiu que não mais devia tolerar a reprodução daquele fato”; e que Fontes deveria ter daquela época em diante trinta homens armados e efetivos no Posto, para a sua garantia, até a vinda da Força Federal.⁴⁵²

O Tenente Heron ouviu alguns trabalhadores e muitos posseiros, aos quais disse que deviam prestigiar a ação de Fontes “porque os terrenos dos índios estavam constituindo uma questão política, porque o Estado queria deles se apossar(...) prejudicando os direitos da União.”⁴⁵³ Constatou isso ao verificar que os invasores estavam procedendo as medições das áreas indígenas usando de nomes de políticos da região – Manoel Novais, Cordeiro de Miranda, Gileno Amado. E ainda que os pequenos posseiros, junto com os índios, eram os maiores prejudicados nessas invasões, pois os grandes fazendeiros e políticos invadem suas posses “forçando-os a venderem a preços ínfimos, quando não são postos para fora ante a ameaça do braço armado dos gananciosos que não vêem a miséria daqueles pobres homens.”⁴⁵⁴

Para solucionar a questão das terras o Tenente Heron sugeriu no seu relatório que durante algum tempo deveria permanecer nas terras indígenas um pequeno destacamento do Exército e se proibissem terminantemente todas as medições. Além disso, deveriam medir e deixar claro para a sociedade local os limites das terras. Temendo maiores conflitos, solicitou que essas medidas fossem tomadas com urgência:

Caso contrário, creio na possibilidade de um segundo Contestado, porque os pequenos posseiros, cujo número é muito grande, se vendo perseguidos pelos invasores, juntamente com os índios, levantar-se-ão em armas e, naquela mata espessa, bem conhecida por eles, não é muito fácil de serem dominados. Custará talvez alguns milhares de contos de réis e muitas vidas preciosas.⁴⁵⁵

As preocupações do Tenente Heron refletem o clima de descontentamento e as perspectivas de resistência presentes entre os posseiros

⁴⁵² Depoimento de José Rufino ao Processo 223.

⁴⁵³ Depoimento de Gildarth Amorim e também o relatório do capitão Salomão Rhen, anexo ao processo 223.

⁴⁵⁴ Relatório Tenente Heron de Oliveira. 17-10-1936.

⁴⁵⁵ Idem

após as ações, visando a organização dos mesmos, realizadas por Telesphoro e pelos comunistas presentes no Posto. Com isso ficou ainda mais claro que os conflitos existentes na área eram, na verdade entre os pequenos posseiros da área da reserva indígena e os grandes fazendeiros que queriam invadir as terras.

4.2. Os comunistas do PI Paraguaçu

A perseguição aos caboclos em Olivença em novembro de 1935, e logo depois, a intensificação da repressão aos comunistas, fizeram com que José Martins da Silva procurasse refúgio no Posto Indígena Paraguaçu. Enquanto entre os indígenas de Olivença ficou conhecido como Inocêncio, no Posto adotou o pseudônimo Edmundo.

O mesmo aconteceu cerca de um mês depois com Gildath Amorim, que era procurado pela polícia por causa da sua atuação no PCB de Ilhéus. No Posto ficou conhecido como Antonio Bigode Branco, pois no seu percurso até a área indígena foi perseguido por uma “brigada integralista” liderada Mario Rolemberg Martins Soares, se machucou, e por isso, usava um pedaço de algodão no lábio superior. E em março, chegou ao Posto, à procura de José Martins da Silva, um indivíduo, “de origem judaica, alto, branco, cabelos vermelhos, crespos, que se apresentou dando o nome de Clemente, que dizia pertencer a Aliança Libertadora e ao Partido Comunista e ter vindo da Bahia via Ilhéus.” Na verdade tratava-se de Samuel Genez que esteve envolvido no atentado ocorrido contra uma sede da Ação Integralista Brasileira da capital do Estado em novembro de 1935, após o início das sublevações de Natal e Recife. A polícia acreditava tratar-se de um russo que estava no Brasil a fim de orientar politicamente e ensinar os comunistas brasileiros a fabricarem bombas.

Ao mesmo tempo em que os comunistas encontravam-se no Posto para esconder-se da perseguição policial, suas ações estavam sendo acompanhadas pela direção partidária que, após as derrotas de novembro de 1935, ainda acreditava que novas sublevações poderiam acontecer, principalmente entre as massas camponesas do nordeste. Segundo Marly Viana, “Informada por vários

comitês regionais, a direção nacional contava com a atuação de ‘Guerrilheiros’ em alguns pontos do país, principalmente na Bahia e no Rio Grande do Norte.”⁴⁵⁶ O próprio Luis Carlos Prestes chegou a acompanhar tais acontecimentos e assim se referiu a José Martins: “Martinzão era um grande companheiro: após 35, participara inclusive de alguns choques armados com a polícia no Sul da Bahia.”⁴⁵⁷

Em dezembro de 1935 foi publicado no “*A Classe Operária*” um texto que reflete como a direção partidária estava avaliando os acontecimentos de novembro e o momento político posterior. O artigo “Começou a Revolução,” sem assinatura, foi um dos únicos documentos da época em que o partido analisava os acontecimentos de novembro de 1935.

O insucesso imediato, desta vez, dos levantes revolucionários não significa o fim da luta revolucionária. Pelo contrário, este insucesso momentâneo exige de nós a continuação de uma preparação ainda mais decidida para a luta revolucionária, a liquidação de todas as fraquezas e insuficiências, a ampliação da frente popular, dela expulsando ao mesmo tempo os elementos traidores, reforçamento e melhor organização do Partido, dos sindicatos, da ANL e das organizações populares, das Ligas e Comitês camponeses, reforçamento do trabalho na marinha e demais forças armadas, desenvolvimento das lutas dos operários e camponeses, na mais ampla base de suas reivindicações diárias, apoio enérgico e decidido às colunas revolucionárias armadas e de guerrilheiros no nordeste, e a formação de novas colunas do movimento libertador e revolucionário noutros pontos convenientes no país.⁴⁵⁸

Como muito bem caracteriza esse período da direção nacional, Dainis Karepovs afirma: “Após o *putsh* de novembro de 1935, a direção do PCB foi dominada por dupla cegueira: a referente ao estado em que se encontrava o Partido e a sobre a situação política do país.”⁴⁵⁹

Enquanto isso, em Moscou, no início de março de 1936, um relatório do Departamento de Quadros da IC sobre o PCB avaliava a realidade brasileira de maneira inversa, não acreditando na possibilidade de ocorrerem novas insurreições a curto prazo:

⁴⁵⁶ VIANA, Marly de Almeida Gomes. Op.cit. p. 280.

⁴⁵⁷ MORAES Denis de. e VIANA, Francisco. **Prestes: Lutas e autocríticas**, Petrópolis: Editora Vozes, 1982. p.96.

⁴⁵⁸ *A Classe Operária*, São Paulo, Edição Especial, fev, 1936.

⁴⁵⁹ KAREPOVS, Dainis. *Luta Subterrânea: O PCB em 1937-1938*. São Paulo: Hucitec, Unesp, 2003.p.66.

A nosso ver, o partido, em lugar de falar em luta armada e todo poder à Aliança Nacional Libertadora, tem que reconstituir seu trabalho, colocar seus quadros em organizações de massa e pôr em prática uma linha de ação legal, utilizando uma linguagem que não sirva de pretexto para a polícia. A questão atual é preservar os quadros de modo que escapem aos golpes da reação, o que é difícil no momento, devido a uma avaliação equivocada da realidade.⁴⁶⁰

Ainda segundo Dainis Karepovs, “esse processo de radicalização não se fazia sem algumas oscilações. Em reunião do BP de princípios de abril, a direção do PCB aparentemente se dispôs a rever algumas diretrizes até então vigentes.” Começaram a se dar conta de que se ampliava o apoio a Getúlio Vargas e admitiam, mesmo que de maneira pouco clara e indireta, que as chamadas forças revolucionárias eram insuficientes por si sós para fazer o processo revolucionário avançar. Por isso propuseram a formação de uma frente de luta de todas as organizações agrupadas em torno de um programa mínimo, que defenderia o fim do estado de guerra e libertação de Luiz Carlos Prestes e demais presos políticos.⁴⁶¹

Com o aumento da perseguição policial aos comunistas, os remanescentes da direção resolveram sair do Rio de Janeiro. A escolha do nordeste teria acontecido porque: “Escolhemos o nordeste em vista da correlação de forças ser favorável à reorganização de nossas forças com vistas a novas lutas decisivas dentro de breve prazo.”⁴⁶² Acreditamos que a decisão pelo nordeste reflete a crença nas guerrilhas e movimentos camponeses.

Em suas memórias, Lauro Reginaldo da Rocha, o Bangu, que após a prisão de Miranda tornou-se o Secretário Geral interino, revela que após a prisão de Prestes foram divulgadas pela imprensa fotografias de alguns dirigentes em liberdade e a partir desse ocorrido, o Secretariado Nacional deliberou a mudança para Recife.⁴⁶³ Tendo chegado em junho e novamente ante a possibilidade de prisão, fez-se nova mudança em agosto de 1936, dessa vez para Salvador. Isso facilitou uma maior aproximação das posições políticas dos dirigentes estaduais com o que, na época representava a direção nacional. Ou seja, a decisão de vir para a Bahia não teve nada a ver com a

⁴⁶⁰ Willian Waack, Camaradas. **Nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935.** São Paulo: Companhia das letras, 1993. p. 303 apud: KAREPOVS, Dainis. Luta Subterrânea...Op. cit. p. 87,

⁴⁶¹ KAREPOVS, Dainis. Luta Subterrânea...Op.cit.p.71.

⁴⁶² PCB: “Depois de novembro.” Outubro de 1936. Apud. Dainis Karepovs p. 90

⁴⁶³ Lauro Reginaldo da Rocha. Minha Vida (Memórias) 1ª parte. Manuscrr., p. 102. Apud : Dainis Karepovs. Op.cit. p.90

idéia de que o Estado havia se tornado área de refúgio, porque o irmão do então governador Juracy Magalhães era comunista e por isso não houve perseguição.

Foi a partir desse momento que o SN retomou os debates ocorridos nas reuniões do BP de março e abril de 1936, passando a defender posturas anti-sectárias e centradas na necessidade de organizações de Frentes Únicas Populares (FUP), ampliando ao máximo o leque de alianças com todas as possíveis forças anti-getulistas, contando inclusive com alguns grupos da situação:

Não podemos restringir a f.u.p. somente aos partidos de oposição, únicos convidados no programa que vocês mandaram. Tanto em Pernambuco como na Bahia, os PSD (da situação) é que englobam os elementos mais liberais. (...) Com uma pressão de massas séria, mobilizada pela base por nós, podemos e devemos empurra-los para a esquerda. Calor de massas em torno deles, pedindo insistentemente a reivindicações da massa, ao mesmo tempo que prepara a luta por ela. Com tal tática, reforçaremos a f.u.p. com uma ou mais situações estaduais, o que é de enorme importância para a derrubada de Getulio.⁴⁶⁴

Nesse sentido, procuraram estabelecer contato com o então governador da Bahia Juracy Magalhães, enviando-lhe uma carta em junho de 1936. O conteúdo da carta foi no sentido de caracterizar o governo de Getulio Vargas como atravessando um processo de “fascistização (...) como resultante fatal das forças imperialistas componentes da reação,” e por isso já estaria comprometido por seus “métodos e processos integralistas.” Quanto ao próprio governador, o documento o diferencia do conjunto de apoiadores de Vargas, pois “Os dirigentes da ANL não fazem a injúria de supor que V.S. endossa o conceito emitido por Getulio (...) e as camarilhas (...) de que a ANL tentou e deseja implantar um regime comunista no Brasil (...) a ANL sabe que não é possível saltar etapas fatais na evolução das sociedades”. E conclui afirmando que como consideram fundamental passar pela etapa democrática, convida-o a fazer parte da Frente Popular, e envia anexa à carta uma cópia do “Projeto de Bases para a formação da Frente Popular.”⁴⁶⁵

⁴⁶⁴ Carta do SN a Caros Camaradas do Rio, p. 2-3. Apud: Dainis Karepovs. Op cit. 109

⁴⁶⁵ Carta da ANL ao Capitão Juracy Magalhães. FGV. 1936 GV 22.06.1936.

A base do referido projeto defendia que a Frente Popular teria como eixo da atuação a realização de campanhas pela suspensão do estado de guerra, a restauração das garantias constitucionais, libertação de presos políticos, readmissão dos funcionários públicos, empregados e operários demitidos sob a acusação de extremista, e o mesmo em se tratando dos militares expulsos e reformados. Além disso, deveriam lutar por um programa que defenderia o restabelecimento da democracia com absoluta liberdade de pensamento, propaganda política, filosófica, religiosa, imprensa, cátedra, reunião, associação e organização sindical. Também deveria constar no programa a supressão de todo e qualquer aparelho de repressão policial, e por fim, uma parte mais radicalizada do programa, defendendo a suspensão por dez anos do serviço da dívida externa federal, estadual e municipal e a nacionalização de empresas, bancos e companhias de seguros.

Portanto, apesar do discurso de ampliação da política de alianças, a proposta de Frente Popular mantinha na verdade o mesmo núcleo do programa inicial da ANL. Ainda assim, ao término do documento, havia a afirmação que a ANL estava aberta para negociar alguns desses pontos. Propunha, ainda, a Juracy Magalhães que a Frente popular lançasse candidato à presidência e chapas em comum nos Estados e Municípios. E, para não esquecer da perspectiva de tomada do poder pela força:

no caso de acontecimentos levarem a Frente Popular ao poder antes daquelas eleições, organizar uma junta governativa da Frente Popular que conceda imediatamente a anistia geral e execute o programa (...) se comporá com elementos e organizações que estiverem de acordo com o programa ou parte dele (...) operários, liberais, socialistas, trabalhistas, organizações sindicais, etc.⁴⁶⁶

Como dito anteriormente, do ponto de vista das posições políticas defendidas pelo PCB durante 1936, verifica-se certa ambigüidade. Mantém-se, ao mesmo tempo, a defesa de um processo de radicalização em constante oscilação com posições mais moderadas. Em agosto de 1936 uma circular do SN, seguindo a mesma linha da carta e do documento enviados a Juracy Magalhães, expôs as novas posições, onde destaca que a principal tarefa do momento seria unir todas as forças “liberais, democráticas e progressistas do

⁴⁶⁶ Projeto de bases para a formação da Frente Popular. Anexo a Carta da ANL ao Capitão Juracy Magalhães FGV. 1936 GV 22.06.1936

país e todas correntes de oposição a Getúlio” com o objetivo de restaurar as franquias constitucionais, liberdade e anistia aos presos políticos e tomar medidas destinadas à melhoria da situação do povo trabalhador. Salientava, ainda, que esse novo governo não seria um Governo Popular Nacional Revolucionário com Prestes à frente, e “não será um governo da ANL, que não faz questão fechada de nele participar. Mas deverá ser um governo que nos abrirá perspectivas do governo popular nacional revolucionário, pois dará liberdade de pensamento e propaganda às massas populares e suas organizações (...) e defenderá a democracia.” Com relação ao nordeste, mantinha posições diferentes, pois registrava a existência de catorze colunas de guerrilheiros que “sustentam a bandeira da revolução em marcha.”⁴⁶⁷

Portanto, mantêm-se na direção partidária posições ambíguas, em alguns momentos acreditando que alguns movimentos aconteceriam como uma continuação das sublevações de 1935, e que havia uma enorme simpatia e apoio da massa popular às lutas revolucionárias de novembro. Refletindo essas posições, foi publicado em junho de 1936 um documento intitulado “A luta dos Guerrilheiros,” que demonstra o quanto o partido continuava ainda ligado às concepções que levaram aos acontecimentos de novembro de 1935.

Em tal documento enxergavam a continuação de uma crise revolucionária onde, surgiam “naturalmente” os grupos guerrilheiros. Esse quadro era traçado especificamente quando se referiam ao nordeste brasileiro, onde a crise social seria mais aguda, especialmente na zona rural.

Cada dia em maiores números, em todo o país e especialmente no Nordeste, heróicos brasileiros – operários, camponeses, soldados e populares – levantam de armas na mão(...).”

“Não podemos relativamente ao campo, falar apenas em apoio e solidariedade das populações aos grupos guerrilheiros. É tal a situação de miséria e de opressão em que vivem os assalariados agrícolas e camponeses (...) que sempre que os grupos de guerrilheiros agirem com uma perspectiva política justa, esse apoio se transformará rapidamente em participação cada vez mais ativa e direta.(...)

As guerrilhas que surgirem como resultado das lutas de massa no campo, terão asseguradas a solidariedade ativa de quase toda a população e crescerão muito rapidamente.⁴⁶⁸

⁴⁶⁷ “A situação do país e nossas tarefas imediatas.” SN. Rio de Janeiro, agosto de 1936. CEDEM/UNESP, Fundo IC.

⁴⁶⁸ “A luta dos guerrilheiros.” junho de 1936. CEDEM/UNESP, Fundo IC.

O SN, então, compreendia que tais movimentos aconteciam praticamente de maneira espontânea. Semelhante à avaliação feita com relação ao cangaço: “O cangaço é uma forma primitiva e espontânea de revolta de elementos camponeses. Os seus mais ferozes inimigos são obrigados a reconhecer que a injustiça e a opressão feudal são as causas criadoras de 90% dos cangaceiros.” E, em algum sentido, suas análises assemelham o cangaço à guerrilha, cuja diferença era que o guerrilheiro, mesmo que começasse somente como revoltado, “aprende rapidamente dos companheiros nacional-libertadores como lutar consequentemente para transformar o Estado de coisas existente.” Enquanto que com relação ao cangaço:

O Cangaceiro é um elemento revoltado contra a ordem de coisas existentes, é revolucionário porque luta contra o aparelho do Estado e sua reação. Porém a vitória para o cangaceiro está em subsistir livre.(...) Falta-lhe uma finalidade política definida que faz que muitas vezes ele procure apoio em outros feudais para combater seus inimigos pessoais.⁴⁶⁹

Nesse sentido, acreditava ser possível a transformação dos grupos ligados ao cangaço em grupos guerrilheiros revolucionários, de modo que, a partir de ligações estabelecidas com esses grupos, fossem levados a adotar o programa da ANL, “dar perspectivas políticas claras e canalizar a sua ação cada dia mais para a luta revolucionária consciente,” dando-lhes inclusive a possibilidade de obter, com a vitória da revolução nacional libertadora, um pedaço de terra onde poderiam viver em paz com suas famílias.

Por isso afirmava o documento que desses grupos guerrilheiros participariam “tanto revolucionários conscientes como outros elementos, sobretudo camponeses, revoltados contra as injustiças de que são vítimas (...).”⁴⁷⁰

Entre a crença na existência de uma revolução eminente com o povo se revoltando espontaneamente e o reconhecimento das debilidades organizativas, em outro documento da mesma época, o mesmo SN revela que em alguns momentos o PCB reconhecia a “velha falha” da falta de um

⁴⁶⁹ Idem

⁴⁷⁰ Idem

trabalho consistente no campo, mas ao mesmo tempo revela também que ainda alimentava expectativas em relação às guerrilhas rurais:

A principal causa das debilidades das guerrilhas é a falta de um trabalho no campo que tenha levantado as massas camponesas em luta por suas reivindicações imediatas. Essa velha falha de nosso partido precisa ser corrigida se quisermos verdadeiramente alastrar o sertão com guerrilhas e não é evidentemente trabalho para poucos meses. Todos os informes que recebemos originalmente sobre a existência e as ligações e probabilidades de ligação imediata com grupos de supostos guerrilheiros, desvaneceram-se em nuvens de fumaça, e baseavam-se muito sobre a idealização dos grupos de cangaceiros. É necessário dizer-se a verdade para que VV. Aí não fiquem contando, como nós contávamos antigamente, com uma série de coisas que não existiam ainda e que darão trabalho para que se construa.⁴⁷¹

Se durante 1935 ficou marcante a distância entre a realidade e as análises do partido, temos aqui talvez a primeira análise mais centrada na realidade concreta. Reconhecendo inclusive que parte das suas avaliações anteriores foram elaboradas a partir de “coisas que não existiam.”

No final de setembro de 1936, acompanhando a marcha dos acontecimentos no Posto Indígena, o CR Bahia e o Secretariado Nacional, que na época estava instalado em Salvador, tinham perspectivas para a eclosão de um movimento guerrilheiro no sul do Estado: “Começa agora na Bahia um trabalho de base mais sério e há um trabalho no interior. Já há uma guerrilha no sul do Estado, município de Itabuna, para onde foi mandado delegado em cuja volta saberemos o verdadeiro andamento e forças existentes.”⁴⁷²

Enviou um emissário para tratar com José Martins dos últimos acontecimentos e transmitir-lhes orientações. Para isso demorou apenas dois dias na área. A carta entregue para José Martins, apesar de extensa, vale a pena reproduzi-la na íntegra, pois revela a posição do Partido diante do movimento camponês e das perspectivas para as guerrilhas. Tal carta revela as mesmas perspectivas presentes no documento do Partido de meados de 1936, “A luta dos guerrilheiros.”

Bahia, 25 de 9 –36

Prezado camarada Inocêncio:

Temos sabido a bastante tempo dos esforços por você para o levantamento do trabalho no campo, e, posteriormente temos tido

⁴⁷¹ Carta do SN a Caros Camaradas. 24-09-1936. p.8-9. CEDEM/UNESP, Fundo IC.

⁴⁷² Carta do SN do PCB a Caros Camaradas. 24-09-1936. CEDEM/UNESP, Fundo IC.

diversas confirmações por intermédio do CZ Litoral Sul dos êxitos muito positivos obtidos nesse trabalho.

É da enorme importância para o Partido adquirir essa experiência concreta de trabalho camponês, ao mesmo tempo que ela nos abre a perspectiva de iniciarmos uma luta camponesa de envergadura, com perspectiva de se transformar em guerrilha.

Por isso mesmo resolvemos a ida do nosso camarada portador, não somente até aí para entender-se pessoalmente com V., transmitir-lhe nossos últimos materiais recebidos do CC e as diretivas deste CR que deverá discutir consigo de acordo com a situação real aí existente.

Há pontos sobre os quais precisamos de maiores esclarecimentos para melhor poder avaliar a situação de fato existente aí.

a) constou-nos ter 200 homens em armas. Acreditamos haver exagero nisso e desejamos saber quantos atualmente já estão em armas, de quantas armas dispõe de quantas mais precisa, qual a situação com referência a munições e medicamentos.

Também sobre tudo desejamos conhecer a situação de espírito desses homens, qual a sua formação ideológica, se dispostos a tomar a ofensiva ou se dispostos somente a defender-se de assaltos do exterior que visem desapropriar suas terras.

b) É necessário desde logo encaminhar entre eles a propaganda e agitação contra o fascismo como principal apoio dos grandes latifundiários e preparar o ambiente para que tomem a ofensiva contra o fascismo a qualquer ação deste nas redondezas. Ao mesmo tempo aproveitar a atual situação do Estado para fazer ver-lhes a necessidade de pressionar sobre o Governo Estadual, insistindo pela aplicação das promessas de 30 com referência a terra, denunciando as investidas dos latifundiários mais reacionários, etc., através de telegramas e ofícios.

É também indispensável ter uma clara perspectiva sobre o futuro desenvolvimento do trabalho, pois sabemos que a que para de caminhar está fadada a derrota.

O movimento pode não tomar a ofensiva neste momento por ineficiente preparação ideológica e material ou por falta de ambiente na massa. Mas é desde já necessário que os dirigentes e os comunistas vejam claramente a necessidade de tratar da preparação ideológica e orgânica tanto da defensiva como da ofensiva.

Preparar planos de ataque e de defesa, preparar depósitos de armas, estudar outras zonas para as quais migrar os guerrilheiros quando for impossível manter-se na atual. Alastrar a agitação e propaganda entre os setores camponês fora daí, prevendo um futuro muito maior do que sendo restrito a esse único distrito.

Tudo isso significa um constante trabalho da CELULA COMUNISTA aí e principalmente seu, para metodicamente desenvolver um plano de agitação e propaganda e de organização para o desenvolvimento do movimento camponês e para a preparação das futuras e inevitáveis lutas armadas.

Esperamos com muito interesse sua opinião sobre esses assuntos e sobre outros de que tratará o portador verbalmente e que insistimos para que restrito ao extremo e somente conhecido dos realizadores.

Juntamos material especial sobre as guerrilhas que deverá ser de muita ajuda a vv.

Pelo material sobre a luta contra o fascismo, verão que a palavra de ordem central do momento é MOBILIZAR TODAS AS FORÇAS PARA DETER O AVANÇO DO FASCISMO. Isto não significa que abdicamos da posição independente de classe, ao contrário. Devemos reforçar a preparação e desencadeamento de todas as lutas parciais e sempre dar-lhe o cunho também da luta contra o fascismo, dizendo abertamente que apóiam as medidas antifascistas do Governo Estadual e que estarão dispostos a fazer a frente única com ele para

lutar contra o fascismo, sempre que este o atacar, sem para isso desistir das reivindicações imediatas.
 Em compreendendo isso, o trabalho de VV. Será: duplamente proffcuo.
 Esperamos ansiosos as noticias suas e enviamos-lhe nossas saudações revolucionárias.
 CR da Bahia do PCB⁴⁷³

Os acontecimentos no sul do Estado estavam sendo acompanhados pela direção nacional do PCB que nutria esperanças de desencadeamento de guerrilhas por todo o nordeste apesar das recentes derrotas. Haviam ocorrido recentes prisões em Mossoró no Rio Grande do Norte e em Pernambuco, onde foram presos oito membros da referida “guerrilha”. As últimas esperanças estavam portanto concentradas no Sul da Bahia. “A única que temos ligação atualmente é a da Bahia e esperamos agir com mais energia para conseguir um auxilio eficiente a esses companheiros e evitar a repetição de erros anteriores.”⁴⁷⁴

O trabalho realizado pelos comunistas que estavam no Posto direcionou-se no sentido de organizar os posseiros para defender as terras, contra os fazendeiros que há muito tempo já manifestavam interesse em pôr fim à reserva e invadir suas terras.

4.3. A prisão do Caboclo Marcelino e a Invasão das Terras indígenas

No grupo dos índios que acompanhavam Marcellino, cada um portava um rifle calibre 44, entregue por Telésforo Fontes por ocasião das reprimendas às medições das terras pelos engenheiros vindos de Vitória da Conquista. O chefe do Posto tentava convencê-los da necessidade de ajudarem a “guarnecer o posto”. “E os incorporou a um grande grupo de cerca de duzentos homens armados”⁴⁷⁵.

Segundo Marcellino, Telésforo pediu “que ficassem por ali trabalhando na roça.” Mas o Caboclo lhe explicou, “que não tinha ido para o Posto trabalhar em roça, queria era que ele Fontes, como encarregado pelo governo

⁴⁷³ Carta ao Camarada Inocêncio. CR da Bahia do PCB. 25/09/1936. Processo 223 do TSN. AN.

⁴⁷⁴ Carta do SN do PCB a Caros Camaradas. 24-09-1936. CEDEM/UNESP, Fundo IC.

⁴⁷⁵ Auto de perguntas feitas a Fulgêncio Almeida, Marcellino Alves e Marcionillio Brás. Processo 356 do TSN. AN.

de proteger os índios, o apresentasse as autoridades competentes, para que pudesse perante estas reclamar os seus direitos.”⁴⁷⁶

Ficaram escondidos numa posse no Ribeirão da Fartura, uma légua mais ou menos do Engenho do PI, até o mês de setembro de 1936, quando perceberam que Telésforo não os ajudaria, pois estava muito envolvido com os problemas do próprio Posto, resolveram voltar para Olivença sem comunicar-lhe tal decisão. Deliberou-se entre os membros do grupo que levariam as armas para vender e com o dinheiro comprariam comida e roupas.

Aconteceu que na viagem de volta, de passagem pela Serra do Padeiro, na divisa entre Macuco e Olivença, foram perseguidos pela polícia, houve troca de tiros e o Tenente Francisco Moitinho Dourado saiu ferido, fato que teve grande repercussão. Na confusão, o grupo acabou se dividindo, indo embora Marcionilio Brás e Fulgêncio Almeida. No Posto ficaram sabendo do ocorrido por informação do empregado Joaquim Spinola que estivera em Itabuna, o que levando “Fontes e José Martins ficaram aborrecidos e preocupados.”⁴⁷⁷

Com a divisão do grupo, Fulgêncio Almeida e Marcionillio Brás apresentaram-se a Subdelegacia de Olivença, em meados de outubro, sendo levados para Itabuna, onde prestaram depoimento. Informaram, entre outras coisas, que as armas do grupo foram fornecidas por Telésforo, que permaneceram por seis meses no posto e constataram que existiam poucos índios morando nas suas instalações, mas que “posto tem em suas terras uns trezentos posseiros”. Informaram que viram bombas grandes no posto, mas que segundo soube seriam para matar peixes. Segundo Marcionilio Brás “(...) a idéia dominante no posto é o comunismo, como assim disse Telésforo Fontes, mandando que eles fossem trabalhar porque a terra era deles (...). Telésforo incute no espírito dos posseiros as idéias do comunismo, cujas vantagens propala dizendo sempre que o comunismo favorece a pobreza, com o que todos os posseiros estão de acordo e convencidos disso(...) “ Fontes diz que quando o comunismo ganhar ele dará muitas terras para se trabalhar.”⁴⁷⁸

⁴⁷⁶ Auto de perguntas feitas a Marcellino Alves. Processo 356 do TSN. AN.

⁴⁷⁷ Auto de perguntas feitas a Gildath Amorim. Processo 223 do TSN. AN.

⁴⁷⁸ Auto de perguntas feitas a Marcionillio Brás. Processo 356 do TSN. AN.

Já Fulgêncio, afirmou que “(...) no posto se faz propaganda do comunismo, dizendo que este é muito bom, enquanto o integralismo não presta” e que além de Telésforo estavam à frente do Posto e falavam em comunismo “Antônio, Clemente e Edmundo (...) os três usam fardamentos, mas não sabe os seus postos.” Fulgêncio ainda denunciou que entre os três, o Edmundo era na verdade, Inocêncio que no final de 1935 fez reuniões e organizou os caboclos de Olivença para um levante. E apresentou um motivo diferente daquele apresentado por Marcellino para explicar a saída do líder indígena do Posto. Segundo Fulgêncio, Marcellino, ao sair do posto, “trazia no pescoço um lenço vermelho, dizia que era comunista e que preferia morrer a pender para o lado do integralismo, acrescentando que ia ajuntar mais gente para brigar com a polícia”.⁴⁷⁹ Essas afirmações de Fulgêncio confundiram bastante a polícia que chegou a divulgar na imprensa a informação que os três seriam oficiais do exército fugidos do Rio de Janeiro e de Recife por participar da “Intentona Comunista.” Por isso que cogitou-se inclusive, que o Antonio, que ficou conhecido como “Bigode Branco”, seria o major Costa Leite que estava foragido após os acontecimentos de novembro de 1935.

Mesmo com o grupo dividido o Caboclo Marcellino e seus dois companheiros ainda ficaram quase um mês escondidos na mata, aguardando uma oportunidade para se entregarem “pois não tinham intenção alguma de brigar, nem resistir a prisão, apenas queriam a garantia de vida”.⁴⁸⁰ Cyrillo Pereira de Almeida, subdelegado de polícia do distrito de Cajazeira, ao saber que eles estavam há quase dois meses na região de Macuco, refugiados em um lugar conhecido como Santaninha, enviou para lá João Pinto e Alicio Pinto, filhos de Pedro Pinto para negociar uma rendição, a qual aceitaram sem nenhum tipo de resistência, pois segundo eles ainda “não haviam se entregue por falta de uma pessoa que lhes merecesse confiança, a fim de não serem maltratados.” Em 01 de novembro de 1936, Caboclo Marcellino, Pedro Pinto e Marcos Leite foram apresentados à Delegacia de Itabuna.

⁴⁷⁹ Auto de perguntas feitas a Fulgêncio Almeida. Processo 356 do TSN. AN.

⁴⁸⁰ Auto de perguntas feitas a Marcellino Alves. Processo 356 do TSN. AN.

Figura 6: A prisão de Caboclo Marcellino



Fonte: *Estado da Bahia*, Salvador, 06 de novembro de 1936.

Foi a partir da prisão dos dois primeiros membros do grupo que acompanhava o Caboclo Marcellino, em setembro, e utilizando-se do fato de estarem estes com algumas armas fornecidas pelo Delegado Capitão Salomão Rhen para a defesa das terras do Posto, que o referido Delegado se comunicou com a Secretaria de Segurança Pública do Estado, e utilizou-se das informações “concedidas” por Marcionillio Brás e principalmente por Fulgêncio Almeida para argumentar a necessidade de ocupação do Posto para recuperar as armas que estariam sendo utilizadas pelos “comunistas para fins subversivos.”

Marcando o início das operações militares na área indígena, o Secretário de Segurança do Estado, Capitão João Facó, que estava viajando, se comunicou com o sub-Secretário, Capitão Hanequim Dantas, e este “enviou da capital do Estado o Tenente Ephigênio Mattos e Silva, para auxiliar à Delegacia Especial e a frente de vinte praças, foi ‘in-loco’ verificar o que de

fato havia no posto, e com ordem de apreender o armamento, qualquer documento referente ao comunismo, prender Telésforo e os oficiais desertores que segundo se afirma, lá se encontram refugiados após os acontecimentos de novembro.”⁴⁸¹

O Segundo Tenente Ephigenio Mattos e Silva era do serviço de rádio da polícia, ou seja, telegrafista, o que levanta uma questão: encarando a missão como temerosa, o que justificaria o envio de um tenente telegrafista sem nenhuma experiência nesse tipo de missão? O próprio Ephigenio afirmou que o Capitão Rhen “aconselhou prudência, pedindo-lhe que tomasse atitude rigorosamente pacífica, a fim de não criar um caso para o governo do Estado, pois o Posto Paraguaçu era de domínio Federal.”⁴⁸² Outra questão um tanto suspeita é que as armas foram fornecidas pela própria polícia militar, portanto, supostamente reconheciam a existência de um conflito pela terra, no qual os fazendeiros queriam apoderar-se das áreas da reserva. Uma hipótese possível é que o fornecimento das armas pelo Capitão Rhen foi, na verdade, uma armadilha para Telésforo, pois o principal argumento para a missão do tenente Ephigênio foi a necessidade de buscar tais armas, que segundo ele, estavam sendo usadas para fins subversivos. Cabe registrar que o Capitão Rhen era genro do Sr. José Krushewisky, um dos líderes do movimento dos fazendeiros que solicitavam do governador nova delimitação nas áreas da reserva. O que confirma a existência de um plano arquitetado pelos fazendeiros e vários políticos ligados ao então Governador do Estado Juracy Magalhães, que se iniciou com a presença dos engenheiros de Vitória da Conquista, que realizaram as medições a mando da Delegacia de Terras, do Dr. Augusto Santos Souza e do Delegado de Polícia e usando armas fornecidas pela polícia de Conquista, conforme comentado anteriormente.

O Tenente Ephigenio chegou ao Posto em 16 de outubro de 1936 com o Cabo João Gomes e mais dezoito Praças, com o propósito de tomar as armas, prender Telesforo e conduzi-lo à capital do Estado. Mas como Telesphoro foi avisado da chegada da tropa, preparou-se previamente, convocou os posseiros a se armarem para resistir a ação da força policial e esta acabou cercada e rendida, sendo obrigada a entregar as armas. Segundo Telesphoro, o que

⁴⁸¹ *Estado da Bahia*. Salvador. 26 de outubro de 1936. 3ª Edição.

⁴⁸² *Estado da Bahia*. Salvador. 08 de dezembro de 1936.

determinou a sua atitude foi a forma como Ephigenio chegou ao Posto, com uma formação de combate:

com um fuzil- metralhadora ao centro das duas alas de oito homens cada uma, todos em posição de tiro; o modo como entraram (...) ao penetrarem a ala aberta, entraram a galopar, desapeando rapidamente e tomando a posição indicada, em atitude de ataque , pondo os índios em confusão. Podíamos advinhar a intenção dessa gente? (...) em vez de os receber a bala procurei entendimento (...) recebi intimação de entregar o Posto, me deixar conduzir até a capital, bem como entregar as armas que me fornecera a Delegacia Especial de Itabuna. Exigindo um documento que comprovasse a autorização para isso, provinda do Estado maior do Exército, a quem está subordinado atualmente o Serviço de Proteção aos Índios.⁴⁸³

Telésphoro afirmara isso porque o único documento apresentado pelo Tenente Ephigênio foi assinado pelo Capitão Salomão Rhen, Delegado Especial do Sul do Estado, o que considerou uma “quebra de harmonia” entre o governo Federal e do Estado, que poderia levar a uma crise política e suspeitou que a ação estivesse sendo executada sem o conhecimento do governador do Estado e ainda suspeitando que o Delegado poderia estar “participando do jogo que fazem no momento os srs. interessados na partilha entre si das terras dos índios, e dos posseiros pobres existentes na mesma(...)”⁴⁸⁴ Tal suspeita se motivaria inclusive, porque, o referido Delegado, em nenhum momento anterior, havia solicitado a devolução das armas.

Telésforo disse a Ephigenio que os manteriam presos por ordem do Ministro da Guerra. A tropa passou a noite no Posto e, no dia seguinte, Telésforo afirmou ter telegrafado ao Ministro e que a liberdade do tenente dependia da resposta obtida. Nesse mesmo dia, foram todos libertados, contudo, sem as armas, pois receava um ataque ao Posto. Além disso, Telésforo entregou um documento ao Tenente onde afirmava ser a sua força transgressora, e que havia tomado tal atitude para evitar um choque da polícia com os indígenas e posseiros de lamentável consequência, e que se entenderia com algum representante do Ministério da Guerra,⁴⁸⁵ pois segundo ele, só

⁴⁸³ Carta de Telésphoro Fontes a Liberato de Carvalho em resposta ao *ultimatum* recebido. 22 outubro de 1936. Processo 223 do TSN. AN.

⁴⁸⁴ Idem.

⁴⁸⁵ *Estado da Bahia*, 24 out de 1936, 3ª Edição entrevista de Hanequin Dantas.

poderia entregar as armas mediante uma ordem especial do Estado Maior do Exército com assinatura do Oficial Chefe do Serviço de Proteção aos Índios.

O tenente, ao regressar, informou a seus superiores ter visto um número incalculável de pessoas armadas e cavando trincheiras, e que “a Colônia fora transformada em um núcleo comunista (...) entre os quais três oficiais do exército fugidos do Rio depois do fracasso da revolução extremista (...)”⁴⁸⁶ Tais informações repetiam o depoimento de Fulgêncio Almeida, e o Tenente as divulgava mesmo sem ter nenhum tipo de confirmação de tais dados. Faziam assim, parte da propaganda anticomunista necessária para referendar a ação policial que já estava sendo planejada. Nas palavras do próprio Liberato de Carvalho:

O desagravo ao principio de autoridade desrespeitado e a repressão ao insólito gesto não poderia tardar. E o governo, consciente da responsabilidade de seus atos, ordena a intervenção militar, entregando-me o comando das F.O.⁴⁸⁷

Com isso fica claro que a missão fracassada do Tenente radio-telegrafista Ephigenio Matos acabou servindo como mais um pretexto para a ocupação das terras indígenas, pois, além de superar o vexame, a força policial tinha um novo objetivo que era recuperar as armas tomadas dos praças. Quanto à sua competência para ter assumido missão considerada “tão delicada” o próprio Coronel Liberato de Carvalho, ao final das operações no Posto Indígena, oficializou a sua opinião a respeito do Tenente:

Sem muita pratica e conhecimento dos perigos e imprevistos das missões arriscadas. Daí o insucesso que sofreu. É, no entanto, um oficial inteligente, dedicado, corajoso e competentíssimo na sua especialidade.⁴⁸⁸

Após receber os informes transmitidos pelo Tenente Ephigênio, o Secretário de Segurança Pública Interino, Capitão Hanequin Dantas, enviou telegrama ao Capitão Salomão Rhen, Delegado Especial do Sul do Estado,

⁴⁸⁶ *Estado da Bahia* 24 de outubro de 1936.

⁴⁸⁷ CARVALHO, Liberato de. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Cap. Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia pelo Cel. Cmt. das Forças de Operação contra a célula comunista do PI Catarina Paraguassu. 16/11/1936. Processo 223 do TSN. AN.

⁴⁸⁸ Idem.

informando que providências seriam tomadas: “irei me entender com o governador, o Comandante da Região e da Força Pública, para coordenar medidas necessárias (...).” Após todos os preparativos, o escolhido para comandar as chamadas Forças de Operação (FO) foi o próprio Comandante da polícia militar do Estado o Coronel Liberato de Carvalho que:

seguiu com uma companhia de guerra de 200 homens que se juntou às forças existentes em Ilhéus, Itabuna, (...) Conquista sob o comando do Capitão João Antônio, de Belmonte e Canavieiras que subiram o Rio Pardo e de Guarany, num efetivo de 600 homens ao todo. (...) Como representante do Comandante da Região Militar do Exército, seguiu o Tenente Plácido, que vem acompanhando todas as atividades.⁴⁸⁹

Partiu de Salvador um contingente de 183 homens, no dia 19 de outubro, a bordo do Vapor da Companhia Baiana “Ilhéus,”⁴⁹⁰ para ao chegar em Itabuna, se juntar ao contingente da Polícia Militar da região que segundo a citação anterior, do próprio Secretário de Segurança Pública formariam um total de seiscentos homens. Como tal empreendimento dizia respeito a uma manifestação antiga dos fazendeiros que queriam as terras do Posto, eles adicionaram ao contingente da força pública um batalhão de jagunços, advindos dos vários municípios vizinhos – Ilhéus, Itabuna, Una, Canavieiras, Conquista – que no primeiro momento totalizou 600 homens.⁴⁹¹ Ou seja, a invasão do Posto contaria com um total de 1200 homens armados, entre jagunços e policiais.

Pode parecer absurdo toda essa mobilização, mas para justificar tal esforço, a força pública divulgava aos quatro cantos que no Posto existia um perigo eminente de uma sublevação que pretendia atingir todo o sul do Estado, e que além da “existência aproximada de 400 homens em armas, se achavam homiziados vários criminosos, dentre os quais o célebre ‘Caboclo Marcellino’, ainda constando ali estarem ocultos alguns oficiais desertores do Exército (...).”⁴⁹² Tais “informações” serviam para criar na sociedade local e principalmente entre os fazendeiros, o medo e, conseqüentemente, o apoio às ações dos fazendeiros e da força policial militar que ocupariam as terras

⁴⁸⁹ *Estado da Bahia*. Salvador. 24 out. de 1936. 3ª Edição. Entrevista de Hanequin Dantas.

⁴⁹⁰ CARVALHO, Liberato de. Op. cit.

⁴⁹¹ *Estado da Bahia*. Salvador. 27 outubro de 1936. 1ª Edição.

⁴⁹² CARVALHO, Liberato de. Op.cit.

indígenas. Vale destacar que o anticomunismo na região já vinha sendo propalado exaustivamente desde novembro de 1935.

O Coronel Liberato assim se referiu a tais fazendeiros: “muitos civis cooperaram eficazmente junto às FO, na manutenção da ordem, dentre os quais se destacaram os abastados fazendeiros Srs. Pompílio Céu, Quintino Marques, Graciliano Ricardo e João Batista Assis.”⁴⁹³

Ao saber da chegada das tropas da Polícia Militar a Ilhéus, Telesphoro tratou de reunir os posseiros que ocupavam terras da área do Posto e convocou-os a luta, pois “era chegado o momento deles posseiros ajudarem o Posto na defesa das terras, porque tudo isso era arranjado pelos políticos que eram gente grande, para medirem e retalharem a área de terras reservada aos Índios, também como, apropriarem das benfeitorias dos posseiros.” Com esse apelo conseguiu arregimentar cerca de “cento e poucos” homens e armou setenta e três, os demais se armaram com suas armas de caça.⁴⁹⁴

José Martins vendo a gravidade da situação combinou com Fontes a sua ida para o Rio de Janeiro, levando um ofício para a chefia do Serviço dos Índios, “com o nome de Sergio Martins Fontes, levando a missão de explicar ao seu superior às ocorrências havidas no Posto de forma que pudesse neutralizar a repressão da polícia.”⁴⁹⁵

Telesphoro tentou ainda sensibilizar os soldados da força policial esclarecendo-lhes o caráter da ocupação e denunciando as intenções dos fazendeiros e do governo do Estado:

SOLDADOS DA GLORIOSA POLÍCIA BAIANA

Os políticos e ricaços gananciosos do trabalho alheio, vos atiram contra nós uns aos outros para satisfação dos seus desejos criminosos e para mais facilmente aumentar suas fortunas.

Eles nos chamam de comunistas; arranjam denunciadores para ver se conseguem com contingentes armados a fuzis e metralhadoras nos fuzilarem e aos índios.

Qual de vós são filhos de gente rica? Nenhum: Sois todos pobres e filhos e seus filhos também e sujeitos a um salário miserável.

Não vos deixeis matar assim, pelos interesses dos outros e não atireis também sobre nós para satisfazer as paixões daqueles que vem tratar como escravos.

Sabeis qual o motivo porque eles vos lançam sobre nós?

⁴⁹³ Idem.

⁴⁹⁴ Depoimento de Gildath Amorim, logo após sua prisão na Delegacia de Itambé em 30 de novembro de 1936. Processo 223 do TSN. AN.

⁴⁹⁵ Idem.

Eu vou dizer-vos: O governo Federal em 1926 separou uma área de terra para os índios e tendo nessa área vários pobres, os gananciosos políticos e fazendeiros querem retalhar essas terras expulsando das mesmas os índios e os pobres posseiros que nela habitam.

Nós não queremos lutar. Queremos a paz, mas uma paz que garanta os nossos trabalhos. Nós não somos Lampeões. Nós, se fossemos comunistas não estaríamos defendendo um patrimônio do governo Federal. O Cap. Salomão sabe que nós não somos bandidos nem comunistas. Foi ele próprio que nos forneceu as armas e munições para defesa do posto Indígena Paraguassú.

Protestas contra quem vos quer fazer matar soldados da gloriosa Polícia Baiana. Senhores oficiais lembrai-vos que o Posto Paraguassú é patrimônio do Governo Federal. Lembra que o Posto está cheio de índios e crianças.

Defendemos até o ultimo momento os índios e suas terras sendo dentro da área dos índios. Fora não daremos um passo.

T. Fontes

D. F. do SPI do E. da Bahia.⁴⁹⁶

Edison Carneiro foi enviado pelo jornal *Estado da Bahia* para cobrir os acontecimentos, chegou à região no dia 25 de outubro, quando afirmou categoricamente:

A opinião dominante aqui, mesmo nos círculos integralistas, é a de que o levante de Itabuna não tem absolutamente nenhum caráter comunista. Trata-se apenas de reivindicação pelas terras das terras doadas pelos índios no Posto Paraguaçu pelo governo federal, e que despertara a cobiça de certos elementos em virtude das excelências das terras para a cultura do cacau e que tiveram grande valorização em consequência do desenvolvimento desta lavoura em todo o município.⁴⁹⁷

Carneiro informou ainda que “Telésforo (...) avisou a polícia que se entregaria sem resistência as forças legais que atuam para a debelação do movimento, contanto que viesse a frente das tropas um oficial do Exército enviado pela Sexta Região Militar, visto tratar-se a sua repartição de uma dependência federal exigiu também garantias para a sua vida e a dos índios do Posto.”⁴⁹⁸

As declarações prestadas por Edison Carneiro muito chamaram atenção justamente porque se opunham à versão dada pela Secretaria de Segurança para justificar a ocupação do Posto, contrariando os militares envolvidos na operação assim como os fazendeiros da região. No mesmo dia o *Estado da Bahia* publicou na sua terceira edição entrevista concedida pelo Secretário de

⁴⁹⁶ “Soldados da Gloriosa Polícia Baiana.” Itabuna. S.d. Processo 223 do TSN. AN.

⁴⁹⁷ *Estado da Bahia*. Salvador. 26 de outubro de 1936, 1ª Edição.

⁴⁹⁸ *Estado da Bahia*. Salvador. 26 de outubro de 1936, 1ª Edição.

Segurança Pública interino, o Capitão Hanequin Dantas, que desmente as afirmações de Edison Carneiro e tenta manter a versão oficial que se tratava de um levante comunista, que não pode haver levante indígena “isto porque o Posto Paraguaçu abriga somente cerca de umas três dezenas de nativos.”⁴⁹⁹ Ainda segundo o secretário, Telésforo usou de tática bolchevista ao “propalar entre os indígenas e posseiros que os burgueses, fazendeiros e o governo queriam se apoderar de suas terras e que ele, como funcionário federal, tinha ordem do Ministério da Guerra para se levantar em armas a fim de defender os seus direitos”. Depois de muito argumentar, o secretário concluiu: “(...) como vemos não se trata de um levante de índios, nem de tomada de suas terras por elementos estranhos. Trata-se sim de um surto comunista. Agimos na defesa da sociedade contra essa célula comunista organizada há muito pelo irmão de Sylo Meireles⁵⁰⁰ e continuada pelo atual chefe do Posto.”⁵⁰¹

Telésforo foi duramente criticado pela imprensa. Seu principal crime teria sido o de agir “(...) despertando nos índios o espírito de luta e barbárie, concitou-os a promover a posse da terra por meios violentos, reivindicando, para eles indígenas conquistas sociais. Para levar a efeito seu ato criminoso, Telésforo Fontes armou o grupo do famoso Caboclo Marcellino.”⁵⁰²

A opinião de Edison Carneiro sobre os conflitos gerados pela invasão do Posto, teve uma pequena alteração após alguns dias na região. Se anteriormente afirmou que não tinha nada de comunista, certamente após ter contato com alguns membros do partido afirmou:

A opinião geral é que as origens do movimento não foram comunistas. A intenção de certos influentes fazendeiros e políticos da zona de se apoderarem das terras dos indígenas determinou o descontentamento entre os nativos, que alimentam sempre, por motivos vários, enormes desconfianças dos brancos.(...) Tal situação foi, então, habilmente aproveitada pelos comunistas da zona, inclusive Telésforo Fontes, chefe do Posto Paraguaçu, que desde muito se dedica as doutrinas comunistas. Esta é a verdadeira história do levante e sobre a qual todos aqui estão de acordo.⁵⁰³

⁴⁹⁹ *Estado da Bahia*. Salvador. 26 de outubro de 1936. 3ª Edição.

⁵⁰⁰ Referindo-se a Syldo Meireles que atuou no Serviço de Proteção aos Índios (SPI), e foi o responsável pela implantação do Posto Paraguaçu.

⁵⁰¹ *Estado da Bahia*. Salvador. 26 de outubro de 1936. 3ª Edição.

⁵⁰² *Estado da Bahia*. Salvador. 24 de outubro de 1936.

⁵⁰³ *Estado da Bahia*, 29 outubro de 1936. 1ª Edição.

A polícia realmente sabia da existência de comunistas no meio dos índios, e além disso, as prisões de Fulgêncio e Marcionillio foram anteriores à ocupação e nos depoimentos fizeram tais confirmações. Estas serviram muito bem como mais um pretexto procurado para justificar a ocupação do Posto. O Estado resolveria várias questões de uma só vez. Buscaria prender os comunistas que estavam na área indígena e, ao mesmo tempo, ocupava o posto federal como queriam os fazendeiros locais, para propiciar uma nova definição dos limites da reserva, expulsando os posseiros que moravam na área, que constituíam os “comunistas armados” a que a polícia se referia, abrindo caminho para os fazendeiros se apropriarem das terras.

Ao chegar às proximidades do PI, no dia 21 de outubro de 1936, o Coronel Liberato enviou a Telésforo Fontes o seguinte *ultimatum*.

Senhor Encarregado do Posto

1º Tendo chegado ao conhecimento do Senhor Capitão Juracy Montenegro Magalhães, eminente governador do Estado, vossa atitude insólita para com o contingente da polícia militar a serviço da Secretaria de segurança pública, fui designado por aquela autoridade para ter um entendimento honroso convosco não só reaver o armamento que apreendeste como tomar medidas de proteção aos índios deste posto a cuja frente vos achais. 2º Para o desempenho desta missão vim acompanhado do 1º Tenente do Exército Plácido Rocha Barreto como representante do Ministério da Guerra por designação do Comandante da Sexta Região Militar 3º lembro-vos a conveniência de agirmos com a máxima sinceridade e critério afim de que sejam evitadas conseqüências desagradáveis 4º Requisito-vos pois a remessa no prazo de 48 horas do armamento citado do fornecido pela delegacia especial e de qualquer outro material de guerra que houver neste posto 5º Requisito-vos pois a entrega imediata a polícia deste município do criminoso Caboclo Marcellino e demais componentes do seu grupo responsáveis por incêndios roubos e assassinios ocorridos no distrito de Olivença 6º Deveis apresentar ao Capitão da Ordem Social desta zona todos os elementos comunistas que se acham homiziados neste posto sob vossa proteção e responsabilidade 7º Tudo espero resposta positiva dentro de 48 horas, pelo portador da presente cuja segurança vos responsabilizo.⁵⁰⁴

Além do *ultimatum* enviado a Telésforo, o Tenente Plácido e o Coronel Liberato assinaram uma nota que foi distribuída entre os moradores da reserva no intuito de apelar para que entregassem as armas e se apresentassem às autoridades. Chamou-nos a atenção o fato da nota ser direcionada aos

⁵⁰⁴ *Estado da Bahia*, 26 outubro de 1936. 3ª Edição.

posseiros e trabalhadores rurais, o que demonstra a clareza dos objetivos da missão.

Aos Trabalhadores e Posseiros do Posto Indígena Paraguassú
Tendo chegado ao conhecimento do governo do Estado que elementos comunistas se encontram concentrados na zona do Posto Indígena Paraguaçu iludindo os incautos trabalhadores e posseiros, afirmando que agem em defesa de suas terras, cumpre-nos, em nome do governo, scientificar-vos que estaes sendo instrumento de torpes explorações de caráter extremista, com o intuito exclusivo de sublevação da ordem. O governo do Estado, que está pronto a atender aos justos anseios e aspirações de todos vós, mas que, também, não trepidará na repressão enérgica aos perturbadores da tranqüilidade publica, faz um apelo, por nosso intermédio, a vós, que vos encontrades enganados, para que, imediatamente vos apresenteis as autoridades competentes e entregueis as armas que foram criminosamente distribuídas, na certeza de que tereis as devidas garantias.

Itabuna 20 de outubro de 1936. (a.) Liberato de Carvalho, Cel. Comt. Da Polícia Militar e Plácido da Rocha Barreto, 1º Tenente, pelo Comando da 6ª R. M.⁵⁰⁵

Assim como foi enviada nova correspondência a Telesphoro com o seguinte teor:

1º - Em aditamento ao officio anexo do Sr Cel. Comte. Da P. M., solicito, em nome do Cel. Cmte. Da 6ª RM, vossa obediência aos termos do referido documento, principalmente quanto a vossa presença nesta cidade para as devidas explicações.

2º - Vosso não comparecimento implicará em assumir responsabilidades tácitas por todos acontecimentos passados e futuros.

3º - Esperando que vossa vinda será a mais breve possível, lembro-vos que só a mesma poderá solucionar honrosamente todos os fatos surgidos.

Saúde e Fraternidade.

Plácido da Rocha Barreto. 1º Tenente representante do Comte. da 6ª R.M.⁵⁰⁶

Na disputa pela opinião pública, havia duas versões para os reais objetivos da missão policial que estavam em disputa. Os comunistas de Ilhéus e Itabuna distribuíram panfletos onde apresentavam a sua versão dos fatos. Intitulado “Apoio aos Camponeses e índios do Posto de Proteção de Itabuna” reafirmavam que todo aquele aparato bélico era com o intuito de “obrigar os índios e camponeses a se deixarem expulsar das terras que ocupam e que são cobiçadas de há muito pelos latifundiários e políticos visinhos!”⁵⁰⁷

⁵⁰⁵ *Estado da Bahia*, 27 outubro 1936. 1ª Edição.

⁵⁰⁶ Processo 223 do TSN. AN.

⁵⁰⁷ “Apoio aos camponeses e índios do Posto de Proteção de Itabuna.” Assinado por: Uma Célula do Partido Comunista do Brasil. Sem data, provavelmente entre 26 e 27 de outubro de 1936. Processo 223 do TSN. AN.

Durante o desenrolar dos acontecimentos do Posto Indígena, os integralistas, que tiveram seu movimento impulsionado com o anticomunismo exacerbado que tomou conta do país após novembro de 1935, tornaram-se uma força política que ameaçava o predomínio do PSD no Estado. Até que em setembro de 1936, o governador mandou fechar todos os Núcleos integralistas do Estado e instalou Inquérito investigando o que intitulou “Intentona verde”, suposto plano dos Integralistas para derrubar o governador. Vinte e dois integralistas foram presos e foram levados para o Rio de Janeiro para serem julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional:

Joaquim Araújo Lima
 Nelson Oliveira
 Milquiades Ponciano Jaqueira
 Walter Brandão Oliveira Aguiar
 José Esteves Leitão da Silva
 Aloysio Meireles
 Arquimedes de Queiroz Mattos
 José Muniz Nascimento
 José Luiz Oliveira
 Joaquim Pereira Dias
 Joaquim Cerqueira
 Durval Oliveira Santos
 José Aureliano Alves
 José Francisco Amorim
 Manoel Adolpho Santos
 Arsênio Alves Souza
 Ulysses Rocha Pereira
 Joaquim Correia Galvão
 Joaquim Sousa
 Antonio Pereira Sousa
 Armindo Julião Carvalho
 Euzébio Rocha⁵⁰⁸

A repressão foi de tal forma que alguns dirigentes do PSD de Ilhéus enviaram correspondência a Juracy Magalhães onde reclamaram dos excessos cometidos pela Delegacia Especial de Ordem Política e Social, que agia revistando casas, apreendendo instrumentos camisas e símbolos integralistas, espancando alguns e intimando outros para prestar depoimentos na Delegacia. No mesmo relato afirma que após os intimados retornarem a suas casas tornavam-se verdadeiros heróis, servindo como propaganda para a AIB. E como tal repressão era mais intensa em Itabuna do que em Ilhéus, o resultado era que “segundo proclamam os próprios dirigentes do movimento verde,

⁵⁰⁸ *A Época*. Itabuna. 30 de janeiro de 1937.

estão fixados aqui cerca de 3 mil e em Itabuna mais de 6 mil. No último pleito efetivamente elegeram eles um vereador aqui e dois em Itabuna.”⁵⁰⁹

Em razão dessa postura de Juracy Magalhães diante dos integralistas na mesma época dos conflitos no Posto Indígena, o Partido Comunista acreditava que poderia estabelecer boa relação com o governador e seu partido o PSD. Por isso, apesar do envio da força policial, os comunistas referiram-se ao governador com cautela:

O que nos admira é que o Cap. Juracy Magalhães que tomou atitude contra o Integralismo, mobilize AO MESMO TEMPO, a força estadual para defender um roubo e uma opressão. Isso não confere e todas as forças populares desta zona, sobretudo o PSD de programa liberal e democrático deve enviar delegações e telegramas desmanchando as intrigas dos gananciosos de Conquista dos quais muitos são Integralistas, e fazendo ver a seu chefe que ele precisa ter uma atitude coerente AO LADO DO POVO E NÃO CONTRA ESTE”.

(...)

Se não formos atendidos nessa justa pretensão, então só cabe uma atitude: auxiliar por todas as formas e reforçar as fileiras dos heróicos combatentes que defendem seu direito a vida e o lar de suas famílias.

ABAIXO A REAÇÃO CONTRA O POVO!

Uma Célula do Partido Comunista do Brasil (S. da IC)⁵¹⁰

Tal documento teve ampla repercussão, sendo inclusive noticiado pelo jornal *Estado da Bahia*, através do seu enviado Edison Carneiro que fez questão de salientar que tal nota desmascara a ação policial revelando o verdadeiro caráter da invasão, pois com o documento “(...) afirmam que o movimento do Posto foi provocado pelos políticos, fazendeiros e industriais que querem tomar as terras dos indígenas. O manifesto termina fazendo um apelo ao povo de Ilhéus e Itabuna para auxiliar os indígenas rebelados.”⁵¹¹

Telésforo tentou avisar ao SPI o que estava acontecendo, mandou seu primo Arlindo Fontes de Farias, para Itabuna transmitir um telegrama. Arlindo não conseguiu realizar tal tarefa, pois foi preso e, na Delegacia de Itabuna, encontrou detidos os dois caboclos de Olivença.⁵¹²

⁵⁰⁹ Carta de Carlos Monteiro ao Governador Juracy Magalhães. Ilhéus. 10 de junho de 1937. CPDOC-FGV JM d – rs. Municípios.

⁵¹⁰ “Apoio aos camponeses e índios do Posto de Proteção de Itabuna.” Assinado por: Uma Célula do Partido Comunista do Brasil. Sem data, provavelmente entre 26 e 27 de outubro de 1936. Processo 223 do TSN. AN.

⁵¹¹ *Estado da Bahia*, 27 outubro 1936. 1ª Edição.

⁵¹² PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Op. cit. p. 31

Como medida diplomática, o Tenente do Exército, Plácido Barreto, foi ao Posto para uma conversa com Telésforo e, ao retornar, afirmou que o mesmo não se entregaria. Informou ainda que “o Posto não dispõe de muito armamento, possuindo alguns rifles.”⁵¹³ E que “a maior parte são posseiros, indivíduos que tem posse de pedaços de terra e índios. São homens de boa índole, gente que não deseja lutar(...).”⁵¹⁴

Fontes não atendeu ao *ultimatum*; contudo, após a saída do Tenente Plácido Barreto do Posto, dia 27 pela manhã, convocou os posseiros, expôs os últimos acontecimentos e deixou a cargo destes decidirem que postura adotar; se queriam ou não entregar os armamentos, e salientando que caso não se entregassem deveriam todos se prevenir para a luta, pois havia o perigo concreto de perderem tudo que tinham no posto e ainda serem presos. Com isso, grande parte dos posseiros depuseram as armas alegando que não lutariam contra o governo.

Por volta de onze horas desse dia, chegaram ao Posto três posseiros da zona do Panelão, área da reserva, e informaram a Fontes que ali haviam chegado cento e cinquenta praças e que no lugar denominado “Escondido” a três ou quatro léguas do Posto, já tinham sido vistos alguns praças; estas notícias e outras que apareciam a respeito do movimento da Força Policial levaram o desânimo aos que continuavam dispostos a lutar.

Mesmo com a desistência de muitos, um grupo de cerca de trinta posseiros liderados por José Rufino, conhecido como Duca Cearense, resolveu continuar lutando e combinaram com Telesphoro a retirada do Posto, indo Fontes com uma turma para a Serra dos Índios e Duca com outra para a Serra das Alegrias, passando pela fazenda do Doutor Cordeiro de Miranda onde estava a sua família. “(...) depois Duca iria encontrar Fontes na Serra dos Índios, conhecida também como Serra das Bananeiras, onde tomariam resolução definitiva sobre a luta, que seria de guerrilhas ou emboscadas.”⁵¹⁵ Com isso, ao meio dia da segunda feira, dia 27 de outubro, Fontes abandonou o Posto acompanhado de vinte e dois homens.

⁵¹³ *Estado da Bahia*. 27 outubro 1936. 2ª Edição.

⁵¹⁴ Entrevista do Tenente Plácido Barreto ao jornal *A Época* de 29 de outubro de 1936 e novamente publicada no *Estado da Bahia* de 29 out 1936 2ª Edição.

⁵¹⁵ A conversa de Telesphoro com os posseiros consta no depoimento de Gildath Amorim. Processo 223 do TSN. AN.

Com retorno do Tenente Plácido, e seu encontro com o Cel. Liberato por volta de meio dia no dia 27 de outubro, neste mesmo dia iniciou-se o processo de ocupação do Posto, quando o grupo de posseiros, chefiados por José Rufino da Costa, que havia combinado com Telesphoro, enfrentar a invasão, entregaram-se temendo a violência policial.⁵¹⁶ Tal fato se repetiu durante a ocupação, e até o dia 30 de outubro já haviam se entregado cerca de setenta posseiros.⁵¹⁷ Acreditamos que esse processo de “rendição” tenha se dado devido ao tamanho das Forças que ocuparam o Posto. Cerca de mil e duzentos homens armados, levando a maioria dos posseiros a desistirem de um confronto direto por julgarem impossível resistir a superioridade numérica e bélica da tropa.

A ocupação completou-se no mesmo dia 27 de outubro. Ao chegar ao Posto as Forças de Operação constataram que não havia ninguém além de um velho cozinheiro.⁵¹⁸ Ou seja, as terras foram invadidas, e a sede do Posto ocupado sem haver uma única troca de tiros entre a força policial e os posseiros. As trincheiras cavadas ao redor da sede e dentro de algumas casas e galpões e, ainda, as seteiras abertas nas casas para apontar as armas foram inúteis, pois não foram utilizadas. Os índios que moravam no Posto foram colocados por Telesphoro em algumas casas afastadas da sede com o intuito de protegê-los. Enquanto ele e um grupo de quinze homens entre eles Gildath Amorim e Samuel Genez, esconderam-se na mata, e alguns posseiros estavam em pequenos grupos espalhados tentando defender suas terras.

Mesmo após a ocupação do Posto se tem notícias do envio de mais jagunços por parte dos fazendeiros. No dia 30 de outubro chegou a área do conflito, chefiado pelos fazendeiros João Antonio e Deraldo Mendes, um grupo de mais oitocentos homens procedentes de Vitória da Conquista.⁵¹⁹

Após chegar a área da reserva, contatar a população local e avaliando o nível de mobilização dos posseiros, o Coronel Liberato constatou que:

A população rural da Zona do ‘Posto Indígena Catarina Paraguassú’ vinha de certo tempo pra cá, sendo trabalhada por elementos vermelhos. (...) sob três aspectos a saber: 1º -Propaganda do credo

⁵¹⁶ *Estado da Bahia*. Salvador. 28 outubro de 1936. 1ª Edição.

⁵¹⁷ *Estado da Bahia*. Salvador. 03 de novembro de 1936. 3ª Edição.

⁵¹⁸ *Estado da Bahia*. Salvador. 29 de outubro de 1936. 2ª edição.

⁵¹⁹ *Estado da Bahia*. Salvador. 31 outubro de 1936. 2ª Edição.

bolchevista por meio de boletins, manifesto e catequese; 2º - Formação de uma mentalidade hostil ao capitalismo e as autoridades; 3º - Agitação dos camponeses na defesa de suas posses de terra, contra pseudas ‘espoliações dos poderosos’.⁵²⁰

Após a tomada do Posto, a polícia anunciou a descoberta do “arquivo comunista de Telésforo” constando de um mimeógrafo, grande quantidade de livros sobre a Rússia, boletins, distintivos e outros documentos. Edison Carneiro, ao ter contato com tais documentos, assim descreveu:

(...) além de vários manifestos subversivos (...) havia também um trabalho sobre a situação do Brasil (...) neste estudo o nosso indígena é apresentado como uma vítima dos senhores da terra, vivendo abandonados, espoliados, sujeitos a mais brutal exploração. Afirma o autor do trabalho que existe no nosso país uma questão racial, exemplificando-a com a situação de inferioridade na sociedade do índio e do negro. Preconiza como conclusão, a formação de uma confederação de índios, independentes, dentro de um Brasil Soviético. Ao par disso indica uma série de reivindicações imediatas para os indígenas, começando pela tomada violenta das terras.⁵²¹

Tal informação parece duvidosa, uma vez que é no mínimo estranho editar material comunista para uma população formada na grande maioria por analfabetos (índios e trabalhadores rurais), contudo ela é confirmada por Edgard Carone, que afirma “Telésforo Fontes (...) de acordo com Sildo Meirelles – irmão de Silo Meirelles – e outros, recebe material da ANL, faz propaganda comunista e edita panfletos do mesmo teor.”⁵²²

Pela listagem e análise do material apreendido constante nos autos de apreensão anexo ao inquérito policial, constatamos que tratava-se de material editado pelo movimento sindical, pelo Partido, pela ANL e pelo movimento anti-integralista na região e, alguns panfletos publicados na Capital do Estado, que certamente foram levados ao Posto pelos três comunistas que lá se encontravam escondidos. Apenas alguns poucos, destinados aos camponeses, ou contra o integralismo poderiam ter sido distribuídos na área. Dentre o material escondido estava ainda a carta remetida pelo CR da Bahia a José Martins (Inocência) no final do mês de setembro.

⁵²⁰ CARVALHO, Liberato de. Relatório... Op. cit.

⁵²¹ *Estado da Bahia*. Salvador. 04 de novembro de 1936.

⁵²² CARONE, Edgard. **Brasil Anos de Crise (1930-1945)**, São Paulo: Editora Ática, 1991. p. 238

Ao encontrar tal material, a polícia o exibiu como a prova necessária para referendar seus argumentos, que a invasão ao Posto era para reprimir uma “Revolta Comunista”. Encaminhou-o ao Governador e ao Secretário de Segurança para que tal feito fosse divulgado na Capital do Estado.

Após alguns embates com troca de tiros entre o grupo e a polícia, Telésforo fugiu com um grupo para Minas Gerais onde ficou alguns meses nas dependências do PI Maxacali e “depois dirigiu-se a Ilhéus sob proteção do Tiro de Guerra - o que demonstra a continuidade do apoio do SPI e do Exército a seu representante na região – e terminou por embarcar para o Rio de Janeiro.”⁵²³

Não foi possível encontrar dados concretos a respeito dos mortos nos combates. O relatório das Forças de Operação da Polícia Militar não toca nesse assunto, referindo-se apenas a algumas “escaramuças” para usar o mesmo termo do relatório policial. A primeira teria acontecido ainda no dia 27 de outubro nas imediações da casa de farinha e engenho do Posto, próximo da área denominada “Cordemira,” que ficava na área indígena e era de posse do então Deputado estadual Cordeiro de Miranda, onde foi constatada a existência de um grupo de cerca de trinta homens. “A Força foi recebida à bala, travando-se então ligeira escaramuça, que resultou na debandada dos sediciosos, os quais se internaram na mata, sofrendo algumas baixas.” A segunda “escaramuça” ocorreu no dia 03 de novembro na localidade “Serra da Onça”, quando um membro do grupo onde estavam Telésforo, Gildalth, José Martins e Genez, foi incumbido de comprar alimentos e, ao invés disso, procurou as forças policiais, indicando o lugar onde estavam escondidos Telésforo e mais quinze homens.

Com a aproximação da força, as sentinelas vermelhas rompem fogo. Trava-se o ataque. O Pel. assalta as tocaias. E os sediciosos, acusando perdas, correm vertiginosamente na mais absoluta debandada pela vastidão das florestas quase virgens. É feito um prisioneiro(...) Outras escaramuças menos importantes foram travadas com elementos amotinados(...) muitos dos quais acossados pela tenaz perseguição das forças, transpuseram o Rio Pardo, na direção do Estado de Minas gerais(...).⁵²⁴

⁵²³ PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Op. cit. p. 32,33.

⁵²⁴ CARVALHO, Liberato de. Relatório ... Op. cit.

As notícias de jornal informam a morte de uma sentinela de Fontes, o posseiro Nazário, ainda nas matas dos arredores do Posto – certamente no combate descrito no relatório da polícia - e Rutrillo Barbosa morto pela polícia na fronteira com Minas Gerais.⁵²⁵ Segundo Maria Hilda Baqueiro Paraíso:

O boletim interno do SPI de 15 de março de 1937 dá como desaparecidos Rutile Barbosa⁵²⁶ (capataz de Fontes), Vicente Pinto, Joaquim Spinola e José Reginaldo. Para alguns moradores do local não morreu pessoa alguma durante a permanência da tropa na reserva. Para outros, teria descido grande quantidade de botas pelo Rio Colônia, o que seria indicativo de morticínio. Em depoimento reservado o Cel. Antônio Medeiros Azevedo, sub-comandante da tropa, afirmou-nos que os mais visados eram os pequenos arrendatários, que teriam se recusado a abandonar suas terras para os fazendeiros (...).⁵²⁷

4.4.EPÍLOGO

Após os conflitos, Edison Carneiro voltou para Salvador, e na noite de 25 de dezembro foi atacado por elementos desconhecidos e violentamente agredido quando voltava para casa. O jornal noticiou o fato e levantou a suspeita de ter sido praticado por elementos integralistas;⁵²⁸ entretanto, para Isaias Ferreira Paim, seu amigo e contemporâneo dos fatos, a agressão foi uma represália às reportagens feitas por Edison Carneiro, as quais contrariavam os políticos, fazendeiros e os militares.⁵²⁹

Quanto ao restante do grupo, parte seguiu com Telesphoro e alguns se espalharam. Hemetério Santana retornou para sua casa na zona rural em Itaúna e ficou escondido até o mês de junho de 1937 quando foi perseguido por Mario Rolemberg, conhecido integralista de Ilhéus que chefiava um grupo de “milicianos”. Hemetério fugiu, se escondeu em sua fazenda, vindo a se entregar à polícia dias depois.⁵³⁰

⁵²⁵ *Estado da Bahia*. Salvador. 27 de novembro de 1936 e 11 de dezembro de 1936 respectivamente.

⁵²⁶ A imprensa noticiou como sendo Rutrillo Barbosa enquanto no boletim do SPI seu nome consta como sendo Rutile Barbosa.

⁵²⁷ PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Op. cit. p. 32

⁵²⁸ *Estado da Bahia*. Salvador. 26 de dezembro de 1936.

⁵²⁹ OLIVEIRA Waldir Freitas e LIMA Vivaldo da Costa. (orgs). **Cartas de Edison Carneiro a Artur Ramos: de 4 de janeiro de 1936 a 6 de dezembro de 1938**. São Paulo: Currupio, 1987. p.127,128.

⁵³⁰ Auto de perguntas a Hemetério Santana. Processo 171 do TSN. AN.

Gildath Amorim foi preso no último encontro do grupo de Telésforo com a polícia na divisa da Bahia com Minas Gerais. Foi enviado a Itabuna para prestar os primeiros depoimentos e posteriormente seguiu para Salvador e Rio de Janeiro para ser julgado pelo Tribunal de Segurança Nacional acompanhado de Marcellino Alves.

Quanto a José Martins, passou um tempo escondido, em Salvador, Mato Grosso e por fim em São Paulo, onde desempenhou importante papel no processo de reconstrução da direção nacional do PCB no fim do Estado Novo quando praticamente toda a direção partidária havia sido presa. Segundo Luis Carlos Prestes, “em São Paulo o partido não tinha praticamente nada. Lá estavam o Câmara Ferreira, completamente desarticulado, e o camponês Martinzão, que tinha um pequeno grupo de comunistas.”⁵³¹ Tal processo levou a realização da Conferência da Mantiqueira em agosto de 1943. Em 1946 quando da realização da III Conferência Nacional, em plena legalidade, o PCB anunciou a nova composição do Comitê Central, no qual constava o nome de José Martins.⁵³²

A trajetória de José Martins levou o romancista Jorge Amado, a contar parte da sua história no romance intitulado “Subterrâneos da Liberdade,” uma trilogia baseada nos acontecimentos que envolveram o PCB nos anos do Estado Novo. José Martins foi transformado no personagem “Gonçalão,” que vivia na região sul da Bahia, entre os índios. “Foi por intermédio do mesmo médico que o ligara ao Partido, conseguiu ser nomeado enfermeiro da Colônia Paraguaçu (...) Não foi apenas entre os índios da Colônia que a atividade do partido cresceu com a chegada de Gonçalão. Ele encontrara tempo para ajudar as organizações partidárias de Ilhéus e Itabuna, de Pirangy e Água Preta, para conversar com os trabalhadores das fazendas de cacau.”⁵³³ Jorge Amado, no mesmo romance, também se refere a atuação de Edison Carneiro: “apenas um dos correspondentes de jornais, um jovem escritor mulato, mostrou em seus despachos a justiça da causa defendida pelos índios. Foi logo chamado pela

⁵³¹ MORAES Denis de. e VIANA, Francisco. Op. cit. pp. 95,96.

⁵³² PACHECO, Eliezer. **O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1984. pp.194,195.

⁵³³ AMADO, Jorge. **Os Subterrâneos da Liberdade , Ásperos Tempos**, 19ª Edição, São Paulo: Martins Editora, 1970. p.167.

direção de seu jornal e, ao chegar à Bahia, investigadores de polícia o assaltaram à noite e o deixaram sem consciência de tanto que lhe deram.”⁵³⁴

Em final de abril de 1937 foi anunciada a chegada do Capitão do Exército Moysés Castello Branco Filho, oficial do serviço geográfico, com o intuito de, junto ao governo do Estado, discutir a demarcação das terras indígenas. Em meados de setembro foi publicado um Edital de Demarcação, onde os fazendeiros confrontantes foram “convidados a apresentar seus títulos de posse, requerimentos, documentos e quaisquer memorial (...) e para assistirem ou se fazer representar, no início das operações a serem realizadas.”⁵³⁵

Com a nova demarcação coordenada pelo Cap. Moysés Castello Branco Filho, representando o Exército, e pelo Eng. Civil Alfredo de Amorim Coelho, como representante do governo do Estado, instituíram-se os novos limites reduzindo a área de 50 léguas quadradas para 15 léguas quadradas,⁵³⁶ o equivalente a 36.000 hectares, tendo “vários fazendeiros locais, influentes políticos da época e determinadas autoridades policiais envolvidas nos acontecimentos, se apossado da maior parte das terras que haviam até então pertencido aos índios ali instalados.”⁵³⁷ Além disso, a partir dessa data, a nova direção do Posto instituiu a prática de arrendamentos utilizando contratos através de formulários do SPI.

Todos os inquéritos que investigavam atividades dos comunistas e aliancistas no sul da Bahia foram transformados em um único processo no Tribunal de Segurança Nacional, que tinha um total de trinta e sete indiciados, entre eles os quatro caboclos de Olivença e ainda Telésforo, José Martins e Samuel Genez, Nelson Schaun e de maneira surpreendente, até Eusínio Lavigne, prefeito de Ilhéus, foi deposto após o golpe do Estado Novo de 10 de novembro de 1937 e teve seu nome incluído no inquérito. Sua prisão e acusação de comunistas geraram espanto em parte da população e algumas manifestações ocorreram, como abaixo-assinados e telegramas enviados para as autoridades policiais que conduziram as “investigações.” As primeiras

⁵³⁴ Idem. p.170

⁵³⁵ *Diário da Tarde*. Ilhéus. 21 de setembro de 1937.

⁵³⁶ Parecer do Dr. Benjamim Campos, Consultor Jurídico do Ministério da Agricultura, s.d. Acervo pessoal Profa. Dra. Maria Hilda Baqueiro Paraíso.

⁵³⁷ OLIVEIRA Waldir Freitas e LIMA Vivaldo da Costa. (orgs). Op. Cit. p.128.

visitas recebidas pelo ex-prefeito foram das freiras do convento da Piedade, madre Terezinha de Jesus e a madre Taís que afirmou: “se Eusínio é comunista eu também sou.”⁵³⁸

O anticomunismo foi amplamente utilizado pelo presidente Getulio Vargas como mecanismo de aniquilar possíveis opositores, e, nesse caso, o prefeito de Ilhéus foi atingido porque seguia as orientações do Governador Juracy Magalhães, um dos poucos políticos situacionistas que defendiam a realização de eleições presidenciais, e por isso, os únicos governadores que perderam seus mandatos com o golpe promovido pelo presidente para se perpetuar no poder, foram Juracy Magalhães da Bahia e Lima Cavalcante de Pernambuco.

Os incluídos no processo foram denunciados ao Tribunal de Segurança Nacional no final de 1937, pelo procurador Honorato Himalaia Virgulino.

Tabela 7: Indiciados pelo TSN

NOME	PROFISSÃO/OCUPAÇÃO
Afonso Pinto	Agricultor
Agenor Aloysio Gomes	Alfaiate
André Bento da Silva	Op. de Maquinas/ Rodoviário
Ariston Bacelar	Administrador de fazendas
Boanerges de Moraes	Rodoviário
Brasilino Pereira Nunes	Cabo da Policia Militar
Cantidio Lima de Oliveira	Ferrovário
Carlos da Motta Colho	Soldado da Policia Militar
Clodoaldo Britto Melgaço	Alfaiate
Edson Joaquim de Moraes	Comerciante
Elias Alves de Souza Moraes	Soldado da Policia Militar
Eusínio Lavigne	Médico/ Ex-Prefeito
Fausto Penalva	Advogado
Gênero da Veiga Sampaio	Médico
Gildath Alves de Amorim	Alfaiate
Hemetério José de Santana	-----
Horácio Pessoa de Albuquerque	Mecânico
Joaquim Cunha Filho	Lavrador
João de Tal	-----
José Bispo	-----
José Euclides Gomes	Cabo da Policia Militar
José Fortunato de Oliveira	Jornalista
José Horácio de Farias	Engenheiro
José Martins da Silva	Instrutor Remunerado
José Rufino da Costa	Posseiro

⁵³⁸ GUERREIRO DE FREITAS, Antonio Fernando. (Org.) Sá Barreto, Op. cit. p.58

Jucundiano José Barcelar	Funcionário Público/ Correios
Lúcio Santa Rosa	
Luiz Câmara Bittencourt Sá	Chauffeur
Marcelino José Alves	Lavrador- Indígena
Marcionilio Braz dos Santos	Lavrador/Indígena
Marcos Leite	Lavrador/Indígena
Mario Tourinho	Eng ^o Agrônomo
Nataniel de Souza	-----
Nelson Schaun	Professor
Nemésio Nobre	Comerciante
Pedro Pinto dos Santos	Lavrador/Indígena
Rodrigo Vieira Machado	Comerciário
Samuel Genez	-----
Tercílio Oliva de França	Comerciante
Telephoro Martins Fontes	Funcionário Público-SPI

Fonte: Processos 171 e 223 do TSN. AN.

Foi incluído José Euclides, integralista, Cabo da Polícia Militar, considerado conivente, pois só denunciou o suposto plano de tomar o armamento do batalhão, após seu desentendimento com o Cabo Brasilino. O Tribunal de Segurança Nacional em 17 de março de 1937, expediu mandatos de prisão preventiva de Hemetério José Santana, Marcellino Alves, José Rufino Costa, José Bispo, João de Tal, José Martins Silva, Gildath Alves Amorim, Samuel Genez e Telesphoro Martins Fontes. Como já estavam presos, Gildath Amorim e o Caboclo Marcelino foram enviados ao Rio de Janeiro para serem julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional. Os demais não foram encontrados. No mesmo período Telesphoro foi inocentado no Inquérito interno movido pelo SPI.

Apesar de todos os inquéritos movidos pela polícia militar da Bahia e que tornaram-se processos do TSN terem sido anexados ao Processo 171, foram a julgamento como dois processos diferentes. O Processo 223 do TSN que tratou do que a polícia denominou “Célula Comunista no Posto Indígena Paraguassú”, foram condenados: Telesphoro Fontes, Marcellino Alves, Gildath Amorim, José Martins da Silva, Samuel Genez, José Bispo, Lúcio Santa Rosa, José Rufino da Costa, Hemetério Santana e João de Tal. E no Processo 171 que reuniu o conjunto das denominadas “atividades comunistas no sul da Bahia” foram condenados em audiência realizada em janeiro de 1940: Nelson Schaun, Gildath Amorim, Carlos Motta Coelho, Brasilino Pereira Nunes, Horácio Pessoa de Albuquerque, Afonso Pinto, André Bento

da Silva, Boanerges Moraes, Edson Joaquim de Moraes, Elias Alves Moraes, Marcellino José Alves, José Martins da Silva, Ariston Bacelar, os demais foram absolvidos por falta de provas.

Nelson Schaun ficou preso por dois anos, desde dezembro de 1935, na penitenciária da Capital do Estado, onde ao lado de Joaquim Seixas do Vale Cabral organizou cursos para os detidos. Em julho de 1937, os presos políticos que não tinham culpa formalizada foram postos em liberdade. Em razão disso voltou à liberdade. Mas em fevereiro de 1940, quase cinco anos depois de ter sido instaurado o inquérito recebeu a notícia da sua condenação a cinco anos pelo TSN. Foi então que resolveu se esconder pelas zonas rurais do sul e do sudoeste do Estado, para só reaparecer após a anistia e o retorno do PCB a legalidade em 1945.⁵³⁹

Em agosto de 1937, beneficiado pela mesma medida, Marcellino Alves, o caboclo Marcellino retornou a Ilhéus e se apresentou as autoridades policiais dizendo-se disposto a mudar de conduta. O Sub-delegado do Pontal, Rubens Patury, aconselhou-o a não permanecer na região, argumentou que a sua vida corria perigo pelos fatos ocorridos no passado.⁵⁴⁰ Essa foi a última notícia encontrada a respeito do Caboclo Marcellino que atualmente é tido como um herói do povo indígena que se autodenomina *Tupinambá de Olivença*, os quais estão passando por um novo processo de reorganização visando a retomada das terras. Desde 2001 vêm realizando a “Peregrinação em memória dos mártires do Cururupe” relembrando o que os mais velhos chamam de “A última revolta do Caboclo Marcellino.”

Quanto aos integralistas da região, após o Golpe do Estado Novo, as cidades de Ilhéus e Itabuna sofreram intervenção com a chegada do Tenente Coronel Augusto Maynard com um contingente armado, fechando a saída das cidades e foram depostos os prefeitos de Ilhéus e Itabuna, por seguirem orientações políticas do governador Juracy Magalhães que foi um defensor das eleições diretas para presidente, e com isso assumiram os integralistas Raimundo do Amaral Pacheco em Ilhéus e José Nunes de Aquino, em Itabuna.

Na mesma data assumiu a função de Delegado Regional o Tenente Arsênio Alves de Souza, que havia sido preso por envolvimento na chamada

⁵³⁹ *O Momento*. Salvador. 10/09/1945.

⁵⁴⁰ *Diário da Tarde*. Ilhéus. 12/08/1937.

“Intentona Verde”, declarando por ocasião da sua posse que: “as funções exclusivas das forças em operação no sul-baiano, são o combate ao comunismo, a manutenção da ordem e a posse dos novos prefeitos e autoridades.” Nessa mesma data foram noticiadas prisões de suspeitos de envolvimento com atividades subversivas para responder inquéritos. Tal notícia de prisões não citava nomes.

Com esses fatos acima relatados fica explícito que com o Golpe do Estado Novo, os Integralistas de Itabuna e Ilhéus foram elevados ao poder, com intensificação das perseguições aos comunistas e aos setores progressistas da sociedade cacauzeira.

Alguns dias após a intervenção no município, por ocasião das comemorações do dia da Bandeira, houve desfile cívico com a participação dos colégios locais, do batalhão do Tiro de Guerra e, tomando parte da programação oficial, a Ação Integralista Brasileira realizou uma passeata com a concentração dos *camisas verdes* da cidade e dos distritos adjacentes.⁵⁴¹

Contudo, essa festa integralista não durou muito tempo. Com um decreto datado de 02 de dezembro de 1937, Vargas dissolve todos os partidos políticos, inclusive o Integralismo. Proibiu insígnias, uniformes, bandeiras partidárias, considerando qualquer dessas atividades crime a ser julgado pelo tribunal de segurança. Com isso ambos os prefeitos integralistas recém empossados em Ilhéus e Itabuna ficaram pouco tempo no cargo de prefeito, saíram no início de 1938.

Até a década de 1950 é marcante a presença dos integralistas no eixo Ilhéus/Itabuna rearticulados no partido de Plínio Salgado o Partido da Representação Popular (PRP) que não escondia: “O PRP deve exercer a sua função histórica de partido doutrinador, fiel a tradição integralista que propõe ao Brasil verdadeiros, e não falsos, partidos nacionais.”⁵⁴²

Da mesma forma, os conflitos que marcaram a década de 1930 se repetiam como os ocorridos em função da presença de Plínio Salgado a Itabuna na sua campanha presidencial de 1954. Durante um comício integralista realizado no cinema Cine-Itabuna, os comunistas planejaram a dissolução. Vários comunistas moradores de bairros periféricos, ou da zona

⁵⁴¹ A *Época*. Itabuna, 20 de Novembro de 1937.

⁵⁴² A *Voz de Itabuna*, Itabuna, 04 de fevereiro de 1955.

rural e por isso desconhecidos da maioria da população, entraram no referido cinema se misturaram a platéia com os bolsos cheios de ampolas de ácido, e esperaram o cinema completar a lotação para discretamente esvaziar os bolsos colocando-as no chão e deixando o lugar. Sem perceber as pessoas presentes foram pisando e quebrando as frágeis ampolas e na medida em que o cheiro do lugar foi ficando insuportável às pessoas foram se levando, o ar foi ficando lacrimogêneo, e o pânico tomou conta causando grande confusão, esvaziando completamente o cinema. Os partidários do candidato foram obrigados a improvisar o comício na praça que ficava em frente ao cinema e todos os oradores acusaram os comunistas da cidade do ocorrido.⁵⁴³

No que tange ao PCB, após as perseguições, prisões, fugas, as atividades do partido na região foram praticamente encerradas. Alguns sindicatos, a exemplo do O SEA Ilhéus/Pirangy foram fechados após o golpe do Estado Novo em 1937, e algumas lideranças tiveram que ficar escondidas. João Falcão conta no seu livro de memórias⁵⁴⁴ que fora enviado pelo Comitê Regional da Bahia, ainda em 1940, à região cacaueira para restabelecer comunicação com os contatos do partido, e “que no passado tivera ali um forte núcleo (...) De acordo com a credencial recebida, meu primeiro contato seria com um combativo dirigente comunista, o professor Nelson Schaun, que não teria dificuldade em me identificar, pois era correspondente de Seiva”. Tal contato aconteceria na cidade de Ilhéus. E logo em seguida: “A tarefa que me delegara o Partido incluía minha ida a Itabuna (...) Fui a procura de Plínio, um jornalista.”

A partir de 1945, quando da legalização do partido, o professor Nelson Schaun tornou-se membro da direção estadual e correspondente do jornal “O Momento” e vários outros envolvidos nos processos do TSN se tornaram dirigentes partidários nos vários municípios da região.

⁵⁴³ Entrevista cedida por Dilermano Pinto, ao autor em 20 de outubro de 1999.

⁵⁴⁴ FALCÃO, João da Costa. *O Partido Comunista que eu Conheci*. 2ª ed., Salvador: Contexto e Arte Editorial, 2000. p.72, 73.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciamos as pesquisas no sentido de escrever sobre o PCB no eixo Ilhéus/Itabuna acreditávamos que uma das questões a serem decifradas era o porque do partido no Estado da Bahia ter priorizado as suas ações nessas cidades. No desenvolver das pesquisas e das leituras passamos a compreender que qualquer tentativa de explicação dessa trajetória deveria levar em consideração a estrutura socioeconômica da região e por isso as atividades dos comunistas passaram a ser compreendidas não como uma iniciativa externa a dinâmica regional, mas como consequência dela. Nesse sentido, as palavras de Gramsci, já citadas anteriormente, nos indicaram o norte a ser seguido:

a história de um partido não poderá deixar de ser, a história de um determinado grupo social. Mas, este grupo não é isolado; tem amigos afins, adversários, inimigos. Só do quadro complexo de todo o conjunto social e estatal (e freqüentemente, com interferências internacionais) resultará a história de um determinado partido. Assim, pode-se dizer que escrever a história de um partido significa exatamente escrever a história geral de um país, de um ponto de vista monográfico, destacando seu aspecto característico.⁵⁴⁵

Interessante nos remeter e comparar ao que imaginávamos no momento da elaboração do projeto como principal objeto dessa investigação:

O Partido Comunista, ao intensificar suas ações nessa região como uma de suas áreas de ação prioritária dentro dos seus planos organizativos para o Estado da Bahia, cria um fato no mínimo curioso, pois tudo levava a crer que um partido que se reivindicava como representante do proletariado, e mais especificamente da classe operária, encontraria sérias barreiras para implementar qualquer tipo de ação política justamente na região baiana onde a classe dos proprietários de terras era mais forte, dos pontos de vista econômico e social. Discutir, pois, as circunstâncias, as ações e repercussões dessa investida do PCB na região exige uma investigação à qual pretendo me dedicar.⁵⁴⁶

⁵⁴⁵ GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a política e o Estado moderno. 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976. p.24.

⁵⁴⁶ Lins, Marcelo da Silva. Projeto de Pesquisa apresentado ao Programa de Pós Graduação da UFBA como pré-requisito para seleção ao Curso de Mestrado. Salvador. 2004.

Fica evidente que atribuíamos a elementos externos ao sul do Estado a iniciativa e responsabilidade pelo surgimento e organização do PCB nas cidades de Ilhéus e Itabuna. Como se a direção estadual ou nacional tivesse traçado um plano organizativo no qual essa área do Estado tivesse que desempenhar determinado papel e somente isso tivesse sido suficiente para a ação dos comunistas. Da mesma forma imaginávamos fazer uma história comparada com a finalidade de encontrar o que a prática do PC na região teve de específico.

Após a realização das pesquisas acreditamos que, pelo menos em parte, tais objetivos e problemas eram falsos. Isso porque o surgimento e as ações do PCB na região devem ser compreendidos a partir de vários elementos que se conjugaram, numa relação dialética entre as elaborações e práticas partidárias de maneira geral e a dinâmica da sociedade local. Na década de 1930, nenhuma outra área do Estado da Bahia tinha os mesmos níveis de crescimento demográfico, a economia em processo de expansão, cidades surgindo e se desenvolvendo, com comércio varejista, diversificação na prestação de serviços, e ao mesmo tempo conflitos sociais bastante evidentes, com uma burguesia que acumulava riqueza de forma acelerada e uma classe trabalhadora que não tinha acesso as suas necessidades básicas.

Assim, pudemos perceber como os filhos da burguesia cacaueteira, e os elementos oriundos da pequena burguesia, pequenos comerciantes ou pequenos proprietários de terras, ou ainda profissionais liberais, tinham acesso às melhores escolas da capital do Estado, ou da capital do país. Entraram em contato com novas perspectivas de interpretação da sociedade quando retornavam as suas cidades de origem percebiam de outra maneira as suas contradições. Elementos como Nelson Schaun, José Martins da Silva, Fausto Penalva, entre outros, tiveram esse tipo de experiência.

Além desses constatamos entre os membros da ANL e do PCB da região preponderância de profissionais liberais, médicos, advogados, jornalistas, professores, elementos que apesar de terem projeção onde viviam, a existência de uma estrutura social excludente, e o momento político nacional não permitia a participação nos espaços de poder, levando-os a buscar alternativas em um momento da vida política em que isso era propício, pois a crise de 1929 levou ao questionamento da democracia liberal e à procura de

novas opções ideológicas concretizada para alguns através da Ação Integralista Brasileira e para outros no PCB ou na Aliança Nacional Libertadora.

Compreender a dinâmica vivida pelo PCB no Estado da Bahia não é suficiente para explicar as atividades do Partido nas cidades de Ilhéus e Itabuna. Mas é importante na medida em que nos permite acompanhar e tentar decifrar o início das atividades partidárias nas diferentes áreas do Estado e perceber inclusive como possuíam características diferentes.

Percebemos em certos momentos alguns desencontros entre as posições defendidas pelo PCB no Estado e nos documentos de caráter nacional que podem ser explicados pela própria condição de partido clandestino e pelas dificuldades de comunicação, mas também pela dinâmica própria da atividade política que encontra na ação, na relação direta com o contexto socioeconômico e com as pessoas reais, configurações próprias.

Assim podemos compreender o envolvimento dos comunistas no sul da Bahia com camponeses, assalariados rurais, indígenas, setores que dificilmente encontramos referências à ação do PCB, mas também fazendo campanhas contra o imperialismo, contra o integralismo e desenvolvendo atividade no meio sindical. Não que essas atividades entre os indígenas ou entre os assalariados rurais constituam-se em anomalias. Muito pelo contrário, condiz com as perspectivas partidárias daquele momento quando buscava aumentar a sua inserção entre as massas rurais, e no caso do Estado da Bahia isso aconteceu exatamente onde reunia as melhores condições: intensa atividade agrícola, maior concentração de assalariados rurais, constantes conflitos pela posse da terra, seja com posseiros ou com indígenas, e um grupo de militantes dispostos a organizar o partido.

Sendo assim, compreendemos que não somente a conjuntura local define as características dessa trajetória, pois o PCB se constituía enquanto organização partidária de caráter nacional. Essa relação entre o local e o nacional, entre as elaborações e as ações, levou o partido a adotar diferentes posturas com relação aos setores que atuou: entre os assalariados agrícolas priorizou a organização sindical e buscou se apoiar na legislação trabalhista como forma de encaminhar as reivindicações; entre os indígenas de Olivença, e os posseiros da reserva Paraguaçu, o Partido tentou a organização para a

luta pela terra, e conseqüentemente realizava um discurso mais radicalizado de enfrentamento e de luta armada imediata.

Tentamos nesse trabalho adotar a postura de buscar nas fontes, fossem elas bibliográficas ou documentais as respostas aos meus questionamentos. Evitei o equívoco de começar a escrever visando buscar respostas que na verdade já estavam prontas. Acreditamos que por isso nossa narrativa ora se confronta com a história oficial do PC – quando afirma que a ANL não foi uma iniciativa e criação do PCB – e em alguns momentos concorda – por exemplo, ao apontar que as decisões para a eclosão das sublevações de Natal, Recife e Rio de Janeiro não foram tomadas em Moscou como querem os repetidores dos relatórios policiais.

Compreendemos que da mesma maneira que o discurso anticomunista foi utilizado pelo governo de Getúlio Vargas como forma de justificar suas medidas autoritárias e permanência no poder, os fazendeiros de cacau e a burguesia cacauera através da estrutura do Estado, usaram o anticomunismo para aumentar a expropriação dos indígenas de suas terras e a expulsão dos posseiros com uso de violência e por isso buscaram atribuir maior agitação e atividade comunista do que realmente houve.

Na denúncia formulada pela Procuradoria do Tribunal de Segurança Nacional consta que:

Articulados com o Diretório Central da Aliança Nacional Libertadora, organizaram um plano de conflagração de toda a zona sul do Estado da Bahia e conseqüente assalto ao comércio, casas bancárias, repartições públicas e propriedades particulares, substituindo a atual forma de governo pela ditadura proletária.⁵⁴⁷

Nesse mesmo documento se estabeleceu uma relação entre os diversos setores que o PCB teve alguma inserção na região. Sendo assim, tal versão dos acontecimentos concluiu que os planos comunistas eram que enquanto o Caboclo Marcellino atacaria Olivença, com o objetivo de atrair o contingente policial e deixar a cidade desguarnecida, os membros da célula do Batalhão da Polícia retirariam as armas que seriam usadas pelos “operários comunistas” para iniciar a revolução na cidade sem resistência, pois a polícia estaria desarmada e assim prender e assassinar autoridades e poderosos.

⁵⁴⁷ VERGULINO, Honorato Himalaya. Procurador do Tribunal de Segurança Nacional. Rio de Janeiro, outubro de 1937. Processo 171 do TSN. AN.

Através da nossa pesquisa concluímos que o Partido acreditava na necessidade de uma revolução e por isso pregou a luta armada imediata, ainda que muito mais através dos quartéis que entre as massas. Isso não significa afirmar que ocorreram na região iniciativas nesse sentido, o máximo que ocorreu foi a bomba atirada na sede da AIB. Até porque o PCB era muito menor do que parecia, pois em razão da luta anti-integralista o partido conseguiu se aproximar de muitas categorias de trabalhadores e outros setores da sociedade que conseguiu aglutinar em torno da mesma bandeira. E como, tanto os integralistas como os órgãos de repressão tratou a todos os anti-integralistas ou aliancistas como comunistas, o partido parecia ser muito maior do que de fato se constituiu nas cidades de Ilhéus e Itabuna.

FONTES

Arquivos Pesquisados

- Centro de Documentação e Memória da Universidade Estadual Paulista (CEDEM-UNESP)
- Arquivo Nacional (AN)
- Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB)
- Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)
- Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEB)
- Centro de Documentação da Universidade Estadual de Santa Cruz (CEDOC-UESC)
- Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV)
- Arquivo Público Municipal de Itabuna
- Arquivo Público Municipal de Ilhéus

DOCUMENTOS UTILIZADOS: ARQUIVO NACIONAL

Processos do TSN:

86	Antônio dos Santos Teixeira
171	Nelson Schaun e outros
172	Bartolomeu Brito de Souza
173	Nelson Schaun e outros
174	Antônio P. dos reis e outros
175	Cantídio de Oliveira e outros
176	Brasilino P. Nunes e outros
223	Telésforo Martins Fontes e outros
356	Marcelino José Alves

Documentos citados:

- A ALLIANÇA NACIONAL LIBERTADORA, “Ao povo da Bahia no dia da pátria.” Assinado pelo Comitê da ANL na Bahia. Processo 171 do TSN. AN.
- AIB: “Carta aos inconscientes.” s.d. Processo 171 do TSN. AN.
- ANL. “Pela Aliança Nacional Libertadora.” Bahia, março de 1935. Processo 171 do TSN. AN.
- “Aos trabalhadores da Bahia.” Comissão Executiva da União Sindical. Salvador. 5 de outubro de 1935. Processo 171 do TSN. AN.
- “Apoio aos camponeses e índios do Posto de Proteção de Itabuna.” Assinado por: Uma Célula do Partido Comunista do Brasil. Sem data, provavelmente entre 26 e 27 de outubro de 1936. Processo 223 do TSN. AN.
- Bilhete a Caro Fontes. Bahia, 25 de agosto de 1935. Assinado por Augusto Santos Souza. Documento apresentado pela defesa de Telesphoro. Processo 223 do TSN. AN.
- Bilhete a Caro Fontes. Gabinete do Governador. 28 de abril de 1936. Assinado por Augusto Santos Souza. Documento apresentado pela defesa de Telesphoro. Processo 223 do TSN. AN.
- Carta ao Camarada Inocêncio. CR da Bahia do PCB. 25/09/1936. Processo 223 do TSN. AN.
- Carta assinada por João cabanas a Caro Rolemberg. Salvador. 27 de junho de 1935. Processo 171 do TSN . AN.
- Carta de Telesphoro Fontes a Liberato de Carvalho em resposta ao *ultimatum* recebido. 22 outubro de 1936. Processo 223 do TSN. AN.
- CARVALHO, Liberato de. Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Cap. Secretário de Segurança Pública do Estado da Bahia pelo Cel. Cmt. das Forças de Operação contra a célula comunista do PI Catarina Paraguassu. 16/11/1936. Processo 223 do TSN. AN.
- Carta assinada por Mario Rolemberg Martins Soares dirigida ao cap. Salomão Rhen, Ilhéus, 30 de dezembro de 1935. Processo 171 do TSN. AN.
- Comitê Popular de Pirangy de Luta Contra o Integralismo. Processo 171 do TSN. AN.

- Companheiros da Diretoria e demais companheiros do Sindicato dos Rodoviários de Ilhéus.” Ilhéus, 1º de julho de 1935. Assinado pelo secretário Fausto Penalva. Processo 171 do TSN. AN
- “Frente Única Popular de Luta Contra o Integralismo.” Ilhéus. Sem data. Provavelmente entre agosto e setembro de 1935. Processo 171 do TSN. AN.
- “Hospede Ilustre”, Ilhéus, 04-07-1935. Processo 171 do TSN. AN.
- Inquérito Policial Militar. IPM. 2º BC da PM de Ilhéus em dezembro de 1935 e posteriormente anexado ao Processo 171 do TSN. AN.
- “Lagarta Verde.” Sindicato dos Empregados Agrícolas. Ilhéus. Pitangy, 1º de novembro de 1935. Processo 171 do TSN. AN.
- Ofício enviado pelo subdelegado Silvino Gomes. Processo crime dos réus Argemiro Barboza, José Ricardo dos Santos e Antonio Carlos Bispo. Processo 171 do TSN. AN.
- Ofício do sub-delegado de Itapuhy ao Delegado Capitão Salomão Rhen. 30 de novembro de 1935. Processo 171 do TSN. AN.
- Ofício do sub-delegado de Itapuhy ao Delegado Capitão Salomão Rhen. 01 de dezembro de 1935. Processo 171 do TSN. AN.
- PCB: “Ao proletariado e as massas populares e camponesas!” Processo 171 do TSN. AN.
- PCB: Companheiros do CZ de Itabuna. Pelo CL do LS. Ilhéus. 05 de julho de 1935. Processo 171 do TSN. AN.
- PCB: “Companheiros dos Campos.” Banco do Pedro, Ilhéus. 08/04/1935. Processo 171 do TSN. AN.
- PCB: Caro Cp. Miguel Justo. Ilhéus, 22/06/1935, Processo 171 do TSN. AN.
- PCB: Como aplicar as tarefas. Ilhéus. Documento assinado por Frederico (Nelson Schaun) em 20/06/1935. Processo 171 do TSN. AN.
- PCB: “Companheiros Camponeses.” Ilhéus-BA. Processo 171 do TSN. AN
- PCB: “Aos Explorados e Oprimidos, A Todos os Trabalhadores das Cidades e dos Campos, Levantemos em Lutas Por Pão, Terra e Liberdade.” Documento assinado pelo CL do LS do CR da Ba, PCB (S. da IC), Ilhéus, junho de 1935. Processo 171 do TSN. AN.

- PCB: Aos Cps do CL, das Células, do CR e (ilegível). Processo 171 do TSN. AN.
- PCB: Carta ao cp. João Guerra de 08/11/1935, assinada por M. pelo CL do LS. Processo 171 do TSN. AN.
- PCB: “A todos os companheiros.” PCB. 04/07/1935. Processo 171 do TSN. AN.
- PCB: “Luta de Morte Contra o Integralismo.” CL. do LS da Reg. da Ba. Do PCB (Seção da IC). Processo 171 do TSN. AN.
- “Povo da Bahia. Povo de Ilhéus! Povo do Sul do Estado! Lutemos contra a dominação estrangeira!” Assina o CL – LS do CR da Bahia do PCB. (Seção da IC) Ilhéus, 06-06-1935. Processo 171 do TSN. AN.
- Relatório do Cap. Salomão Rhen sobre os acontecimentos no Posto Paraguassú. Processo 171 do TSN. AN.
- Revista Proletária. Sem data. Processo 171 do TSN. AN.
- SEA/Ilhéus. Aos empregados das fazendas. Banco do Pedro. 22 de junho de 1935. Processo 171 do TSN. AN.
- Soldados da Gloriosa Polícia Baiana.” Itabuna. S.d. Processo 223 do TSN. AN.
- Solidariedade Sindical.” Ilhéus, 03 de outubro de 1935. União Sindical de Ilhéus. Processo 171 do TSN. AN.
- SPI: Ofício de Telesphoro Martins Fontes à Chefia do SPI. s.d. (provavelmente maio de 1937). Processo 171 do TSN. AN.

CEDEM/UNESP

Documentos Citados

- Atas da 1ª Conferência Nacional.” Julho de 1934. CEDEM/UNESP, Fundo IC.
- Atas da Conferência Nacional. Rio de Janeiro. 08 a 15/07/1934. CEDEM/UNESP, Fundo IC.
- Ata da reunião do CC Restrito do PCB. 24/11/1929. CEDEM/UNESP, Fundo IC.
- A luta dos guerrilheiros. junho de 1936. CEDEM/UNESP, Fundo IC.

- A situação do país e nossas tarefas imediatas.” SN. Rio de Janeiro, agosto de 1936. CEDEM/UNESP, Fundo IC.
- Carta do SN do PCB a Caros Camaradas. 24-09-1936. CEDEM/UNESP, Fundo IC.
- Carta assinada por Miranda em nome do Bureau Político Nacional ao Bureau Sul Americano em 04/07/1934. CEDEM/UNESP, Fundo IC.
- Carta de Saulo a Américo Ledo (Astrojildo Pereira) Rio 18-04-1929. CEDEM/UNESP, Fundo IC.
- Carta enviada pelo BPN ao BSA da IC assinada por Miranda. Rio de Janeiro. 04/07/1934. CEDEM/UNESP, Fundo IC.
- Carta a Caros Camaradas. SN. Assinada por Bangu. 04-09-1937. CEDEM/UNESP, Fundo IC.
- Carta a Caros camaradas. SN. 06-1938. CEDEM/UNESP, Fundo IC.
- “Contribuição a discussão.” Moscou, junho de 1930. Documento assinado por M. Silva (Pseudônimo de Heitor Ferreira Lima). CEDEM/UNESP, Fundo IC.
- Informe apresentado ao Secretariado Sul- Americano da IC pelo delegado do PCB (Ledo). Buenos Aires, 3/9 -7- 1928. CEDEM/UNESP, Fundo IC.
- Ordem do dia da Conferência Nacional”. CC do PCB. Rio de Janeiro, 06-06-1934. CEDEM/UNESP, Fundo IC.
- “Organizar e dirigir as lutas das massas rurais.” 04/01/1932. CEDEM/UNESP, Fundo IC.
- PCB. Relatório de 1925 - Recrutamento e organização. CEDEM/UNESP, Fundo IC.
- PCB: Boletim de Agitação e Propaganda. Julho de 1935. Processo 171 do TSN. CEDEM/UNESP, Fundo IC.
- Relatório Trimestral do CC ao Comitê Executivo da ISV. 13 de março de 1924, assinado por Luís Peres. CEDEM/UNESP, Fundo IC.
- Situação do Movimento Revolucionário no Brasil.” Secretariado Nacional. 23/05/1936. CEDEM/UNESP, Fundo IC.
- “Teses e Resoluções do III Congresso do PCB” – dez de 1928/janeiro de 1929. CEDEM/UNESP, Fundo IC.
- Tesis del Bureau Sudamericano sobre la situación del Brasil y las tareas del Partido Comunista.” 1934. CEDEM/UNESP, Fundo IC.

CPDOC-FGV

Documentos Citados

- Carta da ANL ao Capitão Juracy Magalhães. FGV. 1936 GV 22.06.1936.
- Projeto de bases para a formação da Frente Popular. Anexo a Carta da ANL ao Capitão Juracy Magalhães FGV. 1936 GV 22.06.1936
- Carta de Juracy Magalhães a Getulio Vargas. GV C 1935.06.27
- Carta de Carlos Monteiro ao Governador Juracy Magalhães. Ilhéus. 10 de junho de 1937. CPDOC-FGV JM d – rs. Municípios.
- Carta de Carlos Monteiro ao Governador Juracy Magalhães. Ilhéus. 10 de junho de 1937. CPDOC-FGV JM d – rs. Municípios.
- Telegrama de Nelson Schaun a Osvaldo Aranha. Ilhéus. Julho de 1931. CPDOC- FGV. OA cp 1931.07.07/10

APERJ

Documentos Citados

- “O Comunismo na Bahia.” Relatório da Policia do Distrito Federal. APERJ. Pasta : Estados 5C. cx 605.
- Carta de Juracy Magalhães a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo. 11 de setembro de 1936. APERJ. Pasta 5B (Bahia). cx. 605.
- Carta da CNRC ao Presidente Getulio Vargas. 06/04/1936. APERJ. Pasta 14. Setor: Administração.

Outros Documentos Citados

- LUCAS, Montival. Discurso Pronunciado por ocasião da Assembléia realizada por iniciativa da FETAG-BA em homenagem a memória do falecido Joaquim Cunha Filho, em 1º de setembro de 1968. Arquivo pessoal de Edivaldo Cunha.
- CÂMARA, Diógenes de Arruda. Entrevista. Acesso em 15 de março de 2007, disponível em: http://www.vermelho.org.br/diario/2004/0708_arruda-fim.asp
- PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Levantamento demográfico, sócio econômico e da situação das terras dos Postos Indígenas Caramuru e Paraguaçu.** 1976.

- Parecer do Dr. Benjamim Campos, Consultor Jurídico do Ministério da Agricultura, s.d. Acervo pessoal Profa. Dra. Maria Hilda Baqueiro Paraíso.
- APEB. Seção Judiciária. Inquérito policial: Samuel Genez e outros. Classificação: 202/04/04.
- Entrevista cedida por Dilermano Pinto, ao autor em 20 de outubro de 1999.

Jornais Pesquisados

- Diário da Tarde 1935-1937
- O Intransigente 1935-1936
- A Classe Operária 1928-1937
- A Época 1935-1937
- O Estado da Bahia 1935-1937
- A Voz de Itabuna Alguns exemplares de 1955
- O Momento 1945-1946

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Manuel Pinto de. (Coord.) **A Zona Cacaueira**. Salvador, Instituto de Economia e Finanças da Bahia, 1960.

AMADO, Jorge. **Os Subterrâneos da Liberdade**, Ásperos Tempos, 19ª Edição, São Paulo: Martins Editora, 1970.

ANDRADE, Manoel Correia de. **Lutas camponesas no nordeste**. São Paulo. Editora Ática, Coleção Princípios, 1986.

AZEVEDO, Fernando Antonio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982

BAIARDI, Amílcar. **Subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacaueira da Bahia**. São Paulo: Hucitec, 1982

BASBAUM, Leôncio. **Uma Vida em Seis Tempos: Memórias**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

BATALHA, Cláudio H. M. A Historiografia da Classe Operária no Brasil: Trajetória e Tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org) **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2005. 6ª Edição.

BRANDÃO, Otávio. **Combates e batalhas. Memórias**. 1º Volume. São Paulo. Editora Alfa Omega. 1978.

CAMPOS, João da Silva. **Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus**. 3ª ed. Ilhéus, Ba: Editus, 2006.

CARONE, Edgard. **O P.C.B. 1922-1934**. Vol. 1, São Paulo: Difel, 1982.

----- **O P.C.B. 1943-1964**. Vol. 2, São Paulo: Difel, 1982.

----- **A segunda república**, São Paulo: Difel, 1973.

----- **Brasil Anos de Crise (1930-1945)**, São Paulo: Editora Ática, 1991.

CHILCOTE, Ronald. **Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração (1922-1972)**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

COQUEIRO, Sonia O., MONTEIRO, Maria Elizabeth. e SÁ, Sheila M. B. de. **Povos Indígenas do Sul da Bahia: Posto Indígena Caramuru – Paraguaçu (1910-1967)**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2002.

CUNHA, Silvio Humberto dos Passos. “Resolve-me ou eu te devoro! Uma discussão sobre a falta de braços no Recôncavo baiano.” In: **Bahia Análise e dados**. SEI. Vol. 10, n.1. Salvador, Julho 2000.

DIAS, Everardo. **História das lutas sociais no Brasil**. 2ª Edição. São Paulo, Alfa-Ômega, 1977.

DIAS, Giocondo. **Os objetivos dos Comunistas**. Novos Rumos. São Paulo. 1983

DINIZ, José Alexandre Felizola e Duarte, Aluizio Capdeville. **A Região Cacaueira da Bahia – Série Estudos Regionais**. Recife, SUDENE, 1983.

DULLES, John W. Foster. **Anarquistas e Comunistas no Brasil, 1900-1935**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

DULLES, J. F. **O Comunismo no Brasil (1935-1945)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985

FALCÃO, João. **Giocondo Dias: a vida de um revolucionário:** (meio século de história política do Brasil). 2ª Ed. Rio de Janeiro: Agir, 1993.

_____. **O Partido Comunista que eu Conheci.** 2ª ed., Salvador: Contexto e Arte Editorial, 2000

FALCÓN, Gustavo. **Os coronéis do cacau.** Salvador: Ianamá/Centro Editorial e Didático da UFBA, 1995.

FREITAS, Valter Almeida de. **ANL e PCB: Mitos e realidade.** Santa Cruz do Sul, SC, EDUNISC, 1998

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. **Instituto de Cacau da Bahia – Meio Século de História,** Secretária da Agricultura do Estado da Bahia – Instituto do Cacau da Bahia, Salvador. 1981.

_____. **Mecanismos de Formação da Propriedade Cacaueira no Eixo Itabuna/Ilhéus – 1890-1930.** (Dissertação de Mestrado) UFBA. Salvador. 1977

_____, e GUERREIRO DE FREITAS, Antonio Fernando. **Bahia Cacaueira: um estudo de história recente.** Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1979.

_____,. **História Econômica e Social da Região Cacaueira.** Rio de Janeiro: Cartográfica Cruzeiro do Sul, 1975 (Coleção Diagnóstico Sócio Econômico da Região Cacaueira, vol. 8.).

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno.** 2ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976. p.24.

GUERREIRO DE FREITAS, Antonio Fernando. (Org.) **Sá Barreto,** Ilhéus: Editus, 2001

_____, e PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. **Caminhos ao encontro do mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul – Ilhéus, 1534-1940.** Ilhéus: Editus, 2001.

GONÇALVES, Oscar Ribeiro. **O Jequitibá da Taboca.** Salvador: Oficinas Gráficas da imprensa Oficial da Bahia, 1960.

HÁJEK, Milos. A discussão sobre a frente única e a revolução abortada na Alemanha. In: HOBBSAWM, Eric (org) **História do Marxismo VI: O Marxismo na época da Terceira Internacional.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p.189.

HOBBSAWM, Eric J. O que os historiadores devem a Marx. In: **Sobre a História.** Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. História operária e ideologia. In: **Mundos do trabalho**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1987.

_____. **Revolucionários**. Tradução de João Carlos Victor Garcia e Adelângela Saggiore Garcia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. p.23.

III Congresso da Internacional Comunista. Retirado em 14/10/2005 do site: <http://www.ftqi.hpg.ig.com.br/pagina13.htm>

IV congresso da III Internacional Comunista. Retirado em 14/10/2005, de: <http://www.ftqi.hpg.ig.com.br/pagina13.htm>

KAREPOVS, Dainis. **Luta Subterrânea: O PCB em 1937-1938**. São Paulo: Hucitec, Unesp, 2003.

KAUTSKY, Karl. **A Ditadura do Proletariado**. Tradução Eduardo Sucupira Filho. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas, 1979.

KOVAL, Boris. **História do Proletariado Brasileiro, 1857-1967**. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

LENIN, Vladimir Ilich. **Dois Táticas da Social Democracia na Revolução Democrática**. São Paulo: Livramento, s/d.

_____. **Primeiro esboço das teses sobre a questão agrária**. Aliança da Classe Operária e do Campesinato. Moscou, Edições Progresso, 1983..

_____ . **Um Passo a Frente dois atrás**. Retirado em 17/10/2005, do site: www.marxists.org/portugues/lenin/1904/umpassoemfrentedoisatras/01_parte1.htm#f)

_____. **Teses de Abril**. Retirado em: em 16/10/2005 do site: http://www.marxists.org/portugues/lenin/1917/04/04_teses.htm.

_____ . **A Revolução Proletária e o Renegado Kaustsky**. Tradução de Aristides Lobo. São Paulo: Livraria Editora de Ciências Humanas, 1979.

_____ , **Primeiro rascunho das teses sobre os problemas nacional e colonial**. Retirado em 14/10/2005 do site: <http://www.primeiralinha.org/textosmarxistas/leninecolonial.htm>

LIMA, Heitor Ferreira. **Caminhos Percorridos: memórias de militância**. São Paulo, Brasiliense, 1982

MAHONY, Mary Ann. **“Instrumentos Necessários: Escravidão e posse de escravos no sul da Bahia no século XIX, 1822-1889”**. Afro-Ásia, Salvador, n.º. 25-26, p.95-139, 2001.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no Chão da Noite**. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARX, Karl. O dezoito Brumário de Luís Bonaparte. In: **Manuscrítos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

Marx, Karl. Prefácio de Para a crítica da economia política. In: **Manuscrítos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores). p.129,130.

MAZEO, Antonio Carlos. O Partido Comunista na raiz da teoria da via colonial do desenvolvimento do capitalismo. In: **Corações Vermelhos, São Paulo**. Cortez, 2003

MORAES Denis de. e VIANA, Francisco. **Prestes: Lutas e autocríticas**, Petrópolis: Editora Vozes, 1982

MORAES. João Quartim de. A influência do Leninismo de Stalin no Comunismo brasileiro. In: **História do Marxismo no Brasil**. Vol. 1. REIS. Daniel Aarão. (et al). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p.74-75.

OLIVEIRA, Ana Maria Carvalho dos Santos. **Recôncavo sul: terra, homens, economia e poder no século XIX**. Salvador: UNEB, 2002

OLIVEIRA FILHO, Moacyr de. **Praxedes, um operário no poder**. São Paulo. Editora Alfa Ômega, 1985, p. 56-59.

OLIVEIRA, Waldir Freitas e LIMA Vivaldo da Costa. (orgs). **Cartas de Edison Carneiro a Artur Ramos: de 4 de janeiro de 1936 a 6 de dezembro de 1938**. São Paulo: Currupio, 1987.

PACHECO, Eliezer. **O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)**. São Paulo: Alfa-Omega. 1984.

PEREIRA, Astrojildo. **Ensaio Históricos e Políticos**. São Paulo: Alfa Ômega. 1979.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. “História Regional e Transformação Social”. In: SILVA, Marcos A. da (org) **República em Migalhas: História Regional e Local**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

PRADO Jr, Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. 4ª Edição, São Paulo: Editora Brasiliense, 1987

PRIORI, Ângelo. O PCB e a questão agrária: manifestos e o debate político acerca dos seus temas. In: MAZEO, Antonio Carlos (org). **Corações Vermelhos**, São Paulo. Cortez, 2003

RIBEIRO, André Luis Rosa. **Família, poder e mito: o município de São Jorge de Ilhéus (1880- 1912)**. Ilhéus: Editus, 2001.

RISÉRIO, Antonio. **Adorável Comunista: história política, charme e confidências de Fernando Santana**. Rio de Janeiro, Versal, 2002.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Poder e representação: o legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937**. Salvador: Assembléia Legislativa, 1992.

SEGATTO, José Antonio. **Ideologia, Política e Revolução**. In: Cadernos do AEL n. 2. Retirado em 02/06/2007 do site: <http://www.ifch.unicam.br/ael/website-ael-publicacoes/cad-2/artigo-5p89.pdf>

SILVEIRA, Adelindo Kfoury. **Itabuna, minha terra**. 2a Edição. Itabuna-BA: O autor, 2002.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. “Região e História: Questão de método”. In SILVA, Marco A. da (org) **República em Migalhas: História regional e local**. São Paulo: Marco Zero/MCT/CNPq, 1990.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. **História da Bahia**. 10ª Ed. São Paulo: UNESP; Salvador: EDUFBA, 2001.

VI Congresso de la Internacional Comunista. Cuadernos de Pasado y presente. N°66. Primeira Parte. México: PyP, 1977.

VIANA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 35: sonho e realidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VINHAS, Moisés. **O Partidão: A luta por um partido de massas**. Hucitec. São Paulo. 1982

ZAIDAN FILHO, Michel. **PCB (1922-1929) Na Busca das origens de um marxismo nacional**. São Paulo. Global, 1985.

TESES E DISSERTAÇÕES:

FONTES, José Raimundo Fontes. **Manifestações Operárias na Bahia, O movimento grevista, 1888-1930**, Mestrado em Ciências Sociais, UFBA. 1982

FONTES, José Raimundo. **A Bahia de todos os trabalhadores: Classe Operária, Sindicato e Política. (1930-1947)**. Teses de Doutorado. USP. 1997

VIANNA. Ialmar Leocádia. **A Estrada de Ferro Ilhéus-Conquista e a lavoura do cacau na Bahia**. Dissertação de Mestrado. UFPE. Recife. 1986

ANEXOS

ANEXO 1: EXPORTAÇÕES DA BAHIA

1890- 1930

ANOS	ACÚCAR	CACAU	CAFÉ	FUMO
1890	3.370	3.253	10.739	15.993
1891	17.143	5.102	9.347	19.434
1892	4.126	3.277	5.704	2.519
1893	14.273	6.490	19.361	30.834
1894	10.406	5.866	12.672	13.470
1895	6.199	6.732	16.130	20.981
1896	1.920	6.530	15.540	15.201
1897	3.371	7.633	17.863	23.457
1898	6.148	9.087	22.793	31.857
1899	6.550	9.007	13.554	13.777
1900	4.535	13.131	12.457	20.291
1901	4.879	14.258	15.282	31.552
1902	4.467	15.407	9.954	43.448
1903	8.549	14.713	19.567	21.578
1904	3.733	18.177	12.672	23.149
1905	11.494	17.152	9.127	18.656
1906	8.875	23.538	13.658	23.426
1907	14.083	20.758	13.071	25.090
1908	8.461	29.776	10.734	14.510
1909	16.875	28.700	9.782	27.394
1910	13.670	25.142	8.771	32.706
1911	12.815	32.218	13.703	18.094
1912	6.415	29.652	11.364	24.174
1913	7.430	26.948	5.894	25.442
1914	11.428	36.679	5.359	26.552
1915	19.361	41.546	13.796	26.660
1916	16.978	38.971	13.804	20.520
1917	24.365	50.903	6.561	24.183
1918	26.210	44.608	7.058	26.112
1919	17.697	49.345	17.007	36.057
1920	6.512	53.667	6.567	30.288
1921	9.123	38.162	15.154	27.333
1922	37.117	43.101	11.602	41.130
1923	23.653	62.463	11.468	33.237
1924	37.360	54.329	13.741	25.391
1925	39.559	63.552	14.804	33.070
1926	-----	41.810	20.742	23.909
1927	22.714	45.826	14.868	30.109
1928	-----	70.944	25.053	26.500
1929	-----	63.183	19.076	26.384
1930	1.554	37.566	17.856	31.199

FONTE: István Jancso. As exportações da Bahia durante a República Velha. (1889-1930). Paris, CNRS. Mimeo. In: Ialmar Leocádia Viana. op. cit. Anexo 1.

ANEXO 2

Bahia – Inspeção de Ordem Pública e Social

Ofício nº 411 de 28-02-1936 enviado pelo governador do Estado

Tabela 7- RELAÇÃO DE PESSOAS FICHADAS NESTA INSPEÇÃO COMO SUSPEITAS

1	Abílio de Assis	Carpinteiro
2	Adir Alves Leite	Negociante
3	Adolfo Buchman	Vendedor ambulante
4	Adolfo Buck	Vendedor ambulante
5	Adriano Moura	Mecânico
6	Alberto Pitanga	Pedreiro
7	Alvertino Souza	Empregado da CIA linha Circular
8	Américo Varela	Dentista
9	Antônio Figueiredo	Eng. E prof. Do ginásio da Bahia
10	Antonio Pascasio Bittencourt	Sapateiro
11	Antônio Martins Tourinho	Vendedor de livros
12	Aristarco Gomes	Empregado no comércio
13	Armando Cruz	Marceneiro
14	Arthur Rego dos Santos	Proprietário de farmácia
15	Arthur Santana	Capitalista
16	Astério Luiz dos Prazeres	Carpinteiro
17	Astrogildo Ribeiro da Silva	Empregado da Secretária de Agricultura
18	Benjamim Rubem	Estudante
19	Bernardo Grossman	Negociante
20	Bernardo Lifochitz	Vendedor ambulante
21	Carlos Soledade	Empregado da Alfândega Federal
22	Cilde Meireles	Empregado da Inspeção do Trabalho- atualmente em Recife
23	Demóstenes Matta	Eng. Da secretaria de Agricultura
24	Demóstenes Guanaes	Bel. em direito
25	Durval Antônio Cirilo	Funcionário Municipal
26	Edgar Matta	Bel. em direito
27	Eduardo Antonio Vaina	Ex- Sagto do exército
28	Eloy de Almeida	Ex-oficial da policia de Pernambuco, atualmente em Recife
29	Gonçalo Rudval da Costa Castro	Ex-oficial de policia da Bahia
30	Genésio Alves Cordeiro	Empregado da CIA Linha Circular
31	Germano Peltz	Negociante
32	Gervásio U. Pinho	Tipógrafo
33	Hercias de Souza	Marceneiro
34	Hermann London	Negociante
35	Humberto Rego dos Santos	Proprietário de farmácia
36	Isaac Frics	Negociante
37	Irene Mayone de Souza	Atualmente no Rio
38	Jayme Rabinowits	Negociante
39	João Davino Pontual	Eng. Atualmente no Recife
40	João Gomes	Carpinteiro
41	João Honorio	Empregado no comércio
42	João Isidro dos Santos	Empregado na Linha Circular
43	João Manuel da Cruz	Adv. Provisionado
44	João Mateoti	Tecelão
45	João Peixoto	Empregado da Linha Circular
46	João Carlos Ferreira Gomes	Farmacêutico
47	José Cassiano de Souza	Negociante em Alagoinhas
48	José Dantas	Chauffer

49	José Farias	Ex-Sagto do Exército
50	José Feitosa	Pedreiro
51	José Fortunato	Chauffer em Alagoinhas
52	José Grossman	Vendedor ambulante
53	José Pastenarque	Vendedor ambulante
54	José Pinto da Silva Moreira	Advogado
55	José Taser Ramos	Proprietário de Hotel, atualmente em Recife
56	José Valentim de Carvalho	Chauffer
57	Julio Alves Moutinho	Condutor de Bondes
58	Joaquim Gomes Ferreira	Fiscal de Bondes
59	Lauro Araújo	Médico, atualmente no Rio
60	Lazaro Pinto de Carvalho	Sem profissão
61	Lazaro Rabinowits	Negociante
62	Leôncio Basbaum	Medico e Negociante
63	Lourival Oliveira	Fiscal nº131 da Cia Cantareira-Rio
64	Luiz Cardoso	Ex-sargto exército
65	Luiz Dias	-----
66	Luiz Pustilnio	Vendedor ambulante
67	Manuel Brito	Professor
68	Manuel Faustino Maia	Empregado da Cia Circular
69	Manuel Machado Pedreira	Agente de ônibus
70	Manuel Matos Sampaio	Pedreiro
71	Manuel Rodrigues	Proprietário
72	Mario Gomes Marques	Empregado comércio
73	Moreira Caldas	Eng.
74	Moçapir Cardini Manfini	Eng. , atualmente no Rio
75	Odilon Correia de Melo	Pedreiro
76	Orlando Gomes dos Santos	Bel. em Direito
77	Oscar Oliveira	Marceneiro
78	Oscar Péricles Noblat	Empregado da Linha Circular
79	Oscar Oisianici	Eng.
80	Osório Cordeiro da Silva	Sem profissão, atualmente em Minas
81	Oswaldo Benedito Borba	Estucador
82	Oswaldo Caetano Salles	Empregado da Linha Circular
83	Oswaldo Marques de Figueiredo	Dentista
84	Paulo Macedo	Estudante
85	Pedro Marciel do Bonfim	Bel. e Professor
86	Salomão Steimberg	Vendedor ambulante
87	Samuel Henriques da Silveira Lobo	Bel. Ex- inspetor do trabalho nesta capital
88	T. A. Turnes	Artista, atualmente no sul do país
89	Waldemar Grossman	Negociante
90	Walter Souza Naziazeno	Empregado do comércio
91	Zeferino Gomes dos Santos	Carpinteiro
92	Alexandre Dymek	Mecânico, residente em Ilhéus
93	Antonio Cavalcante	Pintor
94	Cantídio Oliveira	Empregado estrada ferro Ilhéus Conquista
95	Elias Melo	Prof. Primário residente em Ilhéus
96	Geographo Amora de Barros	Comércio, atualmente em Minas
97	João Pereira Guedes	Comércio em Itabuna
98	João Schaun	Eng. Residente em Ilhéus
99	João Vidal	Alfaiate residente em Ilhéus

100	José Alexandrino	Pedreiro residente em Ilhéus
101	Nelson Schaun	Professor residente em Ilhéus
102	Odilon Almeida	Barbeiro, residente em Ilhéus
103	Agenor Aloísio Gomes	Musico, residente em Itabuna
104	Alfredo Borges	Ourives, residente em Itabuna
105	Erico Ferreira	Industrial, residente na Palestina, Itabuna
106	Erico Ribeiro Novaes	Comércio, residente em Macuco
107	João Batista Léo	Negociante, residente em Itaberaba
108	Nicélio Noronha	Livreiro residente em Canavieiras
109	Orlando Galvão	Médico residente em Itabuna
110	Oscar da Costa e Silva	Jornalista residente em Conquista
111	Octavio Queiroz	Negociante residente em Itabuna
112	Telesforo Martins Fontes	Funcionário federal em Itabuna
113	Ubaldo Brandão	Adv. Em Itabuna
114	Antonio Monte Santo	Serrinha

FONTE: APERJ - PASTA 14. Setor Administração.